

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A DINÂMICA DA CRISE

Um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx

Jorge Luís da Silva Grespan

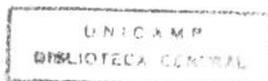
*Este exemplar corresponde à
redação final da Tese defendida
e aprovada pela Comissão
Julgadora em 07.06.94.*

Tese de doutorado apresentada
ao Departamento de Filosofia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas

Prof. Orientador: Marcos Lutz Müller

Marcos L. Müller

1994



A DINÂMICA DA CRISE

Um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx

Jorge Luís da Silva Grespan

Tese de doutorado apresentada
ao Departamento de Filosofia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas

1994

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A DINÂMICA DA CRISE

Um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx

Jorge Luís da Silva Grespan

Tese de doutorado apresentada
ao Departamento de Filosofia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas

Prof. Orientador: Marcos Lutz Müller

1994

a meus pais

'Eppur si muove'
(Galilei)

Agradecimentos:

Para a realização da presente tese, tive o apoio de algumas pessoas e instituições, às quais gostaria aqui de expressar minha gratidão.

Em primeiro lugar, a meu orientador, Marcos Müller, pela amizade e acima de tudo pela lição de rigor e seriedade intelectual, atitudes cujo possível conflito ele conseguiu evitar com tanta habilidade, fazendo-se presente sempre no momento mais adequado e do modo mais produtivo.

A meus amigos e colegas no Departamento de História da FFLCH USP, pelo inestimável apoio e compreensão que souberam demonstrar de modo tão claro.

À FAPESP, instituição da qual fui bolsista no início desta pesquisa, entre 1983 e 1985.

À CAPES, pela bolsa que me permitiu a estada na Universidade de Konstanz, na Alemanha, entre 1989 e 1990, condição essencial para que este doutorado pudesse se concretizar

Finalmente, à minha família, pais, irmã e sobrinhas, cuja generosidade e afeto sem limites e cujo respeito incondicionado pude sentir sempre tão profundamente, especialmente nos momentos mais difíceis deste longo trabalho, que, sem eles teria sido insuperável.

A DINÂMICA DA CRISE

Introdução	07
1- (A dupla face do capital).....	07
2- (O conteúdo da crise)	11
3- (Crise e modalidades).....	20
Capítulo 1: Circulação simples de mercadorias.....	31
Seção I: Valor e Divisão do trabalho.....	31
4- (O problema do começo).....	31
5- (Valor e "fetichismo" da mercadoria).....	31
6- (Sobre o trabalho abstrato).....	41
Seção II: Dinheiro e Crise.....	47
7- (A dedução da forma-dinheiro).....	47
8- (O "fetichismo" do dinheiro).....	55
9- (A metamorfose da mercadoria).....	59
10-(A possibilidade de crise).....	64
Notas do capítulo 1.....	76
Capítulo 2: A constituição do capital em geral.....	84
Seção I: Da circulação simples ao capital.....	84
11-(O circuito do capital).....	84
12-(O conceito de mais-valia).....	90
13-(A inversão da lei burguesa de apropriação).....	95

Seção II: A subjetividade do capital.....	106
14-(O "fetichismo" do capital).....	106
15-(A infinitude da acumulação).....	113
16-(A mais-valia relativa).....	118
Seção III: A desmedida da crise.....	123
17-(Contradição e crise do capital).....	123
18-(A crise enquanto potência).....	133
Notas do capítulo 2.....	140
Capítulo 3:Circulação e reprodução do capital.....	151
Seção I: Os circuitos do capital.....	151
19-(O sentido da circulação do capital).....	151
20-(As formas do circuito).....	155
21-(A rotação do capital).....	161
Seção II: A reprodução do capital social.....	168
22-(Reprodução simples e ampliada).....	168
23-(A crise de desproporcionalidade inter-setorial).....	178
Notas do capítulo 3.....	187
Capítulo 4.....	194
Seção I:Concorrência e Lucro.....	194
24-(A concorrência como processo de realização).....	194
25-(A formação da taxa de lucro).....	202

Seção II: A queda tendencial da taxa de lucro.....	210
26-(Queda da taxa de lucro e desmedida do capital).....	210
27-(A necessidade da lei de tendência).....	217
Seção III: A sobre-acumulação periódica.....	227
28-(A sobre-acumulação como desmedida do capital).....	227
29-(O "mau infinito" do ciclo).....	240
30-(A necessidade intrínseca do ciclo).....	250
Notas do capítulo 4.....	255
Conclusão.....	273
31-(O tempo da crise).....	273
32-(A crise efetiva).....	282
33-(As modalidades da crise).....	289
34-(A potência do "fetichismo").....	295
Notas da Conclusão.....	306
Bibliografia.....	311

Introdução

1-

Ao caracterizar a sociedade civil-burguesa⁽¹⁾ como capitalista, isto é, pelo poder fundamental que nela exerce o capital, Marx a caracteriza ao mesmo tempo por estar sujeita a crises determinadas pelo modo complexo com que atua o próprio capital. A ligação entre a dimensão do poder do capital sobre as demais relações sociais e a dimensão da crise que também lhe é intrínseca não é evidente, contudo, já porque o uso generalizado e corriqueiro da expressão "crise" no vocabulário atual banalizou e tornou impreciso o significado dela, correspondendo genericamente à noção de desagregação e decadência em uma esfera qualquer da sociabilidade. Assim, para resgatar em toda a sua riqueza o significado que o conceito de "crise" tem na obra de Marx, é necessário ultrapassar o aspecto de simples negatividade em geral e defini-lo enquanto negatividade imanente ao capital, enquanto manifestação de uma contradição constitutiva do capital.

É necessário, portanto, determinar rigorosamente a categoria de "capital" e perceber, em primeiro lugar, que é por sua negatividade inerente que Marx concebe a dinâmica do capitalismo enquanto movimento de constante superação e reposição de suas contradições, de modo que a crise - enquanto manifestação privilegiada da auto-negação do capital - se apresenta como integrante da dinâmica global; e não como um aspecto secundário e acessório, mas enquanto elemento essencial para compreender seu "modus operandi". Neste sentido, um estudo completo da concepção marxiana do capitalismo deve sempre levar em conta a dimensão em que a negatividade do capital aparece enquanto crise e também a forma com que esta última se combina para compor movimentos em direções determinadas e em períodos de tempo circunscritos.

Além disso, em segundo lugar, apreendida como expressão da negatividade imanente ao capital, a crise está na base da crítica ao capitalismo, conforme um significado especificamente marxiano de "crítica"⁽²⁾ não se trata de uma reflexão exterior que aponta

os limites deste sistema, e sim dos limites alcançados por ele mesmo com o desenvolvimento de suas potencialidades e com a exposição de suas contradições fundamentais nos processos que ele realiza. Tais processos, no entanto, não se apresentam diretamente como realização das contradições, mas, antes, como ocultamento e transfiguração destas contradições na esfera da concorrência e aos olhos dos agentes econômicos, num movimento de inversão que é também determinado pela negatividade do capital. A presente tese deve, então, reconstituir os procedimentos pelos quais Marx descobre este movimento de inversão e a contradição que o preside, para daí associar tais procedimentos à crítica objetiva que o sistema faz a si mesmo através de suas crises e à crítica possível aos agentes econômicos.

Neste sentido, a ligação entre crise e crítica aponta para a indubitável importância da retomada da teoria do valor de Marx, para além de seu papel na elaboração de toda a sua teoria econômica ou ainda para além dos problemas técnicos que o conceito propicia: através dele, Marx apresenta o caráter natural, autônomo e objetivo das categorias da Economia Política como uma aparência que o próprio capitalismo cria para si e que ele também se encarrega de negar. Por trás desta aparência estão relações sociais historicamente datadas que são o verdadeiro conteúdo das categorias econômicas para Marx. A teoria do valor, portanto, se configura como a forma de apreensão adequada a um sistema contraditório e, simultaneamente, a forma pela qual sua análise e apresentação expõem a contradição e seu modo de atuar, associando-se necessariamente à crítica⁽³⁾.

A relevância do conceito de "crise" na obra de Marx, nestes dois sentidos indicados, foi percebida por vários autores desde o início do século atual, mas o conceito gerou muitas discussões dentro da literatura de inspiração marxista. Como será visto nas notas dos capítulos seguintes desta tese, as referidas discussões têm sua origem em dois tipos de dificuldade: primeiro, quanto ao conteúdo do conceito de "crise", que é definido de diferentes maneiras em diferentes momentos da teoria de Marx, levando os autores mencionados a privilegiar unilateralmente um conteúdo possível em detrimento dos outros;

segundo, a cada conteúdo se associa uma determinada concepção de como aquele tipo de crise se realiza, ou seja, passa de potência a ato. Esta passagem é conhecida e estudada pela filosofia como o estudo das proposições "modais" ou "modalidades", que começarei a apresentar e discutir no item 3, adiante nesta introdução, mas que aparecerá em todos os capítulos subseqüentes, devido à sua capacidade de resolver questões pendentes dos debates marxistas antigos e recentes.

É justamente o exame do conceito de "crise" na perspectiva modal que permitirá decidir se os conteúdos, isolados ou reunidos de alguma forma, podem fornecer explicações sobre o modo com que a crise se realiza, isto é, sobre a capacidade que as determinações auto-negadoras do capital têm de se tornarem efetivas. Conforme um certo conteúdo, por exemplo, a crise se define como algo que só possivelmente se realizará, ou então como algo que necessariamente se converte em realidade.

As conseqüências destas determinações são fundamentais, em primeiro lugar, no sentido em que a crise é elemento básico da dinâmica global capitalista, pois daí pode se estabelecer se os ciclos de expansão e retrocesso da acumulação de capital são necessária ou só possivelmente determinados, bem como se o são de um ou outro modo as tendências de longo prazo; se não forem necessários, os próprios conceitos de "ciclo" e de "tendência" deverão ser repensados, porque um ciclo ou uma tendência que podem não ocorrer, ou que podem ocorrer diferentemente, não correspondem ao que se atribui normalmente a eles. Em segundo lugar, os resultados do estudo das modalidades da crise são fundamentais no outro sentido do conceito de "crise", associado à crítica: se algum conteúdo dele for considerado necessário, pode-se prever que o capitalismo fatalmente chegará a um colapso ou, se todos conteúdos forem só possíveis, que conseguirá controlar o impacto de suas crises, mantendo-se indefinidamente. Tal foi, precisamente, um dos temas principais dos debates clássicos do marxismo; a famosa "Zusammenbruchstheorie" significava que o capitalismo consumaria sua auto-negação, sua crítica objetiva através da crise final.

Neste caso, o que a consideração das modalidades permite é estabelecer o limite entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito a partir da elaboração do conceito de "crise" na teoria de Marx. Se, conforme um certo conteúdo deste conceito, a crise for apenas possível, então explicações e previsões baseadas nele não podem ser definidas como realização de algo inevitável; se, conforme outro conteúdo, ela for necessária, de tal modo que a ocorrência de seu oposto seja impossível ou, se possível, determinada completamente pela necessidade do primeiro, então sua realização pode ser explicada ou prevista como inevitável. Traça-se de fato um limite entre o que é enunciado enquanto possibilidade e o que é enquanto necessidade inerente ao capital. O que é possível poderia ser de outra forma, não sendo necessário; enunciar o possível como se fosse necessário, é extrapolar os limites de sua capacidade explicativa ou de previsão, afirmando dogmaticamente seu predomínio sobre as outras possibilidades, sob a ilusão de que tal enunciado é, assim, científico.

Para os dois sentidos que o conceito de crise tem na teoria de Marx, fixar este limite implica, em relação ao primeiro deles, distinguir os movimentos cíclicos e tendenciais do capital que possuem o caráter de necessidade daqueles que possuem o de simples possibilidade, ou ainda, distinguir os elementos necessários e os possíveis na determinação dos movimentos reais do capital; e em relação ao segundo sentido, conhecer o limite significa poder apontar na crise o que é expressão da negatividade intrínseca e necessária e que poderia ser considerado como finitude posta pelo capital como inevitável, como sua autocrítica objetiva. Sob este prisma, uma nova luz será lançada sobre os debates tradicionais do marxismo, na medida em que se poderá definir até que ponto as várias perspectivas antagônicas se enraizaram legitimamente no que a teoria de Marx permite afirmar e a partir de que ponto as deduções delas ultrapassam as possibilidades da teoria matriz, assumindo uma feição exagerada, errônea e dogmática.

Esta é, de fato, a finalidade da presente tese. Por um lado, pretende-se reconhecer as imensas e inegáveis potencialidades da concepção marxiana do capitalismo, tanto para a análise penetrante dos fundamentos e modo de funcionamento dele, quanto para

a crítica ainda válida e decisiva deste sistema. Por outro lado, procura-se localizar em tal concepção os aspectos que nela mesma impedem conclusões exorbitantes, não legitimadas pela formulação original de Marx. Uma reconstituição cuidadosa desta formulação faz-se imprescindível, portanto, para estabelecer o limite entre as deduções legítimas e as ilegítimas e, com isso, o limite entre o que pode ser derivado da análise crítica marxiana da sociedade burguesa e o que não pode ser derivado, por extrapolar as determinações constitutivas desta análise. A própria teoria, pelo modo com que se articulam seus conceitos básicos, é que impõe estes limites.

Os motivos pelos quais não é fácil a tarefa de indicar os mencionados limites são os mesmos que levaram grande parte dos autores marxistas a ultrapassá-los: a aparente dispersão e diversidade das definições do conceito de "crise" ao longo da obra de Marx, e os problemas em fixar a modalidade associada a cada uma das diversas definições. É o enfrentamento de tais dificuldades que determina a forma em que esta tese se apresenta, com a divisão nos capítulos e itens que se seguem. Incumbe, assim, ainda em sua introdução, explicar melhor estas dificuldades e as soluções para elas propostas.

2-

A dificuldade que se encontra em fixar um conteúdo determinado e definitivo para o conceito de "crise" dentro da teoria de Marx decorre, em primeiro lugar, dele ter planejado inicialmente a apresentação sistemática deste conceito apenas para o final de sua obra, como culminação dos estudos sobre o capital e sobre as principais relações sociais e instituições capitalistas. Ao ser abandonado posteriormente o projeto original, vários temas que deviam ser tratados depois do primeiro livro - sobre o capital - acabaram sendo incorporados a ele na versão que por fim Marx adotou⁽⁴⁾, dividindo sua obra nos três livros publicados entre 1867 e 1895. Com isso, a apresentação do conceito de "crise" deixou de ocupar a posição de síntese conclusiva reservada a ela pelo projeto de 1857 e, mais ainda,

dispersou-se ao longo dos 3 livros da versão definitiva, adquirindo uma figura aparentemente fragmentária e até desordenada.

Isto não significa, porém, que de fato Marx tenha sido negligente neste ponto ou que seja impossível determinar um conteúdo claro e distinto para a "crise", nem muito menos que ela tenha sido reduzida a um conceito de importância secundária no quadro mais acabado da teoria marxiana. Deve se ter em mente que a "crise" a ser considerada na culminação da obra está associada ao estudo do mercado mundial, ou seja, que se trataria aí das crises enquanto fenômeno de abrangência universal, alastrando-se por toda a economia mundial exatamente na medida em que o próprio capital já também o tivesse feito; a crise do mercado mundial é o correspondente negativo do capital neste ponto último de sua expansão e o conceito de "crise" respectivamente é o mais complexo e abrangente. Mas antes disso, a crise está presente nas etapas anteriores da expansão, histórica e sistemicamente considerada, como o negativo do impulso expansivo do capital. Daí que uma reconstituição dos momentos lógicos pelos quais o capital se determina como este processo expansivo e totalizante deva ser também uma reconstituição dos momentos lógicos de sua auto-negação.

Em outras palavras, não é necessário aguardar o fim da obra para só então estudar as crises, porque a determinação delas já se encontra desde o início e ao longo de toda a apresentação do conceito de "capital", embora muitas vezes de modo implícito, como o negativo presente mas não tematizado de cada forma que o capital assume. Sem o tratamento final e conclusivo que Marx projetara, a determinação do conteúdo da "crise" é sem dúvida uma tarefa árdua, mas possível, pois depende de uma bem sucedida reconstituição do conceito de "capital" através de sua apresentação sistemática. É exatamente este o primeiro objetivo da presente tese, que se divide nos quatro capítulos seguintes de acordo com os quatro momentos básicos da reconstituição do conceito de "capital" correlatamente à do conceito de "crise", como será explicado adiante.

Antes de tratar desta divisão, no entanto, é preciso compreender o sentido do projeto marxiano de apresentação do conceito de "capital", isto é, o que significa, em primeiro lugar, a apresentação categorial e como seu desdobramento se distingue do desenvolvimento histórico e sistêmico do capital em sua realidade.

A ordem da apresentação das categorias econômicas se afigurou como um problema metodológico central para Marx quando, a partir de 1857, ele se propôs a tarefa de organizar sistematicamente os resultados das suas investigações sobre a Economia Política. Não se tratava de um simples encadeamento de proposições, mas, antes de mais nada, de buscar a definição adequada de "capital", para além das formas aparentemente autônomas e justapostas por ele assumidas nos fenômenos do cotidiano. O confronto com o modo de apresentação das obras dos "clássicos" era inevitável. Ricardo, como último grande representante da Economia Política segundo Marx, foi censurado por ele porque *"quando concebe o valor da mercadoria, se deixa influenciar por considerações a todos os tipos de relações concretas; por outro lado (deve-se reprovar) que ele tenha apreendido a forma de manifestação imediatamente, diretamente, como prova ou exposição da lei geral; de modo algum ele a desenvolve"*(5) Além disso, *"Em Ricardo, a unilateralidade vem dele querer demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas não contradizem a teoria do valor, em vez de, ao contrário, desenvolvê-las junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento deste fundamento mesmo"*(6).

Esta crítica metodológica, portanto, consiste em que, para Marx, Ricardo apreendeu corretamente o valor como *"fundamento"* e *"lei geral"* da economia capitalista, mas não soube *"desenvolver"* as *"diversas categorias ou relações econômicas"* a partir do valor enquanto *"fundamento"*, expondo-as *"imediatamente, diretamente"* como *"forma de manifestação"* deste último. E ele não o fez porque estaria preocupado em simplesmente *"demonstrar que as diversas categorias...não contradizem a teoria do valor"*; mas para *"desenvolvê-las"*, ele deveria *"expor o desenvolvimento deste fundamento mesmo"*, *"junto*

com suas contradições aparentes". Ao invés de fugir da contradição, Ricardo deveria tê-la enfrentado, justamente porque a forma com que ela "*aparece*", se resolve e se repõe constitui o movimento das mediações - oposto da "*imediatez*" criticada - que vai do "*fundamento*" a suas "*formas de manifestação*", num processo que é o próprio "*desenvolvimento*" proposto por Marx. Tal movimento só pode ser concebido se aceitar que as categorias econômicas derivadas contradizem o "*fundamento*": um contra-senso se não se admitir também que o próprio "*fundamento*" se apresenta na forma de uma contradição, cuja resolução e constante reposição leva sucessivamente ao "*desenvolvimento*" das "*diversas categorias*".

O projeto marxiano de apresentação, assim, depende de que se apreenda o "*fundamento*" da economia capitalista - o valor e o capital enquanto valor que se valoriza - como algo contraditório, gerando daí um processo pelo qual a contradição se "*desenvolve*" para abarcar o conjunto das relações econômicas como uma totalidade na qual cada forma se liga à outra enquanto "*forma de manifestação*" da contradição todo-abrangente. É neste ponto que Marx se aproxima do conceito hegeliano de "exposição", ao mesmo tempo em que busca se desembaraçar dos elementos "idealistas" que a exposição implicaria na filosofia especulativa de Hegel, para afirmar a possibilidade de uma "dialética materialista"⁽⁷⁾.

Como se verá ao longo desta tese, o que permite tal projeto de "apresentação categorial" por Marx é a concepção do capital como uma relação social que, em primeiro lugar, subordina formalmente - pela compra enquanto mercadoria - a força de trabalho criadora de valor e de mais-valia, rebaixando-a a momento da totalidade constituída por ele; e em segundo lugar, uma relação que subordina a força de trabalho de tal modo que impede que esta rebaixe o capital a seu momento e se constitua efetivamente, por seu turno, em totalidade. O capital afirma a força de trabalho como momento nele incluído e, por outro lado, a nega e exclui enquanto possível todo; ao afirmar e negar simultaneamente a fonte do valor, a partir do qual ele mesmo se forma e define, o capital se contradiz justamente por sua

tendência a se constituir em totalidade exclusiva que preside o conjunto das relações econômicas.

Nesta força totalizante do capital, Marx encontrou a base sobre a qual se estabelece um objeto autônomo, que pode e deve ser apresentado independentemente de condições exteriores a ele, e que tende a subsumir a si as demais relações sociais existentes, permitindo sua inteligibilidade. Não se trata, assim, duma simples construção que recortaria um objeto possível: *"Aqueles que consideram a abstração do valor como uma mera abstração esquecem que o movimento do capital é esta abstração 'In actu'"*(8). Como se verá no item 6 adiante, a oposição do trabalho abstrato aos trabalhos concretos e, daí, do valor ao valor-de-uso, não é resultado de uma abstração generalizante efetuada pelo teórico, mas produto real-efetivo do modo com que se constitui o capital como objeto específico, devendo a teoria limitar-se a reproduzi-la e apresentá-la através de conceitos.

Por outro lado, como é por sua forma contraditória que a tendência totalizante do capital se estrutura, a apresentação pode e deve reconstituir os momentos da determinação desta tendência de acordo com sua forma lógica própria - a contradição -, superando a superficialidade criticada por Marx no modo de apresentação categorial dos "clássicos" da Economia Política. Estes dois aspectos essenciais e interligados é que dão ao capital especificamente a feição adequada para que seu conceito tenha seus desdobramentos dialeticamente apresentados enquanto momentos de um desenvolvimento.

Mas a expressão "momento", empregada no contexto da apresentação das categorias econômicas, não deve induzir à interpretação de que o desenvolvimento dos conceitos reproduz o desenvolvimento histórico dos objetos a eles correspondentes, de que a ordem dos primeiros acompanha a seqüência destes últimos e tem validade justamente por acompanhá-la. Conforme palavras de Marx: *"Seria impraticável e falso fazer as categorias econômicas se seguirem umas às outras na seqüência em que elas foram historicamente determinantes. Antes, sua ordem é determinada pela relação que elas têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é justamente o contrário de como elas*

aparecem naturalmente ou do que corresponde à ordem do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas adotam historicamente na seqüência das várias formas de sociedade. Nem muito menos de sua ordem 'na idéia' (Proudhon)... mas de sua articulação dentro da sociedade burguesa moderna"(9).

A apresentação das categorias realizada em "O Capital" não reflete, assim, "a seqüência em que elas foram historicamente determinantes"; não se expõe aí a história do capitalismo, começando com as formas econômicas anteriores para depois descrever o surgimento da "sociedade burguesa moderna": "O Capital" não é uma narrativa histórica. A ordem das categorias econômicas depende, isto sim, "de sua articulação dentro da sociedade burguesa moderna" considerada como algo já estabelecido, "articulação" que se expressa na "relação que elas [as categorias econômicas - JG] têm umas com as outras" no quadro da definição do conceito de capital.

Entretanto, a apresentação categorial não reflete "nem muito menos...sua ordem 'na idéia'." como se fosse uma dedução lógica de conceitos a partir de conceitos, numa dialética do puro pensamento independentemente de seu objeto. Por isso, numa nota ao pé de uma página dos "Grundrisse", a título de lembrete e admoestação para si mesmo, Marx escreve: "Será necessário mais tarde...corrigir o estilo idealista da apresentação, que produz a aparência de que se tratariam apenas de determinações conceituais e da dialética destes conceitos"(10). Embora o objetivo de "O Capital" não seja uma narrativa histórica, suas categorias têm como referência um objeto historicamente constituído - não a forma eterna, natural e única da produção social -, de modo que muitas vezes as passagens da apresentação dependem de pressupostos históricos, evidenciando a impossibilidade de uma mera dedução lógica dos conceitos. Então, "Determina-se neste ponto como a forma dialética da apresentação só está correta quando ela conhece seus limites"(11) , "limites" que correspondem à impossibilidade de se tratarem "apenas de determinações conceituais e da dialética destes conceitos", apontando para a necessidade de serem incorporados

pressupostos históricos para completar a passagem de um momento para outro da apresentação.

E com isso se revela a diferença radical existente para Marx entre a sua concepção de apresentação e a da "Ciência da Lógica" de Hegel, pois nesta última a exposição descreveria o processo de surgimento e desenvolvimento do conceito simultaneamente ao do objeto correspondente àquele⁽¹²⁾. Daí o "*estilo idealista*" que Marx buscava evitar, em que a "*dialética de conceitos*" parece produzir e reproduzir a dialética real do objeto. Sem querer discutir a justeza desta crítica a Hegel, o que importa aqui é que nela Marx se baseou para estabelecer sua famosa distinção entre o "método de pesquisa" e o "método de apresentação categorial", que só poderia ser correto depois do primeiro ter apreendido adequadamente seu objeto: "*A pesquisa deve apropriar-se detalhadamente do seu material, analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado este trabalho, pode ser adequadamente apresentado o movimento efetivamente real. Conseguindo isto, e se a vida do material se espelha idealmente, pode parecer que se tem a ver com uma construção 'a priori'*".⁽¹³⁾

Para Marx, o desenvolvimento real do objeto não pode ser constituído pela própria exposição dele, porque não é presidido pela dialética de seu conceito que se torna efetivo ao se expor, como no caso do projeto hegeliano de demonstrar que a razão tem em si o poder de se realizar e é justamente este poder de realização. Ao contrário, o objeto de Marx - o capital - não tem consciência de seu poder de realização e de sua racionalidade imanente (cf. item 14, adiante), que devem ser descobertos como "*nexo interno*" pela pesquisa prévia, até porque o "*movimento efetivamente real*" do objeto não consciente de si pode se dar sob formas que invertem e ocultam seu "*nexo interno*", na esfera da circulação de mercadorias e da concorrência. A pesquisa tem também, assim, a tarefa de encontrar o modo "*adequado*" de apresentação que revele o "*nexo interno*" por trás de suas formas de ocultamento e explique a relação necessária entre este "*nexo*" e a aparência invertida dele nas suas manifestações visíveis.

Não se trata, portanto, de que a apresentação traga implícitas hipóteses subjetivas acrescentadas pelo pesquisador, mas sim de que só mediante a pesquisa é possível apreender o objeto tal como ele é, penetrando através das formas exteriores em que ele aparece como algo harmonioso, para descobrir seu "*nexo interno*" contraditório⁽¹⁴⁾. Depois disso, então, é que a apresentação pode assumir a forma "*adequada*" à revelação de tais descobertas e à racionalidade imanente do objeto, e não às razões do pesquisador, cujo trabalho limitou-se a rastrear essa racionalidade da qual o objeto mesmo não é consciente e, por isso, não expõe por si próprio. É "*a vida do material*" que se apresenta, mas como suas formas de manifestação - os fenômenos do cotidiano econômico - são o inverso do seu "*nexo interno*" contraditório, parece que foi o pesquisador que impôs ao seu objeto uma "*dialética de conceitos*" externa, que aplicou a ele um método dialético como "*uma construção a 'a priori'*".

Descartada esta falsa aparência, porém, o objeto corretamente apreendido pela pesquisa consiste na já referida totalidade contraditória que tem em si a força de subsumir as demais relações econômicas. A partir daí, a tarefa da apresentação categorial propriamente dita é reproduzir o modo com que o capital se constitui nesta dupla determinação - força totalizante e contraditória - que define seu conceito. Para isso, a apresentação deve reconstituir a articulação entre os vários aspectos deste conceito como um desdobramento de etapas ou momentos - as "*determinidades formais econômicas*" - desdobramento através do qual a definição de "capital" se enriquece progressivamente até alcançar seu conteúdo mais complexo, mais "concreto"⁽¹⁵⁾, num movimento que tem como finalidade apreender a relação entre o "*nexo interno*" do objeto e suas formas externas de manifestação enquanto dedução de categorias.

Neste contexto, convém enfatizar que o importante é o desdobramento das categorias que expressam as "*determinidades formais econômicas*", e não imediatamente uma relação entre coisas: "*Não se trata aqui de definições sob as quais as coisas são subsumidas. Trata-se de funções determinadas, que são expressas por categorias*".

determinadas."⁽¹⁶⁾ Uma mesma coisa pode se definir como meio de produção ou de consumo, por exemplo, conforme a "*função determinada*" que o capital lhe assigne em seu processo de auto-constituição, isto é, conforme ela apareça no quadro da produção imediata, da circulação ou da unidade de ambas esferas. Por isso, as categorias se referem não às coisas em si mesmas, e sim à função a elas atribuída pelo capital de acordo com o momento específico da constituição do seu conceito; e a apresentação delas adquire o caráter de enriquecimento progressivo de seu conteúdo, porque se complexificam gradativamente aquelas funções dentro do movimento totalizante do capital.

Uma vez esclarecidas estas questões básicas sobre o sentido do projeto de apresentação das categorias elaborado por Marx para "O Capital", pode se retomar o ponto-de-partida deste item e entender que o conceito de "crise", enquanto determinação inerente à forma contraditória em que o capital se constitui, também tenha seu conteúdo enriquecido à medida que ele se refere a funções progressivamente mais complexas, correspondentes às etapas do desenvolvimento do conceito de "capital". Ambos conceitos se apresentam estreitamente relacionados, de modo que, quando "capital" se define por um certo conteúdo, a "crise" deve ser definida de acordo com este conteúdo; e quando há uma passagem de nível da apresentação para um grau maior de abrangência ou "concretude" no conteúdo do "capital", igualmente o conteúdo da "crise" reflete tal passagem. É esta correspondência que torna viável o projeto da presente tese, de determinar o conteúdo do conceito de "crise" através da reconstituição do conceito de "capital" em seus sucessivos momentos até o último, apresentado no Livro III de "O Capital".

Cada um dos capítulos seguintes da tese, desta maneira, procurará estabelecer o significado de "crise" conforme a correlação entre ambos conceitos nos quatro momentos principais em que se divide a teoria econômica de Marx na sua versão mais acabada. Inicialmente, têm-se a esfera da circulação simples de mercadorias, logicamente anterior à constituição do capital mas já presidida por ela (capítulo 1); depois, a esfera da produção imediata de mercadorias pelo capital em que ele se define em suas determinações

fundamentais (capítulo 2); em seguida, a esfera da circulação do capital, apresentada enquanto processo ainda não completamente conformado pelas determinações da produção (capítulo 3); e finalmente a esfera do processo global da produção capitalista, que sintetiza as determinações das esferas anteriores e na qual os conceitos atingem o maior grau de complexidade efetivamente alcançado pela teoria marxiana.

Não me proponho, assim, empreender um possível desenvolvimento da teoria das crises de Marx, tornando-a "atual" face aos problemas específicos do capitalismo avançado ou aos debates da literatura econômica recente nas suas várias correntes, nem muito menos a fazer uma verificação empírica sobre a "verdade" dos prognósticos de crise. Não, porque tudo isso dependeria de que já houvesse um entendimento adequado e um consenso mínimo a respeito do que Marx escreveu sobre as crises, o que está longe de ser fato. Porém, ao me restringir a uma reconstituição, digamos, imanente ao texto de "O Capital", do conceito de "crise", pretendo avaliar as potencialidades e também os limites das análises críticas de Marx sobre o destino e a dinâmica do capitalismo. Justamente conhecendo tais limites é que se tornam compreensíveis, inclusive, os problemas encontrados pela literatura mais recente em tentar "atualizar" a teoria marxiana sobre este assunto, bem como as imprecisões, exageros e erros recorrentes em que ela cai nesta tentativa.

3-

As discussões sobre a análise das crises empreendida por Marx se caracterizaram sempre pela divergência não só quanto ao conteúdo do conceito de "crise", mas também quanto ao papel dele na explicação da dinâmica do capitalismo e nas previsões sobre o futuro deste sistema social. Todas as posições antagônicas, porém, se basearam no fato de que para Marx a crise é uma determinação constitutiva do capital, inerente a ele, contrariando a maior parte dos autores da Economia Política "clássica", que consideravam as crises como resultado de acidentes sem ligação direta com o sistema de relações

econômicas propriamente dito. Inversamente, Marx procura definir o espaço das crises já na esfera da circulação de mercadorias, da forma-valor simples, das compras e vendas, do intercâmbio de mercadoria e dinheiro enquanto formas-valor, conforme será examinado no capítulo 1 desta tese.

E ele prossegue sua definição, indagando: *"Mas por que estas formas apresentam seu lado crítico, por que a contradição contida nelas em 'potentia' se manifesta como tal em 'actu', não pode ser explicado só a partir destas formas"*(17). A questão da inerência da crise e de sua realização no capitalismo está aqui colocada nos termos tradicionais da filosofia aristotélica(18) da passagem de uma determinação de "potentia" a "actu", deixando claro ser este o caminho que a explicação das crises - o "lado crítico" das formas mencionadas - deve percorrer, a fim de sua "manifestação em 'actu'" possa ser entendida a partir do que está "em 'potentia'", que é a "contradição contida" nas formas-valor. O significado desta passagem fica mais preciso na seqüência do texto: *"Se se perguntar por suas [das crises - JG] causas, então se quer saber por que sua forma abstrata, a forma de sua possibilidade, passa da possibilidade para a efetividade"*(19).

"Potência" corresponde aqui, em primeiro lugar, à "possibilidade". A tradução das palavras latinas do primeiro texto citado para os termos modernos do segundo texto implica, portanto, que a "potência" é não só a capacidade de determinar uma crise, como também a "possibilidade" desta ocorrer ou não, contraposta a sua "efetividade", ao "actu" em que ela já ocorre. A passagem adquire, então, o caráter modal que permite a mobilização de todo o quadro de categorias próprias desta lógica, na qual a "possibilidade" se opõe à "efetividade" e na qual a relação entre estas categorias é mediada pela de "necessidade". Neste sentido, "potência" corresponde mais exatamente, em segundo lugar, à capacidade de determinar algo como sendo necessário, isto é, algo que ocorre excluindo a possibilidade de não ocorrer.

Mas o aparecimento das categorias modais nos textos de Marx não segue uma ordem em que elas se deduzem logicamente umas das outras, não é a aplicação de uma

lógica modal qualquer, exterior ao seu objeto específico. Conforme mencionado no item anterior, este objeto, o capital, é concebido como uma relação social com poder para subordinar a si as demais relações sociais, convertendo-se em totalidade da qual elas são momentos; ou seja, de acordo com sua própria definição, o capital tem uma força totalizante, uma potência de realizar suas determinações constitutivas. Impõe-se, por isso, a tarefa de investigar de que modo se realiza cada uma destas determinações, isto é, se apenas possivelmente ou se já necessariamente elas "*passam à efetividade*", com o que o estudo de suas modalidades se apresenta não só enquanto algo adequado a tal objeto, mas enquanto algo fundamental para compreender a natureza dele.

A dificuldade na execução desta tarefa, porém, consiste na falta de uma reflexão metodológica clara e específica sobre a abordagem modal presente na obra de Marx: em algumas passagens, ele se refere à crise enquanto "mera possibilidade" ou "possibilidade formal", ao passo que em outras seu raciocínio indica indubitavelmente que a crise se determina enquanto realização de uma necessidade inerente à essência auto-negadora do capital; como veremos no capítulo 4 desta tese, ao discutir por que as tendências destrutivas do capital não tornam imediatamente inviável sua existência, Marx afirma seguidamente que a longo prazo estas tendências acabariam por prevalecer, de forma que a necessidade da crise adquiriria o caráter de inevitabilidade.

Tais aparentes oscilações do texto é que deram lugar para as versões antagônicas sobre o destino do capitalismo, desde as polêmicas clássicas do marxismo do início do século atual até as recentes teorias do ciclo de curta e longa duração. Para evitar o círculo vicioso destes debates infundáveis, faz-se imprescindível superar a unilateralidade com que cada versão privilegia uma modalidade de crise, superando a aparência de oscilação e ambigüidade do próprio texto de Marx. E isto requer, por seu turno, que se distingua duas questões diferentes: primeira, o modo pelo qual a explicação da crise vai se tornando progressivamente mais complexa e precisa ao longo da apresentação categorial; e segunda,

o modo definitivo pelo qual a crise é explicada no último nível da apresentação alcançado por Marx, no Livro III de "O Capital".

Em outras palavras, à medida que a apresentação categorial desdobra a articulação dos diferentes aspectos e momentos do conceito de "capital", ela também desdobra em momentos o modo com que o capital realiza sua potência, com que ele torna efetivas suas determinações essenciais, inclusive a auto-negadora que define a crise. Por exemplo, quando se considera apenas a circulação de mercadorias e do capital, associa-se a esta esfera a "possibilidade" enquanto modalidade predominante, pela qual se explica a ocorrência da crise, pela qual a determinação da crise passa de potência a ato; na consideração da produção imediata de mercadorias pelo capital, por outro lado, uma modalidade diferente é associada como predominante, explicando-se a crise enquanto realização "necessária" da determinação inerente do capital à auto-negação. Assim, à medida que a apresentação categorial reconstitui o conceito de "capital" como força totalizante, reconstitui também os momentos de efetivação desta força e da força contrária que igualmente lhe é intrínseca - a crise - desde a mera possibilidade até a necessidade.

O erro de vários autores que discutiram e discutem o problema do destino do capitalismo, tomando por base a teoria de Marx, é apegar-se à modalidade correspondente a uma etapa intermediária da apresentação categorial, considerando-a como a forma definitiva com que Marx explica a crise, sem perceber que há um desenvolvimento da perspectiva modal correspondente ao desenvolvimento das categorias. Se em passagens intermediárias a possibilidade predomina sobre a necessidade enquanto modo pelo qual a auto-negação do capital se realiza nas crises, no final, quando se unificam as esferas da circulação e da produção imediata, é a necessidade que predomina sobre a possibilidade, a ponto da crise parecer inevitável, seja como colapso, seja como retorno cíclico da tendência negativa.

A importância de se reconhecer a ligação entre a apresentação categorial e o desenvolvimento das modalidades pelas quais as determinações do capital se tornam efetivas, portanto, é que através desta ligação se pode distinguir as formas provisórias das

formas finais com que Marx explica as crises, entendendo inclusive como estas formas se organizam no conjunto da teoria marxiana. Ao se reconstituir o conceito de "crise" nos quatro níveis que correspondem aos quatro capítulos desta tese, então, simultaneamente se procederá à reconstituição da ordem das modalidades pela qual Marx pensa se determinar a passagem da crise enquanto potência à crise enquanto ato.

Veremos como a superação da "possibilidade formal" de crise na esfera da circulação permite a Marx afastar a idéia de que as crises seriam meras "contingências", isto é, ocorrências determinadas exteriormente ao sistema capitalista, para buscar sua determinação sistêmica, imanente ao capitalismo e, assim, "necessária". Mas veremos também que seu conceito de "necessidade" é complexo, não só porque dá ainda espaço para a contingência ou porque se manifesta nos fenômenos do cotidiano econômico enquanto "possibilidade formal", mas principalmente porque se refere a determinações opostas que convivem sempre na totalidade contraditória formada pelo capital. Se esta totalidade não fosse permanentemente contraditória, uma das determinações poderia prevalecer sobre a outra e tornar-se a única de fato necessária, ou seja, uma "necessidade absoluta". Como não é este o caso, porém, há necessidade na realização das crises, mas não necessidade "absoluta", com o que é problemático pensar sua inevitabilidade.

Não se trata aqui da simples diferença entre uma crise possível e uma crise necessária, ou entre sua determinação externa ou interna ao sistema capitalista. A dificuldade que de fato confundiu vários autores que trataram do tema é o estatuto da "necessidade" das crises e das leis de movimento em geral na obra de Marx. Minha proposta nesta tese é retomar o conceito aristotélico de necessidade "condicional" e o conceito hegeliano de necessidade "relativa"⁽²⁰⁾ para tentar entender como para Marx uma crise é necessariamente determinada pelo capital. De acordo com ambos conceitos, a necessidade é "condicional" ou "relativa" quando depende de elementos exteriores a ela para que o que está em potência passe a ato, elementos que a condicionariam, de modo que ela só seria necessidade através da relação com eles. Apesar de não ser aparentemente isto que Marx

pretende quando se refere à crise enquanto necessidade, o recurso aos conceitos das tradições aristotélica e hegeliana será extremamente útil para definir o estatuto do conceito marxiano.

É através da definição da "necessidade" com que atuam as leis gerais de movimento e a crise na teoria de Marx que se poderá cumprir a finalidade principal desta tese, enunciada no item 1 acima: estabelecer o limite entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito sobre a dinâmica capitalista, suas crises e seu destino. A necessidade "absoluta" significaria que o capital tem o poder pleno de determinar endógena e univocamente a realização de suas potencialidades; enquanto a necessidade "relativa" implica que, para realizá-la, o capital precisa resolver continuamente o conflito entre suas disposições opostas e igualmente necessárias, no que consiste justamente toda a dificuldade. Ao solucioná-la e se cumprir a finalidade da presente tese, então, veremos como a posição de Marx sobre o papel da contingência, a despeito de certas passagens de seus escritos em que sugere a inevitabilidade da crise, aproxima-se das posições de Aristóteles e Hegel, não por seu conteúdo específico, mas por seu sentido geral: como eles, Marx também é crítico do fatalismo simplista.

Notas da Introdução:

- 1)- O termo "burguês" empregado por Marx aqui tem uma longa e significativa história que distancia seu conceito do uso banalizado pelo marxismo vulgar, história que foi tema, por sua vez, de alguns estudos interessantes, entre os quais o de Manfred Riedel no artigo "*O conceito de 'Sociedade Burguesa' e o problema de sua origem histórica*" ("*Der Begriff der 'Bürgerlichen Gesellschaft' und das Problem seines geschichtlichen Ursprungs*", in *Studien zu Hegels Rechtsphilosophie*, Suhrkamp, Frankfurt, 1969). Neste importante texto, Riedel assinala que até o fim do séc. XVIII a palavra alemã 'Bürger' se referia, num sentido estrito, ao habitante dos burgos, ao morador das cidades por oposição ao senhor feudal e ao camponês, e, num sentido amplo, ao membro da sociedade civil - 'bürgerliche Gesellschaft' (que é a expressão também usada por Marx) - isto é, ao cidadão, titular de direitos políticos. Este sentido amplo correspondia, portanto, ao conceito de "cidadão" ou membro do estado, conforme a filosofia política e o direito, sendo "burguês" ('Bürger') o neologismo proposto por Kant para traduzir a palavra latina 'civis', cidadão, do mesmo modo que "sociedade burguesa" é a tradução da 'societas civilis' romana ou da 'koinonia politiké' de Aristóteles. E justamente esta tradução revela a continuidade na identificação entre estado e sociedade civil ou política desde o pensamento antigo até o dos autores modernos dos séculos XVII e XVIII. Estes últimos aceitaram dos antigos que "civil" diz respeito à dimensão pública da vida na cidade (a 'pólis' grega ou a 'civitas' romana, contraposta à 'urbe' - cidade no aspecto físico), ou seja, à participação política dos cidadãos no estado, por eles constituído enquanto membros da "sociedade civil", associados politicamente como iguais em direitos. Desta dimensão pública se distingue a privada, não-política, correspondente ao 'oikos', à família enquanto célula organizadora da vida econômica. Por isso, na tradição clássica, a "sociedade civil" é objeto da filosofia política e não imediatamente tema de uma consideração "social-econômica". Com as transformações ocasionadas pela Revolução Francesa de 1789 e a industrialização do início do séc. XIX, porém, de acordo ainda com Riedel, foi possível a Hegel romper com esta tradição e modificar os conceitos de "burguês" e "sociedade burguesa". Em sua "Filosofia do Direito" de 1821, ele não mais identifica a "sociedade civil" ao "estado": em primeiro lugar, porque o desenvolvimento da grande manufatura e da indústria haviam feito do indivíduo autonomizado, e não mais da família, a base da vida econômica, constituindo a sociedade enquanto "sistema de carecimentos" em que os indivíduos se associam como forma de satisfazerem reciprocamente suas necessidades econômicas, simultaneamente mantendo sua independência nesta esfera privada; em segundo lugar, porque a centralização do estado teria modificado a forma de participação política do cidadão, reduzindo o espaço de sua vida pública. Por esta dupla determinação, assim, o mundo moderno se caracteriza - e isto é sua conquista política - pela liberdade do indivíduo em sua vida privada, de modo que, nesta dimensão, a sociabilidade recebe um conteúdo civil e Hegel pode distinguir o 'Bürger' ainda enquanto cidadão, membro do estado, do 'Bürger' enquanto pessoa privada concentrada em sua atividade econômica e, com isso, 'bourgeois' - burguês no sentido atual. Riedel, finalmente, diz que a "sociedade civil-burguesa" de Hegel ainda não havia experimentado o processo de clivagem entre as classes sociais como fará no decorrer do século XIX; a isto deve-se acrescentar que o conceito marxiano não só se funda nesta clivagem, mas, principalmente, no fato dela ter sua origem na divisão do trabalho e na propriedade exclusiva dos meios de produção por parte daqueles que ele chama de "burgueses", alienando necessariamente desta propriedade os trabalhadores diretos, que se tornam, então, assalariados. A "sociedade civil-burguesa" para ele, além do aspecto fundamental da privacidade e da atividade econômica, como para Hegel, se define por "repousar sobre o modo de produção capitalista"[MARX, K.- *Das Kapital*, MARX-ENGELS WERKE 25, Dietz Verlag, Berlin, 1983, vol.III, p.892. - a seguir, esta obra será citada como K, I ou II ou III, conforme o volume, e depois o número da página. A tradução brasileira utilizada é a da coleção Os Economistas, Abril Cultural, São Paulo, 1983 - a seguir citada como C, seguida no número do volume e da página correspondente ao original alemão]
- 2)- Sobre a relação entre "crítica" e "crise", cf. KOSELLECK, Reinhart - *Crítica y Crisis del mundo burgues*, Rialp, Madrid, 1965 e também HABERMAS, Jürgen - "Zwischen Philosophie und Wissenschaft: Marxismus als Kritik", in *Theorie und Praxis*, Suhrkamp, Frankfurt, 1974. Conforme estes dois autores, no grego clássico a palavra "crise" designava o tribunal ou processo jurídico, enquanto "crítica" se referia ao veredito, à sentença pronunciada pelo juiz; a diferença moderna entre o aspecto subjetivo do juízo, designado por "crítica", e o aspecto objetivo de um processo real, designado por

"crise", não existe na raiz grega. Embora esta relação tenha se enfraquecido no contexto cultural romano, na concepção cristã do "Juízo Final" ela continuou subjacente; ressalta-se aqui a ligação entre o veredito divino e a culminação da história das ações humanas, sua finalidade e seu fim cronológico, com o conceito de "escatologia". A partir da Renascença, contudo, perdeu-se a unidade de significação, com "crítica" se referindo à análise de textos literários e em seguida sendo entendida como instrumento da razão para apreciação de seus objetos e para a polêmica; enquanto "crise" mantinha praticamente só uma acepção médica. Este predomínio do aspecto subjetivo da "crítica" sobre o objetivo da "crise" foi marcante no Iluminismo do séc. XVIII, até que o Romantismo alemão enfatizou a noção de "crise", ao conceber o mundo social e a vida como processo resultante do combate de forças contrárias. Desta ênfase na "crise" e da concepção kantiana de "crítica da razão", Hegel derivou seu projeto de reconciliação do subjetivo com a objetividade: recusa-se à definição de "crítica" baseada numa dualidade sujeito-objeto ao conceber o sujeito como a vivacidade processual e auto-reflexiva da objetividade, ou melhor, da realidade efetiva; nesta realidade, assim, está presente o movimento que leva à contradição e à sua superação. Com seu conceito de "capital", Marx retoma a unidade hegeliana, no sentido de que a realidade social burguesa seria determinada pelo capital, sujeito processual e subjogador das relações sociais em geral, cujas contradições não poderiam ser resolvidas "especulativamente" pela razão, como para Hegel, e sim pela revolução proletária que poria fim ao capital e colocaria o homem novamente como verdadeiro sujeito de sua história. Neste contexto, no entanto, a crítica subjetiva não se apresenta como mero momento da realidade contraditória, mas tem um papel próprio fundamental enquanto aparecimento da contradição, tanto para a consciência dos agentes sociais, quanto no nível do sistema capitalista mesmo, através de suas crises. Com isso, Marx retoma, de certa forma, a unidade clássica perdida na modernidade: a crise se apresenta como manifestação direta da contradição essencial do capital, como sua auto-negação determinada enquanto desvalorização do valor existente e incapacidade de prosseguir a acumulação de capital; a crítica, então, se instaura não apenas no espaço cognitivo entre sujeito e objeto, mas também, e principalmente, pela crise enquanto tribunal em que o capital se julga e condena efetivamente, ou ainda, crise enquanto autocrítica real do sistema. Sobre esta história do conceito de "crítica", cf. também RÖTTGERS, K. - *Kritik und Praxis. Zur Geschichte des Kritikbegriffs von Kant bis Marx*, Berlim de Gruyter, 1975.

- 3)- A propósito da sociedade burguesa como realidade contraditória, convém esclarecer o ponto-de-vista desta tese sobre a relação entre a filosofia de Hegel e a teoria social de Marx. Sem dúvida, tal relação é extremamente complexa e foi abordada de modo criticável por vários autores que preferiram reduzir as diferenças entre ambas a um corte radical, a uma diferença absoluta, ou ainda por outros que não problematizaram a relação entre semelhanças e diferenças, embora enfatizassem sempre o aspecto da unidade metodológica. Minha posição é, em linhas gerais, a indicada no texto de FULDA, H. F. - "These zur Dialektik als Darstellungsmethode (im 'Kapital' von Marx)", e também a de THEUNISSEN, M. - "Krise der Macht. Thesen zur Theorie des dialektischen Widerspruchs", ambos artigos in *Hegel-Jahrbuch*, Pahl-Rugenstein Verlag, Köln, 1974. Trata-se de descobrir o que Marx quis dizer ao se referir ao "caroço racional" da lógica de Hegel no posfácio da segunda edição do Livro I de "O Capital", que deveria ser mantido depois de liberado de seu "envoltório místico". Fulda rejeita a solução tradicional de que a dialética deveria ser virada de cabeça para cima, depois de Hegel tê-la posto de cabeça para baixo, como solução para o problema da relação entre os métodos de Hegel e Marx. Recorre, ao invés, a um sentido diferente da palavra alemã 'Umstülpung' usada neste contexto por Marx: virar do avesso, como se vira uma luva, de forma que o que está dentro vem para fora, descoberto, e o que estava por fora passa para dentro. O que é enfatizado com tal interpretação da 'Umstülpung' é o sentido de desmascaramento e de descoberta de algo verdadeiro que estava oculto no interior de uma aparência enganadora, mistificadora; virar ao avesso a dialética hegeliana será, então, revelar o elemento essencial que ela contém dentro do seu "envoltório" aparente e, ao mesmo tempo, pôr para dentro este lado externo que deixaria de exercer o papel de mistificação da essência. Mais precisamente, de acordo com Fulda, esta concepção de Marx retoma sua crítica de juventude a Hegel, no sentido de que o que se inverte é a relação entre a contradição e a identidade fundamental hegeliana: para a filosofia especulativa, conforme Marx, a realidade aparece inicialmente como diversidade de seres que é superada ao se perceber que eles se relacionam reciprocamente na forma lógica da oposição, compondo uma totalidade contraditória que, por sua vez, se resolve - enquanto negação da negação que não cai no vazio, mas resulta em algo determinado - numa identidade mais ampla e unificadora das diferenças; é esta identidade essencial que constitui para Hegel o interior, que Marx quer demonstrar ser de fato a aparência exterior e mistificadora

do verdadeiro interior, que para ele é a contradição colocada como exterior fenomênico por Hegel. A identidade é que passa a ser considerada como aparência da realidade, sendo mistificador pretender que ela fosse a essência, que na verdade é a contradição. A racionalidade do real, diz Fulda, não repousa numa unidade permanente essencial, e sim na contradição pela qual a realidade é apreendida enquanto todo instável e auto-negador; assim, a dialética não é a resolução da contradição na identidade interna, mas a passagem de uma contradição superficial para outra contradição mais profunda que fundamenta um domínio maior de fenômenos e tem, daí, conseqüências mais abrangentes. Assim, Marx reconhece o mérito de Hegel ter estabelecido "*a contradição [como] fonte de toda dialética*" [K, I, 663, nota 41 (C, I 1, 176)], mas dá a ela uma nova posição: não é mais apenas o momento negativo da constituição de uma identidade englobante, mas também o resultado do movimento contraditório, de modo que a dialética se apresenta como método de descoberta da contradição, de desmistificação das aparências igualitárias. A dialética é para Marx, portanto, intrinsecamente crítica, ao contrário do que para ele ela é na filosofia hegeliana. Este é o sentido geral da crítica de Marx a Hegel, conforme o ponto-de-vista adotado na presente tese. A respeito de questões específicas, porém, a relação entre a filosofia hegeliana e a teoria da sociedade burguesa de Marx será examinada com detalhe em notas de rodapé nos capítulos a seguir, considerando-se até que ponto Marx foi tributário de determinados raciocínios da "*Ciência da Lógica*" de Hegel para a elaboração de passagens cruciais de sua própria teoria.

- 4)- Sobre as modificações no projeto original formulado por Marx em 1857 para a apresentação da sua obra, cf ROSDOLSKY, R.- *Génesis y estructura de El Capital de Marx*, Siglo Veintiuno, México, 1986, pp. 36-85. Conforme o plano de 1857, a obra estaria dividida em 6 Livros, dos quais os três primeiros acabaram sendo incorporados na versão final de "O Capital" e os três últimos - do estado, do comércio exterior e do comércio mundial e as crises - não foram explicitamente incorporados e, assim, não constituíram objeto de uma reflexão detalhada de Marx em sua obra principal. Nos manuscritos das "Teorias da Mais-Valia", de 1863, Marx ainda se refere a um livro final sobre o mercado mundial e a crise, de modo que considera o que escreveu ali sobre estas últimas como uma preliminar do que só poderia ser rigorosa e sistematicamente exposto enquanto culminação de todo o estudo do capital em suas múltiplas formas. Segundo Rosdolsky, o mesmo vale para o projeto definitivo da obra, de 1864-65, conforme o qual o material dos três últimos livros do projeto de 1857 deveria ser tratado numa análise posterior, inclusive o referente às crises (cf. ROSDOLSKY, op. cit., pp. 49-50). Logo adiante, porém, ele explica que todos os seis livros, e não só o primeiro, tratam de temas subsumidos ao capital, que é "o ponto-de-partida e o ponto-de-chegada... enquanto potência econômica, que domina tudo, da sociedade burguesa" (ROSDOLSKY, op. cit. pp 55-56, citando as "Grundrisse" de Marx), distinguindo-se apenas quanto ao seu maior progresso no caminho do "abstrato ao concreto".
- 5)- MARX, K. - *Theorien über den Mehrwert*, MARX-ENGELS WERKE, 26.2, Dietz Verlag, Berlin, 1967, vol. II, p. 100 - a seguir citado como Theorien, I ou II ou III, seguido do número da página. A tradução brasileira utilizada é a da DIFEL, "Teorias da Mais-Valia", vol. II, São Paulo, 1983, p. 537 - a seguir citada como Teorias, I ou II ou III, seguido do número da página.
- 6)- Theorien, II, 146. [Teorias, II, 580-581].
- 7)- Sobre a aproximação de Marx à dialética de Hegel, concebida como modo de apresentação categorial, e também sobre as diferenças básicas entre a dialética especulativa hegeliana e a dialética materialista marxiana, são bastante esclarecedores dois artigos que têm nesta questão o seu tema central: o de Fulda, já citado na nota 3, acima; e o de MÜLLER, Marcos L. - "Exposição e método dialético em 'O Capital' de Marx", in *Boletim SEAF*, n.2, Belo Horizonte, 1982, pp. 17-41.
- 8)- K, II, 109. [C, II, 78].
- 9)- MARX, K - *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Dietz Verlag, Berlin, 1974, p. 28 - a seguir citado como Grundrisse, seguido pelo número da página.
- 10)- Grundrisse, 69.
- 11)- Grundrisse, 945. Cf. também: "*A natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro ou mercadoria e de outro meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não é uma [relação] histórico-natural nem muito menos social, comum a todos os períodos históricos. Ela é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico prévio... Também as categorias econômicas de*

que tratamos anteriormente carregam sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão contidas determinadas condições históricas." [K, I, 183]

- 12)- Conforme Müller, a distinção entre as duas concepções de "exposição" neste ponto se baseia em que "ao assumir o componente propriamente dialético da exposição, Marx faz valer, ao mesmo tempo, sua crítica à *Fenomenologia do Espírito* a partir do seu conceito de trabalho: depois de ter elogiado a 'grandeza' da obra que apreendeu 'o auto-engendramento do homem como um processo', que é a 'essência do trabalho', cujo resultado é 'homem objetivo', Marx censura a Hegel o conhecer apenas o 'lado positivo do trabalho', o 'trabalho espiritual' e o conseqüente desconhecimento do 'lado negativo do trabalho', e o trabalho de transformação da natureza sob as condições da propriedade privada." [MÜLLER, op. cit., p.28].
- 13)- K, I, 27.
- 14)- Esta proposta de Marx resulta da crítica feita por ele a Hegel, apresentada na nota 3 acima.
- 15)- "Concreto" não no sentido de imediato empírico, mas no de "síntese de múltiplas determinações", conforme a Introdução de 1857 [Grundrisse, 21].
- 16)- K, II, 228. Na seqüência deste texto vem uma explicação importante: "Exatamente como foi demonstrado para o processo de trabalho (Livro I, cap. 4), que depende totalmente do papel respectivo que as partes componentes objetivas desempenham em um determinado processo de trabalho, de sua função, se elas funcionam como meios de trabalho, material de trabalho ou produto - exatamente da mesma forma os meios de trabalho só são capital fixo onde o processo de produção em geral [é] processo de produção capitalista e, daí, os meios de produção em geral são capital, possuem a *determinidade econômica*, o caráter social de capital." [K, II, 228. (C, II, 168), grifos meus].
- 17)- Theorien, II, 513. (Teorias, II, 947).
- 18)- Esta questão emerge, em última instância, no contexto do debate entre Aristóteles e os estóicos, especialmente Diodoro de Cronos, sobre o caráter do existente e do movimento pelo qual ele surge e desaparece. Por oposição ao que existe efetivamente, que está em "ato", concebia-se uma existência em "potência", a fim de explicar como o que ainda não é passa a ser - "gera-se" - ou o que é deixa de ser - "corrompe-se". "Potência" era entendida pelos antigos tanto no sentido de uma capacidade ou faculdade própria das coisas produzirem movimento ou mudança em outras, quanto no sentido da possibilidade do que existe não existir, definindo-se, por oposição à realidade efetiva, como o que pode ser de uma forma ou não, como uma disposição interior que pode se manifestar ou não. Conforme a definição estóica de "destino", não havia esta possibilidade de que algo potencial não se realizasse, não passasse a "ato": Diodoro afirmava que o que não é nem será é impossível; em algum momento do futuro o ser em potência se realizaria, definindo com isso a "necessidade" como o que não pode ou poderá ser de outra maneira. Conhecendo-se ou não precisamente o momento em que um evento ocorrerá, é impossível que tal evento não ocorra; sua "necessidade" exclui a possibilidade de sua não-realização. Contra este fatalismo, Aristóteles alega a contingência natural e a liberdade humana, tentando harmonizar os dois sentidos da "potência" e manter a possibilidade de que uma certa capacidade inerente a algo não esteja em ato e nem nunca venha a estar [cf. *Metafísica*, Livro IX]. O que não é nem será não é impossível, como para Diodoro, mas justamente consiste na definição aristotélica do "possível", que pode permanecer, assim, apenas possível e nunca passar a ato. Para uma discussão detalhada destas questões da filosofia grega e aristotélica, especialmente, cf. PAPE, Ingetrud - "Zur Problemgeschichte der Modalität des Werdens", in *Kant-Studien*, 1956-57, pp. 324-343; e principalmente o trabalho erudito e interessante de VUILLEMIN, Jules - *Necessité ou Contingence*, Minuit, Paris, 1984.
- 19)- Theorien, II, 515. (Teorias, II, 950).
- 20)- O conceito aristotélico de "necessidade condicional" é a solução original proposta por ele no debate contra o fatalismo estóico, visto na nota 18 acima. Ele não discorda de que eventos futuros possam se realizar necessariamente, mas de que **todos** os eventos possíveis se realizarão necessariamente. Introduz-se, então, uma diferença entre dois tipos de necessidade, de acordo com a relação entre um certo atributo e o objeto a que ele é atribuído: se tal relação é "essencial", isto é, se o atributo pertence à essência do objeto, então a relação é eterna e estará sempre ligada ao objeto no futuro; este é o caso da "necessidade simples", única que permite previsão; por outro lado, se o atributo pertence só acidentalmente ao objeto,

então a relação só é verdadeira enquanto existir o objeto; tal é o caso da "necessidade condicional", que não permite previsão certa do acontecimento, porque depende dele, é "condicionada" pelo próprio acontecimento. Só a primeira forma é verdadeira necessidade, pois o contrário da atribuição da propriedade ao objeto é impossível, enquanto a necessidade "condicional" não exclui sempre a possibilidade de seu oposto. Segundo Aristóteles, portanto, alguns eventos futuros necessariamente ocorrerão e são previsíveis, mas outros não podem ser rigorosamente previstos, já que são necessários apenas enquanto ocorrerem, ocorrência que é em si mesma contingente. Os dois tipos de "necessidade" se confundem no caso de eventos passados, pois então todas as condições para sua realização estavam presentes, mas se distinguem para os futuros: na "simples", as condições estão já todas contidas no próprio objeto e sua manifestação é previsível; enquanto na "condicional" nem todas as condições estão contidas no objeto, porque pelo menos uma só lhe pertence acidentalmente, dependendo de uma determinação futura para se realizar. Por outro lado, o conceito hegeliano de "necessidade relativa" é um momento na constituição da "realidade efetiva", um conceito de importância estratégica no projeto filosófico de Hegel, que a define como a emergência da "essência" - interior" e "fundamento" de determinações reais - à existência "exterior" por ela fundada, de tal modo a "superar-se" a própria distinção entre "interior" e "exterior": ambos teriam o mesmo conteúdo, de maneira que nada existiria que não tivesse um fundamento, e toda determinação potencial seria efetiva. Na dedução deste conceito de "efetividade", Hegel define dois momentos intermediários. Primeiro, a "possibilidade formal", em que a possibilidade de algo depende dele já existir, o que poderia não ser o caso, sendo então "contingente"; se o contingente é algo que poderia ser outro, ou não ser, contudo, antes de mais nada ele é ou existe, não sendo o outro que ele poderia ser; corresponde, assim, à "necessidade", isto é, não poder ser diferente do que é (seu "não-ser" é impossível). Hegel pretende, com isso, não só obter dialeticamente a "necessidade" a partir da "contingência", seu oposto modal, como inclusive fazê-lo de modo que a "necessidade" contenha a "contingência", subordinando-a a momento de si. Esta "necessidade", que resulta da "contingência" e a envolve é o que Aristóteles define como "necessidade condicional", ou seja, que é necessária só enquanto ocorre o evento a que ela se refere. E assim Hegel chega ao segundo momento de sua dedução, a "necessidade relativa": ela é "relativa", porque se refere a um conjunto de condições reais que se encadeiam e se determinam reciprocamente, sendo cada qual necessária por ter como condição o conjunto das demais; desta forma, porém, cada elemento singular deste conjunto não é necessário por si mesmo, e sim pelo conjunto que lhe é exterior, contingente. Mas a necessidade de algo não pode vir do que lhe é contingente, de condições que lhe são exteriores, pois assim se contradiz o próprio conceito de "necessidade". A verdadeira inclusão da "contingência" na "necessidade" só pode se dar quando o necessário o é incondicionalmente, quando nada exterior poderia fazê-lo ser diferentemente do que é, quando é plenamente auto-determinado, "livre". Desta maneira, Hegel alcança a "efetividade" enquanto "necessidade absoluta" e "livre", auto-determinada. Por outro lado, ele completa sua apropriação da abordagem aristotélica das modalidades, ao superar a "necessidade relativa" ou "condicional" na "absoluta", "essencial". O que não significa que Hegel adote uma posição idêntica ao fatalismo de Diodoro de Cronos, porque, fiel a seu conceito de "superação" (Aufhebung), os momentos da "contingência" e da "necessidade relativa" não são eliminados, conservando-se na "necessidade absoluta", embora com papel limitado e definido por esta última. Veremos, ao longo da presente tese, como todos estes conceitos aparecem no tratamento das crises por Marx.

Capítulo 1: Circulação simples de mercadorias

Seção I: Valor e divisão do trabalho.

4-

Herdeira da tradição liberal-revolucionária inglesa do século XVII, a Economia Política "clássica" conservou até o século XIX uma perspectiva otimista quanto ao poder da sociedade em alocar adequadamente os recursos disponíveis nos vários ramos da produção social, contando para isso com o sistema da divisão do trabalho, realizada através do intercâmbio de produtos no mercado. A progressiva especialização dos indivíduos em seus ofícios particulares tornaria cada um mais independente dos demais enquanto produtor, mas, por outro lado, mais dependente deles enquanto consumidor, de modo que a divisão do trabalho e o intercâmbio de mercadorias seriam aspectos distintos e complementares de um processo integrador, garantindo e inclusive promovendo o desenvolvimento da individualidade; e esta, por seu turno, permitiria o livre movimento dos recursos entre os diversos ramos da economia, conforme houvesse vantagem ou desvantagem em cada um. Daí a formulação do famoso teorema da "mão invisível"⁽¹⁾, afirmando que as vantagens e as desvantagens nos ramos específicos se compensariam na economia como um todo, onde não haveria excesso de produção nem crises gerais.

Coerente com o projeto enunciado no subtítulo de "O Capital" - realizar uma "Crítica da Economia Política" - Marx se propõe a uma refutação deste otimismo da "mão invisível", demonstrando que o sistema econômico concebido sobre os pressupostos dos "clássicos" admite já a possibilidade de crise geral. Esta demonstração requer a retomada dos mencionados pressupostos, desde que, por outro lado, rearticulados e apresentados de um modo diferente do que o eram pela Economia Política. O resultado de tal rearticulação conceptual é a Ia. Seção do Livro I de "O Capital", em que Marx apresenta a "circulação simples de mercadorias", descrevendo um sistema semelhante ao dos "clássicos", mas

chegando a conclusões surpreendentes através da análise minuciosa de alguns de suas categorias básicas, como a "divisão do trabalho", o "valor", e o processo de troca. Uma vez que tem por objetivo fundamentar a possibilidade de crise - e, de fato, trata-se aqui da definição do primeiro conteúdo de seu conceito - esta análise será o tema do presente capítulo, no qual veremos como a forma de apresentação daquelas categorias por Marx leva à realização de seu objetivo.

É preciso, portanto, não só expor o conteúdo da "circulação simples de mercadorias" e as conclusões obtidas por Marx, mas também reproduzir com detalhe esta forma de apresentação. Isto significa, em primeiro lugar, que deve ser considerada rigorosamente a seqüência de "deduções" pelas quais são definidas as categorias econômicas desde a análise da forma-mercadoria até as diferentes funções do dinheiro, pois nelas a troca é concebida como um processo determinado por uma oposição fundamental, apreendido de modo cada vez mais complexo e preciso à medida que se desenvolvem as formas desta oposição. É igualmente no desenvolvimento desta oposição que reside a base para a definição do conceito de "crise" neste nível da apresentação categorial, consistindo nisto a importância da consideração atenta das referidas "deduções".

O cuidado com a forma significa, em segundo lugar, perceber que é justamente a análise da troca que preside a apresentação empreendida por Marx e que esta análise é feita mediante conceitos, como o de "valor" e de "trabalho abstrato", também determinados pela oposição fundamental sobre a qual se define o de "crise". Explica-se, assim, que na exposição do presente capítulo, o exame destes conceitos (no item 6) preceda o daquelas "deduções" (no item 7), que levam Marx a conceber a compra e a venda como momentos da forma definitiva da oposição em que se manifesta a possibilidade de crise. Por outro lado, "valor" e "trabalho abstrato" são conceitos-chave para o entendimento do projeto marxiano de rearticulação crítica das categorias da Economia Política, associando-se a uma nova concepção da divisão do trabalho e das formas especificamente burguesas da sociabilidade. Ora, é esta concepção que deve ser compreendida, antes de mais nada, como

a base da crítica de Marx ao capitalismo, é a dimensão social do seu conceito de "valor" que importa e, neste contexto, o conceito de "crise" adquire relevo como elemento de crítica à sociedade burguesa, e só por isso é possível censurar que a Economia Política praticamente o tenha deixado de lado.

Explica-se, assim, que a exposição do presente capítulo comece com uma discussão do "valor" relacionado com a apreensão marxiana dos fundamentos da sociabilidade burguesa, de sua forma peculiar de divisão do trabalho e do modo com que, desde este nível ainda abstrato da "circulação simples", tais fundamentos se ocultem, aparecendo transfigurados e invertidos aos olhos dos agentes econômicos. São estas formas de ocultamento que impedem que se veja a crise como algo intrínseco ao capital já nas suas formas elementares, mercadoria e dinheiro. Nada mais óbvio, portanto, do que começar nossa investigação pelo desvendamento do que há de especificamente burguês no "valor" por trás das figuras invertidas que ele assume, descobrindo a crise que lhe é inerente e que ele sistematicamente oculta: só desta maneira se percebe o sentido dos raciocínios complexos e das "deduções" através das quais Marx demonstra a presença da crise em todos os níveis de apreensão do capitalismo.

5-

O específico da teoria marxiana, já desde seus fundamentos, consiste em que ela apreende as próprias relações sociais burguesas como específicas, compondo um sistema distinto de todos os outros, anteriores ou contemporâneos, nos quais a divisão social do trabalho se baseia em princípios diferentes dos dele. À primeira vista, porém, a divisão do trabalho é algo universal, pois qualquer economia deve resolver o problema da distribuição de tarefas e de produtos entre seus membros, sendo secundária a importância da forma com que o faz e, portanto, da distinção estabelecida por esta diferença de forma. Mas esta impressão desaparece assim que se encontram as razões mais profundas que presidem as várias formas de distribuição: de acordo com Marx, "*...antes da distribuição ser*

distribuição de produtos, ela é 1)- distribuição dos instrumentos de produção e 2)- o que é uma especificação da mesma relação, distribuição dos membros da sociedade sob as diversas formas [Arten] da produção (subsunção dos indivíduos a relações de produção determinadas). A distribuição dos produtos é, evidentemente, apenas o resultado desta distribuição, que está contida no próprio processo de produção e determina a articulação da produção(2).

A distribuição "*dos membros da sociedade sob as diversas formas da produção*" é uma "*especificação*" ou consequência da "*distribuição dos instrumentos de produção*" entre eles; para determinar a especialização dos indivíduos em diversos ramos da produção, a divisão do trabalho se determina pela distribuição dos instrumentos, pelo modo com que deles se apropriam alguns indivíduos, excluindo outros como não-proprietários. Daí que "*É sempre na relação imediata dos proprietários das condições de produção com os produtores imediatos...que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda construção social*"(3). O que caracteriza a sociedade burguesa é que nela se distinguem os "*proprietários das condições de produção*" e os "*produtores imediatos*", que não são proprietários. Contudo, neste nível da apresentação categorial, em que Marx reconstitui os pressupostos da Economia Política "clássica", tal distinção ainda não é fundamental, assumindo-se que os proprietários são também produtores e que a sociedade é basicamente composta por produtores privados.

O importante é que a apropriação dos meios de produção já define aqui a forma "privada" da propriedade, pois é esta que autonomiza e especializa cada produtor como um indivíduo distinto dos demais. Evidentemente, também nesta "*construção social*" o trabalho tem um aspecto social, já que "*O trabalho...não aparece, de fato, como trabalho de sujeitos diferentes, mas os diferentes indivíduos que trabalham aparecem, antes, como órgãos do trabalho*"(4). É o trabalho social que se apresenta em primeiro lugar, que "*subsume*" os "*indivíduos a relações de produção determinadas*" enquanto "*órgãos*". Mas justamente enquanto "*órgãos*", eles são diferenciados dentro da totalidade do trabalho

social, e sua autonomização é um momento fundamental na constituição desta totalidade: *"Quando o indivíduo produz como indivíduo privado - sua própria posição [Position] não é, assim, de modo algum produto natural, mas resultado refinado de um processo social - o caráter social se mostra em que ele [o indivíduo] é determinado no conteúdo de seu trabalho pelo nexos social e que só trabalha enquanto membro deste último, isto é, para as necessidades de todos os outros - portanto, existe dependência social para ele..."*(5).

Para Marx, o indivíduo se autonomiza em função do caráter privado de sua propriedade dos meios de trabalho, que resulta do "processo social" específico determinante de sua "posição". Por outro lado, o "caráter social" do trabalho, na medida em que este último é imediatamente privado, adquire uma forma também específica neste caso: o "conteúdo do trabalho" do indivíduo, sua materialidade peculiar, é definida porque o indivíduo "trabalha enquanto membro...do nexos social", isto é, para atender "necessidades de todos os outros". Assim, *"A independência da produção individual é completada por uma dependência social que encontra sua expressão correspondente na divisão do trabalho."*(6). Dentro de uma distribuição dos instrumentos de produção que autonomiza os indivíduos enquanto proprietários privados é que a divisão do trabalho aparece como especialização individual; mas, quanto mais este avança, mais eles se tornam dependentes do trabalho dos outros para suprir suas próprias necessidades. Por isso Marx afirma que *"eu produzo para mim, então, só na medida em que eu produzo para a sociedade, na qual, mais uma vez, cada membro, em outro círculo, trabalha para mim"*(7).

Com a tendência à crescente especialização, o produto do próprio trabalho é cada vez menos destinado ao consumo de quem o produziu e cada vez mais determinado pelas necessidades dos demais produtores; as várias necessidades de cada um serão, com isso, atendidas pelos produtos de outros, com quem cada produtor trocará o seu próprio. *"Os trabalhos privados dos produtores recebem, de fato, um duplo caráter social. Eles devem satisfazer, por um lado, enquanto trabalhos úteis determinados, uma necessidade social determinada e, assim, se confirmar como membros do trabalho total, do sistema*

natural da divisão social do trabalho. Eles só satisfazem, por outro lado, as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil específico é permutável por todo outro tipo de trabalho útil, equivalendo, assim, a este."(8). A expressão "*caráter social*", atribuído aos trabalhos individuais, significa, em primeiro lugar, que estes "*devem satisfazer uma necessidade social determinada*"; ou seja, trata-se do aspecto social em geral que o trabalho dos indivíduos possui em qualquer sistema de distribuição das "*condições de produção*". A segunda dimensão de tal caráter, porém, se configura porque as "*múltiplas necessidades*" de cada um são satisfeitas apenas por meio da troca, "*na medida em que cada trabalho útil específico é permutável por todo outro tipo de trabalho privado útil*"; ele corresponde, portanto, só a uma sociedade em que a propriedade das "*condições de produção*" é privada.

Nesta sociedade, a ligação entre os diversos trabalhos autonomizados é dada pela troca de produtos entre os proprietários privados, que constitui o "*nexo*" social, justamente porque é a única forma de correlacionar a imensa variedade de produções e necessidades individuais imediatamente independentes. "*Coisas são em si e para si exteriores [äusserlich] ao homem e, daí, alienáveis [veräusserlich]. Para que esta alienação [seja] mútua, os homens precisam apenas se defrontar tacitamente enquanto proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, através disto mesmo, enquanto pessoas independentes umas das outras. Tal relação de estranhamento [Fremdheit] recíproco não existe, porém, para o membro de uma comunidade natural, tenha ela a forma de uma família patriarcal, uma comunidade indiana antiga, um estado Inca etc.. A troca de mercadorias começa onde termina a comunidade..."*(9). A troca é definida como "*alienação mútua*" de coisas entre os homens, que implica a "*independência*" deles - seu "*estranhamento recíproco*" - determinada por sua condição de proprietários privados.

Portanto, "*a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos indiferentes uns aos outros forma seu nexos social. Este nexos social é expresso no valor-de-troca, no qual somente, para cada indivíduo sua própria atividade ou seu produto se torna uma*

atividade e um produto para ele"⁽¹⁰⁾. Este trecho complexo revela o eixo da reformulação marxiana dos pressupostos fundamentais da Economia Política: por um lado, enquanto proprietários privados, os indivíduos aparecem como se fossem independentes uns dos outros - como elementos que eventualmente iriam se agregando para compor um conjunto - a ponto de serem "*indiferentes um ao outro*", isto é, estarem numa relação externa em que se julgam independentes da relação; por outro lado, eles têm uma "*dependência recíproca e multilateral*" que "*forma seu nexo social*", apesar de sua "*indiferença*", e que "*é expresso no valor-de-troca*", já que somente através da permutabilidade que indivíduos independentes podem satisfazer mutuamente suas várias necessidades. Neste sentido, eles estão obrigatoriamente vinculados uns aos outros daquela "*dependência*".

Assim, se por um lado eles aparecem imediatamente "*indiferentes*" em sua independência de produtores privados, por outro lado, seu "*nexo social*" de consumidores de produtos uns dos outros é uma mediação necessária para constituir sua individualidade, pois, no limite, eles não consomem seus próprios produtos - que não são imediatamente "*produtos para eles*" - mas os usam como valores-de-troca para obter os dos outros, troca com a qual "*sua própria atividade ou seu produto se torna uma atividade e um produto para eles*". Ao ter distintos em si o produtor e o consumidor, o produtor é individualizado: enquanto consumidor, é ainda dependente do "*nexo social*", por ter de trocar seu produto para poder usá-lo; mas aparece como sendo independente, enquanto produtor. A diferença entre os indivíduos é apreendida por Marx, como resultado de um processo social de autonomização, pelo qual os permutadores podem "*se defrontar...como pessoas independentes*" até o ponto de parecerem "*indiferentes uns aos outros*".

Esta relação entre a diferença determinada pela totalidade e a diferença imediata, a "*indiferença*", é básica para entender a concepção marxiana da sociedade burguesa em seus vários níveis, sendo retomada, como se verá, na definição das "*crises*", já que elas ocorrem no quadro destas condições sociais.

O "*nexo social*" entre indivíduos à primeira vista "*indiferentes*" é o valor, concebido por Marx como uma relação social estritamente associada à generalização da troca e não como qualidade natural dos produtos, como o era para a Economia Política "clássica". O "*nexo social é expresso no valor-de-troca*" só quando a relação entre os produtores se dá basicamente através da troca de seus produtos. É com a realização da troca que cada um tem a dimensão de ter produzido demais ou de menos para atender as necessidades dos outros, podendo se adequar futuramente por tentativa e erro às exigências social e, eventualmente, até especializar-se ainda mais numa parte da produção global, se lhe for vantajoso. Por isso "*a necessidade [Bedürfnis] da troca e a transformação do produto em puro valor-de-troca avança na mesma medida que a divisão do trabalho, isto é, com o caráter social da produção.*"(11)

Como consequência deste raciocínio, Marx distingue o simples produto daquele que se "*transforma*" em valor-de-troca, da mercadoria: "*Uma coisa pode ser útil e produto de trabalho humano sem ser mercadoria. Quem satisfaz sua própria necessidade através de seu produto, cria valor-de-uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele deve produzir não só valor-de-uso, mas valor-de-uso para outro, valor-de-uso social. (E não só para outro simplesmente. O camponês medieval produzia o trigo do tributo para os senhores feudais, o trigo do dízimo para os padres. Mas nem o trigo do tributo nem o do dízimo eram mercadorias por serem produzidas para outros. Para se tornar mercadoria, o produto deve ser transferido para outro, para quem ele serve de valor-de-uso, através da troca)*"(12). Mercadoria não é qualquer produto, diz Marx, porque é só "*o produto...transferido para outro...através da troca*", e não é em toda a sociedade que se produz essencialmente para trocar.

Esta definição de "mercadoria", permite a Marx desenvolver um dos aspectos mais importantes e originais de sua concepção da sociedade burguesa: o "fetichismo" pelo qual as relações sociais aparecem aos agentes econômicos enquanto relação entre coisas e pelo qual a sociabilidade se transfigura em naturalidade. Ou seja, "*o comportamento*

simplesmente atomístico dos homens em seu processo de produção social e, daí, a figura objetiva [sachliche] de suas próprias relações de produção, {figura} independente de seu controle e de seu fazer consciente individual, aparecem no fato de que seus produtos de trabalho adotam em geral a forma-mercadoria"(13). Como os trabalhos são privados e autonomizados, as "relações de produção" entre os membros desta sociedade escapam de "controle e de seu fazer consciente individual", adquirindo uma "figura objetiva" - exterior a eles e coisificada - na forma-mercadoria. A troca é a instância em que se manifestam as "relações de produção", que fora dela se obscurecem na autonomia dos trabalhos privados.

Por que? A resposta de Marx é que "como os produtores só entram em contato social através da troca de seus produtos de trabalho, as características sociais específicas de seus trabalhos privados só aparecem dentro da troca. Ou, os trabalhos privados atuam de fato como membros do trabalho social total apenas através das relações nas quais a troca transfere [versetzt] os produtos de trabalho e, por meio destes, os produtores. Para os últimos, as relações sociais de seus trabalhos privados aparecem como o que elas são, isto é, não como relações sociais imediatas das pessoas em seu próprio trabalho, mas, antes, como relações objetivas [sachliche] das pessoas e relações sociais das coisas"(14). A troca "transfere os produtos" por determiná-los enquanto mercadorias, produzidas já com a finalidade de permitir a seus produtores diretos acesso aos produtos dos outros, que lhe interessam enquanto valores-de-uso, isto é, somente por suas qualidades materiais intrínsecas; conseqüentemente, ela "transfere...os produtores", no sentido mais específico de "deslocá-los" através da relação entre suas mercadorias, de fazer com que lhes pareça que é entre estas que suas próprias relações se dão.

Ou ainda, "como os produtores só entram em contato social através da troca", e sendo esta uma "troca de...produtos", de coisas, parece que ela é unicamente uma relação entre coisas, que leva em conta só a materialidade delas, pela qual elas possuem valor-de-uso, utilidade para quem as adquire. Mas as mercadorias são produto de trabalho humano, de modo que a troca é a sociabilização destes trabalhos privados específicos; estes

é que são nela de fato comparados e avaliados. Por isso, a "*relação de coisas*" é social, tanto quanto a "*relação das pessoas*" é objetiva, mediada pelas coisas trocadas. Este "*deslocamento*" das relações humanas em relações entre produtos é que dá às primeiras a "*figura independente de seu controle e de seu fazer consciente individual*", pois o vínculo social entre os produtores privados se apresenta como vínculo natural dos objetos trocados, exterior àqueles; de tal "*deslocamento*", eles não têm nenhuma "*consciência*".

"O misterioso da forma-mercadoria consiste simplesmente, assim, em que ela reflete aos homens as características sociais de seus próprios trabalhos enquanto características objetivas dos próprios produtos de trabalho, enquanto propriedades naturais sociais destas coisas, e, daí, também a relação social dos produtores para com o trabalho total enquanto relação social existente fora deles, entre objetos. Através deste 'quid pro quod', os produtos de trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais ou sensíveis supra-sensíveis"(15). O "*misterioso*" é que as relações sociais se ocultam por trás das relações entre as mercadorias e as movimentam na troca como se este movimento viesse das coisas mesmas. Daí seu caráter de "*coisas sociais*", de coisas "*sensíveis supra-sensíveis*": no tangível se manifesta o humano que se tornou intangível para si mesmo. Daí a metáfora do "*fetichismo*", pois na troca as coisas se movem como que dotadas de vida própria, quando o são realmente pela sociabilidade(16).

A importância do teorema do "*fetichismo*" na teoria de Marx reside em indicar como, desde suas formas mais simples, as relações sociais burguesas aparecem como forças externas, regidas por leis próprias. "*Estas últimas [as quantidades de valor - JG] mudam constantemente, independentemente da vontade, presciência e fazer dos permutadores. Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle eles estão, ao invés de as controlarem"*(17). As relações sociais se tornam "*independentes*" dos indivíduos justamente devido à independência que eles mantêm uns dos outros; é esta independência recíproca deles, tão zelosamente resguardada, que os transforma em súditos de um poder que eles fizeram externo. Esta circunstância, porém,

permite que eles continuem se considerando autônomos, pois a força que impõe regras ao seu trabalho privado não é vista por eles como sendo social, e sim como uma força natural, oriunda da relação das coisas na troca; eles não percebem o caráter social desta relação e acreditam que não são dominados por constrangimentos derivados do "*nexo social*", acreditam preservar, ao contrário, sua liberdade individual através da propriedade e iniciativa privada.

Para Marx, no entanto, esta visão invertida não é uma ilusão dos agentes econômicos ou dos economistas "clássicos", pois é a realidade burguesa que determina o "fetichismo": conforme o texto citado acima (cf. nota 14), para os produtores, "*as relações de seus trabalhos privados aparecem como o que elas são*"; e prossegue, "*isto é, não como relações sociais imediatas das pessoas em seu próprio trabalho, mas como relações objetivas das pessoas*". O "*mistério*" do teorema do "fetichismo" se apresenta aqui claramente: o trabalho na sociedade burguesa é imediatamente privado, de modo que não há "*relações sociais imediatas das pessoas em seu próprio trabalho*", mas somente relações mediadas pela troca de coisas. Surge, assim, uma dualidade fundamental entre o caráter imediatamente privado e só mediadamente social do trabalho, dualidade cujas importantes conseqüências para a teoria do valor devem ser tema de uma análise especial, realizada no item a seguir.

6-

A questão de que se ocupa já a seção inicial do primeiro capítulo de "O Capital" é a de saber o que permite a troca, por meio da qual se vinculam os produtores independentes da sociedade burguesa, é a de determinar o que possibilita a comparação de seus produtos qualitativamente distintos. As mercadorias possuem "valor-de-uso" por suas propriedades naturais e pela especificidade do trabalho que as produziu. Mas a troca, ao pressupor comparação, não poderia ocorrer em função da diversidade destas propriedades, e sim em função do que lhes é comum, do que constitui seu "valor-de-troca": "*Se se abstrair*

realmente do valor-de-uso dos produtos do trabalho, então se obtém seu valor, tal como ele foi definido. O comum, o que se apresenta na relação de troca ou no valor-de-troca da mercadoria é, assim, seu valor"(18). Este algo "comum que se apresenta na relação de troca...é, assim...[o] valor", presente em cada mercadoria singular e que apenas se "apresenta...no valor-de-troca", pois de outro modo as proporções pelas quais se trocam as mercadorias poderiam não ser regulares, mas meramente acidentais, casuais(19).

O valor, enquanto o "comum" às mercadorias trocadas, é determinado ao "se abstrair realmente do valor-de-uso" delas. Mas como se determina, neste caso, o próprio valor? A "abstração" justamente significa que "se se prescindir do valor-de-uso no corpo das mercadorias, então nelas se mantêm ainda uma propriedade, a de produtos de trabalho"(20); mas não "produtos de trabalho" concreto, pois este resulta no "valor-de-uso no corpo das mercadorias", do qual é preciso "prescindir", e sim "produtos de trabalho" em geral.

Chegamos, aqui, a um conceito central da análise marxiana do capitalismo, origem, porém, de dificuldades e controvérsias: o "trabalho abstrato". O trabalho em geral, acima referido, determinado pela abstração das qualidades específicas de cada ofício, é definido em várias passagens da obra de Marx a partir de um ponto-de-vista basicamente fisiológico: "Consideremos então o resíduo dos produtos de trabalho. Nada permanece deles senão a mesma objetividade espectral, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, de dispêndio de força de trabalho humano sem consideração à forma de seu dispêndio. Estas coisas só expõem ainda que, em sua produção, a força de trabalho humano é dispendida, o trabalho humano é acumulado. Enquanto cristalizações desta substância social comum a eles, eles são valores - valores-mercadorias"(21). Ou ainda, "se se prescindir da determinidade da atividade produtiva e, daí, do caráter útil do trabalho, então permanecerá nele ser um dispêndio de força de trabalho humano. Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndios produtivos de cérebro humano, músculo, nervo, mão etc., e neste sentido

são, ambas, trabalho humano. São só duas formas diferentes de dispendir a força de trabalho humano"(22).

O trabalho "abstrato" se define, portanto, como gasto fisiológico-mental de energia humana *"sem consideração à forma de seu dispêndio"*; "abstrato", na medida em que nele se prescindem das qualidades concretas que diferenciam os diversos trabalhos de acordo com seu *"caráter útil"*(23). Através desta redução à sua qualidade *"social comum"*, a diferença entre eles passa a ser simplesmente quantitativa, estabelecida conforme o tempo de trabalho *"socialmente necessário"* para a produção das mercadorias; isto é, a grandeza de valor de cada mercadoria é determinada pelo tempo necessário para produzi-la em *"condições normais de saúde, força e laboriosidade e com o grau médio de destreza"* dos trabalhadores, nas palavras de Smith citadas por Marx(24).

Assim, a comparação das quantidades de valor de diferentes mercadorias é condição básica da troca. Mas também o inverso é verdadeiro: *"Para medir os valores-de-uso das mercadorias pelo tempo de trabalho que elas contêm, é preciso que os diferentes trabalhos, eles próprios, sejam reduzidos a um trabalho não-diferenciado, uniforme, simples; em resumo, a um trabalho que seja qualitativamente o mesmo e só se diferencie quantitativamente. Esta redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que se realiza todos os dias no processo de reprodução social. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma abstração maior nem ao mesmo tempo menos real do que a resolução em ar de todos os corpos orgânicos"*(25). Surge aqui, então, um segundo aspecto da definição de "trabalho abstrato", pelo qual a "abstração" não é uma redução subjetiva - feita pelo analista do sistema econômico em questão - sendo concebida por Marx antes como *"uma abstração que se realiza todos os dias no processo de produção social"*.

No tipo de sociedade em que os trabalhos concretos são imediatamente trabalhos privados dos produtores autonomizados, a troca de mercadorias representa simultaneamente o oposto do caráter privado e do concreto, ou seja, ela é instância de

sociabilização apenas na medida em que realiza a "abstração" do concreto dos trabalhos privados. Assim, *"é preciso uma produção de mercadorias plenamente desenvolvida, antes que da própria experiência surja o conhecimento científico de que os trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros, mas dependentes entre si por todos os lados enquanto membros naturais da divisão do trabalho, são reduzidos continuamente à sua medida socialmente proporcional, pois, nas relações de troca casuais e sempre oscilantes de seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los se impõe forçosamente como uma lei natural reguladora, aproximadamente como a lei da gravidade a alguém cuja casa desabe na cabeça"*(26). Deste modo, a abstração do trabalho *"é produzida só pela troca, que coloca os produtos de diversos tipos de trabalho no nível da igualdade"*(27).

As duas definições de "trabalho abstrato" - dispêndio genérico de energia produtiva e resultado da sociabilização dos trabalhos privado-concretos através da troca - vistas por alguns críticos como incompatíveis e problemáticas, são consideradas por Marx como complementares, conforme se pode depreender do seguinte texto: *"Quando, por exemplo, o casaco enquanto coisa de valor é equiparado à tela, o trabalho embutido nele é equiparado ao embutido nela. Mas, de fato, a alfaiataria que faz o casaco é um trabalho concreto de tipo diferente da tecelagem que faz a tela. A equiparação com a tecelagem, porém, reduz realmente a alfaiataria ao efetivamente igual em ambos trabalhos, ao seu caráter comum de trabalho humano. Por este rodeio é dito, assim, que também a tecelagem, enquanto tece um valor, não possui características distintas da alfaiataria, sendo, portanto, trabalho humano abstrato. Somente a expressão de equivalência de mercadorias de tipo diferente traz à luz o caráter específico do trabalho formador de valor, na medida em que ela reduz realmente os trabalhos de diferentes tipos embutidos nos diversos tipos de mercadorias ao que lhes é comum, ao trabalho humano em geral"*(28).

Como se vê, o trabalho abstrato também se objetiva ou materializa no corpo das mercadorias, fazendo elas possuírem valor como uma propriedade delas, que é abstrata,

contudo, por se determinar pela abstração das propriedades naturais que lhes conferem utilidade. Mas "*somente a expressão de equivalência*", a troca de produtos de trabalho diversos, "*reduz realmente*" estes trabalhos ao "*trabalho humano em geral*", abstrato no sentido fisiológico.

A questão é que, apesar de Marx afirmar sua "realidade", a abstração ainda parece ser apenas uma generalização resultante de se deixar de lado o que confere especificidade ao trabalho útil, ou seja, a obtenção do gênero a partir das diversas espécies. Neste caso, parece válida a conhecida objeção de Böhm-Bawerk de que o gênero não se opõe à espécie, podendo ser distinto dela só analiticamente; com isso, a generalidade do trabalho poderia ser alcançada a partir de outro critério que não a abstração das qualidades concretas, e o trabalho abstrato não seria o oposto do concreto.

Mas é possível sustentar a justeza da pretensão de que as duas definições são não-excludentes e complementares, de acordo com uma leitura do texto citado imediatamente acima. O "*caráter comum de trabalho humano*" existe "*efetivamente*" na alfaiataria e na tecelagem; o trabalho abstrato existe como "*dispêndio de força de trabalho humano sem consideração à forma de seu dispêndio*"(cf. nota 21). Mas não é esta realidade fisiológica por si só que faz do trabalho abstrato a "*substância*"(cf. ainda nota 21) do valor: a tecelagem se "*equipara*" à alfaiataria apenas "*enquanto tece um valor*", isto é, ao produzir uma mercadoria, um produto destinado à troca, de modo que é "*somente a expressão de equivalência de mercadorias*" - a relação de troca - que "*reduz realmente [tatsächlich - de fato]*" a diversidade dos trabalhos concretos ao que lhes é "*efetivamente [wirklich] igual*". A existência fisiológica do trabalho abstrato, para Marx, é apenas a condição efetiva para a constituição do valor, que se dá "de fato" só com a existência das condições sociais da produção privada de mercadorias⁽²⁹⁾. A abstração enquanto generalização fisiológica pode ser pensada inclusive para outros tipos de sociedade, sem que nelas se constitua o valor; pois se não existir a propriedade privada como base da produção, ela não se torna "fato".

É neste sentido que o valor tem "realidade", enquanto "fato", algo feito (Tatsache) - a produção para a troca e a própria troca - adquirindo o caráter de "coisa social" que, conforme a formulação do "fetichismo", retira dos produtores privados a condição de sujeitos controladores do processo no qual tomam parte e faz com que eles sejam controlados pelo processo. Nesta acepção de "coisa social", o valor não é simplesmente diverso do valor-de-uso, já que o trabalho abstrato não é mero gênero que abrange os trabalhos concreto-específicos, distinguindo-se deles só por isso; é também uma "substância", algo real que se opõe a eles, pois sua realidade é a de um processo que os subordina e controla.

Daí Marx afirmar que o trabalho abstrato é o "*contrário imediato*"⁽³⁰⁾ do trabalho concreto e também que o valor está em oposição ao valor-de-uso, e não em uma simples diferença: a oposição vem do caráter de "coisa social", de "substância" autônoma e controladora dos trabalhos privados adquirida pelo trabalho abstrato na sociedade de produtores de mercadorias. Daí também que o valor e o valor-de-uso, já encontrados nas primeiras páginas de "O Capital" através da análise da mercadoria, estejam em oposição na própria mercadoria, definindo esta última enquanto unidade de aspectos opostos e não apenas diversos: "*A oposição interna, contida na mercadoria, entre valor-de-uso e valor*"; ou "*a forma-valor simples de uma mercadoria é, portanto, a forma de manifestação simples da oposição nela contida de valor-de-uso e valor*"; ou ainda, "*a ampliação e o aprofundamento histórico da troca desenvolve a oposição que dormita na natureza da mercadoria entre valor-de-uso e valor*"⁽³¹⁾.

Como veremos na seqüência deste capítulo, o fato da relação entre valor-de-uso e valor se apresentar na forma lógica da "oposição" é fundamental para que Marx desenvolva a "*expressão de equivalência de mercadorias*", isto é, para que ele defina a troca como uma relação em que duas mercadorias se "opõem", deduzindo daí a forma-equivalente do valor e, finalmente, a própria possibilidade de crise. Mas a "*expressão de equivalência...traz à luz o caráter específico do trabalho formador de valor*" - o trabalho

abstrato. É este que vem "à luz" nela, que a determina, de modo que a "oposição" pela qual ele se constitui é decisiva para a própria troca se revestir da forma da "oposição", desenvolvendo a forma-equivalente e o conceito de "crise". Assim, enquanto categoria sinóptica da forma da sociabilização privada, o trabalho abstrato aponta para o fundamento da crise, com a radicalização da oposição contraditória que define já a forma da abstração.

Seção II: Dinheiro e Crise.

7-

Baseado na sua reformulação dos pressupostos da Economia Política "clássica" sobre a "circulação simples de mercadorias", "O Capital" empreende uma análise rigorosa da relação de troca, determinação fundamental do sistema, posto que forma privilegiada de sociabilização dos trabalhos imediatamente privados. Na medida em que, como foi visto no fim do item anterior, esta forma de sociabilização constitui a diferença entre valor-de-uso e valor enquanto "oposição", e não mera diversidade, a troca é definida como processo, que explicita e desdobra sucessivamente tal oposição na dedução da forma-dinheiro, preparando a primeira determinação da "crise", cuja reconstituição é o objetivo do presente capítulo.

Que a análise da relação de valor tem como finalidade principal a dedução da forma-dinheiro, é algo que pode ser constatado em textos nos quais Marx o afirma claramente, como neste: *"Qualquer um sabe, mesmo que não saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma-valor comum em evidente ['frappant'] contraste com as formas naturais variadas de seus valores-de-uso: a forma-dinheiro. Aqui se trata de demonstrar aquilo que a economia burguesa jamais tentou, isto é, demonstrar a gênese desta forma-dinheiro, acompanhar, portanto, o desenvolvimento da expressão de valor contida na relação de valor das mercadorias desde sua figura mais simples e inaparente*

até a brilhante forma-dinheiro. Com isso, desaparece imediatamente o enigma do dinheiro"(32).

A explicação da origem do dinheiro pelos "clássicos" é considerada insuficiente por Marx por não partir da *"figura mais simples...da expressão de valor contida na relação de valor das mercadorias"*, isto é, por não elaborar a *"gênese da forma-dinheiro"* a partir da troca de mercadorias e das determinações opostas no interior da mercadoria singular, não deduzindo dela o conceito de "dinheiro". Não o fazendo, os "clássicos" teriam deixado a existência e o caráter do dinheiro envolto num "enigma" que Marx, com sua "gênese", procura resolver e esclarecer. Esta última *"acompanha o desenvolvimento da expressão do valor...desde sua figura mais simples"*, que é a troca de duas mercadorias, pois nesta já estão presentes os elementos manifestos depois na forma-dinheiro. A fim de atingir o aspecto visível e *"brilhante"* nesta forma, portanto, a apresentação categorial retoma o que existe ainda enquanto *"figura inaparente"* na troca de mercadorias, sendo esta a finalidade de todo o desenvolvimento que compõe a terceira seção do capítulo 1 de "O Capital".

Mas só depois de um longo empenho e várias tentativas, Marx chegou ao raciocínio que ele considerou o mais adequado para deduzir o conceito de "dinheiro" a partir do de "mercadoria", no texto da segunda edição de "O Capital", tendo já se defrontado com o problema principalmente em "Para a crítica da Economia Política" de 1859, e na primeira edição de "O Capital", de 1867. De qualquer modo, salvo menções ocasionais, relevantes para entender o texto da segunda edição, será este último o examinado aqui, por ser presumivelmente o mais condizente com as propostas metodológicas de Marx.

A diferença mais clara entre o texto de "Para a crítica da Economia Política" e o das versões do capítulo 1 de "O Capital", é que naquele o valor-de-uso aparece oposto ao valor-de-troca simplesmente, e em nenhum momento Marx estabelece uma nítida distinção entre o valor, enquanto relação de troca entre mercadorias, e o valor já presente na mercadoria singular e que, na troca, somente se manifestaria; em "O Capital", ao contrário,

tal distinção é explicitamente feita, em função do procedimento de inicialmente analisar os elementos componentes e constituintes da mercadoria singular: "*Nós partimos, de fato, do valor-de-troca ou relação de troca das mercadorias, para chegar na pista de seu valor aí oculto. Devemos retornar a esta forma de aparecimento do valor*", pois a mercadoria singular "*permanece inapreensível enquanto coisa-de-valor*", já que "*sua objetividade de valor é puramente social*", de modo que "*ela só pode aparecer na relação social de mercadoria a mercadoria*"⁽³³⁾, isto é, na troca. Daí Marx dizer, no texto citado imediatamente acima, que "*na relação de valor das mercadorias*" está "*contida...a expressão de valor*" da mercadoria singular, ou seja, que o valor desta se "*expressa*", aparecendo na "*relação de valor*" enquanto valor-de-troca.

Com a passagem da análise da mercadoria singular para o exame da troca de mercadorias, permanecem nesta os dois aspectos opostos que a análise encontrou naquela: não apenas o valor enquanto proporção quantitativa de troca, mas, simultaneamente, o valor-de-uso, superando a abordagem dos economistas "clássicos" que, para a crítica marxiana, padeceria da unilateralidade de considerar somente o aspecto quantitativo - do valor-de-troca - deixando totalmente de lado o qualitativo - o valor-de-uso - na sua interpretação da troca⁽³⁴⁾. Se esta é troca de equivalentes, entre os valores das mercadorias trocadas se estabelece uma equação; por outro lado, na medida em que também os valores-de-uso são considerados, ela assume um caráter de relação de termos distintos - "relação de valor".

A troca é enfocada em "O Capital", assim, de um duplo ponto-de-vista: como equação entre valores de mesma grandeza, como fazia tradicionalmente a Economia Política, e como relação entre duas mercadorias, que desempenham, cada qual, um papel diferente na chamada "forma-valor simples", pois "*a oposição interna, contida na mercadoria, entre valor-de-uso e valor é exposta, assim, através de uma oposição externa, isto é, através da relação de duas mercadorias, na qual a mercadoria cujo valor deve ser expressado vale [gilt] apenas enquanto valor-de-uso, e a outra mercadoria, ao contrário,*

em que o valor é expressado, vale imediatamente apenas enquanto valor-de-troca. A forma-valor simples de uma mercadoria é, portanto, a forma simples de aparecimento da oposição contida nela entre valor-de-uso e valor"⁽³⁵⁾. Este movimento da "exposição...[da] oposição interna...através de uma oposição externa" é o momento fundamental de que parte a dedução marxiana da forma-dinheiro. Cada uma das duas mercadorias relacionadas pela troca continua sendo unidade de valor-de-uso e valor. Mediante esta relação entre elas, porém, justamente se distinguem os termos de sua "oposição interna", como se em cada mercadoria se apresentasse apenas um deles: a primeira é aquela "*cujo valor deve ser expressado*" e diferenciada com isso de seu valor-de-uso, que é o que nela aparece ou "*vale imediatamente*"; enquanto a segunda é aquela "*em que o valor é expressado*", que é necessária para que o valor da primeira apareça, e que "*vale imediatamente*" para esta só como seu valor-de-troca.

Assim, "*as mercadorias de diferente tipo A e B, em nosso exemplo tela e casaco, representam claramente aqui dois papéis diversos. A tela expressa seu valor no casaco, o casaco serve como material de expressão de valor. A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda, um passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo, ou ela se encontra na forma-valor relativa. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou se encontra na forma-equivalente*"⁽³⁶⁾. Sem a mercadoria que "*se encontra na forma-equivalente*", o valor da primeira não pode se expressar, assumindo uma "*forma-valor relativa*", porque depende da relação com o equivalente para aparecer. Por outro lado, apesar do equivalente "*valer imediatamente*" para a primeira como seu valor-de-troca, o valor-de-uso dele "*serve como material desta expressão de valor*". Então, "*por meio da relação de valor, portanto, a forma natural da mercadoria B se torna a forma-valor da mercadoria A, ou o corpo da mercadoria B se torna o espelho de valor da mercadoria A. Ao referir-se, a mercadoria A, à mercadoria B enquanto corpo de valor, enquanto materialização de trabalho humano, ela faz do valor-de-uso B, material de sua própria expressão de valor*"⁽³⁷⁾.

A "*forma natural*" ou valor-de-uso de cada uma das mercadorias é suporte do valor dela mesma, mas a da forma-equivalente também é "*material da...expressão de valor*" da mercadoria na forma-valor relativa, de modo que o valor-de-uso nos dois pólos da relação não têm a mesma função: como suporte da "*expressão de valor*" da mercadoria em forma relativa, o valor-de-uso na forma-equivalente está não só se opondo a seu próprio valor - na "*oposição interna*" de toda mercadoria - mas também se opondo ao valor da outra. Por isso, "*a primeira propriedade que sobressai na consideração da forma-equivalente é esta: o valor-de-uso se torna forma de aparecimento de seu contrário, do valor*"⁽³⁸⁾. Daí que a oposição entre valor-de-uso e valor apareça mediante a troca, "*expondo...através de uma oposição externa*" o que antes era "*interno, contido na mercadoria*", como diz o texto citado à nota 35.

Daí também, na seqüência deste mesmo texto, que a própria forma-valor simples seja concebida enquanto "*forma simples de aparecimento da oposição contida nela [a mercadoria - JG] de valor-de-uso e valor*". Ao "*aparecer na forma-valor simples*", esta oposição interna assume a figura de uma oposição entre os dois pólos da relação de valor: "*a forma-valor relativa e a forma-equivalente são momentos pertencentes um ao outro, reciprocamente condicionados e inseparáveis, mas simultaneamente extremos mutuamente excludentes ou opostos, isto é, pólos da mesma expressão de valor; eles se distribuem pelas diversas mercadorias que a expressão de valor relaciona umas às outras*"⁽³⁹⁾. A oposição interna à mercadoria na forma relativa só se manifesta mediante a relação com a mercadoria na forma-equivalente, e a desta adquire um caráter externo apenas enquanto aparecimento daquela; por isso, ambas são "*reciprocamente condicionadas e inseparáveis*", embora também "*mutuamente excludentes*" enquanto "*extremos*" de uma relação. Esta simultânea co-pertinência e exclusão caracteriza a forma-valor simples como uma oposição, de acordo com a definição já apresentada, levando ao desenvolvimento de novas figuras.

De fato, tal distinção entre a forma-valor relativa e a forma-valor equivalente constitui o par conceptual básico de que Marx deduz a forma-dinheiro. O primeiro momento

desta dedução consiste em que as duas formas opostas "*se distribuem pelas diversas mercadorias que a expressão do valor relaciona umas às outras*"; ou seja, que na produção mercantil devem trocar-se mercadorias quaisquer, com tantas possibilidades de troca quantas mercadorias existirem disponíveis, de modo que cada mercadoria na forma-valor relativa tem todas as outras como suas equivalentes; esta é a "forma desenvolvida" - "forma II" - da relação de valor simples ("forma I"). No terceiro momento, através da inversão dos pólos relativo e equivalente da forma desenvolvida, ao invés de cada mercadoria ter em todas as demais suas equivalentes específicas, todas aparecem na forma-valor relativa, tendo em uma só seu equivalente, por isso chamado de "universal" ("forma III" da relação de valor).

Entretanto, a obtenção desta forma de equivalente universal supõe um raciocínio mais complexo do que esta mera inversão dos pólos da forma desenvolvida: "*No mesmo grau, porém, em que se desenvolve a forma-valor em geral [überhaupt], também se desenvolve a oposição entre seus dois pólos, a forma-valor relativa e a forma equivalente. Já a primeira forma... contém esta oposição, mas não a fixa. ...A última forma, forma III, finalmente dá ao mundo das mercadorias a forma-valor relativa dotada de universalidade social, porque e na medida em que, com uma única exceção, todas as mercadorias a ele pertencentes são excluídas da forma equivalente universal. Uma mercadoria... se encontra, portanto, sob a forma da permutabilidade imediata com todas as outras mercadorias, ou em forma social imediata, porque e na medida em que todas as outras mercadorias não se encontram sob ela. Inversamente, a mercadoria que figura como equivalente universal está excluída da forma-valor relativa unitária e, portanto, universal do mundo das mercadorias*"(40). A seqüência das três formas-valor é o desenvolvimento da "*oposição entre seus dois pólos*" até o ponto em que as mercadorias configuram um "*mundo*" no qual estão todas na forma-relativa, ou seja, no qual a mercadoria em forma equivalente é a forma de "*universalidade social*" dos produtos, enquanto uma só dentre elas adquire "*a forma da permutabilidade imediata com todas as outras*".

Mas isto ocorre apenas *"porque e na medida em que todas as outras mercadorias não se encontram sob ela"* - a forma equivalente universal - isto é, *"porque e na medida em que, com uma única exceção, todas as mercadorias...são excluídas da forma equivalente universal"* e, por outro lado, a exceção também está *"excluída da forma-valor relativa unitária e, portanto, universal do mundo das mercadorias"*. Enquanto nas duas primeiras formas de expressão de valor qualquer mercadoria podia desempenhar ora uma ora outra função, na terceira as mercadorias como um todo definem só uma como equivalente, excluindo-se desta função e, inversamente, também excluindo a mercadoria escolhida da forma-valor relativa. A forma de equivalente universal, assim, é alcançada por um princípio de "exclusão", presente na *"oposição entre os dois pólos"* da expressão de valor, pois estes, como visto acima, *"são momentos pertencentes um ao outro"* tanto quanto *"simultaneamente extremos mutuamente excludentes ou opostos"*. É tal aspecto de *"mútua exclusão"*, constitutivo da relação dos dois pólos, que se manifesta na contraposição entre o *"mundo das mercadorias"* e o equivalente universal.

A passagem daí à forma-dinheiro é simples: *"A forma equivalente universal é uma forma-valor em geral. Ela pode, portanto, ser atribuída a qualquer mercadoria"*(41). Em seguida, ao expor as razões pelas quais esta mercadoria *"qualquer"* se determina historicamente como sendo o ouro, Marx define a forma IV, o dinheiro propriamente dito. Com isso, a relação entre a *"forma-relativa social"* e o equivalente universal se apresenta como relação entre mercadoria e dinheiro: *"Como todas as outras mercadorias [são] apenas equivalentes especiais do dinheiro, e o dinheiro, seu equivalente universal, elas se comportam enquanto mercadorias especiais diante do dinheiro como a mercadoria universal"*(42). Por um lado, os dois termos se excluem, e duplamente: *"as mercadorias são equivalentes especiais do dinheiro"* e este, *"seu equivalente universal"*, considerando-se a relação desde o ponto-de-vista do dinheiro; e, do ponto-de-vista das mercadorias, *"elas se comportam enquanto mercadorias especiais diante do dinheiro como a mercadoria universal"*. Por outro lado, os termos se co-pertencem e identificam, pois o dinheiro é *"a*

mercadoria universal" e as mercadorias também são "*equivalentes...do dinheiro*". Marx afirma, por isso, que a Economia Política está parcialmente certa ao definir o dinheiro como uma mercadoria, mas errada por enxergar apenas esta identidade, a partir da qual seria impossível deduzir a forma-dinheiro da mercadoria.

Completa-se, em "O Capital", desta maneira, o desenvolvimento da forma-dinheiro e simultaneamente sua conceituação de modo complexo, como uma relação que se estabelece através da lógica das determinações da mercadoria. Neste contexto, é fundamental destacar que o projeto de Marx era justamente o de demonstrar a necessidade do surgimento do dinheiro com o desenvolvimento da produção mercantil, apresentando-o antes como resultado do desdobramento das formas-valor que "expressam" a oposição interna da mercadoria do que como um acontecimento meramente histórico-factual. "*A dificuldade no conceito da forma-dinheiro se limita a conceber a forma equivalente universal e, assim, a forma-valor em geral, a forma III. A forma III se resolve retroativamente na forma II, a forma desenvolvida, e seu elemento constituinte é a forma I... A forma-valor simples é, então, o embrião da forma-dinheiro*"⁽⁴³⁾. Cada forma mais complexa está contida nas anteriores mais simples, derivando-se destas porque elas são definidas como relações de termos opostos, cujo conflito deve se resolver e se repor nas novas formas.

Contudo, Marx nega que o aspecto dedutivo assumido pela apresentação categorial venha de uma simples lógica de conceitos, devendo corresponder, pelo contrário, ao movimento estabelecido pelas determinações reais da mercadoria, tais como a "exteriorização" da oposição interna entre valor-de-uso e valor ou a "exclusão recíproca" das formas relativa e equivalente. Daí sua afirmação enfática: "*Mas só o fato social pode fazer de uma mercadoria determinada o equivalente universal. A ação social de todas as outras mercadorias exclui, então, uma determinada mercadoria na qual elas apresentam multilateralmente seus valores. Através disso, a forma natural desta mercadoria se torna forma equivalente socialmente válida. ...Assim ela se torna - dinheiro*"⁽⁴⁴⁾.

Precisamente por isso, "O Capital" separa o puro desenvolvimento das determinações da mercadoria, tema de seu capítulo 1, do estudo da troca em função das relações entre os indivíduos, realizado no capítulo 2, distinção que não era feita tão nitidamente nos escritos anteriores de Marx, ao mesmo tempo em que também eram menos detalhadas as referências à autonomização e ao "fetichismo" da mercadoria. Ao fazer esta distinção, "O Capital" indica a dimensão real do "fetichismo": se a mercadoria é o verdadeiro agente do "*fato social*", então suas determinações são efetivas e é seu desenvolvimento que importa apresentar. Portanto, antes de se prosseguir com os desdobramentos posteriores da relação mercadoria-dinheiro, será interessante ainda examinar mais detidamente como a própria autonomização da mercadoria conduz ao "fetichismo" do dinheiro, para compreender como se enriquece o fundamento da apresentação metódica de "O Capital".

8-

Semelhantemente à dedução da forma-dinheiro a partir da forma-mercadoria, o teorema do "fetichismo" do dinheiro é concebido como desenvolvimento do "fetichismo" da mercadoria, examinado no item 5. Conforme se sucedem as determinações cada vez mais complexas da expressão de valor - desde sua forma simples até a de equivalente universal e de dinheiro - avança simultaneamente a autonomização do valor em sua pretensão de exterioridade diante das consciências e vontades individuais e de controle de suas ações pelas leis próprias do sistema por ele constituído.

Já na forma-valor simples se apresenta este processo de autonomização da mercadoria: "*A relação de valor mais simples é claramente a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria de tipo diverso, não importa qual. A relação de valor de duas mercadorias fornece, assim, a expressão de valor mais simples para uma mercadoria*"⁽⁴⁵⁾. Na medida em que a troca é uma relação em que o valor da primeira mercadoria se expressa no corpo da segunda mercadoria, esta "*relação de valor...fornece a*

expressão de valor...para uma mercadoria", ou seja, para a mercadoria cujo valor se expressa no valor-de-uso da segunda. É neste sentido que, como vimos, "*a primeira mercadoria representa um papel ativo e a segunda, um papel passivo*"⁽⁴⁶⁾. A "atividade" da primeira mercadoria significa que através da relação com a outra ela expressa seu próprio valor, de modo que a relação com a outra é de fato relação consigo mesma através da outra, ou auto-relação mediada pela outra. Assim, enquanto auto-relação da mercadoria, a forma relativa já é um primeiro momento do processo de autonomização do valor que culmina na constituição do capital, como será visto no capítulo 2 desta tese.

Porque a mercadoria na forma-valor relativa tem, na relação com a outra, um meio para a relação consigo, é que esta outra desempenha um "*papel passivo*", de equivalente da primeira. Porém, embora uma mercadoria desempenhe esta função devido à relação com a que tem um "*papel ativo*", devido à relação social da troca, não é isso que aparece aos olhos dos agentes econômicos: "*Mas como as propriedades de uma coisa não se originam da sua relação com outras coisas, antes apenas se afirmam em tais relações, parece também que o casaco possui sua forma equivalente, sua propriedade de imediata permutabilidade, devido à natureza, tanto quanto a sua propriedade de ser pesado ou de reter calor. Daí o enigma da forma equivalente, que o olhar rude e burguês do economista político só percebe quando esta forma se lhe defronta acabada no dinheiro... Ele não tem noção de já na sua expressão de valor mais simples, como 20 varas de tela = 1 casaco, o enigma da forma equivalente se resolve*"⁽⁴⁷⁾. Embora uma mercadoria seja equivalente na relação com a outra, "*parece que...possui sua forma equivalente...devido à natureza*", às qualidades materiais que a fariam apta por si a expressar o valor da outra em seu próprio valor-de-uso.

Esta aparência fica mais evidente no caso do equivalente universal e quando este se estabiliza em uma mercadoria específica que funciona como dinheiro, que parece equivaler a todas as demais somente por suas qualidades naturais intrínseca: "*Vimos como já na expressão de valor simples, x mercadoria A = y mercadoria B, a coisa na qual a*

grandeza de valor de uma outra coisa era expressa parecia possuir sua forma equivalente independentemente desta relação, enquanto propriedade natural social. Nós acompanhamos a consolidação desta falsa aparência. Ela é completada tão logo a forma equivalente universal se confunde com a forma natural de um tipo específico de mercadoria, ou é cristalizada na forma-dinheiro. Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque as outras mercadorias multilateralmente expõem seu valor nela, mas, ao contrário, elas aparecem em geral expor seu valor nela, porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece no seu próprio resultado e não deixa para trás nenhum rastro. Sem sua intervenção, as mercadorias se deparam com sua forma-valor acabada como um corpo mercantil existente fora e ao lado delas. Esta coisa, ouro ou prata, tal como é extraída das entranhas da terra, é simultaneamente a encarnação imediata de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. ...O enigma do fetiche do dinheiro é, daí, apenas o enigma brilhante aos olhos, tornado visível, do fetiche das mercadorias"(48).

A transfiguração da relação social em qualidade natural está presente já na lógica da forma equivalente da expressão simples de valor, o que "*resolve...o enigma da forma equivalente*" e, daí, "*o enigma do fetiche do dinheiro*". O ponto é que o movimento real em uma mercadoria é dinheiro "*porque as outras mercadorias expõem seu valor nela*", o "*movimento mediador*" em que a auto-relação das mercadorias passa pela sua relação com o dinheiro, "*desaparece no seu próprio resultado e não deixa para trás nenhum rastro*", ficando "*visível*" somente que "*elas parecem expor em geral seu valor nela porque ela é dinheiro*". O "fetiche" aqui não é tanto a transposição das relações sociais de troca na matéria do dinheiro, ouro ou prata, e sim a manifestação do poder social de comandar o trabalho dos outros indivíduos, como poder que o dinheiro confere a seus possuidores(49). Em outras palavras, se o indivíduo conquista poder social enquanto produtor de mercadorias, a autonomização do valor sob a forma-dinheiro faz o dinheiro aparecer como o que torna seu possuidor poderoso.

Esta aparência "enigmática" se resolve, porém, quando se leva em conta que a autonomização ocorre só "*porque as outras mercadorias expõem seu valor*" no dinheiro, e não o inverso; ou seja, porque o caráter universal do equivalente resulta do movimento de "exclusão", examinado acima, de uma mercadoria por todas as demais, o que também é desenvolvimento da forma-valor relativa e equivalente e, em última análise, da oposição interna da mercadoria. Por isso o "fetiche" do dinheiro se define ainda como poder independente e perfeito de alocação de recursos e produtos entre os agentes e ramos da economia: "*Embora o movimento do dinheiro [seja] apenas a expressão da circulação de mercadorias, a circulação de mercadorias aparece, ao contrário, só como resultado do movimento do dinheiro. Por outro lado, ao dinheiro é atribuída a função de meio de circulação só porque ele é o valor autonomizado das mercadorias. Daí que seu movimento como meio de circulação seja de fato somente o movimento de forma delas*"⁽⁵⁰⁾. O dinheiro "*é o valor autonomizado das mercadorias*" por obra das próprias mercadorias, do desenvolvimento de sua dupla natureza de valor e valor-de-uso; daí que a ele seja "*atribuída a função de meio de circulação*" pelo "*movimento de forma*" das mercadorias, pois a passagem do valor-de-uso ao valor-de-troca e vice-versa se apresenta como passagem da mercadoria em geral para o equivalente universal e vice-versa, determinando a forma da circulação.

Assim, tem-se a impressão de que a "*circulação de mercadorias*" - o processo de troca - seja "*resultado do movimento do dinheiro*", devido à própria forma em que se dá aquela circulação; tem-se a impressão de que o dinheiro é seu motor. Por outro lado, se este poder alocador de valores é atribuído ao dinheiro como uma propriedade inerente a ele, quando a idéia de sua perfeição distributiva é abalada pelas crises, permanece o aspecto do "fetiche" enquanto algo exterior, de modo que a própria crise aparece aos agentes econômicos como um fato transcendente - cuja solução está além de suas possibilidades individuais de atuação social - compartilhando com o dinheiro e a mercadoria o caráter

"misterioso". Através do desmascaramento destes "fetiches", então, Marx pretende também esclarecer o "enigma" da crise. É o que se verá a seguir.

9-

Com a introdução do dinheiro, a troca passa a ser concebida em "O Capital" de um modo mais complexo: *"Na medida em que o processo de troca transfere mercadorias das mãos em que ela é não-valor-de-uso para aquelas em que ela é valor-de-uso, ela é metabolismo [Stoffwechsel]. Temos de considerar todo o processo...pelo lado da forma, portanto apenas a troca de forma [Formwechsel] ou a metamorfose das mercadorias, que medeia o metabolismo social"*(51). Entendendo-se aqui "forma" como forma-valor - mercadoria e dinheiro - a "metamorfose" das mercadorias é a passagem de uma à outra, resultante, como visto no item 7, da oposição e "exclusão mútua" entre a forma-valor relativa e equivalente e entre as duas determinações internas da mercadoria.

Ou seja, a troca mediada pelo dinheiro atravessa dois momentos diferentes, conforme o sentido deste movimento: primeiro, o possuidor de uma mercadoria se desfaz dela por dinheiro, recebendo a expressão universal do valor-de-troca com que, no segundo momento, pode adquirir qualquer outra mercadoria para seu consumo. O primeiro momento é a venda, transição de uma forma-valor particular à forma-universal; o segundo é a compra, transição inversa, da forma universal para outra, particular. *"O processo de troca da mercadoria se efetua, assim, em duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares - transformação da mercadoria em dinheiro e sua transformação de volta, de dinheiro em mercadoria. Os momentos da metamorfose das mercadorias são imediatamente ação do possuidor de mercadorias - venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca de dinheiro por mercadoria, e unidade de ambos atos: vender para comprar"*(52).

Da relação entre mercadoria (M) e dinheiro (D) se desenvolve uma nova relação, que tem como termos as duas transições entre M e D, a venda e a compra. Ambas

são idênticas enquanto "metamorfose" em geral, "transformações" da forma-valor; mas se diferenciam por serem movimentos inversos, a venda (M-D) e a compra (D-M). Além disso, são os termos de uma relação cuja unidade tem a forma M-D-M, ou seja, "*vender para comprar*", expressão que revela a finalidade da troca como sendo, originalmente, a de inter-relacionar os produtores privados de mercadorias, permitindo a cada um comprar os valores-de-uso de que necessita com o dinheiro obtido pela venda da mercadoria produzida por ele. Conforme o trecho citado, a relação "*vender para comprar*" também é concebida por Marx como oposição, definindo-se enquanto "*processo de troca*" que se "*efetua...em duas metamorfoses opostas*", que são, ao mesmo tempo, "*reciprocamente complementares*"; a oposição das metamorfoses é a forma em que "*se efetua*" um único processo, cuja unidade decorre do objetivo de "*vender para comprar*", já que comprar sem antes ter vendido é impossível e vender sem depois comprar, contrário à finalidade da circulação simples de mercadorias.

Por outro lado, a separação formal das fases de compra e venda indica que os vendedores não estão automaticamente comprando ao vender, como no caso do escambo de produtos sem a mediação do dinheiro. "*Ninguém pode vender sem que um outro compre. Mas ninguém precisa comprar imediatamente, porque ele mesmo vendeu. A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos, justamente porque cinde a identidade imediata, da aqui entre a troca [Austausch] do próprio produto de trabalho e a troca [Eintauschen] do alheio, na oposição de venda e compra*"⁽⁵³⁾. A relação entre a venda e a compra "*cinde a identidade imediata*" do escambo, porque a mediação do dinheiro distingue os dois movimentos inversos. A possibilidade de retenção do dinheiro depois da venda, exposta detalhadamente na seção sobre o "entesouramento" do capítulo 3 do Livro I de "O Capital", implica a separação temporal e espacial entre o movimento da venda e o da compra: para o permutador singular, ceder o próprio produto não mais leva imediatamente a adquirir o produto de outro, e sim a adquirir dinheiro, que deverá ser

finalmente usado, mas em circunstâncias não determinadas pelo ato de venda, já que a venda e a compra estão formalmente separadas.

E este papel de mediador e divisor exercido pelo dinheiro está baseado na sua definição mesma: "*A dificuldade de transformar a mercadoria - o produto específico de trabalho individual - em dinheiro, seu contrário, trabalho abstrato geral, reside em que o dinheiro não aparece enquanto produto específico de trabalho individual, em que aquele que vendeu, que possui, assim, a mercadoria em forma de dinheiro, não é obrigado a comprar de novo imediatamente, a transformar o dinheiro novamente em produto específico de trabalho individual*"⁽⁵⁴⁾. Como o dinheiro "*não aparece enquanto produto específico de trabalho individual*", seu possuidor pode retê-lo para comprar quando quiser a mercadoria específica desejada para lhe satisfazer uma necessidade, justamente porque ele não é simplesmente idêntico à mercadoria, mas seu "*contrário*" - valor autonomizado em que aparece o "*trabalho abstrato geral*" por oposição ao "*trabalho individual*" privado produtor de mercadorias. Assim, se "*já na determinação do dinheiro como mediador, na divisão da troca em dois atos, reside o germe da crise, pelo menos sua possibilidade...*"⁽⁵⁵⁾, tal "*determinação*" remete, em última instância, à oposição entre o trabalho privado e o trabalho social na sociedade mercantil, onde este último aparece só pela mediação da troca⁽⁵⁶⁾.

A cisão entre venda e compra, explicada por Marx a partir desta oposição, é ainda mais profunda no caso do dinheiro funcionar não simplesmente como meio de circulação, mas como meio de pagamento. Aqui, a passagem efetiva da mercadoria para as mãos do comprador, e do dinheiro para as do vendedor não é simultânea: o dinheiro aparece só nominalmente, no momento da entrega da mercadoria, como medida do valor desta, para comparecer de fato apenas mais tarde, como pagamento da compra realizada antes. A generalização deste processo -um comprador A tem um crédito com B, que usará o dinheiro de A para pagar a C e este a D - faz que o valor do dinheiro efetivo possa ser bem menor que o valor das transações que ele simplesmente mede.

Desta maneira, a diferença entre a existência ideal do dinheiro, na função de medida do valor das mercadorias, e sua existência real, na função de meio de circulação, apresenta-se como uma oposição que pode conduzir a crises ainda mais graves, devido ao efeito potenciador do volume de trocas que o dinheiro ganha como meio de pagamento: "*Na medida em que ele [o dinheiro - JG] funciona como meio de pagamento, ele atua em dois momentos diversos, como medida de valores e como realização do valor. ...Se a mercadoria também não puder ser vendida apenas em um determinado espaço de tempo, mesmo que seu valor não mude, então o dinheiro não pode funcionar como meio de pagamento, pois ele deve funcionar como tal em um prazo determinado, pressuposto. Como a mesma soma de dinheiro, porém, funciona aqui para uma seqüência de transações e obrigações recíprocas, a incapacidade de pagamento ocorre aqui não só em um, mas em muitos pontos, donde a crise*"⁽⁵⁷⁾. A diferença entre o número de vendedores e o de compradores de mercadorias ou, por outro lado, entre o de compradores e vendedores de dinheiro - daqueles que precisam deste para efetuar seus pagamentos - é muito maior agora, realçando o mecanismo da crise como desproporção no volume geral de compras e vendas.

Ao apresentar a função meio de pagamento do dinheiro como uma relação entre as duas funções anteriores, medida de valor e meio de circulação, enraizando aí uma nova forma de crise, Marx está procurando cumprir seu programa de reconstrução sistemática das categorias da Economia Política, apresentando o conceito de "crise" de modo cada vez mais complexo: "*A crise em sua segunda forma é a função do dinheiro como meio de pagamento, em que o dinheiro figura em dois momentos temporalmente separados, em duas funções diferentes. Estas suas formas são ainda totalmente abstratas, apesar da segunda ser mais concreta que a primeira*"⁽⁵⁸⁾. A segunda forma - meio de pagamento - é mais "concreta" que a primeira - meio de circulação - porque reúne esta última e a função de medida de valor enquanto termos de uma nova relação, que podem se harmonizar e manifestar sua unidade apenas, quando os pagamentos são normalmente

realizados e compensados, mas que também podem se separar, fazendo paralisar-se toda a seqüência de transações, já que o meio de circulação efetivo existe em volume menor que os valores das mercadorias que ele mediu.

Marx diz, por isso, que "*estas são as possibilidades formais da crise. A primeira [é] possível sem a última - isto é, crises sem crédito, sem que o dinheiro funcione como meio de pagamento. Mas a segunda não [é] possível sem a primeira, isto é, sem que a compra e a venda se separem. Mas no último caso, a crise [acontece] não só porque a mercadoria é invendível, mas porque ela não é vendível em um determinado espaço de tempo, e a crise surge e deriva seu caráter não apenas da invendibilidade da mercadoria, mas da não-realização de toda uma seqüência de pagamentos, que se refere à venda desta mercadoria determinada neste prazo determinado*"⁽⁵⁹⁾. A primeira forma determina a crise a partir da mera impossibilidade eventual de vender as mercadorias, com a interrupção da circulação; a segunda forma é mais complexa porque supõe a primeira, pois a "*não-realização de toda uma seqüência de pagamentos*" é originada por não se poder vender a "*mercadoria determinada neste prazo determinado*", simultaneamente potenciando a gravidade da primeira forma.

O fundamento das crises na esfera da circulação simples de mercadorias, assim, está na dificuldade em vendê-las, o que aponta para o caráter distintivo do dinheiro como expressão universal do valor que sempre pode ser retido ou deslocado para outro lugar, interrompendo as transações correntes e, com isso, o fluxo de pagamentos. Daí que Marx diga, analisando a crise de 1857-1858: "*...em tais momentos em que todas as mercadorias são invendíveis há...de fato mais compradores do que vendedores de uma mercadoria, o dinheiro, e mais vendedores do que compradores de todo outro dinheiro, as mercadorias*"⁽⁶⁰⁾. Numa crise, todos querem obter o dinheiro para ter acesso aos valores-de-uso que lhes satisfaçam as necessidades, e todos querem se desfazer das mercadorias que produziram, pois não as produziram para seu próprio consumo e sim para vender e obter dinheiro. Se, no percurso normal da circulação, o dinheiro aparece como uma mercadoria e

as mercadorias como formas do dinheiro, ou seja, imediatamente conversíveis nele, na crise a distinção das duas formas-valor opostas se evidencia e abisma.

Por outro lado, como diziam os textos citados acima, "*estas duas formas [da crise - JG] são ainda totalmente abstratas*", "*estas são as possibilidades formais de crise*", proposições que remetem, mais do que somente ao par conceitual "abstrato-concreto", também ao estatuto modal das crises na esfera da circulação simples de mercadorias. É o significado de uma tal "possibilidade" e sua importância nesta etapa da análise e da apresentação categorial empreendida por Marx que será objeto de exame a seguir, encerrando o presente capítulo.

10-

A crítica marxiana ao teorema da Economia Política "clássica", de que na circulação de mercadorias não poderia haver um desequilíbrio geral entre compras e vendas, tem como suposto a concepção específica da circulação enquanto "metamorfose" da mercadoria por Marx e, ao mesmo tempo, revela o que significa esta concepção: "*A natureza geral da metamorfose das mercadorias - que inclui tanto a separação da compra e venda quanto sua unidade, ao invés de excluir a possibilidade de um 'general glut' [\"entupimento\" geral] - é, antes, a possibilidade de um 'general glut' (61)*". A metamorfose é "*a possibilidade de um 'general glut'*", justamente por ser "*tanto a separação da compra e venda quanto sua unidade*". Mas por que a versão "clássica" excluiria tal possibilidade? E qual o sentido de "separação" e "unidade" na proposição de Marx, para ela ser aí obrigatoriamente incluída? A resposta a estas questões implica uma consideração da análise marxiana da metamorfose mais detalhada do que aquela feita no item precedente.

O ponto sobre o qual incide a crítica aqui é a redução da circulação de mercadorias a escambo de produtos: "*Ninguém pode vender sem que um outro compre. Mas ninguém precisa comprar imediatamente, porque ele mesmo vendeu. A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos justamente porque cinde*

a identidade imediata, dada aqui, entre a troca [Austausch] do próprio produto de trabalho e a troca [Eintauschen] do alheio, na oposição de venda e compra"⁽⁶²⁾. Neste trecho já mencionado, a refutação do teorema "clássico" de equilíbrio é feita depois de uma aceitação inicial, indicando a passagem de um tipo para outro de relação entre "unidade" e "divisão" de venda e compra. Embora em ambos os tipos "a circulação...cinde a *identidade imediata*" do escambo, neles ainda se apresenta a unidade de venda e compra: no primeiro - "ninguém pode vender sem que outro compre" - a venda por um agente é simultaneamente a compra por "um outro", M-D é idêntico a D-M visto em sentido oposto; no segundo - "mas ninguém precisa comprar imediatamente, porque ele mesmo vendeu" - diferentemente, trata-se da sucessão no tempo da venda e da compra pelo mesmo agente - "ele mesmo vendeu".

Exatamente antes do texto citado, Marx explica: "*Nada pode ser mais tolo do que o dogma de que a circulação de mercadorias requer um equilíbrio necessário das vendas e das compras, pois cada venda [é] uma compra e vice-versa. Se isto significa que o número de vendas efetivamente completadas iguala o mesmo número de compras, então isto é uma tautologia trivial. Mas isto deve demonstrar que o vendedor traz ao mercado seu próprio comprador. Venda e compra são um ato idêntico enquanto relação recíproca entre duas pessoas polarmente opostas, o possuidor de mercadorias e o possuidor de dinheiro. Elas formam dois atos polarmente opostos enquanto ações da mesma pessoa*"⁽⁶³⁾. Pode-se dizer que "cada venda é uma compra e vice-versa", na medida em que "são um ato idêntico...entre duas pessoas polarmente opostas", o vendedor num pólo e o comprador noutro, pessoas distintas que só se relacionam no momento da troca, de modo que a oposição de compra e venda expressa a dos dois agentes. Por outro lado, "enquanto ações da mesma pessoa" na seqüência do vender para comprar, "elas formam dois atos polarmente opostos", uma oposição, portanto, entre os dois momentos da seqüência.

De acordo com Marx, o erro dos "clássicos" teria sido, assim, inferir de uma situação em que há dois agentes e um ato idêntico de troca - no qual um é comprador e o

outro simultaneamente vendedor - uma regra de equilíbrio aplicável também a uma outra situação, em que há um agente e dois atos ou fases do processo de troca, ou seja, em que o mesmo produtor antes vende sua mercadoria para depois comprar outra. Na primeira situação, é claro que existe simultaneidade de venda e compra, que são sentidos inversos de um único movimento; mas isto não quer dizer que haja equilíbrio na segunda situação, que o vendedor de agora compre depois, num lugar e momento determinado de antemão. Por isso o equilíbrio dos "clássicos", se entendido no sentido da situação inicial "*é uma tautologia trivial*", e um grande erro se transposto para a segunda, que "*deve demonstrar que o vendedor traz ao mercado seu próprio comprador*", pois neste caso a posse temporária do dinheiro pode interromper a seqüência das metamorfoses e a venda não é seguida de compra.

A importância de retomar a crítica de Marx aqui é, desta maneira, a de poder indicar o ponto preciso em que para ele surge a crise enquanto determinação da circulação simples de mercadorias. É claro que, quando ocorre uma venda, simultaneamente está se realizando uma compra por outra pessoa, o que não significa que sempre ocorram vendas, pois eventualmente não há compradores para mercadorias que deveriam ser vendidas. É no processo, na seqüência da venda pela compra, que pode se manifestar a crise. "*Na velocidade de circulação [Umlauf] do dinheiro aparece, assim, a unidade fluida das fases opostas e complementares, transformação da figura de uso em figura de valor e transformação de volta da figura de valor em figura de uso, ou de ambos processos de venda e compra. Inversamente, no retardamento da circulação do dinheiro aparece a separação e a autonomização oposta destes processos, a interrupção da troca de forma [Formwechsel] e, daí, do metabolismo [Stoffwechsel]*"⁽⁶⁴⁾. Quanto mais rápido o dinheiro passa das mãos de um agente para as de outro, mais "*fluida*" é a unidade das vendas e compras, mais rápida e tranqüilamente elas se sucedem; mas a alteração desta velocidade, sua aceleração ou "*retardamento*", justamente revela que tal unidade é a de duas fases distintas, que pode ser mais ou menos "*fluida*" e até se interromper.

Além disso, na medida em que são "*fases opostas*", a compra e a venda se separam realmente a ponto de que no "*retardamento da circulação do dinheiro*" e na interrupção das metamorfoses "*aparece a separação e a autonomização oposta destes processos*". Isto é, em sua oposição, ambas fases podem se separar e autonomizar, parecendo independentes uma da outra, como se não tivessem relação entre si: "*Na medida em que compra e venda, os dois momentos essenciais da circulação, são reciprocamente indiferentes, separados no espaço e no tempo, não precisam de modo algum coincidir. Sua indiferença pode progredir até a consolidação e a aparente autonomia de um face ao outro. Na medida, porém, que eles formam momentos essenciais de um todo, deve sobrevir um momento em que a figura autônoma é rompida violentamente e a unidade interior é produzida exteriormente através de uma explosão violenta*"⁽⁶⁵⁾. Como as duas fases estão "*separadas no espaço e no tempo*", elas aparecem como "*reciprocamente indiferentes*", sem que uma pareça ser determinada pela outra; esta indiferença já indica a diferença que "*pode progredir até a consolidação*" de cada fase enquanto algo autônomo, como se a compra nada tivesse a ver com a venda e vice-versa.

Mas não é a separação das duas fases que define, por si só, a crise. Ao contrário, esta se explica porque "*a figura autônoma é rompida violentamente*", revelando que a venda e a compra não são indiferentes de fato, e sim "*momentos essenciais de um todo*" que os distingue e reúne; ela se dá, assim, quando "*a unidade interior é produzida exteriormente*", quando a "*consolidação*" da diferença das duas fases evidencia que elas não podem existir independentemente, pois então a finalidade do processo de vender para comprar não se realizaria. É tal finalidade que dá à circulação o caráter de "*todo*". Se neste, entretanto, os dois momentos possuem uma "*unidade interior*", um nexo fundamental que os integra mesmo quando não é "*produzido exteriormente*", como é possível que eles apareçam "*reciprocamente indiferentes*", ou por que "*sua indiferença pode progredir até a consolidação*" de cada um enquanto "*figura autônoma*"?

De acordo com Marx, "*se, por exemplo, compra e venda - ou o movimento da metamorfose da mercadoria - apresenta a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade de ambas as fases, igualmente é a separação das mesmas e sua autonomização uma face à outra. Como elas, então, se co-pertencem, a autonomização dos momentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a crise, precisamente, na qual a unidade se efetua [betätigt], a unidade dos diferentes. A autonomia, que os momentos pertencentes um ao outro e complementares adotam reciprocamente, é anulada violentamente. A crise manifesta, assim, a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados. Não ocorreria nenhuma crise sem esta unidade interior dos aparentemente indiferentes um ao outro*"⁽⁶⁶⁾. Conceber a circulação como um "todo", significa que ela determina tanto "*a unidade de ambas as fases*" quanto "*igualmente...a separação das mesmas e sua autonomização uma face à outra*". Os dois movimentos são necessários, de modo que a autonomia entre compra e venda não é uma mera aparência, no sentido de uma ilusão falsificadora da "*unidade interior*" e verdadeira; o que é ilusório é sua indiferença e não sua diferença, ou seja, que compra e venda apareçam como diversos e sem relação, quando de fato são "*momentos reciprocamente autonomizados*".

Em outras palavras, a diferença entre as duas fases não é anterior e exterior à relação entre ambas - não é diversidade - mas determinada, ao contrário, por esta relação mesma, pela unidade do processo de "vender para comprar". Por isso o texto da nota 64 acima identificava a "*separação*" à "*autonomização oposta*" de compra e venda: elas são "opostas" por resultarem da "autonomização", um processo instituído pelo "todo" da circulação. "*Que processos autonomamente confrontantes formem uma unidade interior, significa também que sua unidade interior se movimenta em oposições exteriores. Se a autonomização exterior dos dependentes interiormente, porque reciprocamente complementares, avançar até um certo ponto, então a unidade se faz valer violentamente*

através de uma - crise"(67). A autonomização resulta do "*movimento...em oposições exteriores*" da unidade das fases "*reciprocamente complementares*" e "*dependentes interiormente*"; este é o sentido também da "*co-pertinência*" de compra e venda a que se referia o texto anterior, pois cada uma depende da outra e a contém como momento, como meio para que ela mesma se realize.

O produtor privado não pode comprar mercadorias dos outros sem antes ter vendido a sua própria; e a compra reforça a dependência de cada produtor do trabalho dos demais e, assim, a especialização crescente e a divisão social do trabalho, que implica para todos a necessidade de vender. Na economia mercantil, em que se opõem o aspecto privado e o social do trabalho, não só a unidade do comprar para vender é necessária, como também o é que este processo seja "*um percurso através de duas fases opostas*"; a necessidade é tanto da "*co-pertinência*", "*complementaridade*" e "*unidade fluida*" das fases, quanto de que elas se distingam dentro de sua unidade, de que elas se excluam a partir de sua inclusão recíproca, configurando uma oposição. A compra deve suceder à venda, mais cedo ou mais tarde, para que se realize a finalidade da circulação simples, mas também deve se diferenciar dela, pois o trabalho privado não produz valores-de-uso para o produtor, que tem de vender para depois comprar; mais ainda, deve se opor a ela, já que a mediação do dinheiro faz da troca, não a permuta de um valor-de-uso por outro, e sim a "*transformação da figura de uso em figura de valor e a transformação de voltada figura de valor em figura de uso*" - "*oposições exteriores*" em que se "*movimenta a unidade interior*".

A crise não é, portanto, meramente a autonomização possível de momentos diferentes do processo de circulação; ela é a evidência de que essa autonomização contraria a unidade obrigatória dos momentos, de que sem a complementaridade deles não ocorre a distribuição de produtos entre os membros da economia mercantil, de modo que estes últimos não teriam acesso aos produtos que desejam consumir. Já que a compra e a venda constituem o "nexo social" básico entre tais indivíduos, elas não podem se autonomizar completamente sem romper este "nexo". A "violência" com que se faz valer a unidade vem

do fato de ser a própria totalidade do vender para comprar que diferencia o vender e o comprar como seus momentos, que lhes atribui significado dentro do seu processo. Estes dois atos se distinguem para que o "nexo social" se estabeleça apesar e a partir da privacidade e especialização dos trabalhos singulares, mantendo-os assim, pois se a venda permite a compra posterior daquilo de que cada um precisa, então é possível a preservação da independência dos indivíduos na esfera da produção e seu relacionamento só na da circulação.

Desta maneira, em tal sistema *"a divisão do trabalho transforma o produto de trabalho em mercadoria e, com isso, faz necessária sua transformação em dinheiro. Ao mesmo tempo, faz casual que esta transformação tenha êxito"*(68). Por que há divisão e sociabilização dos trabalhos privados pela troca, é preciso vender sua própria mercadoria para poder comprar a dos outros, sendo *"necessária sua transformação em dinheiro"* para a subsequente transformação deste em mercadorias. A necessidade da união das duas fases revela também a da distinção delas para que se institua o "nexo social" na produção privada, para que cada um produza independentemente mas com o intuito de "vender para comprar", podendo adquirir o que ele próprio não produziu. Na medida em que os produtores são autônomos, contudo, e em que não há planejamento consciente em sua divisão de trabalho, a conciliação dos interesses privados - o fato de cada um produzir aquilo que os outros desejam, e na quantidade precisa em que o desejam, sem excessos nem faltas - não é garantida de antemão. O caráter não-planejado desta divisão do trabalho, resultado da privacidade e autonomia dos produtores, *"faz casual que...tenha êxito"* tal conciliação, expressa na venda das mercadorias de todos, ou seja, na unidade entre compras e vendas, em sua *"unidade fluida"*.

Esta casualidade na harmonização dos interesses de produtores privados, decorrente de sua independência, se expressa na casualidade da correspondência em geral

entre vendas e compras. Ou seja, o aspecto social básico da análise marxiana da economia mercantil - a oposição entre trabalho social e trabalho privado - se reflete na oposição entre mercadoria e dinheiro e na da passagem de um para o outro, a compra e a venda, também no sentido de que o acaso da conciliação das múltiplas necessidades dos produtores autonomizados aparece como acaso da sucessão normal das vendas e compras. Daí a importância de que a oposição entre estas duas fases apareça enquanto "indiferença" de uma para com a outra, em função da independência em que se apresentam os agentes econômicos; pois, como diz o texto citado na nota 65, "*na medida em que compra e venda...são reciprocamente indiferentes...não precisam de modo algum coincidir*" - inclusive sua coincidência é indiferente, casual.

A respeito disso, Marx escreve ainda que "*assim como o valor-de-troca da mercadoria existe duplamente, enquanto mercadoria determinada e enquanto dinheiro, decompõe-se o ato da troca em dois atos autônomos reciprocamente: a troca das mercadorias por dinheiro, a troca do dinheiro por mercadorias; compra e venda. Como estes [atos] adquiriram uma forma de existência reciprocamente indiferente, separada um do outro espacial e temporalmente, acaba sua identidade imediata. Eles podem corresponder ou não corresponder; eles podem ser congruentes ou não; eles podem estar em desproporção um para com o outro. Eles procurarão constantemente se equilibrar; mas no lugar da igualdade imediata anterior entrou agora o movimento contínuo de equilibração, que pressupõe mesmo o constante desequilíbrio. A consonância agora pode ser alcançada possivelmente pela travessia das dissonâncias externas*"⁽⁶⁹⁾. A "forma de existência...indiferente" adotada pela compra e venda faz ambas "poderem...ou não" se equilibrar em "correspondência...congruência...e proporção. O próprio equilíbrio resulta do "movimento contínuo" de superação do "desequilíbrio constante" e as "dissonâncias externas" entre venda e compra tornam sua "consonância" algo atingível apenas "possivelmente".

Mas para entender o estatuto desta "possibilidade" de crise na circulação simples, é preciso ter em mente que, nesta última, não é só a unidade do "vender para comprar" que se afirma como necessidade, sendo também necessária a passagem deste processo pelas duas fases opostas. A concepção marxiana do problema modal - possibilidade e necessidade da crise - é esclarecida aqui por um texto crítico: *"Os economistas que recusam a crise se apegam apenas à unidade destas duas fases. Se elas fossem somente separadas, sem serem uma, então não seria possível nenhum estabelecimento violento de sua unidade, nenhuma crise. Se elas fossem apenas uma, sem serem separadas, então não seria possível nenhuma separação violenta, o que novamente é a crise. Ela é o estabelecimento violento da unidade entre momentos autonomizados e a autonomização violenta de momentos que são essencialmente um"*(70). Para além da crítica à recusa da crise por alguns economistas e também da reafirmação de que a crise não se define pela mera separação das fases, este texto apresenta já claramente um tratamento modal da possibilidade da crise.

De fato, o texto diz que *"se elas fossem somente separadas...então não seria possível...nenhuma crise"*, ou seja, sua unidade seria impossível e esta separação simples seria uma necessidade absoluta, por excluir a possibilidade da efetivação de seu oposto; a venda e a compra necessariamente não teriam relação uma com a outra e não haveria o aspecto *"violento"*, *"destrutivo"*, que caracteriza a crise. Por outro lado, *"se elas fossem apenas uma...então não seria possível nenhuma separação violenta, o que novamente é a crise"*, isto é, a separação agora seria impossível e a unidade, enquanto identidade imediata, excluiria a possibilidade de seu oposto, configurando também sua necessidade absoluta. O fato da unidade ser meio para a autonomização e esta, meio para a afirmação daquela, significa que nenhuma pode excluir a outra: a lógica do "vender para comprar" é a necessidade de uma unidade mediada pela oposição dos momentos, de que se venda para depois poder comprar (ou pagar) e, ao mesmo tempo, de se compre (ou pague) só depois de vender.

Assim, quando se cumpre o percurso "fluido" e ininterrupto da circulação de mercadorias, do mesmo modo que nas crises, a unidade está presente simultaneamente à separação das fases. É errôneo pensar que o percurso normal é presidido apenas pela unidade delas, como se esta fosse uma identidade imediata sem separação, tal como teriam feito os economistas criticados por Marx; também a circulação normal passa necessariamente pelos dois momentos opostos, só que neste caso a autonomização deles não chegou ao ponto da unidade ter de se fazer valer "violentamente". Bem como é um erro simétrico supor a crise presidida somente pela separação das fases, como se ela não fosse resultado de um processo de *"autonomização violenta de momentos que são essencialmente um"*, que configura a oposição da venda e da compra; a crise é simplesmente o ponto no qual a separação aparece enquanto autonomia dos momentos e em que esta se revela impossível, por ser produto da unidade, que se estabelece então de maneira "destrutiva". Afirma-se explicitamente, tanto na circulação ininterrupta quanto na crise, a necessidade da determinação recíproca dos dois momentos da unidade mediatizada do "vender para comprar".

Justamente tal estatuto da necessidade é que se opõe ao caráter absoluto da mera diferença exterior e também da identidade imediata entre venda e compra: o aspecto de unidade não exclui a possibilidade de se desenvolver um processo de autonomização, levando a uma crise; nem o aspecto de separação exclui a possibilidade da unidade continuar existindo, podendo se realizar como percurso "fluido" ou também como afirmação "violenta", que desmascara a autonomia simples enquanto mera ilusão. Por isso a venda e a compra *"podem corresponder ou não...; podem ser congruentes ou não;...podem estar em desproporção"* ou não. A crise e o percurso normal são apenas possibilidades sempre presentes conjuntamente, duas situações igualmente possíveis dentro da lógica da circulação simples de mercadorias. A partir desta caracterização, Marx propõe novas considerações sobre o estatuto da possibilidade de crise neste nível de sua apresentação sistemática, e

sobre a insuficiência de se permanecer aí para analisar mais profunda e adequadamente o fenômeno das crises do capitalismo.

De fato, no quadro da circulação simples a explicação das crises não avança além da descoberta da "possibilidade formal" delas: *"Estas formas [da metamorfose das mercadorias - JG] contêm a possibilidade, mas também somente a possibilidade das crises. O desenvolvimento desta possibilidade até a efetividade exige todo um conjunto de relações que, do ponto-de-vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem"*(71). A insuficiência da explicação nesta esfera se expressa pela falta do *"desenvolvimento desta possibilidade até a efetividade"*, de *"relações"* que permitam passar da instância da crise possível para a da efetiva. As duas instâncias parecem separadas, sem que um *"desenvolvimento"* as relacione, pois na metamorfose das mercadorias se acha *"somente a possibilidade"* - uma *"possibilidade formal"* - e não o elemento que leva *"até a efetividade"* das crises, à explicação de por que elas ocorrem.

Dá a crítica de Marx: *"Não são melhores os economistas (como J. Stuart Mill, por exemplo) que querem explicar as crises a partir destas possibilidades simples da crise, contidas na metamorfose das mercadorias - como a separação de compra e venda. Estas determinações que explicam a possibilidade da crise não explicam, além, sua efetividade, ainda não [explicam] por que as fases do processo entram em um conflito tal que só através de uma crise, através de um processo violento, sua unidade interna pode se fazer valer. Esta separação aparece na crise; é a forma elementar da mesma. Explicar a crise a partir desta sua forma elementar significa explicar a existência da crise declarando seu ser-aí em sua forma mais abstrata, explicar, assim, a crise através da crise"*(72). Se na crítica anterior - aos *"economistas que...se apegam apenas à unidade"* de compra e venda - censurava-se sua *"recusa à crise"*, nesta outra Marx considera sua explicação uma tautologia: uma crise já efetiva é obviamente possível, e a explicação criticada consistiria simplesmente em *"declarar"* a possibilidade do que já é, sem dizer como da possibilidade se

chega à efetividade, pois na esfera em consideração estas instâncias aparecem só em sua diferença.

Para se obter o elemento que as integra, então, é preciso avançar na análise, alcançando as determinações do capital propriamente dito, o "*conjunto de relações que, do ponto-de-vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem.*"

Notas do capítulo 1:

- 1)- É interessante citar aqui o texto em que Smith enuncia sua conhecida proposição da "mão invisível": "Todo indivíduo se esforça continuamente para encontrar o mais vantajoso emprego para qualquer capital que ele pode comandar. É sua própria vantagem, realmente, e não a da sociedade que ele tem em vista. Mas o exame da própria vantagem naturalmente, ou antes necessariamente, leva-o a preferir o emprego que é mais vantajoso para a sociedade." E depois completa, "De fato, ele geralmente não pretende promover o interesse público, nem sabe o quanto ele o está promovendo. Preferindo apoiar a indústria doméstica e não a estrangeira, ele visa sua própria segurança; e dirigindo aquela indústria de tal modo que seu produto terá o máximo valor, ele visa apenas seu próprio ganho e é levado neste caso como em muitos outros por uma **mão invisível** a promover uma finalidade que não era parte da sua intenção." [SMITH, Adam - *Wealth of Nations*, Cannan edition, Modern Library, Nova Iorque, 1965, pp. 421 e 423 respectivamente; grifo meu].
- 2)- Grundrisse, 17. Observe-se que esta "distribuição dos instrumentos de produção" originária "determina a estrutura da produção", mas esta "está contida no próprio processo de produção". Tal aparente paradoxo se esclarece num texto que vem logo a seguir do citado à nota: "Qual relação existe entre a produção e a distribuição que a determina, é uma questão, é uma questão que recai inteiramente dentro da [esfera de] produção. Se for dito que, como a produção deve partir de uma certa distribuição dos instrumentos de produção, assim, pelo menos neste sentido, a distribuição precede a produção e forma seu pressuposto; então deve se responder que a produção possui, de fato, suas condições e pressupostos, que compõem os movimentos da mesma. No começo elas podem parecer algo natural. Através do próprio processo de produção elas se transformam de naturais em históricas, e se elas aparecem como pressuposto natural da produção para um período, elas são, para outro, seu resultado histórico. Dentro da própria produção elas são constantemente modificadas. Por exemplo, o emprego da maquinária moderna modifica a distribuição tanto dos instrumentos de produção quanto do produto. A grande propriedade de terra moderna mesma é tanto o resultado do comércio moderno e da indústria moderna, como da aplicação destes últimos à agricultura" [Grundrisse, 18]. A distribuição da propriedade dos meios de produção é inicialmente pressuposto da produção, mas depois se torna seu "resultado histórico". Além disso, deve-se distinguir a produção, enquanto atividade criadora de produtos, da produção enquanto sistema social em que estão contidos os momentos da distribuição e consumo: "Certamente, também a produção, em sua **forma unilateral** é determinada, por sua vez, pelos outros momentos [distribuição, troca, consumo - JG]" [Grundrisse, 20]. Se no significado estrito, "unilateral", a produção também "é determinada, por sua vez, pelos outros momentos", no sentido amplo de "modo de produção" ela os envolve e condiciona, transformando seus pressupostos em resultado de seu processo.
- 3)- K, III, 799-800. (C, III 2, 251).
- 4)- MARX - *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, MARX-ENGELS WERKE 13, Berlim, Dietz Verlag, 1965, p. 18 - a seguir citado como 'Zur Kritik' seguido do número da página. Tradução portuguesa: *Contribuição à crítica da economia política*, Lisboa, Editorial Estampa, 1973, p 38 - a seguir citado como 'Contribuição', seguido pelo número da página.
- 5)- Grundrisse, 910-911. Conforme observa Berger (cf. *Krise und Kapitalismus bei Marx*, p. 133), o que o "privado" do trabalho burguês não é tanto a referência a produtores individuais - pessoas isoladas - mas o aspecto não-planejado em que ocorre a divisão do trabalho social e a propriedade dos meios de produção, sobre cuja base o trabalho concreto pode ser cooperativo.
- 6)- Grundrisse, 906.
- 7)- Grundrisse, 905. Como enfatiza Giannotti (*Origens da dialética do trabalho*, São Paulo, DIFEL, 1966, pp. 208-209), não são simplesmente os carecimentos individuais e a divisão do trabalho que instituem a troca para Marx, mas a propriedade privada, que faz, dos produtores individuais, possuidores de mercadorias, e dá a seu trabalho o caráter "privado", cuja especificidade não vem da concretude do produto, mas da propriedade privada dos meios de produção.
- 8)- K, I, 87 (C, I 1, 71-72).
- 9)- K, I, 102 (C, I 1, 81).

- 10)- Grundrisse, 74.
- 11)- Grundrisse, 64. Esta correlação entre a divisão do trabalho e o valor, estabelecida já pelos clássicos, revela que a distinção dos sujeitos individuais da economia mercantil é determinada pelo trabalho social em geral, na medida em que o modo de existência dele é a divisão do trabalho. É neste sentido que, apesar de sua independência mútua enquanto proprietários privados, cada um satisfaz um aspecto da necessidade social total, já que, em primeiro lugar, sua independência mesma é resultado de um processo social de divisão do trabalho, da distribuição dos meios de produção e da especialização de tarefas. Daí que Marx possa reinterpretar criticamente o teorema da "mão invisível" de Smith, da seguinte forma: *"Esta dependência recíproca [é] expressa na necessidade constante da troca e no valor como mediador multilateral. Os economistas expressam isto assim: cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, com isso, sem o querer e o saber, ao interesse privado de todos, aos interesses gerais. A graça não consiste em que, na medida em que cada um persegue seu interesse privado, é alcançada a totalidade dos interesses privados, o interesse geral. Antes pelo contrário, deste palavrório abstrato poderia se seguir que cada um impedisse que se fizesse valer o interesse dos outros e, em vez de uma afirmação geral, resultasse deste 'bellum omnium contra omnes', antes, uma negação geral. O ponto está, antes, em que o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado e só pode ser alcançado dentro de condições postas pela sociedade e com os meios dados por ela; está, assim, ligado à reprodução destas condições e meios. É o interesse dos [indivíduos] privados; mas cujo conteúdo, bem como a forma e o meio de realização, [é] dado por condições sociais independentes de todos."* [Grundrisse, 74].
- 12)- K, I, 55 (C, I 1, 49).
- 13)- K, I, 107-108 (C, I 1, 85). Sobre o significado de "relações de produção", expressão que aparece várias vezes nos escritos de Marx, ele diz que são relações *"em que os homens entram em seu processo vital social, na produção de sua vida social"*[K, III, 885. (C, III 2, 312)]. Sobre a "figura objetiva...independente" das relações sociais, Marx diz que os produtores *"existem apenas objetivamente [sachlich] uns para os outros, o que é só desenvolvido na relação do dinheiro, na qual sua comunidade [Gemeinwesen] mesma aparece a todos como uma coisa exterior e por isso acidental. Que o nexos social, resultante do encontro dos indivíduos independentes, apareça diante deles ao mesmo tempo enquanto necessidade objetiva [sachlich] e como um vínculo exterior, apresenta justamente sua independência, para a qual o ser-aí social é de fato necessidade, mas apenas meio, de modo a aparecer aos indivíduos mesmos como algo exterior, no dinheiro inclusive como coisa tangível. Eles produzem na sociedade e para ela, enquanto seres sociais, mas ao mesmo tempo isto aparece como simples meio de objetivarem [vergegenständlichen] sua individualidade. Como eles não estão subsumidos a uma comunidade natural, nem por outro lado, subsumem a si a comunidade [seres] comunitários, deve existir diante deles, enquanto sujeitos independentes, algo igualmente independente, exterior, casual. É justamente esta a condição para que eles estejam, enquanto pessoas privadas independentes, ao mesmo tempo em um nexos social"*. [Grundrisse, 909]. É importante ressaltar que o nexos das rocas no qual os indivíduos se sociabilizam, sendo para eles apenas meio, é algo "exterior e independente", de modo a lhes parecer "acidental...casual". Embora o nexos social, enquanto "modo de produção", seja determinante da autonomização dos produtores privados e, portanto, lógica e historicamente necessário para os indivíduos, ele aparenta ser uma mera contingência para seus trabalhos independentes. Esta passagem da necessidade para a contingência corresponde à relação mencionada entre a imediata indiferença e a diferença socialmente determinada dos membros da economia mercantil.
- 14)- K, I, 87 (C, I 1, 71).
- 15)- K, I, 86 (C, I 1, 71).
- 16)- Que não é a coisa, mas a relação social nela representada que importa - com o que se retoma a distinção produto-mercadoria - fica claro neste texto: *"Na medida em que ela [a mercadoria] é valor-de-uso, não há nada de misterioso nela, se eu considerá-la, assim, sob o ponto-de-vista de que ela satisfaz necessidades humanas através de suas propriedades ou que recebe esta propriedade apenas enquanto produto de trabalho humano. ...Mas tão logo surge enquanto mercadoria, ela se transforma em uma coisa sensível supra-sensível."* {K, I, 85 (C, I 1, 70)}. A expressão "fetichismo" para designar este caráter sensível supra-sensível vem de que *"é apenas a relação social determinada dos homens mesmos que adota aqui a forma fantasmagórica de uma relação de coisas. Para encontrar uma analogia, então,*

- devemos nos refugiar na região enevoada do mundo religioso. Aqui os produtos da cabeça humana parecem figuras independentes dotadas de vida própria, relacionando-se umas com as outras e com os homens. Assim [são], no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. Isto eu chamo o fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo eles são produzidos como mercadorias, o que é inseparável da produção de mercadorias.* [K, I, 86-87. (C, I 1, 71)].
- 17)- K, I, 89 (C, I 1, 72-73).
- 18)- K, I, 53 (C, I 1, 47).
- 19)- Esta passagem do valor-de-troca ao valor aparece de modo evidente apenas em "O Capital", já que nos escritos anteriores Marx sempre contrapunha, ao valor-de-uso, simplesmente o valor-de-troca. Com ela, porém, ganha ênfase a distinção entre mercadoria e produto, pois o valor-de-troca passa basicamente a exprimir a relação de troca entre mercadorias e o valor é destacado como uma qualidade que cada uma delas possui, considerada isoladamente como resultado do trabalho específico da sociedade burguesa. É uma qualidade social e não natural, mas que a mercadoria possui em si mesma enquanto mercadoria, com o que se reforça a idéia do "fetichismo" pelo qual propriedades sociais parecem ser próprias a uma coisa. Em função desta consideração especial do valor é que se torna possível o desenvolvimento de uma seção especial sobre o "fetichismo" da mercadoria somente em "O Capital", enquanto que nos escritos anteriores esta característica da economia burguesa aparecia mais claramente só com o dinheiro.
- 20)- K, I, 52 (C, I 1, 47).
- 21)- K, I, 52 (C, I 1, 47). Cf. também: *"A igualdade 'toto coelo' de diversos trabalhos só pode consistir em uma abstração de sua desigualdade efetiva, na redução ao caráter comum que eles possuem enquanto dispêndio de força de trabalho humano, trabalho humano abstrato"* [K, I, 87-88 (C, I 1, 72)]. Ou ainda: *"Por força de trabalho ou potência de trabalho entendemos o conjunto integral das capacidades físicas e espirituais que existem na corporeidade, na personalidade viva do ser humano, e que ele põe em movimento tão logo produz valores-de-uso de algum tipo."* [K, I, 181. (C, I 1, 139)].
- 22)- K, I, 58-59 (C, I 1, 51).
- 23)- *"Ao trabalho cuja utilidade se apresenta no valor-de-uso de seu produto ou em que seu produto é um valor-de-uso, chamamos, para resumir, trabalho útil. Sob este ponto-de-vista, ele é sempre considerado em relação à sua utilidade."* [K, I, 56 (C, I 1, 50)]. O trabalho útil "é determinado por sua finalidade, modo de operar, objeto, meio e resultado." [idem].
- 24)- K, I, 61, nota 16. (C, I 1, 53, nota 16).
- 25)- Zur Kritik, 18. (Contribuição, 41).
- 26)- K, I, 89 (C, I 1, 73).
- 27)- MARX - *Le Capital*, ed. francesa de 1875, traduzida por Roy e revisada pelo próprio Marx; texto citado por LANGE - "Wertformanalyse, Geldkritik und die Konstruktion des Fetichismus bei Marx", in *Neue Hefte für Philosophie*, Göttingen, 1978, número 13, p. 6.
- 28)- K, I, 65. (C, I 1, 56).
- 29)- Sobre a incompatibilidade das duas definições, Lange se refere à crítica presente no trabalho clássico de Petry (*Der soziale Gehalt der Marxschen Werttheorie*, de 1916), para quem a definição social pelo mercado é o "problema qualitativo", distinto do "quantitativo" presente na definição fisiológica. Embora mencionando a tentativa de reconciliação dos dois aspectos feita por Rubin em seu livro também clássico (*Estudos sobre a teoria marxista do valor*, de 1924), Lange aparentemente e sem maiores esclarecimentos mantém a posição da "incompatibilidade", em função das *"maiores dificuldades...que surgem desta tentativa"* de reconciliação de Rubin (cf. LANGE, op. cit., pp. 6-7, nota 15). O raciocínio para a solução do problema das duas definições de trabalho abstrato aqui exposto é semelhante ao desenvolvido por Berger (op. cit., p. 137), que diz que *"a abstração do concreto do trabalho ocorre 'in actu' na troca. ...Enquanto parece se tratar, na seção sobre o duplo caráter do trabalho, imediatamente de uma verdade 'fisiológica' sem significado para a forma social da produção, na consideração da forma-valor é impossível passar por alto que o trabalho abstrato geral purificado de toda a individualidade aparece como figura especificamente histórica da sociabilidade do trabalho."* No

mesmo sentido e mais detalhadamente vai a argumentação de Ruy Fausto (cf. *Marx: Lógica e Política*, vol I, São Paulo, Brasiliense, 1983), que examina a crítica de Böhm-Bawerk, de que o conceito de trabalho abstrato resulta de uma redução imprecisa e arbitrária, feita por Marx, das muitas propriedades das mercadorias à de serem produto de trabalho em geral, privilegiando a definição fisiológica associada à generalização do trabalho, isto é, aquela em que o trabalho abstrato seria mero gênero dos trabalhos concretos particulares (cf. BÖHM-BAWERK - *Karl Marx and the close of his system*, ed. Sweezy, Nova Iorque, Augustus Kelley, 1949, pp. 74-76, e o comentário de Ruy Fausto, op. cit., vol I, pp. 123-124, nota 4). No mesmo sentido, Fausto analisa também a crítica mais recente de Castoriadis, que propõe também a questão da incompatibilidade das duas definições, dizendo que a fisiológica resulta num caráter meramente genérico do trabalho, enquanto que a social (pela troca) retoma o problema da identificação do "tempo de trabalho socialmente necessário" com o tempo de trabalho médio, que Marx teria confundido (cf. CASTORIADIS - *Les carrefours du Labyrinthe*, Paris, Seuil, 1978, pp. 256-257 e p. 263, e o comentário de Fausto, op. cit., vol I, pp. 91-92 e p. 125 nota 9, e ainda pp. 126-127, nota 14). Em sua resposta, Ruy Fausto busca distinguir estes dois conceitos, enfatizando que o primeiro não é igual ao tempo médio, mas "o que se impõe socialmente". Para isso, ele cita um texto muito interessante da primeira edição de "O Capital", de 1867, suprimido nas edições posteriores: "*É como se além dos leões, tigres, lebres e todos os animais efetivamente reais, que, agrupados, constituem as diferentes raças, espécies, subespécies, famílias etc. do reino animal, existisse também o ANIMAL, encarnação individual de todo o reino animal. Tal indivíduo, que compreende em si mesmo todas as espécies verdadeiramente existentes da mesma coisa é um universal, como por exemplo Animal, Deus etc...*" [MARX - *Das Kapital*, erste Aufgabe, in Marx-Engels Studienausgabe, II, "Politische Ökonomie", Frankfurt, 1966.]. O trabalho abstrato constituiria então uma universalidade que é simultaneamente singular, distinguindo-se por isso da mera generalidade, enquanto "substância", ou seja, "coisa social", com o que se explica que o trabalho abstrato e concreto estejam numa oposição e não numa diversidade, já que o primeiro contém o segundo como seu gênero e ao mesmo tempo difere dele como ser singular.

- 30)- Cf. "*O trabalho que se apresenta no valor-de-troca é imediatamente o trabalho dos particulares particularizados. Ele se torna social por adotar, na troca de produto pelo produto de um outro trabalho, a forma de seu contrário imediato, a forma da universalidade abstrata*". [Zur Kritik, 21. (Contribuição, 41); grifos meus].
- 31)- K, I, 75, 76 e 102, respectivamente (C, I 1, 63, 63 e 81, respectivamente); grifos meus. Em função da discussão apresentada na nota 29 acima, é evidente, na passagem da forma da "diversidade" para a da "oposição" entre valor-de-uso e valor, a influência que novamente a "Ciência da Lógica" de Hegel exerceu sobre a forma de apresentação e o conteúdo de "O Capital". As duas formas da "diferença" mencionadas se inscrevem no quadro das "determinações da reflexão" da "Lógica da Essência" (segunda parte da "Ciência da Lógica") e avançam até a "contradição", por cuja resolução especulativa a essência se determina enquanto "fundamento". Sem entrar ainda na discussão desta última passagem, a da "diversidade" para a "oposição" se caracteriza pelo modo distinto com que em cada uma se relacionam a "identidade" e a "diferença" dos termos da relação. Na "diversidade", os termos diferentes aparecem como sendo indiferentes um ao outro, isto é, cada um se determinando independentemente da relação com o outro, de maneira que algo idêntico encontrado neles para permitir sua comparação independe também da relação entre eles, aparecendo como um elemento comum meramente externo e casual; a própria identidade e a diferença são aí indiferentes, exteriores uma à outra. Assim, é nesta exterioridade ou indiferença entre os "diversos" que Marx vê surgirem, à primeira vista, as mercadorias enquanto valores-de-uso, na multiplicidade de suas qualidades; ou ainda, a diferença inicial entre valor-de-uso e valor, como produtos do trabalho concreto e do abstrato, distintos enquanto espécie e gênero (de acordo com a apreensão de Böhm-Bawerk e Castoriadis). Na "oposição", porém, "*cada um se relaciona a si mesmo apenas se relacionando com seu outro. Isto tem o duplo lado: cada um é relação com seu não-ser enquanto superação [Aufheben] deste ser-outro em si; assim, seu não-ser é somente um momento nele. Por outra parte, contudo, o ser-posto é aqui um ser, tornou-se um subsistir [Bestehen] indiferente; o outro de si, que cada um contém, é daí também o não-ser daquele no qual ele deve estar contido apenas enquanto momento. Cada um só é, daí, na medida em que seu não-ser é, e de fato, numa relação idêntica.*" [HEGEL - *Wissenschaft der Logik*, II, Frankfurt, Suhrkamp, 1986, vol. 6, p. 57]. A diferença entre os termos da relação é determinada pela própria relação; eles não são indiferentes independentemente um do outro, mas um para o outro, pois cada um dos opostos é o que o outro não é - "*cada um contém...o outro de si*", mas este seu "*não-ser é somente um momento nele*", momento pelo

qual "cada um se relaciona a si mesmo apenas se relacionando com seu outro", com seu não-ser, de modo que cada um forma um todo cujo ser contém seu outro, sua própria negação, como momento para se determinar no que é. Mas o outro de cada um não é um vazio, e sim um negativo que também é: "cada um só é, na medida em que seu não-ser é", é um outro que também precisa ter o primeiro como seu "momento" para se "relacionar consigo mesmo". Ou seja, cada um é o que o outro não é, e não é o que o outro é; o ser e o não-ser de cada um são determinados pela relação com o outro. Este outro não lhe é indiferente, não é um outro qualquer, mas o seu outro: "Na oposição, o diferente, de um modo geral, não tem diante dele somente um outro, mas o seu outro. A consciência comum considera os diferentes como indiferentes um em relação ao outro. Diz-se assim: 'eu sou um homem e em volta de mim há ar, água, animais e o outro em geral'. Todas as coisas se separam. A finalidade da filosofia é, pelo contrário, banir a indiferença e reconhecer a necessidade das coisas de tal maneira que o outro aparece como diante do seu outro." [HEGEL - *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften in Grundrisse*, Primeira Parte, § 119, Zusatz 1, Frankfurt, Suhrkamp, 1986, vol. 8]. Este projeto da filosofia especulativa de Hegel, de mostrar a "diferença" como sendo já, de fato, "oposição" e não "diversidade", é efetivamente realizado pela sociedade burguesa, de acordo com Marx, pois já a diferença entre trabalho abstrato e concreto não é simplesmente de gênero e espécie, diversos, e sim uma oposição. A "abstração" se torna "fato" pela troca de mercadorias, em que a identidade do trabalho abstrato preside a diferenciação entre os trabalhos concretos no quadro da divisão do trabalho, de modo que a troca é o processo pelo qual se supera a "diversidade" dos trabalhos concretos e se constitui uma relação entre o que há de idêntico e o que há de diferente neles: a diferença específica deles só se produz como resultado da divisão do trabalho, organizada pela comparação permanente deles na instância da troca, de sua avaliação a partir do que têm em comum; a diferença dos trabalhos concretos só se determina pela relação com a identidade do trabalho abstrato, é uma diferença determinada pela identidade, seu "outro", é uma "oposição". Valor e valor-de-uso passam a ser, assim, "opostos" neste nexos social, a partir do processo de troca. É a desconsideração do papel da troca que leva a objeções como a de Böhm-Bawerk e Castoriadis.

- 32)- K, I, 62. (C, I 1, 54). Entre os autores que enfatizam o objetivo marxiano de deduzir o dinheiro da forma-valor deve-se mencionar HARTMANN - *Die Marxsche Theorie*, Berlim, 1970; e BACKHAUS - "Zur Dialektik der Wertform", in *Beiträge zur marxistischen Erkenntnistheorie*, Frankfurt, 1969, pp. 128-152.
- 33)- K, I, 62. (C, I 1, 54).
- 34)- Cf. K, I, 64, nota 17 (C, I 1, 55, nota 17): "Os poucos economistas que, como S. Bailey, se ocuparam com a análise da forma-valor não puderam chegar a nenhum resultado; primeiro, porque confundiram a forma-valor e o valor e, segundo, porque, sob a influência rude do burguês prático, desde o início apreenderam exclusivamente a determinação quantitativa.
- 35)- K, I, 75-76. (c, I 1, 63). Este mesmo ponto é apresentado no texto da edição de 1867 de "O Capital": "A mercadoria é imediatamente unidade de valor-de-uso e valor-de-troca, portanto dois opostos. Ela é, por isso, **contradição** imediata. Esta contradição deve se resolver, na medida que ela não é considerada, como até aqui, analiticamente do ponto-de-vista do valor-de-uso ou do ponto-de-vista do valor-de-troca, mas como um todo é referida efetivamente a outras mercadorias. A relação efetiva das mercadorias umas com as outras é, porém, seu processo de troca". [citado por REICHELTL - *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Marx*, Frankfurt, Europäische Varlagsanstalt, 1970, p. 151]. Como o "processo de troca" é "relação efetiva das mercadorias", não se pode separar "analiticamente" valor-de-uso de valor-de-troca, de modo que a "contradição deve se resolver" efetivamente, exteriorizando seus termos "opostos" nos dois pólos da forma-valor simples, como se verá.
- 36)- K, I, 63. (C, I 1, 54).
- 37)- K, I, 67. (C, I 1, 57).
- 38)- K, I, 70. (C, I 1, 59).
- 39)- K, I, 63. (C, I 1, 54).
- 40)- K, I, 82-83. (C, I 1, 68). Sobre este ponto, ver também: "Enquanto igual à tela [equivalente universal - JG], o valor de cada mercadoria agora não só é diferente do seu próprio valor-de-uso, mas de todo o

valor-de-uso, e por isso mesmo é expresso como o comum a todas as mercadorias. Ambas formas anteriores expressam o valor de uma mercadoria seja em uma única mercadoria diferente, seja na seqüência de muitas mercadorias diferentes dela. Em ambos os casos, por assim dizer, é problema exclusivo da mercadoria singular adotar uma forma-valor, e ela o faz sem intervenção das outras mercadorias. Estas desempenham em relação a ela o papel meramente passivo de equivalente. A forma-valor universal surge, ao contrário, como obra comum do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só conquista expressão de valor universal, porque todas as outras mercadorias simultaneamente expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de imitá-las". [K, I, 80. (C, I 1, 67)].

41)- K, I, 83. (C, I 1, 69).

42)- K, I, 104. (C, I 1, 83). Daí a citação de Verri feita por Marx na nota 44 da mesma página de "O Capital": "O dinheiro é a mercadoria universal".

43)- K, I, 85. (C, I 1, 70). Na passagem de uma forma-valor para outra encontram-se também palavras que deixam claro o projeto dedutivo de Marx, no sentido das anteriores conterem as determinações das posteriores: "O primeiro olhar mostra o insuficiente da forma-valor simples, esta forma embrionária que só amadurece na forma-preço através de uma seqüência de metamorfoses." [K, I, 76. (C, I 1, 63)]. E, em seguida, é dito: "Contudo, a forma-valor singular passa por si mesma a uma forma mais completa." [K, I, 76. (C, I 1, 64); grifos meus]. E, na passagem da forma II para a III: "Portanto, se invertermos a seqüência: 20 varas de tela = 1 casaco, ou = libras de chá ou = etc., expressamos a relação inversa [Rückbeziehung] já contida na seqüência objetivamente [der Sache nach]." [K, I, 79. (C, I 1, 660; grifo meu)]. As expressões grifadas por mim indicam que a transição de uma forma para outra é concebida por Marx como resultado da lógica imanente ao objeto mercadoria.

44)- K, I, 101. (C, I 1, 80-81).

45)- K, I, 62. (C, I 1, 54); grifo meu.

46)- K, I, 63. (C, I 1, 54). Esta observação de que a forma-valor simples é um momento do processo de autonomização e, com isso, do "fetichismo" da mercadoria é feita por Lange (op. cit., p. 13), observação que, baseada no artigo de Theunissen (citada na nota 3 da Introdução), será retomada no capítulo 2 desta tese.

47)- K, I, 72. (C, I 1, 60-61).

48)- K, I, 107-108. (C, I 1, 84-85).

49)- Marx diz: "Por um lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais está presente nele enquanto proprietário de valor-de-troca, de dinheiro. Ele carrega seu poder social, bem como seu nexa com a sociedade, consigo no bolso." [Grundrisse, 74-75]. Este "poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros" se complexifica com o aumento da divisão social do trabalho e a diversificação das "atividades", de modo que "...na mesma medida em que esta [a divisão do trabalho - JG] cresce, cresce o poder do dinheiro, isto é, a relação de troca se estabelece com uma relação exterior face aos produtores e como um poder independente a eles. O que originalmente aparecia como meio para a promoção da produção, torna-se uma relação estranha aos produtores." [Grundrisse, 64-65]. O "fetiche" do dinheiro é justamente que ele aparece como um poder "independente", "uma relação social exterior face aos produtores" ou "estranha" a eles, que é fruto de seu "poder social" de produtores de riqueza. Não enquanto produtor, mas enquanto possuidor de dinheiro, o indivíduo aparece como poderoso, como se o dinheiro por si desse a ele este poder. Donde a parcialidade da crítica de Lange (op. cit., pp. 22-23), por reduzir o "fetiche" de dinheiro à materialidade do ouro, vinculando a plausibilidade da teoria de Marx a "um estágio em que a circulação do dinheiro se baseava no padrão-ouro". Considerando-se o "fetiche" de acordo com a interpretação aqui proposta, porém, ele se mantém mesmo com a adoção de outras formas de moeda, pois sempre será dinheiro, que confere aos indivíduos da sociedade mercantil um poder que realmente ele têm enquanto produtores de riqueza.

50)- K, I, 130. (C, I 1, 101-102).

- 51)- K, I, 119. (C, I 1, 94). Sobre isto, Marx também diz "A troca efetiva das mercadorias, isto é, o metabolismo [Stoffwechsel] social, ocorre em uma troca de forma [Formwechsel] na qual se desdobra a dupla natureza da mercadoria, enquanto valor-de-uso e enquanto valor-de-troca, mas que simultaneamente cristaliza sua forma ou formas determinadas do dinheiro. A apresentação desta troca de forma é a apresentação da circulação." [Zur Kritik, 69 (Contribuição, 94)].
- 52)- K, I, 120. (C, I 1, 94).
- 53)- K, I, 127. (C, I 1, 100). A análise deste texto será desenvolvida no item 10.
- 54)- Theorien, II, 510. (Teorias, II, 944).
- 55)- Grundrisse, 112.
- 56)- Cf. : "A própria contradição entre a natureza específica da mercadoria enquanto produto e sua natureza geral enquanto valor-de-troca, que produziu a necessidade de pô-la duplamente, uma vez como esta mercadoria determinada e outra vez como dinheiro, a contradição entre suas propriedades específicas naturais e suas propriedades gerais-sociais, contém desde o início a possibilidade de que estas formas separadas de existência da mercadoria não sejam reciprocamente conversíveis. A permutabilidade da mercadoria existe como uma coisa ao lado dela no dinheiro, como algo diverso dela, não mais imediatamente idêntico. Tão logo o dinheiro é uma coisa exterior ao lado da mercadoria, a permutabilidade da mercadoria por dinheiro está ligada de imediato [sofort] a condições exteriores, que podem ocorrer ou não. ...Torna-se possível, assim, que a mercadoria, em sua forma determinada enquanto produto, não possa ser trocada, equiparada a sua forma universal enquanto dinheiro." [Grundrisse, 65-66].
- 57)- Theorien, II, 514. (Teorias, II, 949). Cf. também : "A função do dinheiro como meio de pagamento contém uma brusca contradição. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente como dinheiro de cálculo ou medida de valores. Na medida em que pagamentos efetivos são executados, ele não se apresenta como meio de circulação, como forma intermediária e em desaparecimento do metabolismo, mas como encarnação individual do trabalho social, ser-ai autônomo do valor-de-troca, mercadoria absoluta. Esta contradição eclode no momento das crises de produção e de comércio que se chamam crise de dinheiro... Com perturbações mais gerais desta mecanismo [de compensação das letras de câmbio - JG]...o dinheiro se transforma [schlägt um] súbita e bruscamente, da figura apenas ideal do dinheiro de cálculo, em dinheiro sólido. Ele se torna insubstituível por mercadorias profanas... Na crise, a oposição entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, se eleva até a contradição absoluta." [K, I, 151-152. (C, I 1, 116)].
- 58)- Theorien, II, 511. (Teorias, II, 945).
- 59)- Theorien, II, 515. (Teorias, II, 949-950).
- 60)- Zur Kritik, 78. (Contribuição, 103).
- 61)- Theorien, II, 505. (Teorias, II, 940). Mais explicitamente crítico é o comentário anterior de Marx sobre este ponto: "O ponto-de-vista adotado por Ricardo (de fato pertencente a James Mill) do insipido Say (a quem voltaremos, na discussão sobre esta pessoa lamentável), de que não é possível nenhuma **sobre-produção** ou, pelo menos, 'no general glut of the market', refere-se menos à proposição de que **produtos** são trocados **por produtos**, ou, como Mill o mencionou, ao 'equilíbrio metafísico de vendedores e compradores'..." [Theorien, II, 493. (Teorias, II, 929)].
- 62)- K, I, 127. (C, I 1, 100); já citado à nota 53 acima.
- 63)- K, I, 127. (C, I 1, 99-100).
- 64)- K, I, 134. (C, I 1, 105).
- 65)- Grundrisse, 112; grifos meus.
- 66)- Theorien, II, 501. (Teorias, II, 936).
- 67)- K, I, 127-128. (C, I 1, 100). Como em outras passagens comentadas antes, reaparece neste raciocínio a distinção entre "diversidade" e "oposição" como momentos da "diferença" na "Ciência da Lógica" de Hegel. Aqui também, a "diversidade" de compra e venda passa à "oposição" no sentido de que a

indiferença entre as duas formas da metamorfose das mercadorias é somente o modo imediato de aparecimento da diferença entre elas, que, enquanto autonomização resultante do processo de "vender para comprar", apresenta-se de fato na figura lógica da "oposição", pela diferença determinada pela unidade interior.

68)- K, I, 122. (C, I 1, 96); grifos meus.

69)- Grundrisse, p.66; grifos meus. Cf. também: "*A possibilidade da crise, na medida em que mostra na forma simples da metamorfose, resulta, assim, apenas de que as diferenças de forma - as fases - que ela atravessa em seu movimento, em primeiro lugar, são necessariamente formas e fases complementares e, em segundo, apesar desta co-pertinência interior necessária, são partes autônomas e formas do processo, existentes indiferentemente uma face à outra, divididas no tempo e no espaço, separadas e separáveis uma da outra.*" [Theorien, II, 508-509. (Teorias, II, 943-944)].

70)- Theorien, II, 514. (Teorias, II, 948-949).

71)- K, I, 128. (C, I 1, 100). Cf. também: "*De onde surge esta interrupção, naturalmente da circulação mesma não se pode enxergar. Ela só mostra o próprio fenômeno.*" [K, I, 134. (C, I 1, 105)].

72)- Theorien, II, 502. (Teorias, II, 937).

Capítulo 2: A constituição do capital em geral

Seção I: Da circulação simples ao capital

11-

A análise marxiana do capitalismo envolve um grau maior de complexidade do que o alcançado na consideração dos mecanismos da circulação simples, embora tenha esta, por outro lado, como seu pressuposto necessário. A relação entre as duas análises, a passagem de uma à outra, constitui uma das dificuldades do estudo de "O Capital", por suscitar questões sobre a antecedência histórica de uma sociedade mercantil simples à capitalista, sobre a conseqüente vigência da lei do valor em sociedades pré-capitalistas, sobre a vigência desta lei no capitalismo ou negação desta pelo capital e, enfim, sobre por que a apresentação do capital requer a da circulação simples e até que ponto a ultrapassa. Não é minha intenção aqui dar resposta a toda a variedade de problemas possíveis em tal contexto, alguns dos quais escapam dos objetivos desta tese, mas a de concentrar a atenção sobre o modo com que Marx liga estes dois momentos fundamentais de seu pensamento econômico.

Antes da dimensão sociológica que esta dimensão envolve, ou mesmo da referência estrita ao conteúdo dos conceitos nela presentes, o que ressalta numa primeira leitura desta passagem de "O Capital" - o importante capítulo 4 do livro I - é a preocupação de Marx em tentar prosseguir com a forma dedutiva para a apresentação categorial: depois de obter o "dinheiro" a partir da "mercadoria", ele examina a possibilidade de passar do "dinheiro" ao "capital" apenas pelo desenvolvimento das determinações antagônicas constitutivas da definição do primeiro. A dificuldade aí encontrada e a maneira como ela é resolvida são o objeto de investigação deste item.

Um dos resultados básicos alcançados no último momento da apresentação da forma-dinheiro - entesouramento e meio de pagamento - é que o dinheiro tendia já a

aparecer enquanto finalidade para seu possuidor, enquanto forma em que se expressa universalmente o valor, forma do valor em si sob a qual ele se manifesta como poder independente das suas funções de meio de compra subordinado aos objetivos da circulação simples de mercadorias. Quando a exposição desta autonomia do valor avança, o dinheiro aparece plenamente como finalidade da circulação, determinando-se enquanto capital: "*O dinheiro enquanto dinheiro e o dinheiro enquanto capital se diferenciam em primeiro lugar [zunächst] apenas por sua diferente forma de circulação*"⁽¹⁾. Se a circulação simples de mercadorias se expressa na fórmula M-D-M, a "*a forma de circulação*" em que o dinheiro é capital deve se expressar pela fórmula D-M-D, pois é nesta que o dinheiro passa de meio a fim sem abandonar a circulação e interrompê-la, como no caso do entesouramento⁽²⁾.

Marx apresenta, assim, a fórmula geral do capital, que aparece inicialmente como a inversão dos momentos da fórmula da circulação simples. Recapitulemos um resultado importante do item 9 acima: da relação entre mercadoria e dinheiro surge outra relação, conforme a passagem seja enfocada a partir da mercadoria, venda (M-D), ou a partir do dinheiro, compra (D-M); agora, tomando compra e venda como termos de uma relação, esta pode tanto partir da venda (M-D-M), como na circulação simples, quanto da compra seguida por uma venda (D-M-D), que é o caso aqui. "*Cada um dos dois circuitos é a unidade das duas fases opostas...*"⁽³⁾. Em ambos "*circuitos*", representados pelas fórmulas indicadas, as "*fases opostas*" - compra e venda - são as mesmas, mas os circuitos se distinguem pela forma da "*unidade*" delas, uma diferença, à primeira vista, de seqüência das fases: venda e compra, ou compra e venda.

A "*unidade*" que define cada circuito, contudo, para além da diferença na seqüência, significa uma diferença de finalidade e de conteúdo: "*O circuito M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e termina no extremo de outra mercadoria que sai da circulação e reverte ao consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor-de-uso, é, portanto, sua finalidade. O circuito D-M-D parte, ao contrário, do*

extremo do dinheiro e retorna finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo impulsor e objetivo determinante é, assim, o próprio valor-de-troca"⁽⁴⁾. O objetivo da circulação simples é vender para comprar, desfazer-se da mercadoria produzida que não é valor-de-uso para seu possuidor a fim de obter dinheiro com que comprar as mercadorias produzidas por outros, valores-de-uso para seus não-produtores, num processo determinado, como vimos no capítulo anterior, pelas condições da divisão do trabalho social. No circuito constitutivo do capital, por outro lado, a finalidade é comprar para vender, adquirir uma mercadoria para vendê-la; a mercadoria é aqui um meio para obter valor-de-troca, e não o valor-de-uso destinado à "satisfação de necessidades".

Porém, analisando mais atentamente, surge uma primeira dificuldade: "*Na circulação simples os dois extremos têm a mesma forma econômica. Ambos são mercadorias. Elas são também mercadorias da mesma grandeza de valor. Mas elas são valores-de-uso qualitativamente diversos, por exemplo, grãos e roupa. A troca de produtos, a troca [Wechsel] de matérias diversas nas quais se apresenta o trabalho social, forma aqui o conteúdo do movimento. Diferentemente na circulação D-M-D. Ela parece à primeira vista sem conteúdo, porque tautológica. Ambos extremos têm a mesma forma econômica*"⁽⁵⁾. O fato de que na circulação simples as mercadorias dos dois extremos da fórmula M-D-M "*são valores-de-uso qualitativamente diversos*" indica justamente o interesse dos permutadores em obter os produtos uns dos outros para seu consumo, que é "*o conteúdo do movimento*". Mas se o dinheiro no início e no fim da fórmula D-M-D é, claro, qualitativamente idêntico a si mesmo, qual o interesse em realizar tal movimento? Para que serviria a revenda da mercadoria comprada? Qual o "conteúdo" deste movimento aparentemente "*tautológico*"? Que sentido tem comprar para vender?

A resposta a tais questões pode ser percebida no próprio texto em análise, quando Marx diz que as mercadorias nos extremos da fórmula M-D-M têm "*a mesma grandeza de valor*", diferenciando-se, então, apenas "*qualitativamente*"; no circuito D-M-D, inversamente, a qualidade dos termos extremos é idêntica, de modo que a única diferença

possível seria a "grandeza de valor", ou seja, que o valor do dinheiro no fim seja maior que no início do movimento. E, de fato: *A forma completa deste processo é... D-M-D', onde $D' = D + \Delta D$, isto é, igual à soma de dinheiro adiantado originalmente mais um incremento. Este incremento, ou o excedente sobre o valor original, eu chamo - mais-valia (surplus-value). O valor originalmente adiantado não só se conserva na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, põe uma mais-valia ou se valoriza. E este movimento o transforma em capital*"(6). O circuito do capital só tem sentido, portanto, se houver aumento do valor, isto é, se "o valor originalmente adiantado...se valoriza", de modo que o "conteúdo" buscado antes para o movimento de comprar para vender é: comprar para vender mais caro. Com "este incremento ou excedente sobre o valor original", Marx define a "mais valia", conceito essencial para ele, pois é a valorização do "valor originalmente adiantado" que "o transforma em capital"; uma definição de "capital" já é possível aqui, com valor que "põe uma mais-valia ou se valoriza".

De que modo, porém, ocorre tal valorização? Esta questão aponta para uma segunda dificuldade, pela qual se chega aos fundamentos da teoria marxiana: *"Se forem trocadas mercadorias ou mercadoria e dinheiro com o mesmo valor de troca, portanto equivalentes, então não se extrai da circulação nenhum mais valor do que nela foi lançado. Não ocorre, assim, formação de mais-valia. Em sua forma pura, contudo, o processo de circulação de mercadorias supõe troca de equivalentes"*(7). Esbarra-se num obstáculo, ao se afirmar que o capital surge na circulação, que há um circuito cujo conteúdo é comprar para vender mais caro, pois "o processo de circulação de mercadorias supõe troca de equivalentes" - suposição, conforme visto no capítulo anterior, fundamental para estabelecer a igualdade entre os possuidores de mercadorias e, daí, inclusive para o sistema jurídico da sociedade burguesa. Mas por outro lado, se o valor final do movimento de circulação for de mesma grandeza que o inicial, "não ocorre... formação de mais-valia" e, portanto, o valor não se "transforma em capital". Configuram-se, neste ponto, duas possibilidades mutuamente exclusivas: ou a troca é de equivalentes e não surge o capital, ou

o capital se forma, implicando o abandono da suposição essencial da circulação de mercadorias. E, assim, a existência do capital significaria a eliminação das bases constitutivas da sociedade burguesa, aí incluindo o valor, a partir do qual se define o próprio capital. Sua mera existência seria, então, uma contradição, ao se fundar na destruição de seus pressupostos.

Por não pretender aqui recusar o princípio da troca de equivalentes, Marx descarta soluções que implicariam esta recusa, isto é, de que o capital surgiria de uma diferença entre o preço efetivamente alcançado por uma mercadoria e seu valor⁽⁸⁾. Para que sejam mantidos os princípios da circulação e a própria lei do valor, a troca tem de ser de equivalentes, de modo que a mais-valia não pode se originar simplesmente na circulação. *"Mas pode surgir a mais-valia de outro lugar senão da circulação? A circulação é a soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias. Fora dela, o possuidor de mercadorias está apenas em relação com sua própria mercadoria... Mas seu trabalho não se apresenta no valor da mercadoria e num excedente sobre seu próprio valor... O possuidor de mercadorias, através de seu trabalho, pode formar valor mas não valor que se valoriza"*⁽⁹⁾. O processo de trabalho de cada produtor privado, enquanto caso singular do trabalho socialmente necessário, cria o valor de sua própria mercadoria, mas não cria um excedente sobre este valor, não sendo nesta produção direta de cada um que surge a mais-valia. A contradição assinalada acima encontra, deste modo, uma expressão mais precisa: *"O capital não pode, assim, surgir da circulação, e não pode, do mesmo modo, não surgir da circulação. Ele deve simultaneamente surgir nela e não-nela"*⁽¹⁰⁾.

Marx coloca o problema nesta forma radical, entretanto, como um recurso necessário para chegar a uma solução também radical, ou seja, para evidenciar que a dificuldade proposta não pode ser ultrapassada só no âmbito da dedução das categorias, tal como vinha sendo feito até agora. A própria apresentação categorial chegou a seu impasse, que pode ser resolvido somente com a incorporação de um pressuposto não desenvolvido por ela, mas tomado da consideração de circunstâncias sociais historicamente determinadas,

dentro das quais o capital se forma na realidade. Por isso, *"Neste ponto, mostra-se definido como a forma dialética da apresentação só é correta se conhece seus limites. Da consideração da circulação simples produz-se para nós o conceito geral de capital, porque dentro do modo de produção burguês a própria circulação simples existe apenas enquanto pressuposto do capital e o pressupondo. O resultado da mesma faz do capital não a encarnação de uma idéia eterna; mas mostra como só na realidade, enquanto forma necessária, no trabalho que põe valor-de-troca, ele deve desembocar na produção que repousa no valor-de-troca"*(11). O capital não é "a encarnação de uma idéia eterna"; o modo com que o "trabalho que põe valor-de-troca... deve desembocar na produção que repousa no valor-de-troca", o modo com que do valor emerge a produção capitalista, que universaliza as condições da produção de valor, mostra-se "só na realidade" histórica específica em que ocorre tal emergência.

Esta circunstância histórica pode ser incorporada à apresentação categorial justamente por ter uma dimensão relacionada à circulação de mercadorias e simultaneamente outra fora dela, resolvendo o problema de como é criado um excedente de valor no circuito D-M-D', mantendo, por outro lado, que D-M e M-D' são trocas de equivalentes. Marx diz: *"A alteração [no valor, a valorização - JG] deve... ocorrer com a mercadoria que no primeiro ato D-M foi comprada, mas não com seu valor, pois foram trocados equivalentes, a mercadoria foi paga por seu valor. A alteração só pode, portanto, surgir de seu valor-de-uso enquanto tal, isto é, de seu consumo [Verbrauch]. Para obter valor do consumo de uma mercadoria, o possuidor de dinheiro deveria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor-de-uso tivesse a qualidade particular de ser fonte de valor, cujo consumo efetivo, daí, fosse ele próprio objetivação de trabalho, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica - a capacidade de trabalho ou força de trabalho"*(12). Se a criação de mais-valia não ocorre na própria circulação, deve ocorrer através da mercadoria comprada no primeiro momento, D-M, para que já no segundo, M-D', o valor possa ter

crescido. A mercadoria comprada deve ter, assim, *"a qualidade particular de ser fonte de valor"* - qualidade específica do trabalho; mas não do trabalho do próprio possuidor de dinheiro, pois, como visto antes, este *"pode formar valor, mas não valor que se valoriza"*. O possuidor de dinheiro tem de comprar trabalho alheio, *"capacidade ou força de trabalho"* que se tenha convertido em mercadoria *"cujo consumo efetivo...[é] ele mesmo objetivação de trabalho, criação de valor"*.

A existência *"dentro da esfera da circulação"* da mercadoria força de trabalho é o pressuposto social historicamente determinado que Marx integra à apresentação das categorias para obter a de "capital", para poder completar a passagem de dinheiro a capital, superando a dificuldade que surgiria nesta passagem. Por isso, ele diz sobre o capital: *"Suas condições de existência histórica não estão inteiramente presentes com a circulação de mercadorias e dinheiro. Ele surge apenas onde o proprietário de meios de produção e de vida encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta condição histórica abrange uma história mundial. O capital anuncia desde o início, portanto, uma época do processo social de produção"*(13). O que significa esta *"liberdade"* do trabalhador que se apresenta *"como vendedor de sua força de trabalho no mercado"* e também o modo com que a mais-valia *"só pode surgir de seu valor-de-uso enquanto tal, isto é, de seu consumo"*, será o tema abordado a seguir.

12-

Bem entendido, o impasse sobre a origem da mais-valia, de que se tratou acima, não é um recurso subjetivo do expositor para indicar a necessidade da incorporação de novos pressupostos à sua análise, mas expressa a duplicidade que ele encontra na relação entre as condições da circulação simples e o capital, pois que, por um lado, as primeiras são necessárias para a definição deste e, por outro, são insuficientes para tanto. A circulação é requisito, porque o possuidor de dinheiro deve poder adquirir enquanto mercadoria a fonte

de valor, possibilidade, contudo, que transtorna o conjunto de circunstâncias características da simples circulação, como veremos adiante.

Assim, *"Para a transformação de dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro deve encontrar o trabalhador livre no mercado, livre no duplo sentido que ele disponha de sua força de trabalho enquanto pessoa livre e de que, por outro lado, de que ele não possa vender outras mercadorias, esteja solto, sozinho e livre de todas as coisas necessárias para a efetivação de sua força de trabalho"*(14). A liberdade do trabalhador tem o *"sentido de que ele disponha de sua força de trabalho"* como possuidor de uma mercadoria, juridicamente apto a vendê-la e, pelo menos por princípio, a escolher para quem e sob quais condições quer fazê-lo - *"pessoa livre"* nesta acepção. Simultaneamente, implica seu depoimento *"de todas as coisas necessárias para a efetivação de sua força de trabalho"*, isto é, que ele não tenha a propriedade dos meios de produção que utiliza, condição que o obriga a vender sua força de trabalho para obter dinheiro e poder comprar os meios de vida que deseja. Ele deve aparecer como possuidor apenas desta força e não das *"coisas necessárias para a efetivação"* dela no processo de trabalho; então, *"No desenvolvimento subsequente do valor-de-troca, isto [liberdade e igualdade - JG] se transformará e mostrará por fim que a propriedade privada do produto do próprio trabalho é idêntica à separação de trabalho e propriedade; de modo que o trabalho criará propriedade alheia e a propriedade comandará trabalho alheio"*(15). Se, nas condições da circulação simples, a propriedade dos meios de produção pelo trabalhador dá a ele propriedade do seu produto e, com isso, o direito a vendê-lo como mercadoria, a *"separação de trabalho e propriedade"* agora significa, por outro lado, que o trabalhador não-proprietário daqueles meios não poderá tê-lo do produto, porque vende ao proprietário dos meios o direito ao uso de sua força de trabalho. E o produto deste uso pertencerá a tal proprietário - *"de modo que o trabalho criará propriedade alheia"* - ao mesmo tempo em que, para este último, a propriedade dos meios de produção lhe garante a do produto e, assim, a posição de contratador de mão-de-obra; desta forma, sua *"propriedade comandará*

trabalho alheio"(16). Portanto, "...o dinheiro se transforma em capital só quando: 1^o [houver] *produção de mercadorias, a produção do produto enquanto mercadoria é a forma geral da produção*; 2^o *quando a mercadoria (dinheiro) se troque pela capacidade de trabalho...enquanto mercadoria, que o trabalho seja, assim, trabalho assalariado*; 3^o *mas isto é o caso só quando as condições objetivas, ou seja...os produtos do próprio trabalho se defrontem enquanto poderes autônomos, enquanto sua não-propriedade, enquanto propriedade alheia e, daí de acordo com sua forma, enquanto capital*"(17).

Com isso, a definição de "capital" se enriquece e desenvolve. Não se restringe mais ao dinheiro que compra a mercadoria força de trabalho para usá-la e aumentar de valor; é também o dinheiro que compra os meios de produção, "*as condições objetivas que...se defrontam enquanto poderes autônomos*" ao trabalhador despojado deles "*enquanto sua não-propriedade, enquanto propriedade alheia e, assim, ...enquanto capital*". Só mediante este despojamento se dá o caso do trabalhador não poder "*vender outras mercadorias*", pois não sendo proprietário do que produziu, ele fica reduzido a proprietário apenas de sua força de trabalho. Ao vender o direito ao uso dela para o capitalista, ele cede a este a propriedade do produto final, "*defrontando-se [aos] produtos do próprio trabalho*", bem como aos meios de produção - às "*condições objetivas*", às coisas, em sentido mais amplo - "*enquanto propriedade alheia*", capital de quem o emprega e lhe paga um salário.

A contraposição entre o uso da força de trabalho e a objetividade que lhe é alheia permite a Marx determinar mais precisamente as circunstâncias de tal uso: "*A única oposição face ao trabalho objetivado é o não-objetivado, o trabalho subjetivo em oposição ao objetivado. Ou o trabalho vivo, presente temporalmente em oposição ao temporalmente pretérito mas espacialmente existente. Enquanto trabalho temporalmente presente, não objetivado...ele só pode estar presente como potência [Vermögen], possibilidade, capacidade, como potência de trabalho do sujeito vivo*"(18). Se os meios de produção resultam do trabalho "*temporalmente pretérito*", já "*objetivado*", o que se opõe a eles é o trabalho "*temporalmente presente*", "*não-objetivado*" e, neste sentido, "*subjetivo*"; é

"trabalho vivo" diante do morto, força de trabalho definida enquanto "*capacidade*", que é o que o assalariado vende ao capitalista, proprietário exclusivo dos meios com os quais o primeiro pode produzir.

Mas "*O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção de mercadorias e de mais-valia*"⁽¹⁹⁾. Ou ainda "*O uso da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome na medida em que ele faz seu vendedor trabalhar*"⁽²⁰⁾. Para entender a formação da mais-valia, Marx tem de passar para o estudo de como é "*consumida*" a força de trabalho, tem de abandonar momentaneamente a esfera da circulação de mercadorias, onde se trocavam equivalentes, e entrar no "*processo de produção*" imediato, tema principal do livro I de "O Capital", conforme seu sub-título específico.

A distinção entre as duas esferas é fundamental, pois se na circulação o capitalista compra força de trabalho - uma mercadoria que, como qualquer outra, possui um valor - na esfera da produção ele faz esta força se associar aos meios de produção, consumindo-a: "*A natureza própria desta mercadoria determinada, a força de trabalho, implica que, com a conclusão do contrato entre o comprador e o vendedor, seu valor-de-uso ainda não passou realmente para as mãos do comprador. ...seu valor-de-uso consiste na posterior exteriorização de força*"⁽²¹⁾. Também como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho possui um valor-de-uso, que é o de produzir mercadorias para o capitalista que a comprou, mercadorias com valor próprio, independente do valor da força de trabalho que as produziu.

A solução encontrada por Marx para resolver o problema da origem da mais-valia está justamente em analisar a mercadoria força de trabalho e nela encontrar valor e valor-de-uso. O primeiro é, da mesma forma que as demais mercadorias, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, isto é, para produzir os meios de vida de que precisa o trabalhador para exercer sua atividade durante, digamos, a jornada de trabalho⁽²²⁾. O segundo, ao ser consumido, produz novas mercadorias de valor

possivelmente maior: *"Mas o trabalho passado, contido [steckt] na força de trabalho, e o trabalho vivo que ela pode realizar, seus custos de manutenção diários e seu dispêndio [Verausgabung] diário são duas grandezas totalmente diferentes. A primeira determina seu valor-de-troca, a segunda forma seu valor-de-uso. Que seja preciso meio dia de trabalho para mantê-la viva durante 24 horas, não impede o trabalhador de nenhum modo de trabalhar um dia inteiro. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas diferentes". E, "Se o último [processo de formação de valor - JG] durar só até o ponto em que o valor pago pelo capital à força de trabalho é repostado por um novo equivalente, então ele é simples processo de formação de valor. Se o processo de formação de valor durar para além deste ponto, então ele se torna processo de valorização"*(23).

Assim, para o comprador da força de trabalho, o mecanismo de criação de mais-valia nesta sua forma básica consiste em obrigar o trabalhador a realizar uma jornada de trabalho mais longa do que a necessária para criar o valor correspondente aos meios de vida que repõem a força de trabalho, o que é possível porque, despojado dos meios para trabalhar, o assalariado só pode fazê-lo se aceitar as condições impostas pelo proprietário destes meios. Com isso, o valor das mercadorias produzidas deve ser maior que o inicialmente desembolsado - equivalente ao dos meios de produção e da força de trabalho - e o processo de trabalho se converte em meio para valorizar o valor inicial, subordinando-se ao processo de valorização. Este valor que se valoriza mediante o processo de produção se define, então, como capital, ou, mais exatamente, capital industrial (à diferença do capital comercial e o capital a juros, cuja valorização se dá fora da esfera da produção)(24).

No tempo de trabalho que excede ao necessário para cobrir o valor da força de trabalho, é criada a mais-valia: *"Assim como é decisivo, para o conhecimento do valor em geral [überhaupt], concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como trabalho meramente objetivado, é decisivo para o conhecimento da mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como mais-trabalho objetivado"*(25).

A mais-valia corresponde, portanto, ao valor das mercadorias produzidas na parte da jornada de trabalho que ultrapassa o tempo necessário para produzir o equivalente aos meios de vida do trabalhador. Nesta forma absoluta, fundamental, o aumento da mais-valia se obtém com o prolongamento da jornada de trabalho, já que Marx raciocina sob a suposição de que a força de trabalho é paga por seu valor. Esta suposição visa, sobretudo, conciliar a criação de mais-valia com a troca de equivalentes, ou seja, permitir a demonstração de que é produzido um excedente de valor, mesmo numa circulação em que se trocam equivalentes, ou ainda, que a mais-valia não dependa de que o salário seja inferior ao valor da força de trabalho.

Marx elabora, desta maneira, uma solução para um dos problemas centrais em que esbarrava a economia política. Tal conciliação da mais-valia com o suposto da troca de equivalentes, no entanto, tem implicações mais amplas e profundas, conduzindo, com o prosseguimento da apresentação sistemática, a dificuldades quanto à vigência da lei do valor no capitalismo e, finalmente, levando à inversão real de seus pressupostos ético-jurídicos, como se verá seguir.

13-

Toda a engenhosa passagem no âmbito da apresentação categorial que acabamos de examinar - do conceito de "valor" ao de "capital" - só é possível, de fato, tomando por base uma certa perspectiva da relação entre a circulação simples de mercadorias e a produção capitalista em geral. Mas o percurso da apresentação escolhido por Marx revela, por si mesmo, aspectos básicos do próprio conteúdo destes conceitos. Ele diz que *"Para desenvolver o conceito de capital, é preciso partir não do trabalho, mas do valor, e, na verdade, do valor-de-troca já desenvolvido no movimento da circulação. É tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital, como das diversas raças humanas diretamente ao banqueiro, ou da natureza à máquina a vapor"*(26). Marx polemiza aqui com os economistas que consideravam o capital, enquanto trabalho objetivado nos meios de

produção, como resultado do trabalho. Considerando-se apenas deste ponto-de-vista, porém, não se enxerga inteiramente a relação entre ambos, isto é, o modo preciso com que o primeiro resulta do segundo; para isso, é preciso partir da sua forma-dinheiro, sob a qual ele aparece como comprador da força de trabalho, ou seja, em que esta aparece enquanto mercadoria comprada para produzir valor, capaz de criar um valor maior que o original.

Assim, tomando o valor e o dinheiro como ponto-de-partida para a apresentação, o ganho é que, por um lado, o capital não pode ser simplesmente concebido como "coisa" - meios de produção nos quais se objetivou trabalho acumulado, pretérito - com que se combina o trabalho vivo no processo de produção imediato de mercadorias⁽²⁷⁾. Os meios de produção são uma das formas em que se determina o capital - em que ele se defronta ao trabalhador naquele processo - mas que não representa sua única forma e que, portanto, não define completa e perfeitamente o que é o capital em si. É, antes, a forma-dinheiro que se revela como a mais adequada "*para desenvolver o conceito de capital*", porque então a força de trabalho aparece como mercadoria e, o capital, como valor que compra a fonte de valor, que cria as condições da criação de mais-valia. Nesta definição do capital em si, ou "em geral"⁽²⁸⁾, ele se constitui através da relação social entre o proprietário exclusivo dos meios de produção e o trabalhador despojado deles, e não pela relação técnica do trabalho com os instrumentos e matérias-primas.

Por outro lado, para que a força de trabalho possa ser mercadoria, são pressupostas as condições da circulação de mercadorias; pois é preciso primeiro descrever a situação em que os homens se encontram enquanto possuidores de mercadorias, é preciso estudar a lógica desta situação e de suas implicações, tais como o desenvolvimento do dinheiro e o princípio da troca de equivalentes, para então compreender o que ocorre quando a mercadoria vendida é a força de trabalho. "*A troca do trabalhador com o capitalista é uma troca simples; cada um recebe um equivalente; um deles, o dinheiro, o outro, a mercadoria, cujo preço é exatamente igual ao dinheiro pago por ela*"⁽²⁹⁾. Neste momento inicial, ainda abstrato de sua análise, Marx apreende a compra da força de trabalho

pelo capitalista como um troca de equivalentes, uma vez que o valor dela "*é exatamente igual ao dinheiro pago por ela*", suposição já mencionada no final do item anterior. Se, com o prosseguimento de sua apresentação, Marx trata de demonstrar que o desenvolvimento das determinações do capital leva a uma reviravolta na aplicação deste princípio, é de grande importância que ele seja o ponto-de-partida para entender como se produz a mais-valia, especialmente considerando o objetivo de crítica da economia política.

Contudo, é paradoxal a situação de que a igualdade dos possuidores de mercadorias seja pressuposto de uma relação social caracterizada pela desigualdade de condições entre os proprietários e os não-proprietários de meios de produção, de que a troca de equivalentes seja pressuposto da criação de excedente econômico, ou ainda, de que a circulação simples o seja da produção capitalista. Parece que Marx descreve duas sociedades diferentes ou que, para ele, o capitalismo é uma forma mais específica, derivada inclusive historicamente, da sociedade mercantil em geral. Disto surgiram várias críticas, que aí viam uma contradição. A resposta a elas, na maioria dos estudos detalhados sobre o assunto, aponta para uma tendência comum, com a qual concordo e que passo a expor a seguir⁽³⁰⁾.

As categorias da circulação simples são pressupostos para o desenvolvimento das da produção capitalista; porém, estas também o são daquelas. Marx explica que "*Por outro lado, o produto assume em sua totalidade a forma-mercadoria só porque todo o produto deve ser transformado em valor-de-troca e também porque todos os ingredientes de sua produção entram nela como mercadorias; só se converte totalmente em mercadoria com o desenvolvimento da produção capitalista e baseando-se nela*"⁽³¹⁾. É com esta produção que as características da circulação simples são plenamente desenvolvidas, ou seja, que a forma-mercadoria e o valor-de-troca se generalizam para todos os produtos e seus "*ingredientes*", como a força de trabalho. No plano da história, esta determinação recíproca é problemática, até porque a sociedade mercantil descrita inicialmente por Marx - de produtores autônomos, todos proprietários de seus meios de produção e relacionados

basicamente através da troca de seus produtos - nunca existiu realmente em estado puro, estando o mercado inserido em condições sociais em que o excedente econômico era extraído pela coerção física, como no caso do escravismo, do feudalismo e variantes.

A preocupação de Marx neste ponto não é tanto com a história e a pré-história do capitalismo, e sim com a apresentação e o desdobramento das categorias pelas quais ele deve ser apreendido. Neste sentido, *"A circulação simples é, antes, uma esfera abstrata do processo global de produção burguês, [esfera] que, através de suas próprias determinações, se valida [ausweist] enquanto momento, mera forma de aparecimento de um processo mais profundo subjacente a ela, bem como dela resultante e dela produtor - o capital industrial"*⁽³²⁾. O capital é valor, é nexos social entre proprietários privados autônomos que se ligam mediante a troca de suas mercadorias. Mas ele é valor que se valoriza, num processo que implica a circulação - porque o capitalista tem de comprar os meios de produção e a força de trabalho e tem de vender o produto em que se objetiva a mais-valia - mas que a envolve e ultrapassa, associando a ela o processo de trabalho em que se produz mais-valia, já que o objetivo *"do processo global de produção burguês"* é o aumento do valor e não sua mera conservação. Como este processo depende da circulação, é *"dela resultante"*; mas como é *"global"*, a engloba no objetivo mais amplo de valorização que determina a função dela, sendo dela *"produtor"*, de modo que ela *"se valida enquanto momento"*, seu, ou seja, é fase necessária pela qual ele deve passar, mas que ele define como fase.

Desta maneira, as determinações da circulação simples não são simplesmente negadas pelo capital, mas também não são mantidas por ele como se a elas não se acrescentasse algo fundamental, isto é, que lhes dá um novo fundamento. É superado justamente o conteúdo da circulação simples, o objetivo de vender para comprar valores-de-uso, produtos que satisfaçam necessidades de consumo final; e simultaneamente, com sua transformação em momento de um processo maior, é dado a ela agora o papel de executar as fases do movimento em que se compra para depois se vender mais caro. Daí que as

respostas dadas (cf. nota 30) ao paradoxo referido acima concordem em que Marx se inspira aqui na figura lógica da 'Aufhebung' hegeliana, significando tanto a negação como a conservação, momentos opostos da elevação ou superação de uma forma pela outra, em que a mais elevadas dá à anterior um novo fundamento, conservando-a apenas em função deste e não em si mesma.

Mas, além disso, a circulação simples - na "simplicidade" das condições descritas no início de "O Capital" - *"é, antes, uma esfera abstrata do processo global"*. Como foi dito, a sociedade mercantil simples, o mundo dos produtores de mercadorias em que todos são proprietários dos meios de produção e, por isso, iguais entre si e livres na disposição de seus bens e de suas pessoas⁽³³⁾, nunca existiu de fato como tal. É uma *"abstração"* necessária para a definição de "capital em geral", uma etapa da recomposição das determinações constitutivas deste último em seu desenvolvimento sistemático, que a apresentação se propõe a reproduzir como desenvolvimento categorial. É também um ponto-de-partida comum ao da economia política, cujos pressupostos de igualdade e justiça Marx pretende inverter e subverter através do desdobramento de suas conseqüências obrigatórias.

De fato, vimos que o princípio da troca de equivalentes - suposto básico da circulação simples - permanece nas compras e vendas das mercadorias que entram no processo de produção do capital, admitindo-se inclusive, e especialmente, que a força de trabalho é paga conforme seu valor, para se definir adequadamente a mais-valia: *"O possuidor de dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; a ele pertence, assim, seu uso durante o dia, o trabalho do dia inteiro. A circunstância de que a conservação diária da força de trabalho custa somente meio dia de trabalho, apesar da força de trabalho poder operar, trabalhar, o dia inteiro; de que, então, o valor que seu uso cria durante um dia é o dobro de seu valor diário, é uma sorte especial para o comprador, mas não por isso uma injustiça [Unrecht] para com o vendedor"*⁽³⁴⁾. Para Marx, portanto, a produção de mais-valia não depende da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, ou ainda,

de questões éticas colocadas à consciência e vontade dos indivíduos; a *"sorte especial"* do capitalista não requer *"uma injustiça"* em relação ao trabalhador. Para além das vontades e consciências, a mais-valia se produz pelo funcionamento do sistema, pela *"circunstância de que a conservação diária da força de trabalho"* pode custar menos que o valor produzido por ela na jornada inteira. A exploração do trabalhador não consiste necessariamente, então, em sua sub-remuneração, mas em que ele é forçado a trabalhar mais tempo do que o exigido para repor sua força de trabalho.

Por outro lado, contudo, isto é somente um aspecto do problema. A igualdade entre capitalista e trabalhador enquanto possuidores de mercadorias, e a liberdade deste em vender a sua própria se estabelecem na esfera da circulação, que é, no entanto, apenas *"momento...do processo global"*. Considerando tal processo em conjunto, a circulação é *"mera forma de aparecimento"* dele, como dizia um dos textos citados acima. Em outro, Marx acrescenta: *"No todo da sociedade burguesa presente, esta... circulação aparece como o processo superficial, sob o qual, porém, no fundo, ocorrem processos totalmente diferentes, nos quais esta aparente igualdade e liberdade desaparecem"*(35). A igualdade e a liberdade mostram-se algo *"aparente"* que *"desaparece"* quando se passa do *"processo superficial"* aos *"totalmente diferentes"*, isto é, quando se passa da circulação ao *"todo da sociedade burguesa"*, de que a circulação é *"mera forma de aparecimento"*. O *"totalmente diferente"* aqui é que, enquanto momento, a circulação se dá em uma sociedade capitalista que se divide em proprietários e não proprietários dos meios de produção, ou seja, a igualdade entre os agentes se constitui tendo por base sua desigualdade, senão o excedente e o capital não seriam produzidos.

Assim, *"Do mesmo modo, na medida em que o trabalhador recebe o equivalente na forma de dinheiro, na forma da riqueza geral, ele está nesta troca face ao capitalista como a um igual, como qualquer outro permutador; pelo menos segundo a aparência. De fato, esta igualdade é perturbada porque sua relação enquanto trabalhador com o capitalista, enquanto valor-de-uso na forma especificamente distinta do valor-de-*

troca, em oposição ao valor posto enquanto valor, é pressuposta para esta troca, aparentemente simples; porque ele já está, assim, numa relação determinada economicamente de modo diferente - fora da relação de troca... Mas esta aparência existe enquanto ilusão da sua parte e, até um certo grau, da outra parte, e modifica, por isso, também essencialmente a sua relação, à diferença da [relação] dos trabalhadores em outros modos de produção social⁽³⁶⁾. Que o trabalhador esteja "nesta troca face ao capitalista como a um igual" é "aparência"; tal "igualdade é perturbada", porque a relação se estabelece, "de fato", entre o produtor direto despojado dos meios para trabalhar e o proprietário destes meios, representante do capital - "valor posto enquanto valor" - que se coloca face ao primeiro numa "oposição".

Mas a igualdade não é aparência ilusória da desigualdade verdadeira; é sua "forma de aparecimento". Os homens se defrontam na esfera da circulação já em situações sociais opostas, mas também ainda como possuidores de mercadorias equivalentes. A igualdade e a desigualdade deles se distinguem enquanto "processo superficial" e "processo subjacente" que não se anulam um ao outro, configurando uma dualidade que é o núcleo da apreensão marxiana da sociedade burguesa. São dois níveis simultaneamente presentes e que se condicionam mutuamente. Para entender tal dualidade e decifrar aparência de igualdade deve-se ter em mente que a circulação é parte do processo "global"; que a igualdade, portanto, é momento da desigualdade "mais profunda". A igualdade e a liberdade não são negadas absolutamente na concepção de Marx, apenas limitadas a uma esfera que pertence a um contexto mais amplo de desigualdade, que precisa daquela aparência: o trabalhador tem de ser livre para que o capital possa contratá-lo ou demiti-lo conforme suas necessidades de valorização; e mesmo que receba o equivalente à sua força de trabalho, se produz mais-valia, independentemente de sub-remuneração.

"Esta aparência existe enquanto ilusão" não por não existir realmente; o que é ilusório é que só exista igualdade e liberdade, e não também desigualdade. Quando o capitalista compra a força de trabalho, bem como os meios de produção, e quando vende a

mercadoria produzida no processo de trabalho, ele está trocando equivalentes. Mas o "processo global" não se reduz a estes momentos. Ao contrário, seu objetivo fundamental é a valorização, que só ocorre baseando-se na desigualdade de condições econômicas e sociais entre capitalistas e trabalhadores assalariados. As fases da circulação passam a ser determinadas por este objetivo e, por isso, incluídas numa totalidade que as envolve; daí que a igualdade dos possuidores de mercadorias, pressuposto da circulação, seja determinada pela produção capitalista fundada na desigualdade, sendo necessária para que a relação entre os desiguais se dê no mercado, que é o traço distintivo do capitalismo "*à diferença dos...outros modos de produção social*". Por isso a igualdade no mercado é básica na constituição do capital, e não algo irrelevante, como a expressão "aparência" pode induzir a crer.

Entender as relações sociais burguesas apenas ou principalmente como sendo de igualdade, seria extrapolar o princípio vigente no seu momento não-fundamental para explicar o todo. Marx acredita ser, a igualdade, decisiva para distinguir o capitalismo dos outros modos de produção em que o excedente é obtido pela coerção violenta; o que não significa que ela seja o fundamento do sistema, baseado, antes, na desigualdade, esta sim determinante da igualdade no mercado. À crítica de Marx é que, apontar a igualdade como a característica mais importante, significa reduzir a relação entre capitalista e trabalhador à de comprador e vendedor da força de trabalho, quando, realmente, esta última relação só existe porque o trabalhador é desapropriado dos meios de produção: esta desigualdade é que permite a situação em que ambos aparecem como iguais, em que o trabalhador vende a sua mercadoria em troca de uma soma de dinheiro a ela equivalente.

Depois de assim estabelecer o nexos básico entre a circulação e a produção capitalista como um todo, Marx prossegue no desmascaramento dos pressupostos igualitários sobre os quais se pretende fundada a sociedade burguesa. Para isso, é preciso avançar até o conceito de "reprodução" das condições de produção do capital, ou seja, quanto o próprio capital repõe a situação inicial de que ele surge, quando a repetição do

ciclo de produção imediata e circulação de mercadorias renova as condições de concentração da propriedade dos meios de produção pelo capitalista e de despojamento do assalariado, ao mesmo tempo em que a maior parte da mais-valia criada no ciclo anterior é reinvestida para formar o capital inicial de um novo ciclo. O exame da reprodução será feito no capítulo 3 desta tese; por enquanto, interessa apenas como ela afeta o nexo entre igualdade e desigualdade de trabalhadores e capitalistas, levando à inversão do princípio de apropriação do produto pelo trabalho, sobre o qual se pensa constituir a sociedade burguesa.

Considerando-se que o ciclo da produção e valorização é constantemente repetido, *"A troca de equivalentes, que aparecia como a operação originária, torceu-se de tal modo que se troca em apenas aparência, uma vez que, primeiro, a própria parte do capital trocada por força de trabalho é somente uma parte do produto do trabalho alheio apropriado sem equivalente, e, segundo, seu produtor, o trabalhador, não é só reembolsado, mas deve ser reembolsado com o novo excedente"*(37). Pode-se pensar que, num momento hipotético inicial, o capitalista possui uma certa magnitude de valor na forma-dinheiro para remunerar a força de trabalho; mas depois do primeiro ciclo de produção e venda da mercadoria resultante, o valor à disposição dele para um novo ciclo seria o produzido pela força de trabalho no ciclo anterior, valor do qual ele se apropriou integralmente, legitimado pela propriedade dos meios de produção. Por isso, *"a própria parte do capital trocada pela força de trabalho"* no novo ciclo - a parte de capital destinada a pagar o salário dos trabalhadores - será *"uma parte do produto de trabalho alheio apropriado sem equivalente"*, pois se supõe ter o capitalista se apropriado de todo o valor produzido antes para convertê-lo em capital; a partir deste momento, a força de trabalho será paga com o valor que ela mesma produziu e do qual outro se apropriou.

Daí que, na seqüência do texto anterior, Marx afirme: *"A relação de troca entre capitalista e trabalhador se torna, assim, apenas uma aparência pertencente ao processo de circulação, simples forma que é alheia ao próprio conteúdo e que apenas o*

mistifica. A constante compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista converte sempre uma parte do trabalho alheio já objetivado, de que ele se apropria incessantemente sem equivalente, em um quantum cada vez maior de trabalho alheio vivo"(38). Considerando-se isoladamente cada momento em que é firmado o contrato de trabalho, aparentemente a força de trabalho é remunerada sempre por um valor pertencente ao capital; a seqüência destes momentos revela, porém, que isto é uma *"simples forma que é alheia ao conteúdo e que apenas o mistifica"*, pois formalmente o trabalhador recebe seu salário que, conforme o *"conteúdo"*, é valor produzido antes pela força de trabalho.

Este *"alheamento"* da *"simples forma...ao conteúdo"* é que *"torce"* o princípio da troca de equivalentes. Do ponto-de-vista do conteúdo, ela não ocorre mais, é de fato abolida. Assim, continua o texto, *"Originalmente o direito de propriedade nos aparece fundado sobre o próprio trabalho. Pelo menos deveria valer esta proposição, pois só se defrontam possuidores de mercadorias com direitos iguais [gleichberechtigte] e o meio para apropriação da mercadoria alheia é apenas a alienação da própria mercadoria que, em última instância, é produzida apenas através do trabalho. Agora a propriedade aparece, pelo lado do capitalista, como o direito de se apropriar de trabalho alheio não-pago ou de seu produto e, pelo lado do trabalhador, como impossibilidade de se apropriar de seu próprio produto. A separação entre propriedade e trabalho torna-se conseqüência necessária de uma lei que aparentemente partia de sua identidade"*(39). Não é mais o trabalho que dá direito à propriedade de seu próprio produto, como deveria ser de acordo com as regras da circulação simples, mas é a propriedade (dos meios de produção) que confere (ao capitalista) o direito a se apropriar do produto do trabalho de outrem, pois ele se apropria integralmente deste produto na medida em que o que paga pelo trabalho foi produzido de fato pelo trabalho mesmo.

Do ponto-de-vista da forma, contudo, a situação da troca de equivalentes é preservada, mantendo a aparência de igualdade. Uma aparência decisiva para que o mercado

medeie as relações entre capitalista e assalariado, de modo que ele seja apenas economicamente compelido ao trabalho e, com isso, seja "livre" para poder ser desempregado ou transferido de uma ocupação para outra conforme o interesse do capital. Neste sentido, o "*alheamento*" significa que a forma da apropriação pelo trabalho e a da troca de equivalentes deve permanecer, embora seja outro o seu conteúdo; e a "*mistificação*", conseqüentemente, é que a forma pareça adequada ao conteúdo, que a produção capitalista se caracterize só pela igualdade dos agentes, definidos simplesmente enquanto vendedores e compradores em geral.

A proposição dos princípios formais da circulação simples não implica para Marx, portanto, que de fato exista, tenha existido ou venha a existir uma sociedade estabelecida sobre eles; ao contrário, o desenvolvimento de suas determinações leva necessariamente às condições em que, no intercâmbio entre capital e força de trabalho, estes princípios são "*torcidos*" e invertidos. Assim, a conservação deles na esfera da circulação e sua negação pela valorização são momentos distintos e igualmente válidos na reconstituição marxiana da produção capitalista. Esta produção, tomada em seu conjunto, envolve tanto as determinações da circulação de mercadorias como aquelas que as invertem.

O que esta inversão faz é desaparecer, em última análise, a ilusão "*mistificadora*" de que o capital é em si um fator produtivo e criador de valor que se acrescenta ao trabalho no processo de valorização e que se troca por este como um equivalente. Descobre-se, então, como a separação entre a propriedade dos meios de produção e o trabalho, entre este e as condições para sua efetivação, permite que ele seja dominado por uma força que lhe é exterior e que impõe princípios diferentes para a criação, ampliação e circulação do valor, força que através dele ganha vida e poder. Surge, desta maneira, uma nova configuração do "fetiche", cujos mistérios incumbe agora investigar e esclarecer.

Seção II: A subjetividade do capital

14-

Para entender como Marx define o poder do capital, tanto no seu aspecto real quanto no mistificador, é preciso entender, antes de mais nada, como ele concebe a lógica conforme a qual se estrutura a relação entre trabalho e capital. Nela reaparece, em primeiro lugar, a dimensão do intercâmbio entre capitalista e trabalhador como se fossem somente comprador e vendedor, ou seja, como se a força de trabalho fosse só uma mercadoria entre outras que o dinheiro pode comprar. Neste caso, do mesmo modo que na circulação simples, o dinheiro do capitalista estaria em oposição à mercadoria em geral; mas as mercadorias, incluindo a força de trabalho, estariam umas para as outras em mera diversidade indiferente, de acordo com suas distinções qualitativas e várias utilidades.

Devido à dimensão de desigualdade entre capitalista e trabalhador, contudo, a força de trabalho aparece como uma mercadoria especial, já que, sendo fonte do valor, ao se defrontar com o dinheiro na circulação, faz deste capital-dinheiro. Nesta determinação, portanto, ele não se opõe mais simplesmente à mercadoria em geral, mas à própria força de trabalho: *"O capital, conforme seu conceito, é dinheiro, mas dinheiro que não existe mais na forma simples de ouro ou prata, também não mais como dinheiro em oposição à circulação, mas na forma de todas substâncias-mercadorias. Nesta medida, ele não está, enquanto dinheiro, em oposição ao valor-de-uso, mas existe mesmo além do dinheiro só nos valores-de-uso. ...A partir deste aspecto, o contrário mesmo do capital não pode ser de novo uma mercadoria específica, pois, enquanto tal, ela não forma oposição ao capital, já que a substância do próprio capital é valor-de-uso; ele não é esta ou aquela mercadoria, mas toda mercadoria... A única diferença do trabalho objetivado é o não não-objetivado, mas ainda a objetivar, o trabalho enquanto subjetividade. Ou, o trabalho objetivado, isto*

é, **dado espacialmente** *pode ser também, enquanto trabalho pretérito, oposto ao dado temporalmente*. Na medida em que ele deve ser dado temporalmente, como [algo] vivo, ele pode ser apenas dado enquanto **sujeito vivo**, no qual ele existe como capacidade, como possibilidade; daí enquanto trabalhador. Portanto, o único valor-de-uso que pode formar uma oposição ao capital é o trabalho⁽⁴⁰⁾.

No processo imediato de produção e valorização, o capital adquire e utiliza qualquer mercadoria de cujo valor-de-uso necessita, de modo que "não está, enquanto capital, em oposição ao valor-de-uso", como o dinheiro na circulação "mas existe só nos valores de uso" que emprega para se valorizar. Por isso, "o contrário mesmo do capital não pode ser de novo uma mercadoria específica, pois, enquanto tal, ela não forma oposição ao capital". A oposição entre mercadoria e dinheiro não é suficiente para determiná-lo enquanto capital. Por outro lado, se ele pode ser "toda mercadoria" enquanto "trabalho objetivado" nela, ele tem como oposto somente "o trabalho enquanto subjetividade", a força de trabalho que produz mercadorias e que é ela mesma uma mercadoria. "Portanto, o único valor-de-uso que pode formar uma oposição ao capital é o trabalho" o valor-de-uso cujo consumo cria produto e valor.

Assim, a "oposição", embora apareça já na esfera da compra e venda da força de trabalho, encontra seu fundamento nas condições da produção imediata, de modo que é preciso analisar mais detalhadamente a relação capital-trabalho nesta esfera, para começar a entender em que sentido os dois termos nela se apresentam "opostos" (começar, pois a "oposição" só se configurará completamente no item 17, adiante).

Na produção "O trabalho não é apenas o valor-de-uso contraposto ao capital, mas é também o valor-de-uso do próprio capital"⁽⁴¹⁾. Além de contraposta, a força de trabalho é usada pelo capital como parte dele mesmo; tendo comprado o direito a este uso, ele a coloca em atividade, consumindo o valor-de-uso que agora se tornou seu. "Através da troca com o trabalhador, o capital se apropriou do trabalho mesmo; este se tornou um dos seus momentos, que atua, então, enquanto vitalidade frutífera sobre sua

objetividade existente e, assim, morta"(42). Incluindo em si a atividade criadora do valor como "*um dos seus momentos*", o capital dá a ela uma função específica no processo de valorização pelo qual ele próprio se constitui: "*...a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não mudam sua grandeza de valor no processo de trabalho. Por isso, eu a chamo de parte constante do capital ou, mais brevemente, capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, inversamente, altera seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, sobre isso, um excedente, a mais-valia... De uma grandeza constante, esta parte do capital se transforma sempre em uma variável. Eu a chamo, por isso, de parte variável do capital ou, mais brevemente, capital variável*"(43).

Por um lado, a força de trabalho é o momento que "*atua...enquanto vitalidade frutífera sobre a objetividade existente e, assim, morta*" dos meios de produção; ela é vida que ressuscita o valor "*morto*", pretérito, destes meios, transferindo-o para o produto, de forma que este valor não muda sua grandeza, sendo "*capital constante*". Por outro lado, ela também é o momento que "*altera seu valor no processo de produção*", que cria a mais-valia para além do valor da força de trabalho, sendo por isso "*capital variável*". Mesmo o valor da "*parte constante do capital*" só é transferido ao produto pela atuação da "*vitalidade frutífera*" do trabalho vivo, que também "*reproduz seu próprio equivalente*" no valor do produto, mas ainda produz "*sobre isso um excedente, a mais-valia*". Enquanto "*capital variável*", a força de trabalho passa a ser, assim, ela mesma parte do capital; e justamente a parte que, ao "*alterar seu valor*", faz, do valor, capital.

Mas ela só o faz porque a situação de despojamento dos meios de produção, que a determina enquanto mercadoria, se reproduz no processo de trabalho. Neste, ela ainda é não-proprietária dos meios, que permanecem alheios ao trabalhador, sendo por isso mesmo que este se vê compelido a trabalhar sob condições impostas pelo capital, ou seja, durante um tempo mais longo que o necessário para repor sua força de trabalho; a própria compulsão ao trabalho excedente, criador de mais-valia, baseia-se em que os meios de

produção se contrapõem ao trabalhador. *"O capital tem um impulso vital peculiar, o impulso a se valorizar, a criar mais-valia, a sugar a maior massa possível de mais-trabalho com sua parte constante, os meios de produção. O capital é o trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais deste sugar"*(44).

Ou seja, se os meios de produção aparecem, por um lado, enquanto *"parte do capital"* tanto quanto a força de trabalho de que o capital se apropriou, por outro eles encarnam o seu poder autônomo face ao trabalho. Através deles, o capital se apresenta simultaneamente enquanto parte e enquanto totalidade de seu processo de constituição. Observe-se em primeiro lugar, que o capital precisa pôr e repor o trabalho como um termo oposto - que se defronta com os meios de produção enquanto condição objetiva alheia - reproduzindo continuamente a situação histórica de desapropriação que torna a força de trabalho uma mercadoria produtora de valor e mais-valia. Em segundo lugar, a *"objetividade morta"* dos meios de produção não é só algo passivo cujo valor é transferido para o produto. Como ilustra a metáfora do *"vampiro"*, a vida do capital não é originalmente sua, mas a de um *"morto"* que continua se contrapondo ao vivo e, com isso, se *"vivifica"* por *"sugar"* a *"vitalidade frutífera"* que é do outro, retirando-lhe a vida da qual, porém, depende.

Além disso, e na medida em que inclui em si a fonte do valor, o capital dá um novo fundamento também à relação entre mercadoria e dinheiro ou entre compra e venda, conforme era definido no nível da circulação simples: *"A circulação simples de mercadorias - a venda para a compra - serve como meio para uma finalidade que repousa fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro enquanto capital, ao contrário, tem seu fim em si mesma [Selbstzweck], pois a valorização do valor existe só dentro deste movimento sempre renovado"*(45).

Se antes a finalidade da troca era o consumo individual dos produtores, *"finalidade que repousa fora da circulação"*, agora o objetivo da circulação e da produção

imediate é a "*valorização do valor*", ou seja, a formação do capital. O meio para isso ele tem na propriedade exclusiva das condições objetivas de produção, com que determina a força de trabalho como seu momento. Mais ainda, neste "*ter seu fim em si mesmo*", as formas-valor da circulação - mercadoria e dinheiro - são também meio para a valorização. Na circulação simples, a passagem de uma à outra - a venda e a compra - se realiza por uma finalidade exterior, ou seja, são formas de existência do valor colocadas em movimento apenas pelo consumo, pela necessidade de "*apropriação dos valores-de-uso*" e não pelo valor mesmo. Tal indiferença entre as formas de existência, como algo exterior, e o valor, como um substrato interior, é superada pelo capital, pois nele o valor é o interior que, enquanto finalidade do movimento, determina cada forma como fase necessária para a valorização.

A distância que havia entre o interior que não era finalidade e o exterior das formas é eliminada quando a própria "substância" do valor adota uma forma-valor - a da força de trabalho, uma mercadoria que é fonte de valor - e se inscreve no novo objetivo que define como necessária a passagem entre a forma-mercadoria e a forma-dinheiro (incluindo a da mercadoria-força de trabalho ao dinheiro-salário). Transformado em finalidade de si mesmo, o valor agora é um interior que se apresenta completamente na forma exterior, que determina esta forma de existência como algo necessário, tornando-se o conteúdo verdadeiro de seu movimento, que passa a ser processo de constituição. Não só a forma supõe o valor como substrato interior, mas também este agora supõe a forma, para se determinar pelo movimento de uma à outra. Define-se precisamente, com isso, o significado de "processo" como o vir-a-ser do capital através da passagem necessária pelas fases ou formas em que ele se explicita e exterioriza enquanto conteúdo⁽⁴⁶⁾.

A partir destas definições, então, impõe-se uma ampliação no sentido do conceito de "capital": "*O capital, enquanto valor que se valoriza, abrange não só relações de classe, um caráter social determinado que repousa na existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento, um processo de circuito através de diversos*

estágios... Ele só pode ser concebido, portanto, enquanto movimento e não enquanto coisa inerte. ...O valor percorre aqui diversas formas, diversos movimentos nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, valoriza, aumenta"(47). O capital não "*pode ser concebido... enquanto coisa inerte*", simples meio material de produção considerado como fator desvinculado de "*um caráter social determinado*"; ele adquire o domínio de suas condições de valorização, o poder de adotar a forma mais conveniente em cada momento num "*circuito através de diversos estágios*", que o define como um "processo".

Mas aqui não se trata somente de um movimento de valorização **de si**, de "*ter seu fim em si mesmo*". Pois, sendo "conteúdo" que preside o circuito das formas assumidas para valorizar-se, "*Ao invés de expor relações de mercadorias, ele entra, por assim dizer, em uma relação privada consigo mesmo*". Ou seja, "*Na circulação D-M-D funcionam ambos, mercadoria e dinheiro, apenas como diferentes modos de existência do próprio valor, o dinheiro como seu [modo de existência] geral, e a mercadoria como seu modo de existência específico, por assim dizer apenas revestido. Ele passa constantemente de uma forma à outra sem se perder neste movimento e se transforma assim em um sujeito automático...*"(48).

Já na relação simples de troca de duas mercadorias, analisada no item 7 acima, vimos que a mercadoria na forma-relativa tinha um papel "*ativo*" face à da forma-equivalente, porque através da relação com esta, relacionava-se consigo mesma. Esta auto-relação mediada pela relação com o outro é o significado do termo "*sujeito*", que Marx emprega no último texto citado, inspirando-se na terminologia hegeliana: algo que reflete sobre si, que retorna a si a partir do outro "*sem se perder neste movimento*", entrando numa "*relação privada consigo mesmo*" e determinando suas formas de existência como momentos desta auto-relação. Porque, na circulação simples, a relação de troca de duas mercadorias tem como finalidade o consumo dos valores-de-uso, o valor apenas permite a troca como seu substrato inerte, não determinando suas formas de existência nem a passagem de uma à outra, de maneira que aquela relação ainda aparece como uma figura

incompleta do valor como "*sujeito*". No caso presente do capital, porém, o valor é a finalidade que preside o movimento entre as formas-valor, conferindo-lhe "conteúdo" - unidade entre a forma e a matéria ou "substância" do valor - e se apresentando como a figura mais desenvolvida da "subjetividade".

A valorização do valor, que constitui o capital, é, portanto, não só valorização de si, mas também por si; é auto-valorização. O que na circulação simples aparecia como "substância" cujo movimento não determina por si suas formas, passa a ser "*uma substância processante, se-movente*"⁽⁴⁹⁾, ou seja, determinação de seu movimento unicamente por si enquanto finalidade de si. Em outras palavras, "*sujeito*", na acepção exposta acima.

Ao comprar a mercadoria força de trabalho e torná-la parte integrante de si - "*capital variável*" - o capital pretende ter transformado a "*substância*" em "*sujeito*"; e de certa forma o faz, pois é pela propriedade exclusiva das condições de produção que ele se contrapõe e impõe à força de trabalho, compelindo-a ao trabalho excedente e à criação de mais-valia. Deixando para mais adiante (cf. item 17) a discussão dos problemas que tal pretensão traz consigo, o relevante aqui é indicá-la como a base do "fetichismo" do capital, ou seja, não só da ilusão de que ele também é uma fonte independente da produção de valor, mas principalmente de seu poder efetivo de subordinar o trabalho e as condições de sua auto-valorização, crescendo e expandindo sua dominação às várias esferas da vida econômica, como veremos a seguir.

Mais uma vez, as relações sociais de produção se ocultam por trás das relações entre coisas tais como mercadorias, dinheiro e meios de produção. E agora, inclusive, de modo mais acabado e completo, pois a "subjetividade" do capital significa que a relação entre as coisas não é mais simples meio para atender necessidades humanas, e sim para aumentar o valor e a quantidade das coisas produzidas, para atender as necessidades do capital, às quais as humanas são submetidas e até sacrificadas. Tornando-se finalidade da produção em geral, ele pretende apropriar-se de todos os meios materiais e sociais para

alcançá-la; e na medida em que o consegue, apresenta-se de fato como o organizador das relações entre os homens, como um poder que escapa às suas vontades e consciências individuais - daí "*sujeito automático*" - impondo-se a suas atividades enquanto objetivo maior, cuja autoridade deriva justamente deste caráter transcendental de que se reveste para eles. Tal "fetiche" se caracteriza não mais simplesmente pela aparência de vida que confere a coisas inanimadas, mas pela força que exerce sobre as vidas humanas reais ao converter-se em seu objetivo supremo, força criada pela transfiguração das próprias relações sociais, que configura um ídolo "*vampiresco*" para o qual todos os sacrifícios serão sempre insuficientes.

15-

A concepção do capital como "sujeito" no sentido definido acima determina já a forma de realização do novo conteúdo que a auto-valorização confere à circulação e produção imediata de mercadorias, revelando a dimensão propriamente quantitativa da auto-valorização, inerente à definição de "mais-valia" e, assim, do capital mesmo. "*De fato, o valor se torna aqui o sujeito de um processo pelo qual ele, com a troca constante de forma, dinheiro e mercadoria, altera sua própria grandeza, se repele enquanto mais-valia de si mesmo enquanto valor original, se auto-valoriza. Pois o movimento em que ele acrescenta mais-valia é seu próprio movimento, sua valorização [é], portanto, auto-valorização. Ele adquire a qualidade oculta de pôr valor porque ele é valor*"⁽⁵⁰⁾.

Para entender o raciocínio exposto neste texto, é importante lembrar da fórmula geral de expressão do capital, D-M-D': em primeiro lugar, a "*troca constante de forma*" entre dinheiro e mercadoria tem a função de produzir o D', um valor final maior que o inicial; além disso, os dois extremos são qualitativamente idênticos, de modo que o objetivo do movimento só pode ser a produção de uma diferença quantitativa. O que define o capital é que este movimento "*é seu próprio movimento*", ou seja, que a diferença quantitativa é obra do capital, valor que "*se repele enquanto mais-valia de si mesmo enquanto valor original*". Este "*valor original*" já é capital, pois com ele se adquirem os

meios de produção e a força de trabalho para a criação de excedente de valor; mas, exatamente ao criar um valor diferente do inicial, ele *"se repele de si mesmo"*. Numa primeira aproximação, o movimento de "auto-repulsão" do capital, que constitui a auto-valorização enquanto processo, vem de que, por um lado, o emprego do *"valor original"* tem o poder de criar o valor excedente, distinto, e conseqüentemente, por outro lado, mediante a criação deste valor distinto, ele se confirma e determina como capital. Assim, ele se determina, se relaciona consigo através da relação negativa com o outro que, potencialmente, ele contém em si; e a auto-repulsão é justamente o momento negativo desta sua auto-relação.

Por isso que o capital *"...entra, por assim dizer, em uma relação privada consigo mesmo. Ele se diferencia, enquanto valor original, de si mesmo enquanto mais-valia, como Deu-Pai [se diferencia] de si mesmo enquanto Deus-Filho e ambos têm a mesma idade e formam de fato uma só pessoa, pois só através da mais-valia de £10 as £100 adiantadas se tornam capital e, tão logo estas se converteram nele [capital], tão logo o Filho e, através do Filho, o Pai produz, desaparece novamente sua diferença e ambos são um, £110"*(51). Nesta conhecida alusão de Marx à imagem cristã da Trindade reaparece o momento negativo da repulsão da mais-valia pelo valor original, em função de sua diferença quantitativa; mas esta repulsão é auto-repulsão do capital, *"pois só através da mais-valia de £10 as £100 adiantadas se tornaram capital"* - o capital se define como tal pela relação com o outro valor, a mais-valia produzida justamente porque ele é capital.

E o retorno a si da auto-repulsão aponta já para o aspecto da unidade do capital em seu movimento, que se manifesta na identidade qualitativa da forma-valor dos dois extremos do circuito D-M-D', pela qual ambos os valores se confundem numa grandeza única e homogênea - *"desaparece novamente sua diferença e ambos são um, £110"*, assim como o Pai e o filho *"têm a mesma idade e formam de fato uma só pessoa"*. Chegamos, com isso, ao núcleo desta proposição de Marx: *"só através da mais-valia de £10 as £100 adiantadas se tornam capital e, tão logo estas se converteram nele...desaparece novamente*

sua diferença e ambos são um, £110"; "tão logo" o valor original se determina enquanto capital, e o faz prospectivamente "só através da mais-valia", ele suprime a diferença com esta, acrescentando-a a ele para formar um novo e maior valor a ser capitalizado para o início do circuito seguinte; ou ainda, porque a mais-valia resultante do emprego do valor original faz deste retroativamente capital, ela mesma se torna capital e prepara a renovação e ampliação do circuito D-M-D'. O momento negativo da auto-repulsão se converte e completa no momento positivo da capitalização. Se inicialmente a diferença quantitativa prevalece sobre a identidade qualitativa, depois esta identidade, retomada através daquela diferença, a suprime para finalmente prevalecer no ponto-de-partida de de um novo circuito(52).

Desta maneira, o movimento de auto-repulsão do capital conduz à sua renovação com um valor maior, correspondente à mais-valia acrescentada; conduz à reprodução e acumulação de capital. O impulso do valor a renovar seu circuito para ampliar sempre a sua magnitude já fôra exposto por Marx no caso do entesouramento: *"O impulso ao entesouramento é por natureza desmedido. Qualitativamente, ou segundo sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, posto que conversível imediatamente em qualquer mercadoria. Mas simultaneamente, cada soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, daí também apenas meio de compra de efeito limitado. Esta contradição entre o limite quantitativo e a ilimitação qualitativa do dinheiro impulsiona o entesourador sempre de volta à tarefa de Sísifo da acumulação. Ocorre a ele como ao conquistador do mundo, que com cada nova terra conquista somente uma nova fronteira"(53).*

Devido à sua homogeneidade qualitativa, *"o dinheiro é ilimitado"*, tem em sua natureza a capacidade de se acumular indefinidamente até o infinito; por outro lado, *"cada soma efetiva de dinheiro"* que integra o valor inicial e o final do movimento realizado pelo entesourador e pelo capitalista *"é quantitativamente limitada"*, representa uma grandeza finita. Assim, a dupla dimensão, qualitativa e quantitativa, que fundamenta a auto-

repulsão e a acumulação de capital, aparece como uma *"contradição entre o limite quantitativo e a ilimitação qualitativa do dinheiro"*: com a superação da diferença entre as magnitudes dos valores - do *"limite"* quantitativo do dinheiro - na identidade do valor novo reunido e capitalizado, se manifesta a tendência a realizar o potencial de acumulação *"ilimitada"* do dinheiro, a infinitude que é inerente à sua homogeneidade qualitativa; mas o novo valor transformado em ponto-de-partida do movimento seguinte também é uma *"soma efetiva... quantitativamente limitada"* que busca superar seu limite para realizar sua potência ao infinito, *"repelindo-se enquanto mais-valia de si mesmo enquanto valor original"*. Daí que a acumulação seja um *"impulso"* permanente e que a dupla dimensão do dinheiro apareça como *"contradição"* entre o finito real e o infinito nunca alcançado. E daí também que este impulso possa ser elegantemente caracterizado por Marx como *"tarefa de Sísifo"*, cujo destino era sofrer como homem e ser incansável como imortal, ou o tormento do *"conquistador do mundo"*, que em sua pretensão de domínio universal esbarra sempre em *"novas fronteiras"*.

Mas há uma distinção entre o impulso do entesourador e o do capitalista, que consiste no fato do primeiro ainda estar inscrito na esfera da circulação simples, enquanto o segundo o está já na órbita do capital. Por isso, *"A repetição ou renovação da venda para compra encontra, com este processo mesmo, medida e meta [Mass und Ziel] numa finalidade que repousa fora dele, o consumo, a satisfação de necessidades determinadas. Na compra para venda, ao contrário, o começo e o fim são o mesmo, dinheiro, valor-de-troca, e já por isso o movimento é infinito [endlos] ...O termo [Ende] de cada circuito singular, no qual se completa a compra para a venda, forma por si mesmo, daí, o começo de um novo circuito. A circulação simples de mercadorias - a venda para compra - serve como meio para uma finalidade que repousa fora da circulação... A circulação do dinheiro enquanto capital, ao contrário, tem seu fim em si mesma [Selbstzweck], pois a valorização do valor existe apenas dentro deste movimento sempre renovado. O movimento do capital é, assim desmedido [masslos]"*(54).

Enquanto o entesourador tem de retirar dinheiro da circulação e negar sua "*medida e meta*" - a compra, o consumo - o capitalista transforma a circulação em meio pra uma nova finalidade, "*a valorização do valor [que] existe apenas dentro deste movimento sempre renovado*". Como vimos, as formas-valor da circulação são meios de que o capital dispõe para "*renovar o movimento*" de sua constituição, e em escala sempre crescente, não tendo de negar a circulação, mas de subordiná-la ao processo mais amplo de acumulação.

Se o domínio da fonte do valor distingue o conteúdo da "*tarefa de Sísifo*" do capitalista, porém, ela se assemelha ainda à do entesourador pelo aspecto de sua "*desmedida*". A diferença, mais uma vez, é que a medida do movimento de vender para comprar se encontra no "*consumo, na satisfação de necessidades*", de maneira que a interrupção da circulação no entesouramento perde momentaneamente esta referência, esta "*medida*", diminuindo a volume de mercadorias compradas e consumidas: a quantidade do que se vende deixa de ser regulada diretamente pela do que se quer comprar, deixa de ter apenas nesta a sua medida. Por outro lado, "*o movimento do capital é...desmedido*", porque nele "*o começo e o fim são o mesmo... e já por isso o movimento é infinito*"; e o fim tem de ser um novo começo, com a superação do momento da auto-repulsão pelo da capitalização, porque o capital "*tem seu fim em si mesmo*", não encontrando fora de si mais nenhum limite permanente, nenhum elemento exterior que lhe possa conter indefinidamente a expansão, baseada no domínio da fonte de valor mesma.

O primeiro significado de "*desmedida*", específica do movimento de acumulação do capital, portanto, vem da infinitude deste movimento, de que seu início e fim são qualitativamente idênticos e de que sua diferença quantitativa é constantemente suprimida e repostada. Não há, por princípio, uma referência externa ao capital para determinar a magnitude de sua acumulação, ele tem essencialmente em si a sua medida - na grandeza de valor que ele atinge ao final de cada circuito e da qual pode partir, adquirindo um certo volume de força de trabalho e meios de produção para o circuito seguinte. É claro que Marx considera também os obstáculos e condições existentes para a acumulação; mas

lhe interessa enfatizar que da natureza do capital surge o impulso para a superação destes obstáculos, impulso, assim inerente e necessário àquela natureza. No processo de efetivação desta tendência, contudo, a dinâmica do capital ganha um aspecto mais complexo, com o desenvolvimento de novas formas de criação da mais-valia que enriquecem o conteúdo da auto-valorização. O próximo item examinará sucintamente, então, tal desdobramento do conceito de "mais-valia", para que depois se possa analisar com maior precisão um segundo significado da "desmedida" do capital, relativo já à crise.

16-

Na realização de sua tendência imanente à valorização constante, o capital pode compensar um aumento pequeno ou nulo de sua parte variável, que corresponde ao desembolso com a força de trabalho empregada, mediante uma maior exploração desta força, isto é, um aumento do tempo de trabalho excedente sobre o tempo necessário. Neste caso, porém, ele se defronta com um importante obstáculo, a saber, a limitação natural do dia de trabalho: se o tempo necessário é uma magnitude fixa, por sê-lo também o valor da força de trabalho, então a exploração maior desta última só é possível com o aumento absoluto do tempo excedente, ou seja, com o prolongamento da jornada de trabalho; mas isto pode ocorrer apenas até certo ponto, além do qual o trabalhador tem de descansar ou, mais simplesmente, o dia acaba. Para superar este obstáculo, elevando o grau de exploração da força de trabalho - a taxa de mais-valia - sem ter de prolongar a jornada de trabalho, a única solução encontrada pelo capital é a diminuição do tempo necessário, com o que crescerá proporcionalmente a parte excedente do tempo de trabalho dentro de uma jornada de magnitude admitida como fixa.

Com isso, é definida uma nova forma de mais-valia: *"A mais-valia produzida através do prolongamento do dia de trabalho, eu chamo de mais-valia absoluta; inversamente, a mais-valia que surge do encurtamento do tempo de trabalho necessário e a alteração correspondente na proporção das duas partes componentes do dia de trabalho -*

mais-valia relativa"(55). A definição apresentada no item 12 era a da mais-valia absoluta, forma básica em que já se expressava a relação capital-trabalho como origem da valorização. A forma relativa da mais-valia, por outro lado, resulta do desenvolvimento desta estrutura da relação capital-trabalho. Mas exatamente de que modo?

Encurtar o tempo necessário em que o trabalhador produz o equivalente ao valor da força de trabalho, significa justamente reduzir este valor, uma vez que Marx aqui também parte da suposição de que a força de trabalho não é sub-remunerada, a fim de poder estudar a determinação sistêmica da mais-valia. Deste modo, a diminuição do valor da força de trabalho implica o barateamento dos meios de vida pelos quais aquele valor é estabelecido, o que pressupõe, por sua vez, o aumento da produtividade do trabalho nos ramos da economia que produzem tais meios. Nas palavras de Marx, *"...enquanto na produção da mais-valia na forma até aqui considerada, o modo de produção era suposto como dado, não é suficiente de modo algum, para a produção da mais-valia através da conversão do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua figura historicamente transmitida ou existente e apenas prolongue sua duração. Ele deve revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, ou seja, o próprio modo de produção, para elevar a força produtiva do trabalho, para baixar o valor da força de trabalho através da elevação da força produtiva do trabalho, e, assim, para encurtar a parte do dia de trabalho necessária para a reprodução deste valor"*(56).

Ao depender do aumento da força produtiva do trabalho, portanto, para produzir mais-valia relativa, o capital *"deve revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho"* e não só se limitar à apropriação dos frutos deste. Esta *"revolução"* é descrita em "O Capital" como um processo que passa por três momentos básicos: a *"cooperação"*, na qual os trabalhadores são reunidos pelo capital para a realização de uma mesma tarefa, criando uma força produtiva nova, social; a *"divisão do trabalho na manufatura"*, em que o capital divide e coordena as tarefas entre os trabalhadores, resultando na potenciação de seus trabalhos devido aos benefícios advindo da especialização

individual, já analisados por Smith no conhecido capítulo 1 da "Riqueza das Nações"; e finalmente a "grande indústria", na qual a ferramenta do trabalhador se transforma em máquina, rompendo os limites naturais impostos à produção pelo acoplamento da ferramenta ao corpo do trabalhador, que a manjava diretamente nas duas formas anteriores⁽⁵⁷⁾.

Embora Marx se dedique longa e minuciosamente à apresentação destes três momentos, procurando demonstrar, inclusive, como os mais complexos se desenvolvem a partir dos mais simples, o que interessa aqui é entender de que modo tal desenvolvimento resulta da estrutura da relação capital-trabalho que se expressa já na mais-valia absoluta. Sobre isto, ele diz: *"A produção da mais-valia absoluta gira em torno só da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona completamente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe, assim, um modo de produção especificamente capitalista que, com seus métodos, meios e condições, surge e se forma naturalmente, ele mesmo, apenas sobre a base da subsunção formal do trabalho ao capital. No lugar da formal, entra a subsunção real do trabalho ao capital"*⁽⁵⁸⁾. A "subsunção" ou subordinação "formal", que já permite a produção de mais-valia absoluta, se fundamenta na propriedade exclusiva dos meios de produção pelo capital e conseqüente alienação do trabalhador direto desta propriedade, fazendo-o trabalhar sob as condições impostas pelo capital e simultaneamente converter-se em parte integrante deste.

Precisamente por isso, a "revolução...do modo de produção", entendido aqui como o conjunto de condições técnicas e sociais da produção, *"surge...apenas sobre a base da subsunção formal do trabalho ao capital", pois o domínio das condições materiais pelo capital dá a ele a capacidade de organizar o trabalho de modo a aumentar sua produtividade. Se a subordinação ocorre "formalmente" com a relação jurídica de compra e venda da força de trabalho, "realmente" ela se estabelece na esfera da produção imediata, quando o assalariado se defronta com os meios de produção enquanto poder estranho e dominador de sua atividade viva.*

Desta forma é que o capital reúne e ordena os trabalhadores na "cooperação", liberando sua nova força produtiva "social"; ou ainda que divide as operações do processo de trabalho entre eles na "manufatura", reservando para si o sentido de conjunto que cada especialista individual não mais possui; e finalmente, que completa o divórcio entre o trabalhador e os meios de produção no plano técnico, primeiro com a substituição da destreza manual daquele pelo funcionamento da máquina-ferramenta, e depois com a substituição até da energia humana pela de uma máquina-motriz, criando um sistema que se auto-movimenta com um certo grau de independência do trabalhador - a fábrica, caracterizada por Marx como um "autômato"⁽⁵⁹⁾. Neste momento, a ciência da produção é totalmente distinta do saber do artesão, superando-o e desenvolvendo-se a serviço do capital e sob sua égide.

O resultado disso é, por um lado, o reforço do "fetichismo" do capital: *"A força produtiva que o trabalhador desenvolve enquanto trabalhador social é, então, força produtiva do capital. A força produtiva social do trabalho se desenvolve gratuitamente, tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições e o capital os coloca sob estas condições. Como a força produtiva do trabalho não custa nada ao capital, como ela, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador antes de seu próprio trabalho pertencer ao capital, ela aparece enquanto força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente"*⁽⁶⁰⁾. Nestas circunstâncias, o capital aparece como um fator de produção autônomo, produzindo por si parte do valor da mercadoria e, além disso, como o responsável direto pelo aumento da produtividade do trabalho e pelo progresso técnico.

Por outro lado, com o sistema fabril se completa a "subsunção real": *"Na manufatura e artesão, o trabalhador se serve da ferramenta, na fábrica ele serve à máquina. Lá o movimento do meio de trabalho parte dele, movimento que aqui ele tem de seguir. Na manufatura os trabalhadores formam os membros de um mecanismo vivo. Na fábrica existe um mecanismo morto independente deles, ao qual eles são incorporados*

como apêndices vivos. *'A triste rotina de uma tortura infinita de trabalho, no qual se passa sempre pelo mesmo processo mecânico, iguala o trabalho de Sísifo; o peso do trabalho, como o da rocha, recai sempre sobre o trabalhador esgotado'*"(61). O domínio do capital torna-se efetivo mediante a inversão do controle do processo de trabalho, que agora é exercido pelo meio de produção, momento a que o capital se rebaixa para subjugar o trabalho, e afirmar-se efetivamente enquanto totalidade da relação entre sua parte constante e a variável; e assim, o capital não só obtém mais-valia em geral, como também comanda o processo de trabalho, eleva sua produtividade e barateia as mercadorias, o que conduz, no caso destas serem meios de vida do trabalhador, à redução do valor da força de trabalho e à obtenção da mais-valia relativa.

É interessante notar ainda que, na citação de Engels feita por Marx no final do texto citado imediatamente acima, reaparece a imagem de Sísifo, submetido agora "*à tortura infinita do trabalho...mecânico*": se a referência direta é à mesmice do trabalho na fábrica, não se pode esquecer que esta última é resultado da finalidade de potenciar ao máximo o trabalho, para obter cada vez mais excedente de valor que, por sua vez, é investido na expansão da fábrica e no aperfeiçoamento técnico, realimentando perpetuamente o processo todo. O "progresso infinito" da acumulação de capital adquire então uma base real através da determinação recíproca entre o investimento da mais-valia e a ampliação das condições materiais para a produção de sua forma relativa; não se trata mais simplesmente de uma acumulação de valor, em geral, mas do valor objetivado na base técnica do capital, num movimento potencialmente progressivo e ilimitado.

A "tarefa de Sísifo" do capital consiste ainda no conflito de sua dupla natureza humana e imortal, por assim dizer. Antes, porém, este conflito se definia genericamente pela dialética do finito e do infinito, enquanto agora, com a relação entre a parte constante e a variável em que o capital se divide, ele se determina mais precisamente pela subordinação do trabalho a um meio e um fim alheios, pela submissão do homem-trabalhador a um poder transcendente e potencialmente infinito, que se apresenta a ele como

imortal. Daí o "fetiche", pelo qual a produtividade do trabalho se manifesta como obra de uma força que transcende a própria fonte do valor e que, por isso, cresce infinitamente para além das limitações deste último. *"Hence the great civilizing influence of capital..."*⁽⁶²⁾.

Seção III: A desmedida da crise

17-

Ao longo de toda sua análise do modo de funcionamento do capitalismo, Marx nunca deixa de lado a preocupação com o estudo das crises recorrentes neste sistema, estudo que avança concomitantemente aos estágios da apresentação categorial: *"Trata-se...de seguir o desenvolvimento subsequente da crise em 'potentia'...na medida em que ela resulta das determinações formais do capital, que são incluídas nele enquanto capital propriamente [eigentlich], e não em seu mero ser-aí enquanto mercadoria e dinheiro"*⁽⁶³⁾. Para além da definição de crise examinada no capítulo 1 desta tese, isto é, circunscrita às determinações do valor como mercadoria e dinheiro, impõe-se agora buscar aquela que corresponde ao *"capital propriamente"*; ou seja, ultrapassar o nível da relação entre as formas-valor da circulação, mesmo se consideradas como modos de existência (*"ser-aí"*) do capital, para alcançar o da determinação deste enquanto valor que se valoriza também a partir da esfera da produção imediata.

Até aqui, no entanto, o movimento de auto-valorização que constitui o capital foi apresentado como um progresso infinito de acumulação e superação de obstáculos: *"O capital...é o impulso desmedido e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras. Cada limite [Grenze] é e deve ser barreira [Schranke] para ele. Senão ele deixaria de ser capital... Tão logo não sentisse um determinado limite como barreira, mas se sentisse bem dentro dela enquanto limite, ele próprio seria rebaixado de valor-de-troca a valor-de-uso, da forma universal da riqueza a uma existência [Bestehen] substancial determinada da mesma. O capital enquanto tal cria uma determinada mais-valia, porque*

ele não pode criar 'at once' [de uma vez] uma infinita; mas ele é o movimento constante de criar mais dela. O limite quantitativo da mais-valia aparece a ele enquanto barreira natural, enquanto necessidade que ele procura constantemente dominar e ultrapassar"(64).

A distinção entre "limite" e "barreira", indicada pelo texto, é definida pela relação do capital consigo mesmo, pela sua auto-valorização, deixando claro o mecanismo deste movimento. O limite é uma certa quantidade, uma magnitude de valor que apenas diferencia o valor produzido do adiantado, que coloca este último como algo exterior ao primeiro. A barreira, porém, é o "limite quantitativo" que "aparece" ao capital "enquanto barreira...que ele mesmo procura constantemente dominar e ultrapassar", é o limite enquanto quantidade determinada pelo "impulso desmedido e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras", é o limite posto para o capital pelo próprio capital como a magnitude que ele deve superar ao aumentar seu valor e, assim, constituir-se como capital. Se o limite não for barreira para ele, "ele deixaria de ser capital", pois não estaria realizando sua potência de valorizar-se infinitamente, potência que se efetiva numa mais-valia de certa magnitude "porque ele não pode criar 'at once' uma infinita", mas que o impulsiona a ultrapassá-la e determinar novo limite como sua próxima barreira, configurando a progresso infinito da acumulação.

"Mas todo o processo da acumulação se resolve a seguir em produção excedente, que corresponde, por um lado, ao crescimento natural da população e que forma, por outro, uma base imanente para os fenômenos que se mostram nas crises. A medida [Mass] desta produção excedente é o próprio capital, o nível dado das condições de produção e o impulso desmedido [masslose] ao enriquecimento e à capitalização pelos capitalistas, de modo algum o consumo..."(65). Enquanto na circulação simples a "medida" da magnitude de valor produzido era dada pelas necessidades de consumo, na produção capitalista, que como tal deve resultar em produção de excedente de valor, "a medida...é o próprio capital". Porque ele é "fim de si mesmo" e capacidade de dominar a organizar as "condições de produção" como meio para a realização deste fim, é que ele define cada limite

enquanto barreira, enquanto quantidade que serve de medida para cada etapa de sua auto-valorização, isto é, que limita momentaneamente sua capacidade de "*criar uma mais-valia infinita*", mas que também a coloca como barreira a superar, iniciando nova etapa de valorização.

A medida para a criação de valor em cada circuito aponta, assim, para o limite estabelecido pelo capital para si mesmo. Por isso ela não é definida por um elemento exterior ao processo de valorização - não é "*de modo algum o consumo*" - antes resultando do "*impulso desmedido...à capitalização*". A medida se determina, por este ponto-de-vista, a partir da "*desmedida*" que configura o capital, retomando o sentido examinado no item 15: primeiro, capacidade de converter os limites exteriores em barreiras estabelecidas pelas condições internas à auto-valorização; segundo, ilimitação característica de alterações basicamente quantitativas. Como a grandeza a ser delimitada não é meramente a do valor do produto, mas a da "*produção excedente*" em que "*todo o processo de acumulação se resolve*", sua medida só pode ser determinada pelo capital, que fixa o limite desta grandeza para em seguida fazer dela uma barreira a superar, isto é, que busca converter o valor excedente em base para nova etapa de acumulação.

Mas esta "*produção excedente*" também "*forma...uma base imanente para os fenômenos que se mostram nas crises*", quando nem todo valor a mais integra o novo capital, quando a superação de uma barreira para a acumulação não significa que se imponha um limite ainda mais elevado para a etapa seguinte, quando a capitalização "desmedida" falha eventualmente em estabelecer a "medida" para o novo capital. Assim, "*É suficiente aqui indicar que o capital contém uma restrição específica da produção - que contradiz sua tendência geral de prosseguir por cima de cada barreira da mesma - para ter descoberto o fundamento da sobre-produção, a contradição fundamental do capital desenvolvido*"⁽⁶⁶⁾. Ao "*indicar*" que a "*tendência geral de prosseguir por cima de cada barreira*" do capital é contradita por "*uma limitação específica da produção*", contida nele, Marx diz que nem sempre o limite se apresenta como barreira, que haveria um limite para o

capital que ele não poderia transformar em próxima barreira. Se a desmedida que caracteriza o progresso infinito da acumulação define, num primeiro sentido, a medida da auto-valorização, esta também pode levar ao aparecimento de uma desmedida num segundo sentido, de perda de referência do processo de valorização no valor produzido sob condições capitalistas. Com isso, é *"descoberto o fundamento da sobre-produção, a contradição fundamental do capital desenvolvido"* que aparece como *"base imanente para...as crises"*.

Qual é exatamente, porém, esta segunda acepção de "desmedida" e qual sua relação com a *"sobre-produção"*? Como se determina o limite a que se vinculam as crises? Para responder a estas questões, é preciso retomar as condições da auto-valorização e da auto-mensuração do capital, ou seja, sua relação constitutiva com o trabalho vivo, fonte de valor. Vimos que justamente aí se configura o "fetichismo" do capital: como capital variável, o trabalho passa a fazer parte de uma totalidade que o engloba e o rebaixa a momento através do qual ela se determina - a relação de capital - de modo que a "substância" do valor aparece como "sujeito" do processo de formação e acumulação do próprio valor, dando a ele vida e poder. Nas palavras de Marx, *"o capital é o trabalho morto que só se vivifica vampirescamente, sugando trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais deste sugar"*(67).

Examinemos melhor esta metáfora, já citada anteriormente. O capital "suga" trabalho vivo porque dele se apropria ao comprar a mercadoria força de trabalho, ou seja, ao submeter formalmente esta a si - a "subsunção formal" descrita no item 16 desta tese, como a situação na qual o trabalhador "livre" é obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista e a produzir para este dentro de circunstâncias impostas por ele. Ao incluir assim o trabalho vivo como seu momento, como capital variável, o capital se apresenta como uma totalidade formalmente estabelecida, sendo pela formalidade desta subsunção que ele domina as condições de sua própria valorização e se apresenta como o "sujeito" deste processo. Por outro lado, no entanto, o poder *"vampiresco"* do capital revela sua dependência da vitalidade do trabalho, cuja objetivação constitui a "substância" do valor das

mercadorias, pois apenas *"sugando trabalho vivo"* o *"morto"* retorna à vida e nela permanece.

Além disso, conforme uma passagem importante dos "Grundrisse", o trabalho vivo, não-objetivado, é incluído como momento do capital total na medida em que é *"negativamente apreendido"*, isto é, enquanto *"exclusão completa da riqueza objetiva"*, pois é isto que o leva a submeter-se formalmente ao capital. Daí que ele não possa também incluir e rebaixar o capital a seu momento, compondo por seu lado uma totalidade por si mesma determinada, já que ele é despossuído dos meios materiais para produzir, ao se defrontar com a *"riqueza objetiva"* enquanto propriedade alheia que o domina. *"Positivamente apreendido"*, porém, o trabalho não-objetivado aparece *"como atividade...como a fonte viva do valor...como possibilidade universal da riqueza, que se afirma na ação enquanto tal"*. Enquanto vitalidade formadora do valor, ele é a "substância" da riqueza no mundo capitalista e tem uma *"existência subjetiva"* definida como *"negatividade referida a si"*, ou seja, é relação consigo mediada pela relação com seu outro, com o objeto sobre o qual trabalha e que transforma⁽⁶⁸⁾.

Assim, se ele é incluído formalmente na totalidade do capital a fim de criar valor para este e valorizá-lo, ele também constitui toda a "substância" do valor e da riqueza de que é composto o próprio capital, ele compõe também uma totalidade do ponto-de-vista substancial. Enquanto atividade, *"negatividade referida a si"* que produz valor, ele tem uma existência "subjetiva"; mas porque é formalmente subsumido ao capital, esta totalidade substancial não está formalmente posta, não se apresenta como algo determinado por si, que englobaria o capital como seu momento. Sua *"existência subjetiva"*, portanto, não se manifesta enquanto tal; a "substância" do valor não se determina como "sujeito", como totalidade auto-referente pelo lado do trabalho, mas pelo do capital que subordina formalmente o trabalho vivo. Daí que o capital assuma o caráter "fetichista" de "sujeito" a que se elevou a "substância" do valor de que ele se apropria. Daí também que o capital deva excluir o trabalho enquanto possibilidade de compor um todo pelo lado substancial da

criação de valor. Ele inclui em si o trabalho como momento - capital variável - e o exclui como totalidade potencial, como possibilidade da própria "*substância*" do valor tornar-se "*sujeito*" por si mesma. De outro modo, o capital não seria o "sujeito"; não denominaria as condições da sua auto-valorização; não estabeleceria o "fetichismo" pelo qual a "substância" impotente adquire, pela força dele, capacidade de se elevar a uma dimensão imensa.

Com a inclusão do trabalho enquanto momento e a exclusão dele enquanto totalidade potencial, completa-se a figura da oposição entre capital e trabalho, esboçada no item 14, e o capital revela, com isso, seu caráter em si contraditório⁽⁶⁹⁾. Pois, por um lado, ele depende do trabalho enquanto momento de sua auto-valorização, e assim a inclusão deste é seu rebaixamento a capital variável; mas, por outro lado, a exclusão do trabalho como possibilidade de tornar-se um todo pelo lado substancial é a negação deste justamente em tal aspecto substancial, isto é, "*positivamente apreendido*" como "*fonte viva do valor*". O capital depende desta fonte para se valorizar, desde que a inclua como momento, mas também a exclui como totalidade potencial, nega-a enquanto fonte de valor que possa ter a pretensão de se elevar, por si, de "substância" a "sujeito". Por isso, "*vampirescamente*", o capital vive por roubar a vida do trabalho, precisa desta para reviver e, no entanto, a suprime: o morto só volta à vida ao matar o vivo. Em outras palavras, o aspecto positivo do trabalho como atividade criadora de valor é necessário como momento do capital, mas deve ser negado por este enquanto possibilidade de constituição de um todo no qual ele mesmo fosse mero momento.

O caráter contraditório do capital se expressa, portanto, na duplicidade da afirmação e negação do trabalho vivo pelo morto. Na esfera da produção imediata, sob consideração neste capítulo, isto aparece no quadro dos processos que caracterizam a progressiva "*subsunção real*" do trabalho ao capital, em que a produção de mais-valia relativa conduz tendencialmente ao crescimento generalizado da produtividade do trabalho através do emprego de métodos que aumentam o volume e o valor dos meios de produção proporcionalmente aos da força de trabalho utilizada. "*É claro, então, que o maquinismo,*

como expande a mais-valia através do aumento da força produtiva do trabalho sempre às custas do trabalho necessário, produz este resultado por diminuir o número dos trabalhadores empregado por um capital dado. Ele converte uma parte do capital, que antes era variável, isto é, que se investia em força de trabalho viva, em maquinaria, ou seja, em capital constante, que não produz mais-valia"(70).

O problema consiste justamente em que o capital constante, em que foi convertido o capital variável, "*não produz mais-valia*". Ou seja, "*...a mais-valia não surge das forças de trabalho que o capitalista substitui pela máquina, mas, ao contrário, das forças de trabalho que ele empregou com ela. A mais-valia surge apenas da parte variável do capital"*(71). A tendência à negação do trabalho vivo pelo morto, subjacente ao aumento da produtividade do trabalho e à produção de mais-valia relativa, por sua vez possíveis devido à posição do capital como "sujeito" e subordinador formal e real do trabalho, resulta na substituição do trabalhador pela máquina e, com isso, na redução da fonte de valor e de mais-valia em geral.

Trata-se aqui, então, do problema da valorização, pela qual o capital se define e para a qual ele deveria estabelecer, enquanto "sujeito" deste processo, a medida adequada. Mas como se fixa, afinal de contas, esta medida? Marx diz: "*...vimos que a massa de mais-valia é determinada por dois fatores, a taxa de mais-valia e o número dos trabalhadores simultaneamente empregados. Dada a duração da jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção na qual a jornada trabalho se divide em trabalho necessário e mais-trabalho. O número dos trabalhadores simultaneamente empregados, por sua vez, depende da proporção entre a parte variável do capital e a constante"*(72). Das condições da auto-valorização do capital resultam as da sua auto-mensuração, isto é, os limites que ela fixa para si mesma em cada etapa do seu processo de acumulação. O valor novo criado neste processo depende de duas variáveis que se combinam para formar a medida: o número de trabalhadores empregado por um certo capital multiplicado pela taxa de mais-valia; a primeira, por sua vez, também resulta da

proporção entre a magnitude do capital constante e do capital variável, enquanto a segunda é dada pela proporção entre trabalho necessário e trabalho excedente.

Estas diferentes grandezas parecem, à primeira vista, dar-se independentemente uma da outra, de modo que suas combinações parecem definir-se casualmente. Mas as duas medidas que se compõem para estabelecer a medida da valorização - taxa de mais-valia e proporção entre capital constante e variável - são determinadas pelo mesmo processo de produção do capital e se alteram em função das tendências que nele se afirmam. *"Assim, na aplicação da maquinaria para a produção de mais-valia há [liegt] uma contradição imanente, pois que, dos dois fatores da mais-valia fornecida por um capital de grandeza dada, um dos fatores, a taxa de mais-valia, só é aumentada porque ela diminui o outro fator, o número de trabalhadores"*(73). A redução do tempo de trabalho necessário, para se obter mais-valia relativa, ocorre pelo aumento generalizado da parte constante do capital em relação à parte variável; para que cresça a taxa de mais-valia reduz-se a base sobre a qual ela opera; ou ainda, a mesma tendência da produção pelo capital leva a movimentos inversos nas duas medidas que se combinam para formar a medida da valorização.

Dá que nesta tendência haja *"uma contradição imanente"*, no sentido de que o mesmo se move em direções contrárias. Se tal conceito de "contradição" parece menos rigoroso do que o apresentado acima, deve-se ter em mente, contudo, que ele corresponde à manifestação daquele, enquanto necessidade do capital subordinar o trabalho vivo como seu momento de criação de valor e, por outro lado, de negá-lo enquanto vitalidade que poderia constituir por si um todo. Conforme esta negação, o capital se apresenta como "sujeito" que subsume realmente o trabalho, aumenta sua produtividade e permite a obtenção de mais-valia relativa; mas, conforme o aspecto da inclusão em si do trabalho capitalizado, o capital se apropria da fonte de valor que é ainda a medida deste. Por isso, *"O próprio capital é a contradição processual, pois obriga a reduzir a força de trabalho a um mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza"*(74).

Aqui se revela a raiz do problema da desmedida, na sua segunda acepção. O capital se configura como o todo formal da relação com o trabalho assalariado, aparecendo como "sujeito" que determina as condições de sua auto-valorização e delimita por si a medida desta. Mas como a totalidade que ele assim compõe é formal, ele ainda *"põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza"*. Como o trabalho é considerado parte do capital, parece que a medida por ele fixada o é pelo próprio capital, ou seja, que ele se auto-mensura enquanto "sujeito"; só que, também enquanto "sujeito", o capital simultaneamente eleva a produtividade do trabalho e, com isso, *"obriga a reduzir a força de trabalho a um mínimo"* e a restringir a base de sua valorização. Esta medida, resultante da junção das duas medidas diferentes que expressam os dois aspectos da relação contraditória do capital, parece deixar de valer devido justamente a esta contradição: *"Tão logo o trabalho em forma imediata cessa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho cessa e deve cessar de ser sua medida e, daí, o valor-de-troca [a medida] do valor-de-uso"*(75). As duas medidas entram em contradição e, ao invés da medida como resultante de sua combinação, levam à desmedida.

Elas não são independentes, porém, e sua junção não é fortuita ou exterior. Ao contrário, se elas se contradizem é porque são expressões diferentes de um mesmo todo contraditório, da "contradição processual" que configura o capital. Assim, a referência a si que permite a este sua auto-mensuração se inverte em perda de referência do processo de valorização no próprio capital. É este que pretende medir sua auto-valorização, através da inclusão da fonte a medida do valor com seu momento mas que, ao negá-la e reduzi-la, se impede de fazê-lo. A desmedida daí decorrente representa o contrário de *"sua tendência geral de prosseguir por cima de cada barreira"*, como dizia o texto citado na nota 66; *"indica que o capital contém uma limitação específica da produção - que contradiz"* esta tendência. Enquanto limite que não é necessariamente transformado em barreira, que não é posto como mero obstáculo a superar, portanto, a desmedida nesta segunda acepção é o

inverso da desmedida na primeira acepção, de progresso infinito e desenfreado da acumulação.

De acordo ainda com o texto da nota 66, ao "*indicar...a limitação específica*" do capital, se tem "*descoberto o fundamento da sobre-produção, a contradição fundamental do capital desenvolvido*". E justamente a perda de referência em si mesma da auto-valorização leva à "*sobre-produção*", isto é, à produção em excesso. Enquanto na circulação simples o excesso era possível em relação às necessidades de consumo, aqui o excesso se refere às necessidades do próprio capital, que é quem o determina enquanto tal, enquanto fruto da desmedida.

Não é que "*o tempo de trabalho cessa e deve cessar de ser sua medida*" de fato, e sim, melhor dizendo, que o tempo de trabalho posto pelo capital, pelo trabalho capitalizado como capital variável, passa a ser afetado pelas tendências opostas que surgem da pretensão do capital em tornar-se "sujeito" da valorização e da mensuração. O problema, então, é que o capital "*...pretende medir pelo tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas, e circunscrevê-lo nos limites exigidos para conservar enquanto valor o valor já criado. As forças produtivas e as relações sociais - ambos lados diferentes do desenvolvimento do indivíduo social - aparecem para o capital apenas enquanto meio, e são para ele somente meio, para produzir a partir de sua base [Grundlage] acanhada. De fato, porém, elas são as condições materiais para fazê-la ir pelos ares*"⁽⁷⁶⁾.

As "*gigantescas forças sociais*" criadas pelo capital enquanto "sujeito" têm de ser medidas pelo tempo de um trabalho cada vez mais reduzido em relação a elas, impondo a este o imperativo de "*conservar enquanto valor o valor já criado*" e ao mesmo tempo de criar mais-valia a partir desta última, ou seja, de "*produzir a partir de uma base acanhada*". Têm-se, com isso, os parâmetros para definir o excesso que caracteriza a "*sobre-produção*" mencionada: a necessidade de produzir valor novo e simultaneamente conservar o "*valor já criado*", objetivado nos equipamentos do capital constante. Esta questão será tratada e desenvolvida no capítulo 4 desta tese, onde procurarei precisar o

significado do excesso de capital nos quadros do estágio mais avançado da apresentação das categorias em "O Capital" e sua relação com o conceito de "crise" a ele correspondente. Por agora, incumbe finalmente apenas sublinhar que a desmedida e o excesso dela resultante estão presentes também nos vários contextos em que o capital aparece referido a si, ou seja, nas várias dimensões em que ele se distingue de si, ou em que ele manifesta suas múltiplas facetas, para em seguida buscar a reunião consigo através da harmonização destas diferenças, no limite sempre impossível, como se verá nos próximos capítulos.

18-

O que foi até agora exposto permite apreender as tendências opostas determinadas pela natureza contraditória do capital e, mais claramente, que elas resultam desta natureza e a ela pertencem. Nisto consiste, inclusive, o modo de apresentação e de análise das crises adotado por Marx: *"No conceito simples do capital devem estar contidas em si suas tendências civilizadoras etc.; não como na economia até aqui, aparecendo meramente enquanto conseqüências exteriores. Do mesmo modo, as contradições, que se liberarão depois, já devem ser demonstradas latentemente nele"*⁽⁷⁷⁾. Tanto o aspecto progressivo da acumulação e expansão quanto o das crises *"devem ser demonstradas latentemente nele"*, *"devem estar contidas em si"* já no *"conceito simples do capital"*, sem que seja preciso esperar desenvolvimentos dele em fases posteriores da apresentação sistemática. Chama a atenção a ênfase de Marx no caráter de "latência" ou do "em si" conforme o qual estas tendências são descritas, contrapondo-se a meras *"conseqüências exteriores"*. Que significado tem tal concepção de imanência, afirmado repetidamente, para a explicação da ocorrência de crises no sistema capitalista?

Trata-se, em outras palavras, de compreender até que ponto e em que sentido a explicação das crises avançou, com a consideração das determinações do *"conceito simples de capital"*, com o "capital em geral", em relação ao alcançando na esfera da circulação simples de mercadorias. Retomando sucintamente, para tanto, as conclusões

do capítulo 1 sobre isto, vimos que naquela esfera já se definia a possibilidade de crise, mas como uma instância separada de sua existência, ou seja, sem que se explicitasse a passagem de uma à outra. Assim, *"Não se pode dizer...que a forma abstrata da crise seja a causa da crise. Se se perguntar por suas causas, então se quer saber por que sua forma abstrata, a forma de sua possibilidade, passa [wird] da possibilidade para a efetividade"*(78). O que faltava ali era a *"causa da crise"* que permitisse conceber a efetividade dela como resultado de sua possibilidade, sendo por esta ausência que a forma da crise estabelecida pela metamorfose da mercadoria é chamada de *"abstrata"* por Marx, isto é, separada das condições de sua passagem à existência efetiva.

A qualificação de *"abstrato"* - de algo distinto do concreto da efetividade - indica também o que significa a *"forma da crise"*, característica desta possibilidade: *"Possibilidade geral e abstrata da crise - não significa senão a forma mais abstrata da crise, sem conteúdo [Inhalt], sem motivo pleno de conteúdo para a mesma"*(79). A crise é *"formal"* aqui por contraposição ao *"conteúdo"* do qual a forma estaria ainda carente, identificando-se este *"conteúdo"* com a *"causa"*, com o *"por que sua forma abstrata, a forma de sua possibilidade, passa...para a efetividade"*, nas palavras do texto citado antes. A metamorfose da mercadoria já era presidida por um conteúdo, porém, a saber, a necessidade de vender para comprar, o objetivo de obter dinheiro para adquirir os bens desejados para o consumo de cada produtor autônomo. Se este movimento não é uma pura forma sem conteúdo, então como se entende que o texto acima diga aparentemente o contrário?

Marx esclarece que *"Não pode existir nenhuma crise, sem que a compra e a venda se separem uma da outra e entrem em contradição ou que apareçam as contradições contidas no dinheiro como meio de pagamento; sem que, portanto, a crise se manifeste [hervortritt] na forma simples - a contradição de compra e venda, a contradição do dinheiro como meio de pagamento. Mas estas são meras formas - possibilidades gerais das crises, então também formas, formas abstratas da crise efetiva. Nela aparece o ser-aí da*

crise em suas formas mais simples e, nesta medida, em seu conteúdo mais simples. Mas ele não é ainda conteúdo fundado [begründeten]"(80). O vender para comprar representa o "conteúdo mais simples", que "não é ainda conteúdo fundado"; por isso, a crise aparece na metamorfose das mercadorias como algo que simplesmente existe, mero "ser-aí", enquanto que, como resultado do "conteúdo fundado", ela se constitui numa existência "efetiva", determinada justamente por este fundamento.

A diferença fica clara se lembrarmos de um ponto importante discutido no item 14: a "subjetividade" do capital implica dar à "substância" do valor uma forma-valor - a força de trabalho é mercadoria - e, assim, presidir o movimento destas formas para realizar o objetivo de valorização e constituição de si; neste sentido, tal conteúdo "funda" as metamorfoses das formas-valor como algo determinado essencialmente pela *"relação privada do capital consigo mesmo"*, ou seja, *"contido em si"* no capital e manifestando-se a partir de sua interioridade. Como este é contraditória, por outro lado, o aspecto de auto-negação constitutivo do capital determina também a tendência à crise, que "funda" algum tipo de anormalidade no processo da metamorfose; *"As contradições desenvolvidas na circulação de mercadorias e, em seguida, na circulação do dinheiro - com isso, possibilidades de crise - se reproduzem por si mesmas no capital, pois, de fato, a circulação desenvolvida de mercadorias e de dinheiro só se realiza sobre a base do capital"(81).*

Desta maneira, enquanto o conteúdo da circulação simples - o vender para comprar e o consumo - se define fora da esfera de atuação do valor, o conteúdo da produção capitalista se define dentro desta esfera e até a expande, pois a auto-valorização implica a acumulação de capital. Por isso, como "sujeito" que tem em si próprio seu fim e forças para adequar suas formas de existência à realização dele, o capital é o *"conteúdo fundado"*, o interior a partir do qual se exteriorizam as determinações contraditórias, inclusive a crise. Ou seja, não é possível *"explicar"* a ocorrência de crises no quadro categorial da circulação simples, que fornece apenas sua forma geral mas não a *"causa"* que

as fazem irromper, de modo que elas permanecem uma *"possibilidade formal"*; quando o conteúdo não se define mais do exterior, e sim do interior da esfera do valor, porém, ele é *"conteúdo fundado"* na subjetividade do capital e fundante, por sua vez, da manifestação das tendências opostas que dele resultam.

Na medida em que as determinações da circulação simples se increvem nas do capital em geral e destas recebem um fundamento, a crise muda de sentido: não é mais a satisfação das necessidades dos produtores individuais de mercadorias que está em perigo devido à dificuldade em realizar as trocas, e sim a própria valorização do capital que é ameaçada; e como este se define justamente pela auto-valorização, trata-se da negação do capital pelas tendências desenvolvidas por ele mesmo, trata-se de auto-negação do capital, contraposta à sua auto-posição. *"Vê-se, daí, a enorme insipidez dos economistas que, depois de não poderem mais desconsiderar [wegräsonieren] o fenômeno da sobreprodução e das crises, contentam-se com que naquelas formas esteja dada a possibilidade de que irrompam crises, de que seja casual, portanto, que elas não irrompam e que, com isso, sua irrupção mesma apareça como mero acaso"*(82).

Conclue-se, desta crítica de Marx, que ele próprio não considera as crises como uma casualidade, como resultado de uma possibilidade que se realizou assim como poderia não ter ocorrido. Elas não são um *"mero acaso"* para ele, porque se baseiam numa característica imanente do capital; mais ainda, elas mesmas expressam um de seus aspectos opostos e constitutivos, a saber, a auto-negação. Por isso não basta agora simplesmente registrar que elas podem ou não acontecer, não é suficiente o entendimento que descobre sua possibilidade sem penetrar no *"fundamento"* ou *"causa"* de sua efetivação; elas devem ser concebidas exatamente enquanto *"efetividade"*, isto é, efeito de uma *"causa"* determinada. E então esta aparece, por sua vez, como possibilidade no sentido de *"potência"*, de capacidade ou força para criar tal efeito, possuindo, deste modo, uma dimensão real correspondente à existência efetiva do próprio capital *"em geral"* que é seu *"fundamento"*.

Abstraindo-se as condições externas que podem eventualmente se associar a esta potência inerente à natureza do capital para colaborar com ela ou enfraquecê-la, esta disposição tende a tornar-se efetiva a partir de si mesma. O que assim se determina, porém, neste nível da constituição do capital em geral é a propensão a criar mais-valia relativa e a subordinar realmente o trabalho ao capital através do aumento na proporção de capital constante face ao variável: *"...na aplicação da maquinaria para a produção de mais-valia há uma contradição imanente, pois que, dos dois fatores da mais-valia fornecida por um capital de dada grandeza, um dos fatores, a taxa de mais-valia, só é aumentado porque ela diminui o outro fator, o número de trabalhadores"*(83). Em outras palavras, a *"contradição imanente"* consiste em uma tendência única que leva igualmente a resultados opostos - à auto-mensuração do capital, condição de sua existência e expansão, e à desmedida enquanto perda de referência em si, donde surge a crise.

Ambos resultados são determinados pela mesma "subjetividade" fundante do capital, ambos estão presentes nele. Daí o comentário de Marx: *"Os economistas que, como Ricardo, concebem a produção como imediatamente idêntica à auto-valorização do capital...somente vêem o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento da população industrial - a oferta sem consideração à demanda - tendo apreendido, daí, mais correta e profundamente a essência positiva do capital do que os que, como Sismondi, enfatizam as barreiras do consumo e do círculo dado dos equivalentes, embora o último tenha concebido mais profundamente a limitação [Borniertheit] da produção fundada sobre o capital, sua unilateralidade negativa. O primeiro, melhor sua tendência universal e o segundo, sua restrição [Beschränktheit] específica"*(84). A parcialidade destas duas vertentes da economia política, isoladamente plausíveis, só evidencia, quando elas são tomadas em conjunto, a ambigüidade profunda do capitalismo, expressada por seus movimentos contraditórios.

O que é real e não mais só formalmente possível, o conteúdo que se deve manifestar a partir da interioridade do capital, é a totalidade dos dois aspectos opostos que,

com sua presença simultânea, se constituem em "*contradição imanente*" do capital. Mas como pode-se tornar efetiva esta contradição enquanto contradição? A resposta, inicialmente, parece formulada num conhecido texto em que Marx trata dos problemas enfrentados já pela metamorfose da mercadoria: "*O desenvolvimento da mercadoria não suprime estas contradições, mas cria a forma na qual elas podem se mover. Este é o método, em geral, pelo qual as contradições efetivas se resolvem. É uma contradição, por exemplo, que um corpo constantemente caia em outro e também constantemente se afaste dele. A elipse é uma das formas de movimento na qual esta contradição tanto se realiza quanto se resolve*"⁽⁸⁵⁾. No caso do "capital em geral", a "*forma de movimento*" da contradição seria um desenvolvimento da produção em que simultaneamente se amplia a taxa de valorização e se reduz a base sobre a qual esta incide, conforme vimos anteriormente.

Mas se nesta forma a "*contradição tanto se realiza como se resolve*", isto não quer dizer que ela a elimine: também este desenvolvimento "*não suprime as contradições*", repondo-as diferentemente e de modo mais concreto nas novas formas. No tipo de produção descrito acima permanecem as duas tendências opostas, que se "*resolvem*" exatamente porque permanecem. Cada uma delas, no entanto, considerada isoladamente, está contida potencialmente na natureza do capital, de maneira que tanto a auto-mensuração bem sucedida quanto a perda de referência em si mesmo do capital são manifestações do que é inerente à sua natureza, estão fundadas essencialmente nela e não em um fator contingente qualquer, num acaso ou acidente imprevisto. Ou seja, enquanto efetivação de uma potência própria do capital, são ambas, de certo modo, necessariamente determinadas. Se a "necessidade" for definida, entretanto, como o que não pode ser de outro modo, como aquilo cujo contrário é impossível, surge a dificuldade seguinte: ao explicar a ocorrência de crises pela disposição inerente do capital para isso, tem-se como obstáculo o fato de que ele também tem uma disposição igualmente fundamental para a não-ocorrência delas.

A forma com que esta dificuldade também se resolve e se repõe só pode-se apresentar, porém, com seu desenvolvimento. Mais exatamente, ela é apenas indicada neste nível da apresentação categorial. Marx diz que, em relação às crises, *"O mero processo de produção [imediato] do capital não pode em si acrescentar aqui nada de novo. Para que ele exista em geral, são supostas suas condições. Assim, na 1ª Seção sobre o capital - o processo imediato de produção - não advém nenhum novo elemento da crise. Em si, isto está contido nele, porque o processo de produção [é] apropriação e, daí, produção de mais-valia. Mas no próprio processo de produção isto não pode aparecer, porque nele não se fala da realização do valor não apenas reproduzido, e sim se fala da mais-valia. Emergir, a coisa só pode no processo de circulação, que é simultaneamente em si e por si processo de reprodução"*(86). O objeto de análise deste capítulo 2, a produção imediata pelo capital, já tem a determinação da crise *"em si...contida nele"* devido às contradições inerentes à *"produção de mais-valia"*, como vimos. Mas nesta esfera a crise *"não pode aparecer, porque nela não se fala da realização"*, isto é, da venda das mercadorias produzidas, que é o momento problemático na metamorfose das formas-valor. A crise só pode *"aparecer"*, portanto, retomando sua forma de interrupção no movimento de circulação de mercadorias, pois *"não pode existir nenhuma crise, sem que a compra e a venda se separem uma da outra"* como dizia o texto citado na nota 80; mas nestas mercadorias já vai embutida uma mais-valia, elas são formas do capital e, por isso, a circulação aqui é apenas o lugar de aparecimento do que é determinado *"em si"* pelo capital na produção imediata, no momento de sua constituição através da auto-valorização.

Assim, trata-se agora da circulação do capital, e não mais meramente do valor, circulação que *"é em si e por si processo de reprodução"*, meio para a auto-valorização. Neste contexto, a "crise" muda novamente de significado. Para apreendê-lo e avançar do momento que contém *"em si"* a crise para o de sua *"emergência"*, portanto, é preciso passar à análise destes processos.

Notas do Capítulo 2:

- 1)- K, I, 161; grifo meu. (C, I 1, p. 125).
- 2)- *"Nós já vimos no dinheiro, e isto se manifesta no entesouramento, que o aumento do dinheiro e a multiplicação do mesmo [é] o único processo da forma da circulação no qual o dinheiro é fim para si mesmo (Selbstzweck)..."* [Grundrisse, 935]. Mas enquanto tesouro, "o dinheiro é, de fato, em sua função, apenas meio de circulação suspenso" [Grundrisse, 929], de modo que "Enquanto o dinheiro permanece como tesouro, ele não funciona como valor-de-troca, ele é somente imaginário. ... A mesma grandeza de valor, que antes existia na forma de mercadoria, existe então na forma de dinheiro; ele se acumulou nesta última forma, porque se renuncia a ela na outra. Se ele for realizado, ele desaparece no consumo" [Grundrisse, 935]. Valor retirado da circulação, o dinheiro entesourado não representa verdadeira criação de valor; embora seja valor como fim de si mesmo, não é ainda capital. É a diferente forma de circulação que fará dele capital, como diz a seqüência do texto.
- 3)- K, I, 163. (C, I 1, 126). A análise que o próprio Marx faz desta transição básica, neste ponto, é a seguinte: *"Consideremos mais de perto a circulação D-M-D. Ela percorre, do mesmo modo que a circulação simples de mercadorias, duas fases opostas. Na primeira fase, D-M, compra, o dinheiro é transformado em mercadoria. Na segunda fase, M-D, venda, a mercadoria é transformada de volta em dinheiro. Mas a unidade de ambas as fases é o movimento total que troca dinheiro por mercadoria e a mercadoria mesma novamente por dinheiro, compra mercadoria para vendê-la ou, se se desprezar as diferenças formais de compra e venda, compra mercadoria com o dinheiro e dinheiro com mercadoria"*. [K, I, 162. (C, I 1, 126)].
- 4)- K, I, 164. (C, I 1, 127).
- 5)- K, I, 164. (C, I 1, 127).
- 6)- K, I, 165. (C, I 1, 128).
- 7)- K, I, 174. (C, I 1, 134).
- 8)- *"A formação de mais-valia e, daí, a transformação de dinheiro em capital, não pode ser explicada, assim, porque os vendedores vendem as mercadorias acima de seus valores, e nem porque os compradores as compram abaixo de seus valores"* [K, I, 175, (C, I 1, 135)], conclui Marx, depois de examinar estas possibilidades e demonstrar a inconsistência de ambas, pois o vendedor que obtivesse um lucro extra o perderia depois, quando passasse a comprador, e vice-versa. Cf. K, I, 175. (C, I 1, 134-135).
- 9)- K, I, 179-180. (C, I 1, 137-138).
- 10)- K, I, 180. (C, I 1, 138).
- 11)- Grundrisse, Urtext von "Zur Kritik der Politischen Oekonomie", 945. A expressão "para nós" empregada no texto ressoa à terminologia hegeliana, mas se para Hegel ela significa o Espírito Absoluto que se recorda dos momentos de sua auto-constituição e sabe qual o papel e a importância de cada um neste processo, em Marx ela indica mais o conhecimento de "seus próprios limites" pela "apresentação dialética", a consciência de que esta não é uma simples dedução de conceitos, que são também obtidos pela consideração das circunstâncias históricas específicas da realidade que os conceitos devem representar. Trata-se de um "nós" que se coloca para além e fora da exposição imanente. Sobre esta necessidade do pressuposto histórico para superar a dificuldade a que chegou a apresentação categorial, diz Reichelt: *"...de nenhuma maneira Marx identifica a seqüência histórica das categorias com aquela que elas 'possuem seqüencialmente na moderna sociedade burguesa'. Desta última trata-se sem dúvida na interpenetração do capitalismo, que só é passível de um trabalho teórico na forma da exposição dialética, quando ele está plenamente desenvolvido..."* [op. cit., 227] e depois, *"No capitalismo desenvolvido, o possuidor de dinheiro, que quer valorizar seu dinheiro enquanto capital, parte desta situação como de algo dado, assim como o trabalho teórico do capitalismo na figura da apresentação dialética das categorias, que simultaneamente acompanha este possuidor de dinheiro, só é possível sob*

esta condição..." [idem, 252]. Também Berger afirma, sobre este ponto, "*Naturalmente, a constituição histórica do objeto é pressuposto da possibilidade de sua investigação sistemática*" [Krise und Kapitalismus bei Marx, 79] e mais adiante, especificamente sobre a dificuldade do surgimento do capital em condições de troca de equivalentes: "*Marx resolve esta antinomia com uma consideração teórico-histórica revolucionária...*" [idem, 162].

12)- K, I, 181.(C, I 1, 138-139).

13)- K, I, 184. (C, I 1, 141).

14)- K, I, 183. (C, I 1, 140). O processo histórico que faz o trabalhador aparecer como "livre", despojado das "coisas necessárias para a efetivação", desta, é o que Marx descreve no capítulo 24 do livro I de "O Capital", com o nome de "acumulação originária": "*O processo que cria a relação de capital não pode, assim, ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade de suas condições de trabalho, um processo que converte, por um lado, os meios sociais de vida e de produção em capital e, por outro, o produtor imediato em trabalhador assalariado. A assim chamada acumulação originária não é, assim, senão o processo histórico de separação de produtor e meio de produção. Ela aparece enquanto 'originária', porque forma a pré-história do capital e do modo de produção a ele correspondente*". [K, I, 742. (C, I 2, 262)]. Mais especificamente, "*Na história da acumulação originária fazem época todas as reviravoltas que servem de alavanca para a classe capitalista que se formava; principalmente, porém, os momentos nos quais grandes massas de gente foram repentina e violentamente arrancadas de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários. A expropriação do produtor agrícola, do camponês, da terra e do solo forma a base de todo o processo*" [K, I, 744. (C, I 2, 263)]. Assim, "*Com a parte liberada da população rural são também liberados seus antigos meios de nutrição. Eles se convertem agora em elemento material do capital variável. O camponês posto na rua deve adquirir o valor deles com seu novo senhor, o capitalista industrial, na forma de salário. Assim como com os meios de vida, ocorre com a matéria-prima agrícola local da indústria. Ela se torna elemento do capital constante*" [K, I, 773-774.(C, I 2, 282)]. Mais ainda, "*A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera, com os trabalhadores, seus meios de vida e seu material de trabalho para o capital industrial; ele cria o mercado interno*" [K, I, 775. (C, I 2, 283)]. O que distingue a forma originária da acumulação daquela própria ao sistema já formado é que esta última se baseia primordialmente na coação econômica ao trabalho do produtor direto, pois a única mercadoria que ele tem para vender é a força de trabalho, enquanto que a originária ainda se dá em condições de violência para realizar a expropriação inicial: "*Poder imediato extra-econômico é, de fato, ainda sempre empregado, mas só excepcionalmente. No curso costumeiro das coisas, o trabalhador pode ser abandonado às 'leis naturais da produção' isto é, à sua dependência do capital, decorrente das próprias condições da produção e por elas garantida e eternizada. Diferentemente durante a gênese histórica da produção capitalista*" [K, I, 765. (C, I 2, 277)]. O trabalhador pode ser "livre" no capitalismo, porque é forçado a trabalhar por necessidade basicamente econômica, já que perdeu a propriedade dos meios de produção; mas para que isso ocorra, a expropriação original deve ser violenta. Por isso "*A violência é a parceira daquela velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica*" [K, I, 779. (C, I 2, p. 286)].

15)- Grundrisse, 148.

16)- "*O produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Seu uso, como o de qualquer outra mercadoria, por exemplo, de um cavalo que ele aluga por um dia, pertence a ele pelo dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria*" [K, I, 200. (C, I 1, 154)].

17)- Theorien, III, 481. (Teorias, III, 1529). Cf. também: "*Dinheiro e mercadoria não são desde o início capital, tão pouco como meios de produção e de vida. Eles precisam da transformação em capital. Esta transformação mesma, porém, só pode ocorrer sob determinadas condições que apontam para: dois tipos muito diferentes de possuidores de mercadorias devem se confrontar e por em contato; de um lado, o proprietário de dinheiro, meios de produção e de vida, para quem a soma de valor por ele apropriada vale (gilt) para valorizar, através da aquisição da força de trabalho alheia; de outro lado, o trabalhador livre, vendedor da própria força de trabalho e, daí, vendedor de trabalho... Com esta*

- polarização do mercado de mercadorias estão dadas as condições básicas da produção capitalista" [K, I, 742. (C, I 2, 262)].
- 18)- Grundrisse (Urtext), 942.
- 19)- K, I, 189. (C, I 1, 144).
- 20)- K, I, 192. (C, I 1, 149).
- 21)- K, I, 188. (C, I 1, 143). Mais especificamente, "*O valor-de-uso...só pode ser o valor-de-uso a partir do qual o próprio valor de troca se constitui, se produz e aumenta. Isto, porém, é somente o trabalho. A própria potência de trabalho é o valor-de-uso cujo consumo coincide imediatamente com a objetivação do trabalho, portanto, com a posição do valor-de-troca. Na circulação simples, o conteúdo do valor-de-uso era indiferente, caía fora da relação econômica. Aqui ele é momento econômico essencial da mesma. ...A condição da transformação de dinheiro em capital é que o proprietário do dinheiro possa trocar dinheiro pela potência de trabalho alheio*" [Grundrisse, Urtext, 944-945].
- 22)- "*O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado através do tempo de trabalho necessário para a produção e também para a reprodução deste artigo específico. Na medida em que (é) valor, a própria força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada de trabalho social médio objetivado nela*" [K, I, 184-185. (C, I 1, 141)]. Ou ainda, "*O tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho se resolve (auflöst) no tempo de trabalho necessário para a produção destes meios de vida necessários para o sustento de seu possuidor*" [K, I, 185. (C, I 1, 141)]. Este "sustento" não é reduzido por Marx à simples reposição de energia, a um dado meramente físico. Ele acrescenta: "*As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes conforme as peculiaridades climáticas e de outra natureza de um país. Por outro lado, o conjunto das chamadas necessidades obrigatórias, bem como do tipo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende em grande parte, daí, do nível cultural de um país; entre outras coisas, também essencialmente de sob quais condições e, assim, com quais costumes e exigências de vida a classe dos trabalhadores livres se constituiu*" [K, I, 185. (C, I 1, p. 141)].
- 23)- K, I, 207-208 e 209, respectivamente. (C, I 1, 159 e 161, respectivamente).
- 24)- O capital industrial é o único que deve ser considerado aqui, conforme Marx: "*Entende-se, daí, porque em nossa análise da forma fundamental (Grundform) do capital, a forma na qual ele determina a organização econômica na sociedade moderna, suas figuras populares e, por assim dizer, antediluvianas, capital comercial e capital a juros, permanecem a seguir completamente fora de consideração. No verdadeiro capital comercial, a forma D-M-D', comprar para vender mais caro, aparece de modo mais puro. Por outro lado, todo o seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas como é impossível explicar a transformação de dinheiro em capital, a formação da mais-valia, a partir da própria circulação o capital comercial aparece como impossível na medida em que são trocados equivalentes, (sendo) daí, dedutível a partir do duplo prejuízo dos produtores de mercadorias, compradores e vendedores, pelo comerciante introduzido parasiticamente entre eles. Neste sentido, diz Franklin: 'A guerra é roubo, o comércio é roubalheira'. Se a valorização do capital comercial não pode ser explicada a partir da simples roubalheira dos produtores de mercadorias, então é preciso para isso uma longa seqüência de termos mediadores (Mittelgliedern) que aqui, onde a circulação de mercadorias e seus momentos simples constituem nosso único pressuposto, falta ainda totalmente*" [K, I, 178-179. (C, I 1, 136-137)].
- 25)- K, I, 231. (C, I 1, p. 176).
- 26)- Grundrisse, 170.
- 27)- Esta distinção se remete à crítica de Marx a Ricardo: "*Em vez de trabalho, ele deveria ter falado da força de trabalho. Mas, com isso, o capital teria se apresentado como as condições objetivas (sachlichen) de trabalho que se defrontam ao trabalhador enquanto poder autonomizado. E o capital teria logo se apresentado enquanto relação social determinada. Para Ricardo, ele se distingue apenas como 'accumulated labour' do 'immediate labour'. E é uma simples coisa, simples elemento no processo de trabalho, do qual a relação de capital e trabalho, 'wages and profits' jamais pode ser desenvolvida*

[Theorien II, 403. (Teorias II, 832-833)]. Nesta passagem, pode-se perceber o aspecto que Marx considera positivo em Ricardo, isto é, que o capital é concebido enquanto produto do trabalho objetivado ('accumulated'); o aspecto negativo é que Ricardo considera o capital como "coisa", o 'stock' dos meios de produção, tendo perdido de vista, para Marx, a razão pela qual o trabalho é contraposto aos meios de produção, não podendo explicar a origem da mais-valia e definir o capital como valor que se valoriza, verdadeira "acumulação".

28)- A importância metodológica e o significado do conceito de "capital em geral" foram destacados basicamente por Rosdolsky (*Zur Entstehungsgeschichte des marxschen 'Kapital'*, de 1968). Trata-se da primeira e fundamental forma de apreensão do capital. Se este existe efetivamente enquanto multiplicidade de capitais que se relacionam principalmente através da concorrência, o que Marx busca inicialmente é o elemento comum a todo e qualquer capital, que o define "em si". Este elemento comum é que o capital se constitui pela relação com o trabalho assalariado e pela apropriação da mais-valia criada por ele, que é a "relação de capital" referida em vários textos de Marx e que faz do processo de produção imediata o primeiro passo da investigação sobre o "capital em geral". Rosdolsky destaca, especialmente no cap. 2 de seu livro, que este "capital em geral" não é uma abstração subjetiva, de acordo com Marx, existindo como capital de toda a sociedade, como o "que se acumula nos bancos ou que é distribuído por estes" ou que "forma através de 'loans' um 'level' entre diversos países (Grundrisse, 353).

29)- Grundrisse, 192-193.

30)- Segundo Rosdolsky, a objeção remonta a Tugan-Baranowsky e, mais recentemente, encontra eco em Rudolf Schlesinger (Marx: his time and ours, 1950, 96-97); Ruy Fausto localiza também uma concepção errônea em Benetti e Cartelier (Marchands, Salarariat et Capitalistes, 1980). A resposta de Rosdolsky (op. cit., capítulo 9), de Ruy Fausto (op. cit., vol. I, capítulo 4) e também de Reichelt (op. cit., 227-243) é semelhante, independentemente de diferenças menores. Rosdolsky enfatiza que Marx não pensa em dois modelos distintos, um vigente na sociedade mercantil pré-industrial e outro na capitalista, mas que, no entendimento desta última, descobre as leis mais abstratas e internas a partir das quais se eleva às formas mais concretas e externas, dentro do programa estabelecido na Introdução de 1857. Reichelt vai além, dizendo que as determinações da circulação simples não são negadas pelas do capital, mas ultrapassadas por elas, retomando o sentido da expressão hegeliana 'Aufhebung': a circulação simples é negada enquanto algo autônomo, mas conservada enquanto momento do processo maior da produção capitalista, já que esta busca não só manter como valorizar o valor (cf. op. cit., 248-249). Ruy Fausto também vai nesta direção ao afirmar que o objeto da Seção I de "O Capital" já é o capitalismo, reconstituído a partir de um nível ainda abstrato que depois é superado com as determinações mais complexas da apresentação do capital. A circulação simples não é pré-história do capitalismo, mas sua aparência, da qual ele é a essência (cf. op. cit., vol I, 178-190). Finalmente, uma concepção semelhante é exposta por Berger (Krise und Kapitalismus bei Marx, pp. 117-119), para quem a circulação simples também é uma forma abstrata da produção capitalista, cuja investigação deve começar com a forma-mercadoria sob a qual os indivíduos se sociabilizam trocando seus produtos.

31)- Theorien, III, 69. (Teorias, III, 1129).

32)- Grundrisse, (Urtext), 922-923.

33)- A igualdade dos possuidores de mercadorias uns com os outros vem justamente da capacidade para trocar que a propriedade das mercadorias lhes confere e também de que se pressupõe serem trocados equivalentes: "...na circulação simples enquanto tal (no valor-de-troca em seu movimento) a ação dos indivíduos uns sobre os outros é, de acordo com seu conteúdo, apenas recíproca satisfação interessada de suas necessidades, (e) de acordo com sua forma, troca, o estabelecer como iguais e equivalentes..." [Grundrisse, 148]. E daí, "Na medida, então em que esta diversidade natural dos indivíduos e das mercadorias dos mesmos...forma o motivo para a integração dos indivíduos, para sua relação social como permutadores, na qual eles se pressupõem e comprovam como iguais, acrescenta-se à determinação da igualdade ainda a da liberdade" [Grundrisse, 155], com o que se completa a "Trindade burguesa de propriedade, liberdade e igualdade" (citado por Reichelt, op. cit., 234).

- 34)- K, I, 208, grifos meus. Cf. também: *"O capitalista paga o valor e, respectivamente, o preço da variante da força de trabalho e recebe em troca a própria disponibilidade sobre a força de trabalho vivo. Seu usufruto desta força de trabalho se divide em dois períodos. Durante um período o trabalhador produz apenas um valor=valor de sua força de trabalho, portanto só um equivalente. Pelo preço adiantado da força de trabalho, o capitalista recebe, assim, um produto do mesmo preço. É como se ele tivesse comprado o produto pronto no mercado. Inversamente, no período do mais-trabalho o usufruto da força de trabalho forma valor para os capitalistas, sem custar a ele um valor correspondente. Ele tem esta fluidificação da força de trabalho de graça. Neste sentido, pode-se chamar o trabalho excedente de trabalho não-pago"* [K, I, 556. (C, I 2, 123-124)].
- 35)- Grundrisse, 159.
- 36)- Grundrisse, 194-195.
- 37)- K, I, 609. (C, I 2, 166).
- 38)- K, I, 609. (C, I 2, 166).
- 39)- K, I, 609-610. (C, I 2, 166).
- 40)- Grundrisse, 182-183; o final deste texto já foi citado no corpo da nota 19 deste capítulo. Cf. também: *"...o valor e o trabalho entram numa relação na qual eles mesmos se relacionam (beziehen) um ao outro e se diferenciam um do outro, não permanecendo um ao lado do outro como indiferentes (gleichgültige Indifferente)".* [Grundrisse, 217].
- 41)- Grundrisse, 205.
- 42)- Grundrisse, 205. Neste sentido, Marx também diz: *"Na medida em que expomos os diversos papéis que os diversos fatores do processo de trabalho desempenham na formação do produto de valor, caracterizamos de fato as funções das diversas parte componentes do capital em seu próprio processo de valorização. ...Meios de produção, de um lado, força de trabalho, de outro, são apenas as formas de existência que o valor do capital original adotou ao se despir de sua forma-dinheiro e se transformar nos fatores do processo de trabalho"* [K, I, 223. (C, I 1, 171)].
- 43)- K, I, 223-224. (C, I 1, 171).
- 44)- K, I, 247. Voltarei à análise desta metáfora no item 17.
- 45)- K, I, 167. (C, I 1, 129). Cf. *"O valor-de-uso não é em geral a coisa 'qu'on aime pour lui même' na produção de mercadorias. Os valores-de-uso são aqui produzidos em geral (überhaupt), porque e na medida em que eles são substrato material, portadores do valor-de-troca"* [K, I, 201. (C, I 1, 155)] e ainda, *"O valor...existe apenas em um valor-de-uso, em uma coisa. ...Mas, assim como é importante para o valor existir em um valor-de-uso qualquer, é indiferente em qual ele existe, como mostra a metamorfose das mercadorias"* [K, I, 217. (C, I 1, 167)].
- 46)- Neste raciocínio de Marx tem-se nova ressonância da "Lógica da Essência" de Hegel, mais especificamente da relação entre "exterior e interior", que antecede justamente o capítulo sobre a Efetividade. Correndo o risco de resumir demais a rica e complexa argumentação hegeliana, trata-se do momento em que a essência se determina enquanto interior, face ao qual o ser se determina enquanto exterior ou fenômeno, forma de aparecimento. Inicialmente ambos se apresentam como diversos, não-determinados pela relação entre si, como se esta relação fosse só uma matéria comum, indiferente à forma específica de cada um; ou seja, matéria apenas, que não determina a forma de um enquanto "exterior" e a do outro enquanto "interior", e nem é determinada por estas formas. *"Eles são, deste modo, as determinações de forma diversas, que não têm em si mesmas, mas em um outro, sua base idêntica"* [HEGEL, op. cit., vol. II, 180-181]. Mas como o interior só se determina enquanto tal por não ser o exterior, e este por não ser o interior, cada um se relaciona consigo mesmo apenas através da relação com seu outro; para determinar-se cada um forma uma totalidade que inclui o outro como momento, o que corresponde à forma da "oposição", já examinada na nota 31 do cap. 1 desta tese. Ocorre, assim, a passagem da diversidade para a oposição entre o interior e o exterior, que se determinam reciprocamente, isto é, que são determinados por sua relação como formas em que se opõem

a essência e o ser, ou a essência e sua forma de existência. Esta relação não é mais só uma matéria comum, mas, sendo, determinante, é chamada por Hegel de "conteúdo". O conteúdo, assim, é o que diferencia e identifica especificamente cada forma em sua oposição mútua; é o que mostra como a essência interior determina a forma de existência exterior e, inversamente, a existência determina a essência ao imprimir a esta uma forma [cf., idem, 184-185]. Marx enxergou no capital uma estrutura semelhante ao conteúdo hegeliano, pois o interior-valor, ao ser transformado em "fim de si mesmo", determina as formas-mercadoria e -dinheiro como formas necessárias de seu aparecimento exterior, justamente porque a "substância" do valor adota uma forma-valor específica - de mercadoria. Cf. *"Na medida em que o capital ... entra em processo com o trabalho não-objetivado, mas vivo, existente enquanto processo e ato, ele é, em primeiro lugar, esta diferença qualitativa entre a substância, na qual ele consiste, e a forma, na qual ele também consiste...Ele é o processo desta diferenciação e a superação da mesma, na qual o próprio capital se torna processo"* [Grundrisse, 205]. *"Na circulação simples, a própria substância da mercadoria e do dinheiro era indiferente para a determinação da forma, isto é, na medida em que mercadoria e dinheiro permaneciam momentos da circulação...Mercadoria e dinheiro eram ambos expressão do valor-de-troca e apenas diversos enquanto valor-de-troca geral e específico... A diferença era só formal. Cada um era posto em uma determinação, somente porque e na medida em que não era posto na outra. Agora, porém, no processo de produção, o próprio capital se diferencia, enquanto forma, de si enquanto substância. Ele é simultaneamente ambas determinações e, simultaneamente a relação de uma com a outra"* [Grundrisse, 208-209].

47)- K, II, 109. (C, II, 78).

48)- K, I, 169 e 168-169. (C, I 1, 130-131 e 130, respectivamente). Grifos meus.

49)- K, I, 169. (C, I 1, 130). Cf. também, *"Mas o todo da circulação, considerado em si, repousa em que o mesmo valor-de-troca, o valor-de-troca enquanto sujeito, se põe ora enquanto mercadoria, ora enquanto dinheiro, e é inclusive o movimento de se colocar nesta dupla determinação e de se manter em cada uma delas como em seu contrário, na mercadoria enquanto dinheiro e no dinheiro enquanto mercadoria. Isto, que é dado na circulação simples, não é, porém, posto nela"* [Grundrisse, 177]. O valor já é sujeito em si na circulação simples, como se evidencia em que a forma-relativa tem um aspecto "ativo", mas só é "posto" enquanto sujeito com o capital. Esta idéia é apresentada no texto de Lange, que parte da definição de "sujeito" (*"Marx pensa a subjetividade, porém, com a filosofia moderna da consciência, e essencialmente Hegel, enquanto auto-consciência e esta, enquanto auto-relação"*) para depois referir-se à subjetividade da forma-relativa do valor como um "quase-sujeito" que se torna pleno com o capital: *"Marx interpreta o progresso desde 'mercadoria e dinheiro' ao 'capital' como uma elevação do caráter da auto-relação. A mercadoria precisava, para a realização de sua auto-relação, ainda do valor-de-uso de uma outra mercadoria. O capital, ao contrário, só se relaciona consigo"* (op. cit., 13-14).

50)- K, I, 169. (C, I 1, 130).

51)- K, I, 169-170. (C, I 1, 131).

52)- Cf. *"Certamente de D resulta D+ΔD, das 100, 100+10. Mas considerado meramente qualitativamente, £110 são uma soma de valor limitada assim como £100... Se se tratar, assim, da valorização do valor, então permanece a mesma necessidade para a valorização do £110 que para a de £100, pois ambas são expressões limitadas do valor-de-troca, ambas, assim, têm a mesma vocação de se aproximar da riqueza simples (schlechtin) pela expansão da grandeza. De fato, diferencia-se por um momento, o valor adiantado de £100 da mais valia acrescentada a ele de £10 na circulação, mas esta diferença volta em seguida a se diluir. No fim do processo, não resulta de um lado o valor adiantado de £100 e de outro a mais-valia de £10. O que resulta é um valor de £110, que se encontra totalmente na mesma forma correspondente para começar o processo de valorização, assim como o dinheiro original de £100 resulta no fim do movimento novamente como seu começo. O fim de cada circuito singular, em que se completa a compra para a venda, forma por si mesmo, daí, o começo de um novo circuito"* [K, I, 166-167. (C, I 1, 128-129)].

- 53)- K, I, 147. (C, I 1, 112-113).
- 54)- K, I, 166-167. (C, I 1, 128-129). Sobre a distinção entre a acumulação do entesourador e a do capitalista, cf.: *"Este impulso absoluto ao enriquecimento, esta caça apaixonada pelo valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto entesourador é somente o capitalista louco, o capitalista é o entesourador racional. O aumento sem descanso do valor a que aspira o entesourador quando procura salvar o dinheiro da circulação, consegue o capitalista, mais esperto, quando ele renovadamente abandona a circulação"* [K, I, 168. (C, I 1, 129-130)].
- 55)- K, I, 334. (C, I 1, 251).
- 56)- K, I, 333-334. (C, I 1, 251).
- 57)- Marx define mais precisamente a "cooperação" nas seguintes palavras: *"A forma de trabalho de muitos que trabalham planificadamente uns ao lado dos outros ou com os outros no mesmo processo de trabalho ou em processos de produção diferentes, mas dependentes, chama-se cooperação. ...a soma mecânica de forças de trabalhadores singularizados é essencialmente diferente da potência social de forças que se desenvolvem quando muitas mãos cooperam simultaneamente na mesma operação indivisível... Trata-se aqui não apenas da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que deve ser em si e por si força de massas"* [K, I, 344-345. (C, I 1, 259-260)]. Desenvolvendo a "força de massas" criada pela "cooperação", surge a "manufatura", assim descrita: *"Para o entendimento correto da divisão do trabalho na manufatura, é essencial insistir nos seguintes pontos: em primeiro lugar, a análise do processo de produção em suas forças específicas coincide aqui completamente com a separação de uma atividade manual em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução permanece manual e, daí, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador singular no manejo de seu instrumento. O trabalho manual permanece a base"* [K, I, 358. (C, I 1, 268-269)]. Do mesmo modo, a "grande indústria" se apresenta como desenvolvimento da divisão do trabalho na manufatura: *"A revolução do modo de produção toma, na manufatura, a força de trabalho como ponto-de-partida e, na grande indústria, o meio de trabalho"* [K, I, 391. (C, I 2, 7)]. *"Não é o trabalho, mas o meio de trabalho, de que parte a máquina"* [K, I, 399, nota 100. (C, I 2, 12, nota 100)]. *"O número de ferramentas que a mesma máquina-ferramenta simultaneamente aciona é emancipado, desde o início, das barreiras orgânicas pelas quais a ferramenta manual de um trabalhador é restringida"* [K, I, 394. (C, I 2, 9)].
- 58)- K, I, 532-533. (C, I 2, 106).
- 59)- Sobre o papel do capital na "cooperação", Marx diz: *"A cooperação dos trabalhadores assalariados é simples efeito do capital que os emprega simultaneamente. A conexão de suas funções e sua unidade enquanto corpo conjunto produtivo reside fora deles, no capital que os reúne e os mantém juntos. A conexão de seus trabalhos se defronta a eles, então, idealmente enquanto plano, e na prática enquanto autoridade do capitalista, enquanto poder de uma vontade alheia que submete a seu objetivo o fazer deles"* [K, I, 351. (C, I 1, 263)]. Sobre seu papel na "manufatura": *"Assim como na cooperação simples, na manufatura o corpo de trabalho em funções é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção composto por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. A força produtiva que surge da combinação dos trabalhos aparece, então, enquanto força produtiva do capital"* [K, I, 381. (C, I 1, 283)]. E, finalmente, com referência à grande indústria enquanto "autômato": *"Um sistema de maquinaria, quer se trate de simples cooperação de máquinas de trabalho do mesmo tipo, como na tecelagem, quer se trate da combinação de diversos tipos, como na fiação, compõe em si e por si um grande autômato, tão logo ele seja impulsionado por um primeiro motor que se auto-movimenta"* [K, I, 401-402. (C, I 2, 13)].
- 60)- K, I, 353. (C, I 1, 264). Se esta subordinação faz mais "real" o "fetichismo" do capital, ela se desenvolve independentemente das vontades e consciências dos capitalistas singulares, que querem, em todos os ramos apenas reduzir o custo unitário de seu produto para obter um lucro extraordinário face a seus concorrentes, elevando a produtividade do trabalho: *"Quando um capitalista singular barateia, por exemplo, camisas, através do aumento da força produtiva do trabalho, não lhe ocorre necessariamente de modo algum a finalidade de reduzir o valor da força de trabalho e, daí, 'pro tanto' o tempo de*

trabalho necessário, mas ele só contribui para este resultado, finalmente, na medida em que ele contribui para a elevação da taxa geral de mais-valia. As tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de aparecimento" [K, I, 335. (C, I 1, 251-252)]. Só na medida em que, primeiro, o aumento de produtividade se generaliza através da concorrência inter-capitalista, e segundo ele atinge os ramos que produzem meios de vida para o trabalhador, é que se alcançam as condições para a produção da mais-valia relativa. Esta dupla mediação distingue "as tendências gerais e necessárias do capital" - produção da mais-valia relativa - "de suas formas de aparecimento" nos objetivos imediatos dos capitalistas singulares e na concorrência. Tal diferença entre os dois âmbitos de determinação da realidade se associa, portanto, à constituição do capital enquanto "fetichismo".

- 61)- K, I, 445. (C, I 2, 43). A citação final é do livro de Engels, "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra"; cf. também "A toda a produção capitalista, na medida em que ela é não só processo de trabalho, mas simultaneamente de valorização, é (traço) comum que o trabalhador não empregue a condição de trabalho, e sim, ao contrário, a condição de trabalho empregue o trabalhador, mas apenas com a maquinaria esta inversão recebe efetividade tecnicamente tangível. Através de sua conversão em um autômato, durante o processo de produção o meio de produção se defronta com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força viva de trabalho. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, e a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado, na grande indústria construída sobre as bases da maquinaria" [K, I, 446. (C, I 2, 43-44)]. Interessante notar também a retomada da metáfora do "vampirismo" do capital, agora realizado e potenciado pela fábrica, que como "autômato...domina e suga a força viva de trabalho"; ou como dizia o texto anterior, "Na fábrica existe um mecanismo morto independente deles (os trabalhadores), ao qual eles são incorporados como apêndices vivos".
- 62)- "Daí, a grande influência civilizadora do capital". [Em inglês no original, Grundrisse, 313].
- 63)- Theorien, II, 513. (Teorias, II, 948).
- 64)- Grundrisse, 240. A distinção entre limite e barreira se remete à "Ciência da Lógica" de Hegel, segundo Rosdolsky (op. cit., 224, nota 20) e Berger (Krise und Kapitalismus bei Marx, 167, nota 28). De fato, sobre esta distinção escreve Hegel: "Para que o limite, que está no algo em geral, seja barreira, deve ele (o algo) em si mesmo ultrapassá-la, se relacionar em si mesmo a ela como a um não-sendo. O ser-aí de algo permanece tranqüilo, indiferente ao lado de seu limite. Mas algo só ultrapassa seu limite na medida em que ele é seu ser-superado, seu ser-em-si negativo. E, pois que ele (o limite) está na própria determinação enquanto barreira, algo ultrapassa a si mesmo" [Hegel, op. cit., vol I, 143].
- 65)- Theorien, II, 492. (Teorias, II, 928).
- 66)- Grundrisse, 318.
- 67)- K, I, 247. (C, I 1, 189).
- 68)- O texto do qual foram extraídas estas citações é o seguinte: "Separação entre propriedade e trabalho aparece enquanto lei necessária desta troca entre capital e trabalho. Posto como o não-capital enquanto tal, o trabalho é: 1) trabalho não-objetivado, negativamente apreendido. Enquanto tal, ele é não-matéria-prima, não-instrumento de trabalho, não-produto bruto: o trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, de toda a sua subjetividade. ...O trabalho como a pobreza absoluta: a pobreza não enquanto carência, mas enquanto exclusão completa da riqueza objetiva. ...2) trabalho não-objetivado, não-valor, positivamente apreendido, ou negatividade referida a si, ele é a existência não-objetivada, portanto inobjetiva, isto é, existência subjetiva do trabalho mesmo. O trabalho não como objeto, mas como atividade; não como o próprio valor, mas como a fonte viva do valor. A riqueza universal - em contraste ao capital, no qual ela existe objetivamente, enquanto realidade efetiva - enquanto possibilidade universal da mesma, que se afirma na ação enquanto tal. Assim, não se contradiz de modo algum, ou antes, no modo da proposição contraditória, que o trabalho seja, por um lado, a pobreza absoluta enquanto objeto e, por outro, a possibilidade geral da riqueza enquanto sujeito e atividade, (que estes dois lados) se condicionem reciprocamente e decorram da essência do

trabalho, tal como este, enquanto oposição, enquanto ser-ai oposto ao capital, é pressuposto do capital e, por outro lado, pressupõe o capital" [Grundrisse, 203].

- 69)- Para o desenvolvimento desta dimensão lógica da relação entre capital e trabalho, foi de grande importância o artigo de Theunissen (op. cit.). Aí ele diz que *"Só aparentemente o capital posto em sua totalidade é a substância consumada enquanto sujeito, só aparentemente seu conteúdo encontrou a forma a ele adequada. A 'substância do capital' consiste na infinita riqueza do mundo das mercadorias. A 'substância comum de todas as mercadorias' é trabalho objetivado. Que surge, por sua vez, do trabalho vivo. Assim, o capital, conforme toda sua substância, não é ele mesmo, mas trabalho" [p. 328].* E depois prossegue: *"Na profundidade de sua substância, ser o contrário de como ele se apresenta de acordo com sua forma, define a auto-contraditoriedade do capital. Ela encontra sua expressão espelhada na auto-contraditoriedade do trabalho capitalizado: ser substancialmente tudo, mas formalmente nada" [p. 329].* O capital então, como o reverso deste espelhamento, é formalmente tudo, mas substancialmente nada. O capital compõe uma totalidade formal com o trabalho capitalizado, e este potencialmente vem a compor uma totalidade substancial com o trabalho objetivado. Por isso, no modelo de Marx *"apenas o capital, não o trabalho, está posto como totalidade... O capital já se pôs como totalidade, o trabalho ainda não... Com isso, também a contradição ainda não está posta, no sentido hegeliano estrito" [p. 327],* pois a contradição para Hegel está posta *"porque o mesmo todo se divide em duas totalidades. Fundamentalmente a contradição desta maneira é impossível para Marx" [p. 327].* Esta distinção básica entre o conceito hegeliano e marxiano de "contradição" remete para a diferença que Hegel estabelece entre "contradição-em-si" e "contradição-posta". Theunissen diz: *"A partir da divisão, correspondente ao entendimento, do mesmo todo em duas totalidades, surge a contradição específica da oposição. Ela consiste em que os lados tornados autônomos reciprocamente tanto se contêm como se excluem. Eles contêm um ao outro enquanto momentos e se excluem enquanto totalidades. Se cada um fosse o todo, então ele deveria conter o outro como momento; mas se, de fato, cada um for o todo, então ele exclui simultaneamente o outro, isto é, o outro enquanto o todo que ele próprio é. A reciprocidade da implicação de momentos exige obrigatoriamente a também recíproca exclusão das totalidades, que só através desta implicação são o que são" [p. 321];* exatamente desta forma pode ser entendida a relação capital-trabalho em Marx, como "contradição-em-si"; mas *"O conceito hegeliano da contradição posta se orienta pelo 'principium contradictionis' aristotélico. Enquanto posta, uma contradição, rigorosamente conforme sua concepção, só pode valer se, de fato, ao mesmo é atribuído e também não atribuído o mesmo, e não só simultaneamente, mas também na mesma consideração... Que contenha o outro e o exclua, pode ser expresso negativamente: ambos se contêm e simultaneamente não se contêm. ...A contradição se torna posta através da reflexão que descobre que o conter é mais do que implicação, é total assimilação. Nesta medida, então, um contém o outro no mesmo ponto-de-vista em que o exclui: enquanto o todo. Com a totalização do conter, o excluir recebe também um novo aspecto. Se um não contém nada mais senão o outro, então ele põe o outro ao por a si, do que se segue: ele se exclui de si mesmo. Com a passagem da oposição contraditória para a contradição enquanto tal, revela-se a exclusão recíproca como auto-exclusão. 'Eo ipso', o contradizer-a-si, que era o contradizer-um-ao-outro dos lados opostos, converte-se também no contradizer-a-si-mesmo de cada lado por si" [p. 322].* Esta passagem da contradição em si para a posta não é plena no modelo de Marx, porque *"apenas o capital, não o trabalho, está posto como totalidade";* a totalidade do trabalho vivo enquanto "substância" do capital é em si, só conforme o conteúdo do valor e não também quanto à sua forma, de modo que não está posta a divisão do todo em duas totalidades do mesmo ponto-de-vista. Como se vê, este complexo raciocínio de Theunissen é extremamente rico e fértil para entender rigorosamente o modo com que Marx incorpora tal passagem da "Lógica" de Hegel na sua análise da relação entre capital e trabalho e, além disso, para avaliar as potencialidades desta análise.

70)- K, I, 429. (C I 2, 31).

71)- K, I, 429. (C I 2, 34).

72)- K, I, 429. (C I 2, 31).

73)- K, I, 429. (C I 2, 31). Berger conclui daí que *"a fonte de mais-valia é aumentada porque se diminui a fonte do valor em geral, o trabalho vivo". (Krise und Kapitalismus bei Marx, 181).*

- 74)- Grundrisse, 593. Cf. também, *"Seu pressuposto [da produção baseada no valor - JG] é e permanece - a massa de tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como o fator decisivo da produção de riqueza. Mas, ao passo em que se desenvolve a grande indústria, a criação de riqueza efetiva torna-se dependente menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, cuja 'powerfull effectiveness', ela mesma, não está em relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, antes, do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou, da aplicação desta ciência à produção"* [Grundrisse, 592].
- 75)- Grundrisse, 593. Também nesta passagem da medida para a desmedida, nota-se a inspiração hegeliana de Marx. A preocupação de Hegel era a de escapar do "mau infinito" quantitativo, ou seja, da indeterminação própria das alterações de quantidades específicas, da indiferença do quantum em relação a seu limite; para isso, retoma a qualidade enquanto ser-para-si que determinaria sua quantidade como limite que deve exprimir a propriedade deste ser de maneira quantificada. É o que ele chama de "medida": é esta que garante a identidade de algo consigo mesmo, e, se a medida se altera, a qualidade deste algo também sofrerá uma mudança. Mas Hegel verifica que uma medida singular é insuficiente para conduzir as mudanças qualitativas, a partir de alterações quantitativas, passando a buscar o "salto qualitativo" na junção de medidas distintas. Chega, então, à conclusão de que qualidade e quantidade são irreconciliáveis: não se pode encontrar a qualidade que faz algo ser mensurável quantitativamente, muito menos como relações quantitativas poderiam determinar a qualidade. Daí a indeterminação da medida, que passa à desmedida em função da contradição das medidas justapostas. Apesar das diferenças evidentes entre o papel desempenhado pela medida e desmedida na "Lógica" de Hegel e em "O Capital", há semelhança, pois neste último também se trata de escapar ao "progresso infinito" da acumulação de capital, encontrando a medida dela no próprio capital enquanto totalidade auto-referente. E também para Marx, a junção de medidas que resulta nesta medida da valorização do valor se apresenta contraditória, pela contradição do capital, levando à desmedida. Sem dúvida, esta questão merece uma análise mais detalhada e rigorosa, que escapa, porém, até aos objetivos desta tese. Por outro lado, que este tema também é levantado por Giannotti (*Trabalho e Reflexão*, 1983). Discutida já no seu capítulo I, de um ponto-de-vista filosófico mais amplo e abrangente, o problema da medida permeia vários aspectos da obra e é fundamental no capítulo 5, "Formas de sociabilidade capitalista". Aí, depois de tratar da presença do conceito de medida na teoria geral do valor de Marx, Giannotti relaciona este conceito também ao "fetichismo" do capital: *"O capital perde sua medida social para que suas partes adquiram uma medida natural representada. A terra passa então a gerar naturalmente a renda, os instrumentos, a fabricar o lucro, e o trabalho, a produzir o salário. Formam-se, assim, os fetiches que norteiam tanto a conduta do capitalista particular, que não pode deixar de tomá-los como pressupostos em relação aos quais tece sua ação, quanto a investigação dos economistas vulgares, incapaz de dissolver a objetividade postiça destas entidades fantásticas"* [p. 252]. E depois, novamente: *"O fetichismo do capital é mais complexo: além de incorporar o fetichismo da mercadoria, supõe ainda uma nova forma de alteridade: o próprio objeto se põe como estranho a si mesmo, como medida de si que perde seu padrão no meio do caminho"* [p. 280]. A perda da medida de si pelo capital está associada estritamente a seu "fetichismo", ao fato dele não conservar, pelo fetiche, a capacidade de ser padrão de identificação e medida para os outros, para os agentes sociais, e até para si próprio, pois "se põe como estranho a si mesmo".
- 76)- Grundrisse, 593-594.
- 77)- Grundrisse, 317.
- 78)- Theorien, II, 515. (Teorias, II, 950).
- 79)- Theorien, II, 510. (Teorias, II, 945).
- 80)- Theorien, II, 512-513. (Teorias, II, 947).
- 81)- Theorien, II, 513. (Teorias, II, 948).
- 82)- Theorien, II, 513. (Teorias, II, 947-948).

83)- K, I, 429. (C, I 2, 31).

84)- Grundrisse, 314.

85)- K, I, 118-119. (C, I 1, 93).

86)- Theorien II, 513. (Teorias, II, 948).

Capítulo 3: Circulação e reprodução do capital.

Seção I: Os circuitos do capital

19-

Um dos aspectos importantes que ressaltam na passagem da análise da circulação simples para a da constituição do capital na produção imediata de mercadorias é que, com esta, o capital aparece como o fundamento da metamorfose das mercadorias, pela qual ele se valoriza e define. De acordo com as conclusões do item 11 desta tese, justamente, o movimento das formas-valor é determinado pelo capital enquanto "*fim de si mesmo*", ou seja, pela "*relação privada*" em que ele entra consigo próprio e que necessariamente tem de passar por este movimento, cujas formas são as fases de seu processo de auto-valorização.

Deste circuito, porém, "*O primeiro e o terceiro estágio [compra de meios de produção e força de trabalho e venda das mercadorias produzidas pelo capital - JG] foram discutidos no Livro I apenas na medida em que isto era suficiente para o entendimento do segundo estágio, o processo de produção do capital. As diferentes formas em que se reveste o capital em seus diferentes estágios, e que ele ora adota ora abandona em um circuito repetido, permaneciam fora de consideração. Elas compõem agora o próximo objeto da investigação.*"⁽¹⁾ Ou seja, enquanto o Livro I de "O Capital" se dedica basicamente à apresentação da produção imediata de mercadorias pelo capital e só considera as demais fases do circuito como pressupostos para esta apresentação, no Livro II o que era pressuposto se torna tema da investigação, que busca o aporte resultante das determinações específicas da circulação do capital. Não basta agora saber por que o capital é o conteúdo que preside o circuito de suas formas; é preciso entender como próprio circuito introduz novos aspectos na determinação do conteúdo, pois, nas palavras de Marx, "*devemos apresentar não só como o capital produz, mas como o capital é produzido*".⁽²⁾

Neste momento da apresentação sistemática, assim, trata-se de *"como o capital é produzido"* por si mesmo, isto é, de sua reprodução. Mas, já que sua origem histórica e as circunstâncias sociais para seu surgimento e constante reposição foram estudados ainda no Livro I, trata-se aqui não da mera reprodução do capital, mas de como a reprodução se dá através da circulação. Mais exatamente, "circulação" tem um duplo sentido neste novo contexto da investigação marxiana. Por um lado, refere-se à esfera da circulação, distinta da produção imediata e que tem nesta seu pressuposto, invertendo os termos do problema do Livro I, pois a mercadoria que deve ser vendida é resultado da produção capitalista, tendo embutida uma mais-valia a realizar: *"A mercadoria se torna capital-mercadoria enquanto forma de existência funcional do capital-valor já valorizado, imediatamente surgida do próprio processo de produção"*.⁽³⁾ A mercadoria se realiza agora enquanto produto do capital, que visa adotar a forma-dinheiro para poder novamente comprar força de trabalho e meios de produção para retomar o processo de produção e valorização.

Por outro lado, a circulação tem um sentido mais amplo de movimento de uma forma à outra que o capital mesmo adota, pelas várias etapas que ele percorre em sua constituição, abrangendo também a produtiva: *"O processo de circuito do capital é, assim, unidade de produção e circulação, inclui a ambas. Na medida em que ambas fases, D-M, M'-D', [são] atos de circulação, a circulação do capital faz parte da circulação geral de mercadorias. Mas enquanto segmentos funcionalmente determinados, estágios no circuito do capital que pertencem não só à esfera da circulação, mas também à da produção, o capital completa, dentro da circulação geral de mercadorias, seu próprio circuito"*⁽⁴⁾. No sentido restrito de circulação, as compras e vendas de mercadorias pelo capital se inscrevem no quadro da circulação geral, e o que lhes confere especificidade é o fato de serem presididas pelo conteúdo do capital; no sentido amplo, porém, o movimento de circulação do capital abrange também a produção e, por isso, as características observadas na circulação geral se transformam, em função do objetivo de reprodução.

A circulação no sentido restrito tem a produção imediata como seu pressuposto, mas esta também pressupõe aquela no circuito mesmo, pois para alcançar a fase produtiva o capital precisa ter passado pelas fases da venda e compra. Contudo, embora a produção e a circulação apareçam como meios para a consecução uma da outra, elas se definem por determinações independentes: as da produção imediata, como já foi examinado, se dão na relação entre o processo de trabalho e o de valorização, enquanto as da circulação se referem às condições da metamorfose das mercadorias. *"como unidade de circulação e da produção, o capital é igualmente sua diferença e, de fato, espacial e temporalmente diferença separadora. Em cada momento ele tem uma forma indiferente face ao outro. Para o capital singular, a passagem de um para o outro aparece como acaso, dependente de condições exteriores, incontroláveis"*(5). Apesar de ambas se medirem reciprocamente no circuito do capital, elas não se definem uma pela outra; e, particularmente considerando a circulação como o objeto da apresentação neste momento, ela não é ainda penetrada pelas determinações específicas da produção, tais como a negação do trabalho vivo pelo morto e a tendência ao crescimento do capital constante proporcionalmente ao variável.

Aqui, o capital é tanto unidade quanto *"diferença separadora"* das esferas da produção e da circulação restrita, ou seja, a própria unidade e a diferença estão ainda separadas, de modo que a unidade une os diferentes sem colocá-los numa relação mutuamente constitutiva e definidora de um processo novo e mais abrangente. Daí inclusive a distinção entre o nível da análise do Livro II e o do Livro III de "O Capital": *"É preciso notar que devemos apresentar o processo de circulação ou processo de reprodução antes de termos apresentado o capital pronto - capital e lucro"*(6). Assim, apresentar o processo de reprodução através do de circulação *"antes do...capital pronto"*, como faz o Livro II, significa apreender a própria circulação abstraindo das tendências inerentes à esfera da produção.

Mais, significa *"dever"* fazê-lo, para conceber as determinações primeiras e mais profundas da reprodução: *"Para apreender puramente as formas [do circuito - JG],*

deve-se abstrair, em primeiro lugar, de todos os momentos que não tenham nada a ver com troca de forma e a composição de forma. Por isso, supõe-se aqui não só que as mercadorias são vendidas por seus valores, mas também que isso ocorre sob condições constantes"⁽⁷⁾. A mera "troca de forma" - a metamorfose das formas-capital enquanto compra e venda - "puramente apreendida", implica restringir a análise à "suposição de que as mercadorias são vendidas por seus valores", implica abstrair as determinações do "capital pronto - capital e lucro", porque para tanto é preciso levar em conta a determinação dos preços através da concorrência entre os capitais, por intermédio da qual Marx afirma que se realizam as tendências globais da produção capitalista. A vigência da lei do valor sem inteferrência da forma-preço indica, portanto, que tais tendências ainda não são consideradas no exame da circulação do capital, isto é, que esta se determina aqui independentemente delas.

Por isso o Livro II apresenta a circulação e a reprodução no nível do "capital em geral", não se podendo exigir a consideração de aspectos desenvolvidos posteriormente no quadro da concorrência e da afirmação das tendências globais do capitalismo. Esta observação é de importância fundamental para a explicação das crises. Por um lado, como a produção imediata é uma etapa necessária do circuito do capital, a crise não pode simplesmente se revestir das mesmas características que possui na "circulação geral de mercadorias", já que desta se distingue a circulação do capital ao se unir à produção. Por outro lado, no entanto, como a unidade e a diferença entre produção e circulação restrita se apresentam enquanto mera diferença, não só "a passagem de uma à outra aparece como acaso", mas também é casual sua interrupção e, de qualquer modo, a crise se define justamente no contexto desta diferença casual: não mais da separação entre compra e venda, mas da divisão entre produção e circulação; divisão estabelecida, porém, no nível do "capital em geral", em que a circulação se determina independentemente da produção, fazendo a crise aparecer como possibilidade formal.

São estas as idéias que o presente capítulo procurará desenvolver e demonstrar.

20-

Antes de analisar o movimento de contínua reprodução do capital, Marx apresenta a metamorfose ou transição das formas que o capital adota sucessivamente para completar sua auto-valorização, ou seja, o movimento já existente dentro de um circuito singular. De fato, sua estratégia consiste justamente em partir deste movimento para desenvolver o da reprodução como retomada ou repetição do circuito, pois é na determinação das metamorfoses do capital pela necessidade de sua auto-valorização que se manifesta, em primeiro lugar, a "subjetividade" do capital enquanto poder de dominar as condições de sua existência e acumulação e de convertê-las em momentos de sua relação consigo próprio, isto é, de diferenciar-se de si em cada uma de suas formas e resgatar-se permanentemente na unidade do processo fluido de uma à outra.

Assim, *"...está na natureza da coisa que o próprio circuito condicione a fixação do capital, durante prazos determinados, nos segmentos singulares do circuito. Em cada uma de suas fases, o capital industrial está ligado a uma forma determinada, como capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria. Só depois dele ter cumprido a função correspondente à sua forma momentânea, ele adquire a forma na qual pode entrar em uma nova fase de transformação"*(8). No seu circuito, o capital se fixa temporariamente numa das três formas mencionadas, que correspondem, cada qual, a uma função específica no processo total: o capital-dinheiro deve comprar força de trabalho e meios de produção, e não mercadorias em geral, para que possa ocorrer a valorização e a produção imediata; o capital produtivo é a forma em que se combinam o capital variável e o constante na realização deste último processo; e o capital-mercadoria é o resultado dele, são as mercadorias produzidas pelo capital, nas quais deve existir um valor maior do que nas

mercadorias compradas pelo capital-dinheiro e que têm de ser vendidas para que este valor se realize, isto é, apareça enquanto valor na sua forma universal - o dinheiro.

Na 1ª Seção do Livro II de "O Capital", Marx apresenta detalhada e exaustivamente o movimento destas formas. Para isso, ele formula três diferentes configurações do circuito, conforme cada uma das formas seja tomada como ponto-de-partida e de chegada: o circuito do capital-dinheiro, $D-M...P...M'-D'$ (os pontos indicam a interrupção da circulação, quando tem lugar o processo de produção, e as linhas das duas formas finais representam o valor maior nelas contido em relação ao das duas formas iniciais, depois que a produção valorizou o valor); o circuito do capital produtivo, $P...M'-D'-M...P$, em que já aparece a reprodução, intermediada pela circulação; e o circuito do capital mercadorias, $M'-D'-M...P..M'$, no qual o M intermediário difere do M' dos extremos por consistir em força de trabalho e meios de produção. A partir da análise de cada um destes três circuitos, Marx obtém conclusões interessantes que, apesar de sua relevância, por sua especificidade fogem aos objetivos da presente tese e não serão examinados nela, mas eventualmente apenas mencionados.

O que importa aqui destacar é que o circuito em geral se apresenta inicialmente enquanto sucessão de transições de uma forma funcional à outra, nas quais o próprio capital se divide e se fixa conforme suas necessidades de auto-valorização. E nesta divisão já aparece a possibilidade de crise: *"O circuito do capital só se realiza normalmente enquanto suas diferentes fases passam uma à outra sem interrupção. Se o capital se detiver na primeira fase, D-M, o capital-dinheiro se paralisa como tesouro; se for na fase de produção, os meios de produção ficam sem função, de um lado, enquanto a força de trabalho, de outro, permanece desocupada; se for na última fase, M'-D', então as mercadorias não vendidas se amontoam, obstruindo o fluxo da circulação"*(9). De acordo com sua função, cada forma-capital define um tipo de crise se o percurso se detém nela, sobressaindo-se a segunda, do capital produtivo, como desemprego de mão-de-obra e sub-

utilização de meios de produção, e a terceira, do capital-mercadoria, como a das crises de realização em que não se vendem as mercadorias produzidas.

Se o percurso normal é a seqüência das fases de transição de uma forma à outra, por outro lado esta unidade representada pela seqüência pressupõe a diferença entre as formas e, assim, a possibilidade da autonomização delas, a *"fixação do capital durante prazos"* indeterminados *"nos segmentos singulares do círculo"*, decorrente de uma possível perda de controle do capital sobre seu movimento de sucessão formal. Embora semelhante às crises da circulação simples, esta perda de controle se distingue delas porque a interrupção das metamorfoses inclui também a paralisação do processo de produção e valorização, de modo que se pode redefinir a divisão em três fases como uma divisão em duas, as da circulação em sentido restrito e a da produção. Assim, *"O processo total de circulação ou o processo total de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e sua fase de circulação, um processo que percorre ambos processos como suas fases. Nisto reside uma possibilidade ou forma abstrata mais desenvolvida de crise"*(10).

Na separação entre a fase de circulação e a de produção *"reside uma possibilidade ou forma abstrata...de crise"*, porque, como diz o texto citado na nota 5 do item anterior, *"em cada momento ele [o capital] tem uma forma indiferente face ao outro. Para o capital singular, a passagem de um para o outro aparece como acaso"*. Ou seja, a indiferença de ambas as fases, por sua determinação para si independente da outra, faz aparecer como casual tanto sua unidade quanto sua separação. Esta é uma *"forma abstrata... de crise"*, pois não revela o fundamento determinante da realização de qualquer uma das alternativas, a causa que tornaria efetiva uma das possibilidades. Por outro lado, é uma *"forma abstrata mais desenvolvida de crise"* em relação à forma da crise na circulação simples, porque a cisão não se dá simplesmente entre fases da circulação - compra e venda - mas entre a própria circulação e a produção, com o que já se deixa entrever o fundamento da crise no processo global que sintetiza estas duas instâncias.

Este conceito de crise adquire um significado ainda mais complexo como desenvolvimento das determinações próprias do circuito do capital, mais especificamente, quando se consideram as três configurações do circuito, mencionadas acima, em seu conjunto: *"Em um círculo constantemente em rotação, cada ponto é ao mesmo tempo ponto-de-partida e ponto-de-retomada. Se interrompermos a rotação, então cada ponto-de-partida não é ponto de retomada. Assim, vemos que não só cada circuito específico pressupõe (implicitamente) os outros, mas também que a repetição do circuito em uma forma abrange a descrição do circuito nas outras formas. Portanto, toda a diferença se apresenta como meramente formal, ou ainda como uma diferença subjetiva, existente só para quem a considera"*(11). A diferença entre os três circuitos é *"meramente formal,...subjetiva"*, pois resulta da divisão analítica de *"um círculo constantemente em rotação"* no qual cada forma-capital está no início de um circuito e simultaneamente no fim e no meio dos outros dois, dependendo de como o entendimento os reconstitui para realçar algum aspecto em particular.

No conjunto, *"cada circuito pressupõe (implicitamente) os outros"* porque cada forma desempenha três funções ao mesmo tempo, conforme seja considerada momento de um ou outro deles. Por isso, *"a repetição do circuito em uma forma abrange a descrição do circuito nas outras formas"*, de modo que as três configurações do circuito ocorrem simultaneamente. Com isso, além da idéia de sucessão dos estágios, Marx introduz a da simultaneidade, que se apresenta junto com a sucessão das formas em que o capital se divide.

Em suas palavras, *"Todas as partes do capital percorrem o processo do circuito sucessivamente, e simultaneamente se encontram em diferentes estágios do mesmo. Assim, o capital industrial se encontra, na continuidade de seu circuito, simultaneamente em todos seus estágios e nas suas diferentes formas funcionais respectivas...O circuito efetivo do capital industrial em sua continuidade, assim, é não só unidade do processo de circulação e produção, mas unidade de todos seus três circuitos... A seqüência de cada*

parte é condicionada aqui pela justaposição das partes, isto é, pela divisão do capital... A justaposição, pela qual a continuidade da produção é condicionada, existe, porém, só através do movimento das partes do capital, em que ele [o movimento - JG] descreve sucessivamente os diferentes estágios. A própria justaposição é resultado da sucessão"(12). Em seu movimento efetivo, o capital singular está numa ou noutra forma, mas divide seu valor total nas três, apresentando-se simultaneamente enquanto capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. A simultaneidade não é apenas dos três tipos de circuito em cada forma, mas das três formas em cada circuito isoladamente considerado.

Daí que num circuito específico as três formas-capital apareçam justapostas e, igualmente, cada uma delas desempenhe uma função diferente nos três circuitos, sendo ao mesmo tempo ponto-de-partida, meio e ponto-de-chegada, isto é, estando já por si mesma em movimento. Neste sentido *"a seqüência de cada parte é condicionada pela justaposição das partes"*, pois a função de cada forma é permitir a transição à forma seguinte, de maneira que a divisão do valor total do capital nas três concomitantes impõe a elas a transformação contínua. Mas quando uma forma passa à seguinte, esta deve também fazer o mesmo: o capital-dinheiro se torna capital produtivo e este tem de se tornar capital-mercadoria que, por sua vez, tem de se tornar capital-dinheiro; de outro modo, duas partes do capital teriam a mesma forma, ou seja, o valor total não permaneceria dividido em três partes, mas em duas ou até em uma. Neste sentido, *"a justaposição é resultado da sucessão"*, só se mantém se a seqüência ocorrer normalmente.

A crise adquire, assim, o significado mais complexo referido acima: *"Por exemplo, se se paralisar M'-D' para uma parte, a mercadoria é invendável, e então o circuito desta parte é interrompido e a reposição dos meios de produção não se completará; as partes seguintes, que surgem enquanto M' do processo de produção, encontram bloqueada sua troca de forma pela que as precede. Se isto durar por um tempo, então a produção será restringida e todo o processo levado à imobilidade. Cada paralisação da sucessão leva a justaposição à desordem, cada paralisação em um estágio*

provoca maior ou menor paralisação no circuito total não só da parte do capital paralisada, mas também de todo o capital individual"⁽¹³⁾. Se houver interrupção na transição de uma das formas-capital para outra, de acordo com a definição inicial de crise indicada antes, isto "*leva a justaposição à desordem*", implicando "*paralisação...não só da parte paralisada, mas de todo o capital individual*".

Como a justaposição resulta da divisão do valor de capital pelo próprio capital conforme uma proporção necessária da magnitude de valor de cada parte, a "*desordem*" provocada nela pela interrupção em um estágio corresponde a uma desproporção na divisão do valor. Inversamente, como "*a seqüência de cada parte é condicionada pela justaposição das partes*", pode-se pensar que a paralisação da seqüência também é provocada por um problema na justaposição, isto é, por uma distribuição do valor total nas três partes que não está em conformidade com as magnitudes requeridas de cada uma, determinadas pela necessidade da auto-valorização. A crise não se define mais, portanto, simplesmente enquanto paralisação do movimento das formas-capital, mas enquanto efeito desta paralisação, causada por possível desproporcionalidade na distribuição de valor pelo próprio capital; ao mesmo tempo em que uma tal desproporcionalidade pode advir do retardamento ou dificuldade em realizar alguma das metamorfoses do capital, concentrando valor em uma certa forma.

Reaparece, desta maneira, a dialética da medida e da desmedida examinada no item 14, agora no contexto da repartição adequada das quantidades de valor do capital entre suas três formas, e de sua sempre possível inadequação ou desproporção. Mas ainda assim tem-se apenas "*uma possibilidade ou forma abstrata mais desenvolvida de crise*" como antes, pois, apesar da crise se definir pela manifestação da desmedida na relação do capital consigo próprio, não se apresenta o fundamento da desmedida, que reside, como vimos, na contradição constitutiva do capital, determinada na esfera da produção e retomada somente com a discussão do processo global da produção capitalista⁽¹⁴⁾. Se o fundamento da desmedida não está exposto, porém, a própria desmedida se manifesta aqui porque seu

fundamento está presente através do movimento retroativo da apresentação sistemática, mediante o qual as formas mais concretas estão na base das mais simples, apresentadas antes delas. Assim, o processo global é pressuposto para a reconstituição da circulação do capital no Livro II, fazendo manifestar-se a desmedida sem ainda se revelar sua causa.

Esta concomitante manifestação e ocultação da desmedida na definição da crise é recorrente em todos os momentos do Livro II de "O Capital", justamente pela razão agora apresentada. Esta questão será, por isso, retomada e desenvolvida no restante deste capítulo, esclarecendo-se gradativamente conforme o contexto específico em que apareça, como se verá nos itens seguintes.

21-

As determinações examinadas acima adquirem um caráter diferente ao se complexificar o movimento da circulação do capital, de acordo com a definição de Marx: *"Tão logo o valor do capital total investido por um capitalista individual em um ramo de produção qualquer descreveu o circuito de seu movimento, ele se encontra novamente em sua forma inicial e pode, então, repetir o mesmo processo. Ele tem de repeti-lo, caso o valor deva se perpetuar e valorizar como valor-capital. O circuito singular compõe, na vida do capital, apenas uma parte que se repete constantemente, ou seja, um período. ...O circuito do capital, definido não como acontecimento singularizado, mas como um processo periódico, chama-se sua rotação"*(15). Depois de analisar os circuitos do capital, sua interpenetração já apresenta as condições nas quais cada forma-capital é o início de um novo circuito, levando o capital, assim, a *"repetir o mesmo processo... como um processo periódico"*. Com a interpenetração dos circuitos, portanto, supera-se a etapa do *"circuito...definido...como acontecimento singularizado"* e se passa para a de sua periodicidade, que se *"chama sua rotação"*.

A última etapa da análise dos circuitos do capital conduz à etapa seguinte, que aparece enquanto desenvolvimento da "subjetividade" do capital, isto é, poder de

"repetir o mesmo processo" e necessidade de repeti-lo, "caso o valor deva se perpetuar e valorizar como valor-capital". Assim como as formas percorridas no circuito do capital singular são determinadas pelo capital em sua valorização, também as formas próprias à rotação são momentos de sua relação consigo mesmo, só que determinados pela especificidade deste movimento de rotação. Ou seja, aqui a mediação recíproca das fases de produção e circulação se dá no quadro de sua periódica sucessão, tratando-se basicamente das formas adotadas pelo capital produtivo em sua circulação e das funções do capital-dinheiro e capital-mercadoria no contexto da reprodução do capital produtivo. Por isso, a circulação tem como pressuposto determinações do processo de produção, mais exatamente os diferentes modos com que neste último se transfere o valor dos elementos do capital produtivo para o capital-mercadoria.

É de acordo com estes diferentes modos de transferência que se definem as formas da rotação e as diferentes partes em que o capital nela se divide. Surge, daí, a conhecida distinção entre "capital fixo" e "capital circulante": *"Em primeiro lugar, ele [o capital fixo - JG] não circula em sua forma de uso, mas somente seu valor circula e, de fato, gradual e fragmentariamente, na medida em que este se transfere do capital ao produto que circula como mercadoria. Durante todo seu tempo de funcionamento, uma parte de seu valor permanece fixada nele, autônoma diante das mercadorias que ela ajuda a produzir. Através desta propriedade, esta parte do capital constante recebe a forma: capital fixo. Todas as outras partes componentes materiais do capital investido na produção, ao contrário, formam, em oposição: capital circulante ou fluido"*(16). O capital fixo é a "parte do capital constante" cuja materialidade não se transforma na do produto, que "não circula em sua forma de uso" neste, ao contrário do capital circulante, transformado pelo processo de trabalho na materialidade do produto, como são as matérias-primas e auxiliares.

Retomando as características do processo de produção capitalista, podemos entender esta dupla dimensão na qual o processo de trabalho transforma a materialidade do

meio de produção na do produto e, por outro lado, enquanto processo de valorização, transfere o valor do primeiro para o segundo. Embora não se converta materialmente na forma de uso do produto, o valor do capital fixo passa à mercadoria produzida por seu funcionamento, à medida em que vai abandonando os elementos do capital fixo - máquinas e instalações, por exemplo - com o desgaste que o funcionamento ou o próprio tempo necessariamente produz neles. É na medida de tal desgaste mais ou menos lento que este valor se transfere ao produto, portanto, circulando nele *"gradual e fragmentariamente"*, mas conservando *"uma parte de seu valor...fixado...autônomo diante das mercadorias"*, a saber, a parte que ainda não se transferiu, correspondente ao que não se desgastou.

Assim, *"O capital fluido introduzido no processo de produção transfere todo o seu valor para o produto e, por isso, deve ser repostado 'in natura' constantemente, através da venda do produto, caso o processo de produção deva prosseguir sem interrupção. O capital fixo introduzido no processo de produção transfere apenas parte de seu valor (o desgaste) ao produto e continua funcionando no processo de produção apesar do desgaste; ele precisa, por isso, só em intervalos mais curtos ou mais longos, de qualquer modo não tão freqüentemente quanto o capital fluido, se repostado 'in natura'"*(17). Pela forma da transferência do valor se determina a forma da reprodução de cada parte em que se divide o capital produtivo e, com isso, o prazo de reposição delas. A reposição do capital circulante, que se transforma integralmente em produto, deve ocorrer sempre que for iniciada uma nova etapa de produção, isto é, a cada rotação do capital; a do capital fixo, porém, não ocorre a cada rotação, pois em cada uma ele só transfere parte de seu valor, sendo apenas depois de algumas delas que seu valor é completamente transferido, devendo-se repô-lo.

A reprodução do capital fixo envolve geralmente uma grande quantidade de valor a ser desembolsado e num prazo mais ou menos longo, que abrange várias rotações do capital circulante, de modo que os momentos em que ela se realiza são muito importantes, estratégicos, para a reprodução do capital como um todo e para a continuidade da produção

capitalista. Por isso, *"Através deste ciclo de rotações conectadas, que abrange uma seqüência de anos e ao qual o capital é preso pela sua parte fixa, produz-se uma base material para as crises periódicas, em que o negócio atravessa periodos sucessivos de abatimento, vivacidade média, sobre-produção, crise. Os periodos em que o capital é investido são, de fato, muito diversos e separados. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto-de-partida de um grande investimento novo. E assim também - considerando toda a sociedade - mais ou menos, uma nova base material para o próximo ciclo de rotações"*(18).

A ocorrência das crises aparece relacionada aqui à reposição do capital fixo. O que não quer dizer, bem entendido, que esta seja a causa ou o fator determinante das crises, pois então sempre que se repusesse esta parte do capital constante deveria irromper uma crise. *"A crise constitui sempre o ponto-de-partida de um grande investimento novo"*, isto é, de investimento em equipamento mais produtivo e rentável, tecnologicamente superior ao que se desgastou e que tem de ser repostos; a substituição destes elementos desgastados do capital fixo por outros de mesmo nível tecnológico não está necessariamente associada a crises. Ao contrário, estas é que fazem o equipamento antigo ser considerado obsoleto, exigindo investimento em meios mais rentáveis. Por outro lado, sem dúvida, os *"periodos sucessivos...que o negócio atravessa"* estão intimamente relacionados à rentabilidade do capital fixo instalado, ou seja, determinam-se a partir da taxa de valorização possível do processo de produção que os utiliza; quando esta taxa chega a um nível baixo, vem a crise e é preciso substituir o equipamento antigo por outro mais produtivo. Esta questão só pode ser adequadamente analisada no contexto do Livro III de "O Capital", no entanto, quando se tratar do problema da taxa de valorização no quadro da reprodução global do capital, o que não é o caso no Livro II.

Mas a relação entre a crise e a reposição do capital fixo não se dá somente por esta última constituir *"uma base material para as crises periódicas"*. Como indica o texto citado na nota 17, a reprodução do capital circulante, que se consome integralmente numa rotação, deve ser feita *"in natura constantemente, através da venda do produto"*; ou

seja, como sua forma de uso desapareceu no processo de trabalho, para começar um novo é preciso adquirir os elementos do capital circulante na forma de uso adequada, o que só é possível pela compra deles com o dinheiro obtido através da venda das mercadorias produzidas no processo anterior. Diferentemente com o capital fixo: *"A circulação peculiar do capital fixo origina uma rotação peculiar. ...Seu valor adquire, assim, uma dupla existência. Uma parte do mesmo permanece vinculada à sua forma natural ou de uso pertencente ao processo de produção, uma outra parte se desliga dele como dinheiro. No percurso de sua função, a parte de valor do meio de trabalho existente na forma natural decresce constantemente, enquanto sua parte de valor convertida em forma-dinheiro aumenta constantemente, até que ele finalmente se esgota e seu valor total, separado de seu cadáver, é transformado em dinheiro"*(19).

Enquanto uma parte do valor permanece vinculada ao capital fixo até que ele se desgaste completamente, aquela correspondente ao desgaste de cada rotação se transfere para a mercadoria e, com a venda desta, se converte em dinheiro. Tal soma de dinheiro não pode ser usada na compra dos elementos do capital circulante, porém, porque quando se consumir o desgaste dos do capital fixo ele deverá ser usado na reposição deste. Assim, a cada rotação, a *"parte de valor convertida em forma-dinheiro aumenta constantemente"* até equivaler ao total desgastado e ao dos novos elementos a serem repostos. Em outras palavras, *"Até a chegada deste tempo de reprodução, seu valor gradualmente se acumula na forma de um fundo de reserva em dinheiro"*(20). A formação deste fundo, mediante o qual é possível a reprodução do capital fixo 'in natura', depende, porém, de que sejam devidamente vendidas as mercadorias produzidas durante as rotações singulares, o que sempre é complexo e incerto dentro das condições capitalistas já estudadas. Crises de realização podem comprometer a formação do fundo de reserva, fazendo que no *"tempo da reprodução"* do capital fixo, ele não seja equivalente ao valor dos elementos que é necessário comprar.

O papel do capital-dinheiro na reprodução também é fundamental e análogo no caso do capital circulante. Em primeiro lugar, porque sua reposição deve ser feita "*in natura' constantemente*" a cada rotação, dependendo da venda do produto, isto é, da passagem pela forma-dinheiro do capital. Em segundo lugar, porque mesmo esta situação não é tão simples: enquanto ocorre a venda do capital-mercadoria e a compra dos elementos do capital produtivo, o processo de produção não deve ser interrompido, por razões econômicas e técnicas; a fim de garantir a não-interrupção, é preciso ter um fundo de reserva em dinheiro para comprar os meios de produção "*fluidos*" e manter a mão-de-obra empregada, sem ter de esperar pela venda do produto. Na forma de uma crítica, Marx observa: "*Os economistas, nos quais em geral não se pode encontrar nada de claro sobre o mecanismo da rotação, passam por cima continuamente deste momento básico, de que somente uma parte do capital industrial pode estar sempre engajado de fato no processo de produção, caso a produção deva prosseguir ininterruptamente. Enquanto uma parte se acha no período de produção, uma outra parte deve se achar sempre no período de circulação. Ou, com outras palavras, uma parte pode funcionar como capital produtivo apenas sob a condição de que uma outra parte permaneça subtraída à produção propriamente dita, na forma de capital-mercadoria ou dinheiro. Se isto for negligenciado, negligencia-se em geral o significado e o papel do capital-dinheiro*"(21).

Para manter a continuidade das rotações, o capital deve se dividir numa parte alocada no processo de produção e noutra no de circulação, tendo na primeira a forma de capital produtivo e, na segunda, a de capital-mercadoria e capital-dinheiro. Assim, a divisão nestas três formas, determinada já pelo circuito singular, aparece inscrita na divisão estabelecida pela seqüência dos circuitos, pela rotação que confere àquelas formas uma função específica no movimento de auto-valorização do capital. Neste sentido, este momento da apresentação sistemática é mais concreto que o do circuito singular, porque dá a este um fundamento e configurações novas. Os diferentes modos de transferência do valor determinam a divisão do capital em fixo e circulante e instituem uma temporalidade

propriamente cronológica para cada processo, cuja simultaneidade necessária é obtida através da divisão e existência concomitante das três formas antes definidas.

O dinheiro, que já na circulação simples é a forma pela qual se estabelece a unidade mediante a diferenciação - a divisão social do trabalho - também aqui cumpre um papel semelhante, permitindo que o capital se divida na circulação e que suas partes coexistam num movimento de contínua passagem uma à outra, isto é, que através da sua permanente distinção seja possível a unidade necessária à auto-valorização. A formação de fundos de reserva em dinheiro, subtraídos constantemente tanto da esfera da circulação como da produção, é o meio indispensável para a reposição periódica do capital fixo e para que a do capital circulante não signifique interrupção do processo de produção, ou seja, para a continuidade da própria circulação e produção de que se retira valor.

Mas isto exige que a divisão do capital obedeça a proporções adequadas ao desempenho das funções de cada parte, referidas umas às outras e ao todo, tarefa cuja dificuldade reside no caráter não-planejado desta divisão. Marx expõe este ponto por intermédio de uma conatraposição: *"Pensemos a sociedade não capitalista, mas comunista, então o capital-dinheiro é totalmente suprimido e, com isso, também o disfarce das transações realizadas através dele. A coisa se reduz simplesmente a que a sociedade deve calcular de antemão quanto trabalho, meio de produção e de vida ela pode empregar nos ramos de atividade (Geschäft) que, como a construção civil e de ferrovias por exemplo, não fornecem meio de produção nem de vida nem qualquer efeito útil por um longo tempo, um ano ou mais, mas que retiram da produção total trabalho, meio de produção e de vida. Na sociedade capitalista, ao contrário, em que o entendimento social sempre só se faz valer 'post festum', podem e devem irromper constantemente, por isso, grandes paralisações"*(22).

Como no capitalismo não há cálculo prévio, mas *"entendimento social 'post festum'"*, a proporcionalidade da divisão não é garantida. Daí vêm as crises, caracterizadas por *"grandes paralisações"* no movimento de rotação, isto é, pela interrupção das rotações

e da passagem entre as fases e partes em que o capital se divide; a justaposição delas aparece então como imobilidade e recíproca indiferença. Importante também é notar que a função do planejamento na sociedade comunista e do capital-dinheiro no capitalismo, conforme este momento da apresentação categorial, é de organizar as diferentes temporalidades existentes entre os diversos ramos industriais com distintos prazos de produção e circulação, em que os recursos econômicos aplicados produzem resultados em épocas diferentes, devendo ser harmonizados em sua interdependência multilateral. A crise expressa a possível desorganização destas temporalidades e do sistema de interdependência entre os vários ramos, donde não só a paralisação no movimento interno de um capital singular como inclusive a imobilidade entre os vários capitais socialmente divididos.

A análise da crise passa a requerer, deste modo, uma determinação mais ampla da distribuição do capital, que implique, além da diferenciação das partes do capital singular, também a dos grande setores da produção social e sua mútua dependência. Ou melhor, impõe-se a consideração da divisão interna do capital singular, como resultado de suas divisões externas, isto é, presidida pela divisão do capital social total; é a esta última que se subsume a distinção e possível conciliação dos movimentos simultâneos e das temporalidades diversas dos vários capitais singulares. Este deve ser, por isso, justamente o tema tratado a seguir.

Seção II: A reprodução do capital social

22-

De acordo com o projeto marxiano de apresentação das categorias, o conteúdo da definição de capital social não pode corresponder de imediato à riqueza de determinações que ele possui na realidade efetiva, muito menos à forma de existência de que se reveste para a consciência dos agentes econômicos. Antes, Marx o define através de uma relação ainda abstrata entre os capitais singulares: "*Cada capital singular compõe só uma*

fração autonomizada do capital social total, por assim dizer dotada de vida individual, bem como cada capitalista singular, somente um elemento individual da classe capitalista. O movimento do capital social consiste na totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais individuais"⁽²³⁾. Semelhantemente ao caso dos produtores individuais na divisão do trabalho apreendida no contexto da circulação simples, como visto no item 5 acima, aqui o todo do capital social não resulta da agregação de capitais individuais essencialmente anteriores a ele e independentes dele, e sim, ao contrário, expressa já o conjunto de suas relações ou a "*totalidade dos movimentos...das rotações dos capitais individuais*", determinando a posição específica de cada um a partir das necessidades deste conjunto.

Distinguem-se claramente, com isso, a dimensão da singularidade e da individualidade do capital: enquanto "*fração...do capital social total*", cada um dos vários capitais se apresenta como resultado do fracionamento do capital social, como instância de sua universalidade, como singularização do capital social enquanto "*totalidade*"; por outro lado, na medida em que é "*fração autonomizada*", ele é "*por assim dizer dotado de vida individual*", ou seja, existente por si como indivíduo independente, submetido aparentemente só a suas determinações imediatas. Mas é importante perceber que esta distinção entre os dois aspectos não é obra do pesquisador que, partindo dos capitais individuais dados, comporia uma universalidade subjetivamente abstrata para daí obter analiticamente o capital singular como mero caso do capital social universal. Ao contrário, definindo o capital social como "*total*", Marx o caracteriza enquanto conjunto de relações que preside a diferença de seus termos - os capitais singulares - e simultaneamente se constitui a partir desta diferença, conferindo certa autonomia a seus termos constituintes - os capitais individuais. Este duplo movimento da relação, que institui a diferença mas também se determina através dela, corresponde à efetivação do capital social; a apresentação categorial apenas o reflete e reconstitui, mas não o constrói por si mesma.

O que é assim refletido, porém, é uma certa dimensão da realidade na qual a relação entre os capitais individuais é apreendida unilateralmente sob o aspecto da complementaridade: "*Os circuitos dos capitais individuais entrelaçam-se, porém, um no outro, pressupõem-se e condicionam um ao outro, formando neste entrelaçamento o movimento do capital social total*"⁽²⁴⁾. Se o capital social é "*formado*" pelo "*entrelaçamento*" e mútua "*pressuposição*" e "*condicionamento*" dos capitais considerados em sua individualidade, por outro lado todas estas formas de relação entre eles supõem a própria relação, que os diferencia e reunifica numa "*totalidade*". Ou seja, o capital social não é concebido como uma universalidade homogeneizante em que a individualidade se dissolve e transforma em mero caso singular, e sim como um todo que institui a diferença para dela se constituir enquanto relação, que precisa da diferença também enquanto diferença, permitindo uma "*autonomização*" que confere a seus termos "*vida individual*".

Mas, além disso, o texto citado deixa claro também que o tipo de relação entre os capitais individuais de que se trata é o "*entrelaçamento*" e o recíproco "*condicionamento*", isto é, que o capital social se define primeiro pela complementaridade dos capitais individuais, e só depois pela determinação mais complexa da concorrência. É neste sentido que o movimento de instituição da diferença entre os capitais singulares é ainda enfocado de modo unilateral e que sua relação é abstrata, conforme dito acima: a ligação entre eles na esfera da circulação é essencialmente positiva - o capital social se divide de acordo com as necessidades da reprodução e também de acordo com elas interrelaciona suas partes buscando o completamento que garanta esta última - e o aspecto negativo de sua ligação aparece enquanto mera autonomia de cada parte, e não ainda enquanto oposição entre os capitais individuais, como será o caso da concorrência examinado no próximo capítulo desta tese, correspondente ao Livro III de "O Capital".

Deve-se destacar neste contexto, em primeiro lugar, que a autonomização das partes do capital social, não sendo ainda presidida pela concorrência, não coincide com a divisão do capital total da sociedade entre os capitalistas ou empresas individuais. Se sua

divisão é determinada pelas necessidades da reprodução, por outro lado, é preciso ter em mente, em segundo lugar, que se trata da reprodução do capital social, e não mais de um capital singular tomado como exemplo genérico, mesmo que inclusive este capital social seja inicialmente considerado num plano abstrato, enquanto capital social "em geral".

Assim, *"Enquanto considerávamos individualmente a produção de valor e o valor do produto do capital, era totalmente indiferente a forma natural do produto-mercadoria para a análise, por exemplo, se elas consistiam em máquinas ou em cereais ou em espelhos. Isto era sempre um exemplo, e qualquer ramo da produção podia servir igualmente para ilustração. Lidávamos com o próprio processo de produção imediata, que se apresentava em cada ponto enquanto processo de um capital individual. Na medida em que era considerada a reprodução do capital, era suficiente supor que, dentro da esfera da circulação, a parte do produto de valor que se apresenta como valor de capital encontra a oportunidade de se reverter em seus elementos de produção e, daí, em sua figura de capital produtivo; bem como era suficiente supor que trabalhador e capitalista encontravam no mercado as mercadorias em que eles consumiam salário e mais-valia. Esta maneira apenas formal da apresentação não é mais suficiente na consideração do capital social total e de seu valor do produto. A reconversão de uma parte do valor do produto em capital, o ingresso de uma outra parte no consumo individual da classe capitalista e trabalhadora forma um movimento dentro do próprio valor do produto em que o capital total resultou; e este movimento é não só reposição de valor, mas reposição de matéria, e é condicionado tanto pela proporção mútua das partes componentes do valor do produto social quanto por seu valor-de-uso, sua figura material"*(25).

A apresentação da produção e reprodução do capital feita até agora interessava-se pela determinação básica do capital como valor que se valoriza, isto é, concentrava-se na dimensão do valor e da mais-valia, deixando de lado o valor-de-uso específico produzido por um capital dado, pois se dizia: *"O valor-de-uso não é em geral a coisa 'qu'on aime pour lui même' na produção de mercadorias. Os valores-de-uso são aqui*

produzidos em geral porque e na medida em que eles são substrato material, portadores do valor-de-troca"(26). Com esta indiferença pelo valor-de-uso, o capital justamente se definia como *"fim de si mesmo"* e, daí, *"sujeito"*; por isso devia se começar a apresentação do capital *"em geral"* pelo capital singular. A *"formalidade"* deste procedimento consistia em *"supor que o capitalista e o trabalhador encontravam no mercado as mercadorias"* para o consumo produtivo e individual necessários à reprodução, o que não é mais possível e *"suficiente na consideração do capital social total"*.

Quando é tematizada a reprodução deste último, deve-se levar em conta como se *"encontram no mercado"* os produtos exigidos para a reposição em espécie de cada parte do capital social; este movimento de reposição consiste em *"não só reposição de valor, mas reposição de matéria, e é condicionado tanto pela proporção mútua das partes componentes do valor"* - a proporcionalidade entre as magnitudes de valor dos segmentos do capital social - *"quanto por seu valor-de-uso, sua figura material"* - a conciliação entre as necessidades de produtos específicos dos vários segmentos e a produção deles por estes últimos. Em outras palavras, ao se considerar o todo da produção da sociedade, é preciso pensar se **o quê** é necessário é produzido nas **quantidades** necessárias. O avanço da apresentação sistemática requer, portanto, o retorno do valor-de-uso à análise. O que não significa que ele seja importante *"por si mesmo"*, descaracterizando o capital como valor que se valoriza; ao contrário, a determinação dos valores-de-uso se subordina à da autovalorização, consistindo a *"subjetividade"* mais complexa do capital social precisamente nesta divisão quantitativa e qualitativa de suas *"partes componentes"* para a consecução da reprodução do capital da sociedade.

Deste modo, *"A questão, tal qual se propõe imediatamente, é esta: como o capital gasto na produção se repõe conforme seu valor a partir do produto anual e como se entrelaça o movimento desta reposição com o consumo da mais-valia pelos capitalistas e do salário pelos trabalhadores?"*(27) Como se efetua, então, a divisão do capital social *"em geral"*? Parte da resposta já consta nos textos citados: primeiro, *"a partir do produto*

anual... o capital gasto na produção se repõe conforme seu valor", ou também há "reconversão de uma parte do valor do produto em capital"; segundo, há "o ingresso de uma outra parte no consumo individual da classe...trabalhadora" e, terceiro, "no consumo individual da classe capitalista", pois "se entrelaça o movimento desta reposição com o consumo da mais-valia pelos capitalistas e do salário pelos trabalhadores". Cada segmento do capital social se divide, assim, em três partes: reposição do capital constante utilizado; consumo dos trabalhadores mediante seus salários, que corresponde à reposição do capital variável; e consumo dos capitalistas do equivalente à mais-valia.

A outra parte da resposta pode ser deduzida do seguinte texto: *"Este processo total envolve tanto o consumo produtivo (o processo de produção imediata) junto com as mudanças de forma (materialmente consideradas, trocas) que o medeiam, quanto o consumo individual com as mudanças de forma ou trocas mediadoras dele. ...O circuito dos capitais individuais em sua concentração [Zusammenfassung] para [formar] o capital social, considerado, portanto, em sua totalidade, abrange então não só a circulação do capital, como também a circulação geral de mercadorias. Esta última só pode consistir primitivamente de duas partes componentes: primeiro, do próprio circuito do capital e, segundo, do circuito das mercadorias que entram no consumo individual, ou seja, das mercadorias nas quais o trabalhador gasta seu salário e o capitalista, sua mais-valia (ou parte de sua mais-valia)"(28). Se o "processo total envolve tanto o consumo produtivo...quanto o consumo individual", o capital social deve se dividir em "duas partes componentes: primeiro, do próprio circuito do capital e, segundo, do circuito das mercadorias que entram no consumo individual" dos trabalhadores e capitalistas, o que, aliás, já se entrevia na divisão anterior de cada parte componente em três partes.*

Deve haver, portanto, um setor que produza meios de produção para repor o capital constante gasto por toda a sociedade e outro setor que produza meios de consumo final para os trabalhadores e capitalistas, meios que aparecem para estes como simples mercadorias e não como capital, revestindo-se para eles da forma do circuito M-D-M. Mas

o consumo dos trabalhadores difere do dos capitalistas, porque embora para os primeiros pareça ser de meras mercadorias, para o capital social ele representa reprodução da força de trabalho e, com isso, do capital variável global. Daí que cada setor divida internamente o valor de seu produto nas três partes acima mencionadas, levando Marx a construir seu famoso esquema de reprodução da seguinte forma:

$$\text{Setor 1: } C1 + V1 + MV1 = P1$$

$$\text{Setor 2: } C2 + V2 + MV2 = P2$$

em que 1 é o setor de meios de produção e P1 seu produto, e 2 é o setor de meios de consumo e P2 seu produto; C, o capital constante, V, o capital variável, e MV, a mais-valia.

As múltiplas relações pelas quais os vários ramos ou capitais singulares produzem um para o outro são sintetizadas por Marx, assim, na relação entre estes dois grandes setores que determinam independentemente um do outro a magnitude de valor alocada em cada uma de suas partes, mas que têm no outro o comprador de seu produto. Já pelo sistema de equações exposto acima pode se perceber que o setor 1 deve produzir como P1 o total de meios de produção para repor o seu próprio capital constante, C1, e o do setor 2, C2, cujos valores se transferiram para os respectivos produtos ao cabo do período de trabalho considerado; e que, mais ainda, o setor 2 deve produzir como P2 o total de meios de consumo final comprados pelos trabalhadores e capitalistas de ambos setores, correspondentes ao capital variável de cada um, V1 e V2 e à mais-valia dos dois, MV1 e MV2, pois por enquanto se supõe que ela é usada pelos capitalistas apenas como renda destinada a seu consumo individual⁽²⁹⁾. Ou seja, expressando novamente na forma de equações:

$$P1 = C1 + C2$$

$$P2 = V1 + MV1 + V2 + MV2$$

De fato, Marx examina detalhadamente e mediante auxílio de alguns exemplos numéricos o modo com que devem se combinar as magnitudes de valor relativas em cada parte componente do produto de valor dos dois setores - e também suas respectivas

composições orgânicas de capital (C/V) e taxas de mais-valia (MV/V) - para que a reprodução esteja sempre garantida. O que importa para os fins desta tese, no entanto, é indicar somente em linhas gerais com isso ocorre. Levando em consideração que P1 já possui a "*figura material*" adequada para repor C1, o que é feito simplesmente através de trocas entre os capitalistas dentro do setor 1, interessa observar que a parte remanescente de seu produto, equivalente a C2, é comprada pelos capitalistas do setor 2 com o dinheiro obtido pela venda de meios de consumo aos trabalhadores e capitalistas do setor 1; e mediante esta mesma compra o setor 1 não só fornece os recursos para o setor 2 comprar seu produto remanescente, como também tem sua força de trabalho respondida, V1, além dos seus capitalistas poderem gastar a mais-valia que lhes toca.

Desta maneira, além das relações internas dos capitalistas de cada setor para absorver parte de seu próprio produto, é fundamental a relação entre os dois setores, pela qual se estabelecem as condições da reprodução global e que se realiza através da compra de C2 pelo setor 2 com o equivalente da compra de meios de consumo pelos trabalhadores e capitalistas do setor 1, correspondente a $V1 + MV1$. A condição básica para a reprodução, assim, é a equivalência entre o capital constante repostado pelo setor 2 e a soma do capital variável e da mais-valia do setor 1, ou,

$$C2 = V1 + MV1$$

É sobre a exata proporção entre estas duas grandezas que repusa a garantia da normalidade do contínuo movimento de reprodução do capital social, pois se qualquer uma fosse maior que a outra haveria excesso em um setor e respectivamente carência no outro, impedindo que eles voltassem a produzir conforme os valores prévios⁽³⁰⁾.

Uma vez feita esta análise mais genérica da reprodução, Marx introduz o elemento-chave que dá a ela o caráter capitalista: a acumulação de capital, isto é, o crescimento das magnitudes de valor do capital constante e variável efetuado mediante o investimento de parte da mais-valia obtida num período para ampliar as bases da produção

no período seguinte. Realmente, *"Que a acumulação se realiza às custas do consumo - assim apreendido em geral - é inclusive uma ilusão que contradiz a essência da produção capitalista, na medida em que ela pressupõe que seu objetivo e motivo impulsor seja o consumo, e não a obtenção de mais-valia e sua capitalização, isto é, acumulação"*(31). O capitalista não faz produzir para poder usufruir da mais-valia enquanto renda, de modo que não sente como sacrifício a capitalização de uma parte dela, mas segue apenas o *"o motivo impulsor"* determinado pelo capital convertido em verdadeiro "sujeito", a saber, sua conservação através da contínua valorização.

Se a mais-valia for toda consumida como renda pelos capitalistas, as partes componentes do produto de valor dos dois setores conservam sua grandeza anterior e a reprodução ocorre em escala "simples"; com o investimento de parte da mais-valia no acréscimo de valor do capital variável e constante, por outro lado, a reprodução é "ampliada". Neste caso, a parte do produto do setor 1 equivalente à mais-valia a ser capitalizada no aumento de $C1$ não será usada por seus capitalistas para comprar meios de vida equivalentes a $C2$, e sim para aumentar $C1$ através de intercâmbios internos ao setor 1, modificando a equação de equilíbrio da reprodução "simples" vista acima, para

$$C2 < V1 + MV1(32)$$

É claro que o crescimento de $C1$ faz com que mais capital variável seja também empregado no setor 1, conforme sua composição orgânica de capital, e justamente este aumento em $V1$ implica compras, pelos trabalhadores deste setor, de meios de vida do setor 2, fornecendo o dinheiro para este também aumentar seu capital constante, além do que é retirado de $MV2$ para ser investido.

Também aqui são vários os exemplos numéricos e as explicações do funcionamento equilibrado da reprodução "ampliada" fornecidos por Marx, mas igualmente aqui se trata para ele de ilustrar como esta reprodução com acumulação é possível, se as magnitudes de valor relativas nos dois setores guardarem uma proporção adequada. E este é o aspecto central, pois *"...a reprodução em escala ampliada (que aqui é apreendida apenas*

enquanto produção funcionando com um maior investimento de capital) não tem nada a ver com a magnitude absoluta do produto para uma dada massa de mercadorias, ela só pressupõe um diferente arranjo ou diferente determinação funcional dos diversos elementos do produto dado, sendo imediatamente, assim, somente reprodução simples conforme o volume de valor. Não se altera a quantidade, mas a determinação qualitativa dos elementos dados da reprodução simples, e esta alteração é o pressuposto material da reprodução em escala ampliada que se seguirá depois"(33).

A diferença entre reprodução "simples" e "ampliada", ou entre o mero conceito genérico de "reprodução" e o que corresponde à exigência capitalista de acumulação, depende só de um *"arranjo ou...determinação funcional dos diversos elementos do produto dado"*; isto é, novamente se ultrapassa a simples dimensão quantitativa da *"magnitude absoluta do produto"*, para formular o problema como sendo o de quantidades qualitativamente determinadas, de proporção entre as partes componentes do valor, *"funcionalmente"* distribuídas conforme o interesse na continuidade da acumulação de capital de toda a sociedade. E com a determinação qualitativa da quantidade reaparece a concepção de "medida", examinada no capítulo 2 desta tese, definida agora pela necessidade do capital social dividir seu volume global de valor de acordo com a importância dos valores-de-uso distintos que colaboram para sua reprodução ampliada, ou seja, conforme a função que cada um deles exerce na composição do produto de valor e no seu constante crescimento.

O capital social precisa sempre encontrar a medida adequada para esta distribuição, de modo que o intercâmbio entre os setores diferentes possa ocorrer sem levar à formação de excessos e carências relativas de produtos, o que comprometeria o ritmo da acumulação e até a magnitude absoluta do produto reproduzido. A respeito da objetividade deste processo e contra possíveis objeções de que os números apresentados em seus exemplos são artificios do expositor para demonstrar a possibilidade de se encontrar as proporções necessárias e tornar plausível seu modelo, Marx adianta: *"O que é arbitrário*

aqui, tanto para [o setor] 1 quanto para [o setor] 2, é a proporção entre o capital variável e o constante, bem como a mesmice desta proporção para 1 e 2 e para suas sub-divisões. No que concerne a esta mesmice, ela é apenas a simplificação adotada aqui, e a adoção de proporções diferentes não alteraria absolutamente nada nas condições do problema e de sua solução"⁽³⁴⁾. Não só os números exatos como a própria proporção dada entre estes números para os componentes em ambos setores representam o "arbitrário" nos exemplos de Marx, pois o fundamental é a existência desta proporção.

Mas alcançar esta proporção não é um problema resolvido artificialmente pelo expositor com suas equações e ilustrações numéricas, e sim um processo que o capital social efetivamente vive, que o constitui em seu caráter social. A medida adequada de sua divisão resulta deste processo em que o capital aparece como verdadeiro "sujeito" que tem vida própria e, por isso, propõe as "condições do problema e de sua solução" internalizando-as como seus momentos. É sob tal determinação que ele preside o "arranjo" das quantidades relativas de valor em cada uma de suas partes, oferecendo a si próprio os meios para reproduzir-se em geral e para fazê-lo em escala ampliada. Como vimos, porém, nesta "subjetividade" mesma residem também elementos que impedem a efetivação de suas tendências imanentes ao domínio irrestrito da realidade sobre a qual pretende se estender - no caso ora considerado, à definição da medida adequada para sua reprodução crescente e constante. Tais dificuldades constituem uma nova modalidade de crise, ou melhor, uma apreensão mais complexa e rica do fenômeno das crises, como se verá a seguir.

23-

O sucesso da reprodução do capital social depende, nos termos gerais em que o problema é aqui considerado, de que se verifique uma distribuição proporcional dos valores de suas partes integrantes que permita a concordância no intercâmbio dos dois grandes setores da produção. Nas palavras de Marx: "*O equilíbrio efetivo, com referência à própria conversão [Umsatz] das mercadorias, a conversão das partes diferentes do*

produto anual, é condicionado pelo montante de valor igual das mercadorias reciprocamente convertidas"⁽³⁵⁾. Trata-se, pois, de uma situação de "equilíbrio" do sistema, garantido se cada setor vender ao outro o necessário para poder comprar do outro o "montante de valor" adequado para sua própria reprodução, ou seja, se houver correspondência entre o que cada um precisa vender e o outro, comprar. Assim, a medida da divisão do valor nas "partes diferentes do produto anual" de ambos setores deve se expressar "pelo montante de valor igual das mercadorias reciprocamente convertidas", pela medida presente nas necessidades de consumo do outro setor; as quantidades qualitativamente determinadas são não só as do capital constante, capital variável e mais-valia em cada setor, como também as de meios de produção e de consumo "reciprocamente convertidos" e combinados com as primeiras.

Como vimos, para a medida expressa na equação de equilíbrio da reprodução simples, a situação de reprodução ampliada representa uma desmedida - reflexo da tarefa de Sísifo da acumulação - que desorganiza momentaneamente o sistema e o leva a ter de reencontrar sempre um ponto de equilíbrio novo, uma nova medida temporária que concilie a oferta mútua e a demanda mútua dos setores. Mas, para além deste "bom" sentido da desmedida inerente à acumulação, apresenta-se outro: "o fato da acumulação capitalista exclui, portanto, que $C_2 = (V+M)_1$. Contudo, poderia ocorrer, mesmo na acumulação capitalista, o caso de que, devido à marcha dos processos de acumulação completado na seqüência anterior dos períodos de produção, C_2 fosse não só igual, mas até maior que $(V+M)_1$. Isto seria uma sobre-acumulação em 2, compensável somente através de uma grande quebra, devido a qual se transfere capital de 2 para 1"⁽³⁶⁾.

Se C_2 não for convenientemente menor que $(V+M)_1$, a parte correspondente a este excesso de valor em meios de consumo produzidos pelo setor 2 não será vendida aos trabalhadores e capitalistas do setor 1, cujo consumo é menor do que deveria, "gerando uma sobre-produção em 2" e fazendo com que este setor não possa se ampliar e talvez sequer se reproduzir em escala simples, o que trará subseqüentes dificuldades para o setor 1 repor seu

capital variável; a médio ou longo prazo, a reprodução do sistema como um todo será comprometida. É isto que significa *"o caso de que, devido à marcha dos processos de acumulação completados na seqüência anterior dos períodos de produção"*, ocorra um descompasso no intercâmbio dos setores como expressão da perda de medida da produção de cada um na demanda do outro, *"compensável somente através de uma grande quebra"* - de uma crise. Esta última reflete, portanto, uma desproporcionalidade na divisão de valor do capital social, resultante da perda de referência ou da medida recíproca dos dois setores.

Como a crise consiste aqui no desajuste da demanda e oferta inter-setorial, das compras ou vendas recíprocas, é natural que ela apareça enquanto irregularidade no movimento do dinheiro que intermedeia tal circulação de mercadorias: *"O fato de que a produção de mercadorias é a forma geral da produção capitalista, já implica o papel que o dinheiro desempenha na mesma, não só enquanto meio de circulação mas enquanto capital-dinheiro, e produz certas condições, peculiares este modo de produção, para a conversão normal, isto é, para o processo normal da reprodução, seja em escala simples, seja em escala ampliada, que se convertem em outras tantas condições de percurso anormal, possibilidades de crise, pois o próprio equilíbrio - na configuração natural desta produção - é um acaso"*(37). Por um lado, já que a relação entre os setores se dá basicamente por meio da circulação de mercadorias, retomam-se as determinações próprias desta, tais como a crise enquanto possibilidade de *"percurso anormal"* ao lado das *"condições...para a conversão normal, isto é, para o processo normal da reprodução"*.

Por outro lado, *"o papel que o dinheiro desempenha...enquanto capital-dinheiro"* retoma também a forma do circuito do capital singular, considerando-se como tal cada setor em sua autonomia face ao outro. Neste sentido, o capital-dinheiro representa o elemento de ligação entre as esferas distintas da produção imediata e da circulação em ambos setores, distinção que se projeta para seu intercâmbio, uma vez que eles são independentes por princípio em suas decisões de investimento - sobre quanto produzir em cada período e quanto aumentar esta produção no período seguinte, através da capitalização

de parte da sua mais-valia - mas são também dependentes um do outro para a realização destas decisões, porque ela só ocorre se houver equilíbrio nas magnitudes de valor da circulação intersetorial. A função do capital-dinheiro, portanto, passa a ser ligar na esfera da circulação o que aparece como autônomo na da produção, para garantir que a unidade das duas esferas implique a harmonização dos interesses dos dois setores simultaneamente independentes e dependentes, permitindo a reprodução de cada um e do sistema por eles formado, como um todo.

Assim, *"...todos estes pressupostos necessários se condicionam reciprocamente, mas são mediados por um processo muito complexo que envolve...processos de circulação ocorrendo independentemente uns dos outros mas entrelaçando-se uns nos outros. A própria complexidade do processo oferece outras tantas ocasiões para percurso anormal"*(38). A mediação pelo dinheiro, e daí o pressuposto restritivo no modelo de Marx, de que a relação entre os dois setores se estabelece unicamente mediante a circulação de suas mercadorias, indica tanto a possibilidade de *"percurso normal"* como de *"percurso anormal"* da reprodução do capital social. Mais do que uma indeterminação sobre o resultado do processo, isto aponta para a complexidade do estatuto modal da crise neste momento da apresentação: *"Esta concrescência [Verwachsung] e entrelaçamento [Verschlingung] dos processos de reprodução ou circulação de diferentes capitais pela divisão do trabalho é necessário, por um lado, e casual, por outro e assim já se amplia a determinação do conteúdo da crise"*(39).

A *"necessidade"* da relação entre os dois setores está em seu *entrelaçamento*", ou seja, se dá na esfera da circulação, na qual um tem de vender para o outro e comprar deste outro as mercadorias que garantem sua reprodução, e também em sua *"concrescência"*, isto é, no fato de ambos terem de crescer juntos para que a acumulação de cada um seja possível na seqüência dos períodos de produção; a permanência da forma geral mercantil significa que a compra e a venda são o modo básico de sociabilização de trabalhos - agora inscritos na órbita do capital - que aparecem imediatamente como privados e não

como sociais, retomando o que foi visto no item 5 desta tese. Por outro lado, a separação entre as esferas da produção imediata e da circulação, que o item 19 assinalou como característica desta etapa da apresentação do capital social "em geral", justifica que o "entrelaçamento" seja a forma essencial da ligação entre os setores, porque nele ambos não se interpenetram completamente, não se incluem um no outro e não se co-pertencem inteiramente, deixando sempre espaço para que, fora da circulação eles mantenham relativa independência e indiferença entre si.

Isto quer dizer que cada um deles produz e acumula, antes de mais nada, em função de sua própria capacidade e necessidade de valorização, e não da demanda do outro; por isso é "casual" que o "entrelaçamento e a concrecência" ocorram nas proporções adequadas para a reprodução de cada setor e, daí, para o capital social em sua totalidade. A determinação da "necessidade" que um tem do outro aparece, desta maneira, na órbita da circulação na qual eles se vinculam, enquanto a da "casualidade" se manifesta através da autonomia recíproca que eles assumem na órbita da produção, pela qual a realização efetiva da "necessidade" não está garantida. A "divisão do trabalho" presidida pelo capital, isto é, de fato a divisão do capital social, de acordo com as funções que suas partes devem exercer para o sucesso da reprodução ampliada, implica a simultânea "necessidade" da união e a "possibilidade" da separação; implica, em outras palavras, que a união se estabeleça de forma mediada pela diferença, como resultado que se pode verificar ou não.

Esta complexidade do estatuto modal da crise definida no quadro da reprodução do capital social "em geral" é análoga à examinada no nível da circulação simples de mercadorias (item 10 acima), por também se enraizar na tendência à autonomização de momentos interiormente unidos: *"... a autonomização dos momentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É precisamente a crise, na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes. A autonomia, que os momentos pertencentes um ao outro e complementares adotam reciprocamente, é anulada violentamente. A crise manifesta, assim, a unidade dos momentos reciprocamente*

autonomizados. Não ocorre nenhuma crise sem esta unidade interna dos aparentemente indiferentes um ao outro"(40). Do mesmo modo que na relação compra-venda, e porque esta é a forma de "entrelaçamento" dos dois setores, a crise não se reduz à separação ou diferença entre os dois momentos do todo, enquanto desproporcionalidade intersetorial, mas consiste, antes, na "amulação violenta" desta autonomia, na "manifestação...da unidade interna dos aparentemente indiferentes".

Os dois setores da produção social não são distintos simplesmente pelo diferente valor-de-uso de seus produtos, como se sua diversidade antecedesse a relação na qual se "entrelaçam" e "concretizam"; eles são "reciprocamente autonomizados", ou seja, sua autonomia é resultado da própria relação de reprodução do capital social, é uma diferença que chega a aparecer enquanto indiferença porque o todo do capital social precisa, para realizar sua reprodução, da composição e complementaridade de diversos valores-de-uso. Por isso a "unidade interna" está presente mesmo na "aparente indiferença" com que cada setor determina sua taxa de acumulação por si mesmo, e assim a "autonomização dos momentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente como processo destrutivo", destrutivo da "unidade interna" representada pela necessidade dos dois setores venderem um para o outro uma quantidade adequada de mercadorias para conseguirem reproduzir-se conforme o ritmo desejado.

Deste modo, a medida que o capital social dá para si mesmo enquanto "sujeito" de sua própria reprodução, isto é, a proporção correta das quantidades qualitativamente determinadas mediante as quais se realiza tal processo, apresenta-se como resultado difícil e complexo justamente porque, ainda enquanto "sujeito", o capital social se divide em setores autonomizados, que o são por definirem independentemente um do outro a medida de sua acumulação; só 'post festum', através de seu intercâmbio, e possivelmente, estas duas medidas se harmonizam para estabelecer a medida social necessária, fazendo desta algo "casual". E mais: como não apenas a unidade dos setores é uma necessidade do capital social, mas também o é sua diferenciação e autonomização - necessidade de que a

unidade resulte da mediação da diferença, do processo que a compõe enquanto totalidade - o "acaso" da combinação proporcional das medidas originalmente definidas de modo independente em cada setor é, ele mesmo, determinado por esta necessidade complexa do capital social. Aqui novamente, a possibilidade do percurso normal ou anormal da reprodução - a crise como mera possibilidade - se fundamenta na necessidade característica do capital; não é um "acaso" exterior a esta, mas definido por ela.

A crise é a manifestação da impossibilidade da mera autonomia; é a desproporcionalidade que evidencia a necessidade do "*entrelaçamento*" proporcional no intercâmbio dos setores; é a emergência da "*unidade interna*" que revela a indiferença entre eles como algo parcial e, portanto, que eles não são "diversos", exteriores um ao outro, mas postos na diferença pela unidade, ou seja, "opostos". Daí que a combinação das medidas, estabelecidas originalmente em cada setor de modo autônomo, se apresente **na crise** enquanto combinação de medidas de opostos: a crise se define como o momento em que as medidas autônomas se opõem, como contradição de medidas ou, na terminologia da "Ciência da Lógica" de Hegel, como "desmedida"⁽⁴¹⁾. É justamente porque a crise expõe a oposição possível dos setores, que ela explicita a necessidade da diferenciação deles enquanto momentos da unidade do capital social, ou melhor, o lado perverso desta necessidade, que determina a possibilidade de seu intercâmbio não corresponder à medida social adequada à reprodução. Por isso a desmedida não é simples "acaso", contingência exterior ao sistema capitalista, e sim resultado da necessidade presente na constituição deste sistema enquanto totalidade, do capital enquanto "sujeito".

Entretanto, apesar de com isso alcançar uma concepção mais precisa sobre a modalidade das crises neste ponto da apresentação categorial, evitando as interpretações errôneas de outros marxistas que aí buscavam demonstrar sua mera casualidade, deve-se observar novamente que só se pode obter aqui uma descrição da estrutura geral em que ocorre a desmedida; como foi dito no item 20, não se tem uma explicação do fundamento de tal desmedida, de por que ela irrompe necessariamente na esfera da circulação do capital.

Este fundamento, já estabelecido no quadro das determinações constitutivas do capital "em geral" na esfera da produção imediata, está oculto ainda, uma vez que se investigam a produção e a circulação como processos que não se interpenetram e definem mutuamente, mas que apenas são reunidas como partes complementares e independentes uma da outra no movimento de reprodução.

Esta separação dos dois processos, que caracteriza a análise do capital social "em geral", permite inclusive delimitar até onde avança a determinação modal da crise: "*O processo total de circulação ou o processo total de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e sua fase de circulação, um processo que percorre ambos processos como suas fases. Nisto reside uma possibilidade ou forma abstrata mais desenvolvida de crise*"⁽⁴²⁾. Embora não seja mero "acaso", por resultar da necessidade da unidade mediar-se pela diferença, a crise não é ela mesma algo necessário, inevitável; a necessidade descrita acima tanto estabelece a possibilidade da crise na reprodução como a de que não ocorra crise. Esta é ainda explicada, de fato, enquanto algo apenas possível no contexto em questão.

Sem dúvida, como tal possibilidade se determina pela necessidade imanente à constituição do capital, ela é uma "*forma...mais desenvolvida de crise*" em relação à da circulação simples. Mas continua sendo uma "*forma abstrata*", justamente porque se insere num momento da apresentação em que produção e circulação aparecem unidas exteriormente a partir de sua diferença imediata. O pressuposto metodológico na base da elaboração do esquema de reprodução do capital social, de que os dois setores só se relacionam pela circulação, representa exatamente o aspecto da separação de ambas esferas, transposta para o sistema intersetorial. Ou seja, os dois setores definem inicialmente por si sua medida de distribuição de valor e de acumulação, como se fossem reciprocamente indiferentes na esfera da produção, para depois viabilizarem suas medidas próprias através do mútuo intercâmbio na esfera da acumulação, em que se manifesta sua interdependência. A possibilidade de desmedida nesta esfera, pela contradição das medidas intra-setoriais

estabelecidas na produção de cada um, define apenas a forma mas não a causa da própria desmedida, sendo, assim, "possibilidade formal".

Portanto, querer deduzir deste momento "*abstrato*" da determinação das crises uma explicação para o modo complexo com que elas efetivamente ocorrem, ou chegar a conclusões definitivas sobre a viabilidade histórica do capitalismo, com previsões otimistas ou pessimistas sobre seu futuro, é, antes de tudo, um grave erro metodológico no qual incorreu grande parte da literatura marxista. Significa desconsiderar a arquitetura da obra de Marx e o caráter progressivo e gradual da apresentação das categorias, erro que já foi apontado e amplamente criticado, pelo que não será objeto aqui de exame mais minucioso⁽⁴³⁾. O sentido, enfim, da descrição e definição da crise no quadro de um modelo restritivo da reprodução do capital social "em geral" me parece ser, basicamente, a caracterização da forma inicial que a desmedida assume enquanto perda de referência do capital em si mesmo no seu movimento de auto-valorização, forma que remete obrigatoriamente, devido a suas próprias carências, para as determinações mais complexas mediante as quais é exposto fundamento ou causa da desmedida, com o que finalmente a crise deveria adquirir o estatuto de algo necessário e inevitável.

Notas do capítulo 3:

- 1)- K, II, 31; (C, II, p. 25).
- 2)- Theorien II, 513. (Teorias, II, 948) Convém esclarecer que a reprodução será enfocada aqui a partir de sua relação com a circulação do capital, como faz Marx no Livro II de "O Capital", mas que já no Livro I ela foi tratada, na VII^a e última seção, no contexto da apresentação da acumulação de capital. Só que aí, justamente, a preocupação de Marx era a reprodução enquanto condição da acumulação e, por outro lado, das características específicas que fazem a reprodução dos meios materiais para a existência humana em geral adquirirem a forma histórica capitalista. O enfoque dado à reprodução no Livro I, assim, recai sobre as condições sociais que determinam a especificidade capitalista da reprodução - o divórcio entre o trabalhador direto e os meios de produção - e a maneira com que o capital conserva e amplia estas condições para poder renovar continuamente sua existência e acumular-se, para poder se reproduzir em escala inclusive crescente: *"A conservação e a reprodução constante da classe trabalhadora permanece [como] condição constante para a reprodução do capital"*. [K, I, 597-598. (C, I2, 157)]. A este tema é dedicado principalmente o capítulo 23 do Livro I, "A lei geral da acumulação capitalista", na qual Marx expõe como as condições técnicas da produção e da acumulação regulam a demanda capitalista por mão-de-obra, controlando o nível dos salários a partir da proporção entre o número de trabalhadores empregados e desempregados. Esta abordagem das condições sociais da reprodução, portanto, tem a ver com o processo de produção tratado no Livro I, e as conclusões deste capítulo 23 só são retomadas no Livro III em que o "processo global da produção capitalista" procura realizar a verdadeira unidade entre produção e circulação.
- 3)- K, II, 43; (C, II, 33).
- 4)- K, II, 64-65; (C, II, 45).
- 5)- Grundrisse, 515-516. Este ponto é bem destacado por Berger ("Krise und Kapitalismus bei Marx", p. 273): *"A fase de circulação e o movimento de circuito enquanto tal compõem o verdadeiro objeto da investigação do Livro II, pois o processo de produção é pressuposto como dado e é considerado simplesmente enquanto fase do processo global da circulação de capital. A unidade de produção e circulação que é posta, com isso, é aqui, portanto, somente uma [unidade] puramente formal. Considera-se aqui ainda o capital em seu devir; produção e circulação aparecem, daí, mediadas de fato uma pela outra, mas em sua figura pura, por sua vez, como separadas uma da outra. Suas definições [Bestimmungen] não são ainda mediadas"*.
- 6)- Theorien II, 513; (Teorias, II, 948).
- 7)- K, II, 32; (C, II, 25). Por isso diz Rosdolsky (op. cit., p. 351): "É que a 'forma acabada' do capital supõe que este tenha superado não só o processo de sua produção propriamente dita mas também o de sua circulação. ...Do que foi dito já se depreende que nesta seção só se pode tratar da consideração abstrata do processo de circulação, das novas formas que se somam ao capital durante seu ciclo e especialmente durante sua permanência dentro da esfera da circulação".
- 8)- K, II, 58-59; (C, II, 41).
- 9)- K, II, 56; (C, II, 41).
- 10)- Theorien II, 514; (Teorias, II, 948).
- 11)- K, II, 105; (C, II, 75.)
- 12)- K, II, 106-107; (C, II, 77).
- 13)- K, II, 107; (C, II 77). O problema surgido aqui ganha contornos mais precisos e complexos ao se atentar para a indicação de um momento de interrupção, na frase *"Se isto durar por um tempo"*, lembrando do texto da nota 8 que dizia que *"o próprio circuito condiciona a fixação do capital, durante prazos determinados, nos segmentos singulares do círculo"*. Ao invés de uma simples paralisação do circuito em uma forma-capital, concentrando nela duas ou três partes de valor e bloqueando o movimento, já com a permanência do capital em uma forma por um tempo maior ou menor do que o de sua

permanência em outra ou outras pode haver a concentração de valor, seja porque o capital abandona rápido demais uma forma antes de ter abandonado a forma anterior ou de ter passado da forma anterior para a considerada, seja porque o capital se mantém por um prazo demasiado longo em uma forma, sem passar para a posterior que ele já abandonou ou depois que passou da anterior para a forma considerada. Além da proporcionalidade na divisão do valor total do capital entre as três partes justapostas, aparece aqui também a proporcionalidade na duração do tempo em que cada parte deve permanecer sob uma forma antes de passar para a seguinte, pois os movimentos devem ser simultâneos para não ocorrer concentração e prejudicar a divisão de valor. Se o próprio circuito coordena "a fixação do capital durante prazos determinados", isto é, se ele deve controlar a simultaneidade do movimento das três partes justapostas, por outro lado o tempo de permanência de cada uma depende diretamente de fatores independentes dos que determinam o tempo das outras formas. A realização de cada função depende da realização das demais: a venda das mercadorias de acordo com as condições do mercado, para o capital-mercadorias; a demora ou rapidez excessiva no processo de trabalho, que tem a ver muitas vezes com elementos naturais específicos ao que se está produzindo, no caso do capital-produtivo; ou ainda dificuldades com fornecimento de meios de produção ou na contratação de mão-de-obra qualificada, para o capital-dinheiro. Nestas diversas situações, os prazos de permanência em cada forma escapam do controle geral pela necessidade de auto-valorização do capital, dando uma determinação mais concreta para as interrupções ou bloqueios em cada estágio, que levam a desproporções e crises. Este problema da conciliação entre tempo de produção e de circulação é objeto de 3 capítulos da seção II do Livro II de "O Capital": o 12º, "O período de trabalho"; o 13º, "O tempo de produção"; e o 14º, "O tempo de rotação (Umlauf)". De certo modo, este problema reaparecerá no próximo item desta tese.

- 14)- Sobre o estatuto desta "possibilidade ou forma abstrata" da crise, diz Berger ("Krise und Kapitalismus bei Marx", p. 278): *"Esta unidade - somente formal - de momentos autônomos um face ao outro contém, assim, a possibilidade de sua divisão e autonomização um face ao outro. Neste ponto [Stelle] da investigação aparece, daí, pela primeira vez a possibilidade da crise enquanto possibilidade da separação da fase de produção e fase de circulação. ...Ao mesmo tempo, nisto também está contido, de modo totalmente abstrato, o conteúdo da crise enquanto possibilidade da desproporcionalidade de produção e realização do valor elaborado na produção do próprio capital. Mas também aqui a possibilidade da separação ainda não pode ser determinada de modo pleno de conteúdo e, assim, tornar-se vigente, na medida que as definições do processo de produção e de circulação ainda não se refletem um no outro aqui"*.
- 15- K, II, 156-157; (C, II, pp. 114-115).
- 16- K, II, 159; (C, II, 118). A distinção entre capital fixo e capital circulante é retomada por Marx da tradição da Economia Política que vem desde os fisiocratas. Os capítulos 10 e 11 do Livro II de "O Capital" são dedicados justamente ao estudo desta tradição e à sua crítica. O essencial aí é que, se para Marx também existe tal distinção, ela pressupõe para ele a anterior, entre capital constante e variável, que não era feita com precisão pelos "clássicos". Ele atribui a esta indeterminação a confusão dos "clássicos" entre capital fixo e constante e entre capital circulante e variável, que teria levado Smith a ver na forma de transferência de valor na circulação a origem do valor, e que teria feito Ricardo incluir no capital circulante só os meios de subsistência do trabalho, excluído as matérias-primas e auxiliares por não poder defini-las como criadoras de valor. O erro básico destes economistas para Marx estaria em estabelecer a distinção como uma qualidade própria à natureza material dos meios de produção, a saber, à sua durabilidade nos sucessivos processos de trabalho, independentemente de sua determinação histórico-social como capital. Esta apreensão errônea seria mais uma consequência do "fetichismo" do capital [Cf. K, II, 228; (C, II, 168)]. O reconhecimento da "subjetividade" do capital, na base do "fetichismo", fez Marx, porém, perceber que não são as propriedades materiais dos meios de produção, e sim o seu caráter de capital que determina as funções e distinções das partes em que o capital se divide. Assim, no momento da valorização distinguem-se o capital constante e o variável, determinações que permanecem no momento da transferência de valor pela circulação, sendo por isso fundamentais em relação à de capital fixo e circulante. Marx diz: *"Tratam-se aqui não de definições às quais as coisas estariam subsumidas. Tratam-se de determinadas funções, expressadas em determinadas categorias"*. [K, II, 228; (C, II, 168)]. Na função básica de valorizar-se através do processo de produção, o capital se determina como constante e variável; e na função adicional de transferir valor na circulação para poder reproduzir-se, o capital constante se divide em fixo e circulante, enquanto o variável aparece como

circulante. Estas são funções do capital e não das coisas, pois a mesma coisa pode-se determinar como capital fixo ou como circulante, de acordo com seu papel na circulação e reprodução.

17)- K, II, 183; (C, II, 135).

18)- K, II, 185-186; (C, II, 136-137). Berger ("Krise und Kapitalismus bei Marx", pp. 285-288) salienta e enfatiza a dificuldade de se explicar a crise pela reposição periódica do capital fixo: *"Da mera existência do capital fixo, mesmo também com a suposição de uma duração média da vida útil de suas partes, não se pode concluir [nada] de nenhum modo sobre a formação [Entstehung] do ciclo industrial e a irrupção de uma crise. Mas sem dúvida, se a crise e o movimento do ciclo industrial são supostos, então a existência do capital fixo adquire significado para a reprodução do movimento e para a irrupção de uma nova crise"*. (op. cit., pp. 287-288). Por isso, no texto de Marx, a suposição do capital fixo é descrita enquanto "base material" para as crises e não como causa destas, porque não é por si mesma o que as fundamenta, já que este fundamento deve se encontrar na natureza íntima do capital, derivando-se dela como tendência imanente. Por outro lado, no entanto, se as crises de fato se originam da sobre-valorização do capital, como veremos no capítulo 4 desta tese, o capital fixo instalado representa a "base material" para um certo nível de valorização e para a perda de medida que leva à sobre-desvalorização num certo momento, tornando incompatível o nível de valorização necessário para superar a crise com a "base material" existente. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo. Por aqui, concluímos com Berger: *"Resumindo, pode ser estabelecido que - no que concerne à duração do ciclo industrial - o capital fixo e seu tempo de reprodução, sob determinadas condições, e um elemento determinante para ele [o ciclo]. Enquanto 'base material' de fato das crises periódicas, ao contrário, ele [o capital fixo] só pode ser entendido no sentido limitado de que efeitos se tornam, por sua vez, causas no percurso do ciclo industrial"*. (op. cit., 288).

19)- K, II, 163-164; (C, II, 120-121).

20)- K, II, 164; (C, II 121).

21)- K, II, p. 269; (C, II, 199).

22)- K, II, 316-317. (C, II, 233). A seqüência imediata deste texto é bastante esclarecedora do ponto a que pode chegar uma explicação das crises, pelo menos quanto à sua forma, a partir dos elementos desenvolvidos até aqui: *"Por um lado, pressão sobre o mercado de dinheiro, enquanto inversamente a facilidade do mercado de dinheiro provoca tais empreendimentos em massa, portanto, as condições que mais tarde provocam a pressão sobre o mercado de dinheiro. O mercado de dinheiro é pressionado, pois é necessário aqui constante desembolso de capital-dinheiro em grande escala durante longos espaços de tempo. Abstraindo totalmente de que industriais e comerciantes lançam o capital-dinheiro necessário para a condução de seus negócios em especulações com ferrovias etc., e o repõem no mercado de dinheiro através de empréstimos. Por outro lado: pressão sobre o capital produtivo disponível da sociedade. Como elementos do capital produtivo devem ser constantemente retirados do mercado, e pelo mesmo só é lançado no mercado um equivalente em dinheiro, então cresce a demanda solvente sem fornecer por si mesma qualquer elemento para a oferta. Daí sobem os preços, tanto dos meios de vida quanto dos materiais de produção. Ocorre que, enquanto se engana regularmente durante este tempo, realizam-se grandes transferências de capital. Um bando de especuladores, contratadores, engenheiros, advogados etc., se enriquecem. Eles provocam forte demanda de consumo no mercado, elevando paralelamente os salários. Com relação aos meios de alimentação, também a agricultura é esporeada. Como, porém, estes meios de alimentação não podem aumentar subitamente, dentro do ano, cresce a sua importação, bem como em geral a importação de meios de alimentação exóticos (café, açúcar, vinho etc.) e dos objetos de luxo. Daí sobre-importação e especulação nesta parte do negócio de importação. Por outro lado, nos ramos da indústria em que a produção pode ser aumentada rapidamente (verdadeira manufatura, mineração etc.), o aumento dos preços provoca repentina expansão, à qual logo se segue o colapso. O mesmo efeito ocorre no mercado de trabalho, a fim de atrair grandes massas da sobre-população relativamente latente e mesmo trabalhadores empregados para os novos ramos de negócio. Em geral, tais empreendimentos em grande escala, como ferrovias, retiram do mercado de trabalho um quantum determinado de força de trabalho que só pode vir de certos ramos, como agricultura etc., onde finalmente fortes rapazes são utilizados. Isto ocorre ainda, mesmo depois dos novos empreendimentos já terem se tornado ramos de negócio estáveis e,*

assim, terem educado a classe de trabalhadores empregados por eles. ...Uma parte do exército industrial de reserva é absorvida, cuja pressão mantém baixo o salário. Os salários sobem em geral mesmo nas partes do mercado de trabalho até agora bem empregadas. Isto dura até quando a quebra inevitável novamente torna disponível o exército de reserva de trabalhadores e os salários são reduzidos de novo a seu mínimo e abaixo dele". [K, II, 317-318; (C, II, 233-234)]. É interessante observar nesta descrição das distorções na reprodução do capital que, mesmo antes de desenvolver a forma-preço e os mecanismos do crédito, Marx apresenta o que poderia ser considerado uma teoria embrionária da inflação de preços, fundamentada na dificuldade de conciliar socialmente as diferentes temporalidades de cada ramo da economia, que lançariam seus produtos no mercado em prazos diversos, mas remunerariam constantemente os elementos do capital circulante com dinheiro retirado de seu fundo de reserva, gerando aumentos de preço, por criarem condições para demanda de mercadorias sem terem ainda ofertado nada; daí, distorções nos preços relativos entre os ramos que, repassados para o preço final uns dos outros via custos, levariam ao aumento geral dos preços.

- 23)- K, II, 351-352; (C, II, 261). Sobre as mudanças metodológicas necessárias nesta etapa da apresentação categorial, diz Berger ("Krise und Kapitalismus bei Marx", pp. 289-290): *"Com a diferenciação dada entre capital individual e social e a dedicação da análise ao último, é alcançado de um novo nível na investigação geral do modo de produção capitalista, mais exatamente na análise do processo de formação do capital industrial. Não que Marx várias vezes antes não tivesse já retomado esta diferença; mas só agora esta diferença é reconhecível como princípio constitutivo da apresentação e se completa a passagem para a análise do capital total. ...Marx analisa, no Livro I e nas duas primeiras seções do Livro II, não o capital singular enquanto singular, mas o capital singular de tal modo que abstrai tudo o que lhe é atribuído enquanto singular e o considera somente 'em geral'. Cada capital singular vale apenas como 'caso' do geral, e a inclusão de vários capitais individuais na análise ocorre apenas para ilustração das leis gerais de movimento do modo capitalista de produção. Com a abstração da singularidade dos capitais singulares, porém, abstrai-se simultaneamente do capital social, na medida que este último se constitui só no 'concerto' dos capitais singulares. Só quando a natureza interna do capital singular é analisada, pode-se passar para a análise do processo de constituição do capital total na 'interação' dos capitais singulares".*
- 24)- K, II, 353-354; (C, II, pp. 262-263). Cf. também: *"Assim, a separação de compra e venda aparece aqui de modo que a conversão de um capital da forma-mercadoria na forma-dinheiro deve corresponder à retroconversão do outro capital da forma-dinheiro na forma-mercadoria, a primeira metamorfose de um capital [deve corresponder] à segunda do outro, o abandono do processo de produção pelo outro". [Theorien II, 511; (Teorias, II, 946)]. O "entrelaçamento" dos capitais é definido, assim, em função da reciprocidade com que executam suas metamorfoses individuais, de modo que o capital social se determina aqui por suas combinações recíprocas na esfera da circulação.*
- 25)- K, II 393; (C, II, 292-293). Cf. também: *"No Livro I o processo de produção capitalista foi analisado tanto como acontecimento singular quanto como processo de reprodução: a produção de mais-valia e a produção do próprio capital. A troca de forma e de matéria que o capital percorre dentro da esfera da circulação foi suposta sem se deter muito nisso. Foi suposto, assim, por um lado, que o capitalista vende o produto por seu valor, e, por outro, que encontra dentro da esfera da circulação os meios de produção objetivos [sachlichen] para recomençar o processo ou prosseguir com ele continuamente". [K, II, 352-353; (C, II, 262)].*
- 26)- K, I, 201; (C, II, 155). Texto já citado no corpo da nota 45 do capítulo 2 desta tese.
- 27)- K, II, 392; (C, II, 292).
- 28)- K, II, 352; (C, II, 261-262).
- 29)- Cf. *"O valor total dos meios de consumo produzidos anualmente é igual, assim, ao valor do capital variável II reproduzido durante o ano mais a mais-valia II recém produzida...mais o valor do capital variável I reproduzido durante o ano e a mais-valia I recém produzida" [K, II, 423; (C, II, 313)]. Ou ainda "Por outro lado, o valor total dos meios de produção (I) é igual à soma do valor do capital constante que reaparece na forma dos meios de produção (I) e de consumo (II), ou seja, igual à soma do valor do capital constante que reaparece no produto total da sociedade". [K, II, 429; C, II, 317]*

- 30)- Cf. "Mas o que se produz como resultado necessário, sob o pressuposto da reprodução simples, é: que o novo produto de valor do trabalho anual (divisível em $v+m$) criado sob forma natural de meios de produção seja igual ao valor do capital constante C do produto de valor produzido pela outra parte do trabalho anual, reproduzido em forma de meios de consumo. Se ele fosse menor que Ilc , então II não poderia repor completamente seu capital constante; se ele fosse maior, então restaria um excesso não-utilizado. Em ambos casos, seria violado o pressuposto: reprodução simples". [K, II, 406; (C, II, 301)].
- 31)- K, II, pp. 498-499; (C, II, p. 366).
- 32)- Cf. "Na reprodução simples pressupunha-se que toda a mais-valia é consumida como renda, ou seja, em mercadorias de II ; ela consiste, assim, só dos meios de produção que o capital constante Ilc tem de repor novamente em sua forma natural. Para que ocorra a passagem da reprodução simples à ampliada, portanto, a produção no setor I deve estar na situação de produzir menos elementos do capital constante para II , mas o mesmo tanto a mais para I . Esta passagem, que nem sempre se completa sem dificuldade, é facilitada pelo fato de que uma quantidade de produtos I podem servir em ambos setores como meios de produção. Segue-se, portanto - considerado simplesmente conforme o volume de valor - que dentro da reprodução simples é produzido o substrato material da reprodução ampliada". [K, II, 492; (C, II, 362)]. Apesar desta explicação e das ilustrações numéricas visando esclarecer este ponto, Marx não chega nunca a formular o equilíbrio da reprodução ampliada através de uma equação, tal como ele faz para a reprodução simples. Isto levou vários autores marxistas a buscarem equacionar as condições da reprodução ampliada, tendo sido Bukharin o primeiro a obter uma fórmula em seu "O Imperialismo e a Acumulação de Capital" de 1926, conforme Rosdolsky: "Se designamos, seguindo Bukharin, com α a parte mais-valia destinada a ser consumida, com βc a porção da mais-valia a acrescentar ao capital constante no período produtivo seguinte, e com βv a porção a agregar ao capital variável, então a fórmula anterior deve ser modificada da seguinte maneira, a fim de ajustar-se às condições da reprodução ampliada: $cII + \beta cII = vI + \alpha I + \beta vI$ ". (op. cit., pp. 492-495) E continua Rosdolsky, agora criticando Bukharin, "Mas desta fórmula deduziu outras duas, evidentemente falsas: $cII = vI + \alpha I$ e $\beta vI = \beta cII$. Mas isto só é assim porque Marx não podia de imediato achar a proporção correta entre cI e cII . Em todos os anos seguintes do 1º diagrama, e em todos do 2º, sem dúvida cII é necessariamente menor que $vI + \alpha I$ e βcII é maior que βvI . Em outras palavras: Bukharin esqueceu por completo que a reprodução de C e V mas também de α , isto é, ao crescimento do consumo individual dos capitalistas". (op. cit., p. 495). Berger também cita a equação de Bukharin e concorda com a crítica de Rosdolsky, também mencionando que o erro da dedução das duas equações a partir da primeira só foi notado por Sweezy, em seu "Teoria do desenvolvimento capitalista" de 1942. Em seguida, Berger entra em discussão com autores mais recentes como Tsuru e Glombovski, que ofereceram alternativas à equação de Bukharin e às críticas e correções de Sweezy e Rosdolsky (cf. Berger "Krise und Kapitalismus bei Marx", pp. 303-307); como esta discussão é conduzida através de meios matemáticos detalhados e técnicos, basta aqui mencioná-la sem reproduzi-la detalhadamente.
- 33)- MARX - K, II, 501; (C, II, p. 368).
- 34)- K, II, 406; (C, II, 301).
- 35)- K, II, 490; (C, II, 361).
- 36)- K, II, 515-516; (C, II, 378).
- 37)- K, II, 490-491; (C, II, 361).
- 38)- K, II, 491; (C, II, 361).
- 39)- Theorien II, 511, (Teorias II, 946) grifos meus. Reaparece neste ponto um raciocínio análogo àquele presente na relação entre as fases da metamorfose das mercadorias na circulação simples: "A possibilidade da crise, na medida em que se mostra na forma simples da metamorfose, resulta, assim, apenas de que as diferenças de forma - as fases - que ela atravessa em seu movimento, em primeiro lugar são necessariamente formas e fases complementares e, em segundo, apesar desta co-pertinência interna necessária, são partes autônomas e formas do processo, existentes indiferentemente uma para com a outra, divididas no tempo e no espaço, separadas e separáveis uma da outra". [Theorien, II] 508-509; (Teorias, II, 943-944); grifos meus, neste texto já citado no corpo da nota 69 do capítulo 1)].

- 40)- Theorien, II 501; (Teorias, II, 936).
- 41)- Sobre a relação entre a diferença enquanto "diversidade" e enquanto "oposição" e o modo com que tais determinações se apresentam na "Ciência da Lógica" de Hegel e são, daí, retomadas por Marx em várias passagens de seus escritos econômicos, cf. nota 31 do capítulo 1 desta tese. Sobre a definição de "medida", e de "desmedida" enquanto contradição de medidas, também na "Ciência da Lógica" de Hegel e sua importância para Marx, cf. nota 75 do capítulo 2.
- 42)- Theorien II, 514, já citada na nota 10 deste capítulo. (Teorias, II, 948).
- 43)- Trata-se de um conhecido debate da época da IIª Internacional, iniciado com a publicação da tradução do livro do professor russo Tugan-Baranovsky, "Estudos para a teoria e história das crises comerciais na Inglaterra" em 1901 para o alemão. Neste livro, Tugan-Baranovsky generalizava as teses que ele havia definido sobre a viabilidade do capitalismo na Rússia com os "Narodniki"; enquanto estes últimos afirmavam ser impossível o desenvolvimento do capitalismo em seu país, devido à impossibilidade de um mercado muito estreito absorver o grande volume de produtos da indústria moderna, sugerindo o aproveitamento da estrutura das comunas camponesas ainda dominantes para uma imediata revolução socialista, Tugan-Baranovsky e outros como ele chamados de "marxistas legais", Struve e Bulgákov, sustentavam que o desenvolvimento capitalista na Rússia era não só possível como inevitável. O importante é que, para demonstrar que o mercado se expandiria conforme o crescimento da produção, refutando o argumento "Narodnik" de que isto seria impossível, Tugan-Baranovsky se apoiou nos esquemas de reprodução do Livro II de "O Capital" e daí concluiu que, se as proporções entre os setores forem sempre as adequadas, a reprodução ampliada pode nunca cessar. Por isso, houve a reação inicialmente violenta da social-democracia alemã, que percebeu serem exageradas as conclusões de Tugan, demonstrando não apenas a viabilidade do estabelecimento do capitalismo, mas que ele poderia se eternizar, não sendo necessariamente sucedido pelo socialismo; por isso também se entende que Rosa Luxemburgo, para refutar a "demonstração" de Tugan-Baranovsky, tenha se dedicado à crítica dos esquemas marxianos de reprodução. Desta crítica trata Rosdolsky (op. cit., p. 92-100 e 538-554) de modo definitivo, ao indicar que seu erro básico, para além das falhas sempre apontadas nos conceitos econômicos, está muito mais na sua falha compreensão da metodologia e da arquitetônica de "O Capital". O eixo da objeção de Rosdolsky é que Rosa Luxemburgo exigiu dos esquemas marxianos uma "aproximação à realidade" incompatível com o objetivo deles, por confundir o capital social com o capital efetivo, como ele aparece de fato na realidade, sem perceber a categoria de "capital em geral" sob a qual é considerado não só o capital singular mas também o capital social apresentado nos esquemas do Livro II. E este mesmo erro cometeram inclusive aqueles a quem Rosa Luxemburgo criticava - os "marxistas legais" russos - e os que a criticaram posteriormente, como Otto Bauer e Hilferding, pois eles também acreditavam ser possível aplicar os esquemas diretamente à realidade, para explicar através deles como a viabilidade histórica do capitalismo dependia simplesmente da proporcionalidade na distribuição de valor entre os componentes do capital e os grandes setores da produção social. A grande importância desta objeção de Rosdolsky, portanto, é que expõe o erro de todo o conjunto de autores "clássicos" do marxismo como sendo fundamentalmente de apreensão do projeto de apresentação categorial empreendido por Marx, ao mesmo tempo em que fixa os limites da análise possível a partir dos esquemas do Livro II. Não tem sentido, sob esta perspectiva, a crítica de Rosa Luxemburgo da "simplificação" de Marx ao considerar a sociedade como composta somente por trabalhadores e capitalistas, para com isso justificar a necessidade de mercados externos e "imperialismo" enquanto válvula de escape para o consumo do excesso do capital-mercadoria que levaria às crises periódicas e finalmente ao colapso do capitalismo; a "simplificação" dos esquemas atende, porém, ao objetivo de demonstrar como se dá a reprodução do capital social em geral num sistema fechado, isto é, perpassado pelo capital enquanto relação que se auto-determina por princípio, enquanto "sujeito automático"; atende também, por outro lado, à necessidade de mediar a relação do capital consigo próprio - dos dois setores em que ele se divide - pela relação dele com o trabalho assalariado, o que corresponde ao nível do capital "em geral", conforme visto no corpo da nota 28 do capítulo 2 da presente tese. Outra exigência sem sentido é também a de considerar o progresso técnico no quadro da reprodução ampliada, alterando obrigatoriamente a proporção dos valores pela modificação constante na composição orgânica do capital de cada setor; a esta crítica de Rosa Luxemburgo seguiram-se tentativas de mostrar que era possível manter tais proporções mesmo levando em conta o progresso técnico, como fez, por exemplo, Bauer. Esta restrição imposta por Marx, no

entanto, não é falha sua, mas uma suposição decorrente do pressuposto de que entre os setores existe relação só através da circulação mútua de mercadorias, enquanto o progresso técnico exigiria transferência direta de capital de um setor para outro por meios distintos da mera circulação (por ex., os mecanismos do crédito, o que estão ainda totalmente fora da análise neste ponto). Sobre isto, aliás, Rosdolsky concorda com Rosa Luxemburgo, afirmando que sob esta restrição o progresso técnico provocaria permanente desequilíbrio inter-setorial e crises; e disto discorda Berger (op. cit., 297), dizendo que *"Se o progresso técnico for aceito na análise do circuito, então as condições de equilíbrio não se transformam de fato em condições sua paralisia, [(e diz na nota abaixo "Isto afirma falsamente Rosdolsky" - JG)] mas se paralisa o estado de equilíbrio, até aqui suposto como dado, do modo de produção"*. Esta crítica a Rosdolsky parece encontrar respaldo na seguinte passagem de Marx: *"...supõe-se não só que os produtos são trocados por seu valor, mas também que não ocorre nenhuma revolução de valor nas partes componentes do capital produtivo. Tanto quanto os preços se desviam dos valores, esta condição não pode ter, aliás, nenhuma influência sobre o movimento do capital social. Trocam-se antes e depois as mesmas massas de produtos, embora os capitalistas singulares estejam envolvidos em relações de valor não mais proporcionais a seus respectivos desembolsos e às massas de mais-valia produzidas por cada um deles. Mas no que concerne às revoluções de valor, elas não mudam nada nas proporções entre as partes componentes de valor do produto total anual, na medida em que elas sejam distribuídas em geral e equitativamente. Na medida em que, ao contrário, elas sejam distribuídas parcial e não-equitativamente, apresentam-se perturbações que, em primeiro lugar, só podem ser entendidas enquanto tais na medida em que elas forem consideradas como desvios de proporções de valor constantes; mas, em segundo lugar, se se comprovar a lei pela qual uma parte de valor do produto anual repõe capital constante, e uma outra, capital variável, então uma revolução, seja no valor do capital constante, seja no do variável, não altera nada esta lei. Ela alteraria apenas a magnitude relativa das partes de valor que funcionam em uma ou outra qualidade, pois no lugar dos valores originais outros valores seriam introduzidos"*. [K, II, (C, II, 292)]. Sem querer entrar no mérito desta nova discussão, entretanto, gostaria de finalizar esta nota reiterando o acerto da observação metodológica de Rosdolsky, pela qual ele critica os que *"esqueceram que as fórmulas abstratas do Livro II de 'O Capital' só constituem uma 'etapa da análise', pelo que não se pode aplicá-las diretamente à realidade capitalista concreta, já que para isso se requerem muitos 'elos intermediários'. Em outras palavras: os austro-marxistas misturavam duas fases diferentes da análise de Marx, e por isso tinham de se extraviar. Desta maneira, seu desdém pela dialética marxista se vingou deles."* (ROSDOLSKY, op. cit., 499).

Capítulo 4: A unidade processual da produção e a circulação

Seção I: Concorrência e Lucro

24-

À medida em que o capital se desenvolve enquanto "sujeito" do movimento de sua auto-determinação, suas disposições constitutivas se apresentam cada vez mais como tendências imanentes à realização destas disposições, independentes de condições exteriores a ele. Seria lícito, então, esperar que ao termo deste movimento as condições referentes para a plena efetivação de suas tendências fossem essencialmente dependentes das determinações internas ao capital. Se o são, contudo, são de um modo muito complexo, dificilmente perceptível e pelo qual com frequência os fenômenos manifestam tais determinações de forma invertida e inclusive ocultadora. O problema da efetivação das tendências imanentes adquire um significado especial no caso delas serem as que levam às crises, objeto da presente tese, pois aí se trata de uma explicação mais rica e "concreta" para as crises reais ou melhor, para o modo de efetivação da própria crise.

Até aqui, esta possuía o estatuto da mera possibilidade de realização da necessidade inerente à tendência justamente devido ao nível ainda abstrato da apresentação categorial, em que mesmo a reprodução do capital social se revestia de um caráter "geral", marcado por uma unidade exterior entre os processos de produção e de circulação que, como vimos no item 19 acima, não imprimiam um sobre o outro suas características fundamentais. É precisamente o estágio no qual ocorre esta recíproca determinação que o Livro III de "O Capital", tematizado a partir de agora, procura atingir e descrever, ultrapassando aquele em que o exame da reprodução se colocava somente na perspectiva da circulação⁽¹⁾. Define-se, assim, o nível do "processo total da produção capitalista" - subtítulo do Livro III - através da imbricação profunda dos dois processos, mediante o qual se

busca conhecer o modo de efetivação das crises e, com isso, explicá-las enquanto consequência necessária da constituição peculiar do capital.

Nas palavras de Marx: "*Apresentamos no Livro II esta esfera da circulação naturalmente só em relação às determinações formais que ela produz, para demonstrar o desenvolvimento progressivo da figura do capital que nela ocorre. Na realidade, porém, esta esfera é a da concorrência, que, considerada em cada caso, é dominada pelo acaso; onde a lei interna, portanto, que se impõe nestes acasos e os regula, não é visível até que estes acasos sejam reunidos em grandes massas, onde ela permanece invisível e incompreensível aos agentes singulares da produção. Além disso, porém: o processo de produção efetivo, enquanto unidade do processo de produção imediata e do processo de circulação, produz novas configurações, nas quais mais e mais a nervura do nexo interno se perde, as relações de produção se autonomizam umas face às outras e as partes componentes do valor ossificam-se em formas autônomas umas face às outras*"⁽²⁾. Pela riqueza de seus vários aspectos, este texto como que fornece um programa do tema da presente seção, devendo ser, por isso, analisado detalhadamente e por partes.

Em primeiro lugar, Marx assinala que a diferença no enfoque da circulação inter-capitalista do Livro II e do Livro III está em que naquele trataram-se apenas das "*determinações formais*" próprias desta esfera, isto é, as relações de compra e venda entre os dois setores em que se divide o capital social. Neste caso, "*Tanto quanto um capitalista compra de outros, compra mercadorias, eles estão numa relação de troca simples; não se comportam reciprocamente como capital*"⁽³⁾. Embora se defrontem aqui capitalistas, um aparece para o outro enquanto mero comprador ou vendedor de mercadorias e não enquanto capitalista, ou seja, seus capitais "*não se comportam reciprocamente como capital*", mas como mercadoria e dinheiro, "*determinações formais*" da "*relação de troca simples*". Entretanto, se "*na realidade*" os capitais devem se "*comportar reciprocamente como capital*", sua relação tem de incluir e ultrapassar a mera compra e venda de mercadorias, apresentando-se enquanto "*esfera da concorrência*" inter-capitalista: é só na

concorrência que um capital tem, no outro, outro capital, e não simplesmente valor-de-troca.

Estes capitais singulares são todos capital e, assim, perseguem idêntico objetivo de auto-valorização; e, já por isso, entram em conflito pelas oportunidades relativamente escassas de alcançarem seu objetivo comum. Este conflito, a concorrência, se estabelece pela oposição entre o que é comum a todo capital e a existência necessariamente determinada do capital enquanto capital singular, porque cada um destes deve realizar a finalidade geral como se ela fosse apenas sua, até em detrimento dos outros. Por isso, Marx diz que "*...essência do capital..., como deve ser desenvolvido mais aproximadamente na concorrência, [é algo que] se repele de si*", e ainda, "*Como o valor forma a base do capital. [como] este existe, portanto, necessariamente só através da troca por um contra-valor, ele [o capital - JG] necessariamente se repele de si mesmo. Um capital universal, sem capitais estranhos diante de si com os quais ele troque...é, por isso, um absurdo [Unding]. A repulsão dos capitais uns dos outros já está nele enquanto valor-de-troca realizado*"⁽⁴⁾.

A concorrência, enquanto "*repulsão dos capitais uns dos outros*", tem sua origem na "*essência do capital que...se repele de si*", isto é, na auto-repulsão do capital. Este movimento de auto-repulsão, já assinalado no contexto da acumulação de capital "em geral" (cf. item 15 acima) aparece aqui com o sentido de que a forma de existência básica do capital é a multiplicidade de capitais que se repelem uns dos outros, diferenciando-se e negando-se reciprocamente, porque para cada um a finalidade comum a todos se afirma como se só ele devesse realizá-la, impedindo tendencialmente os outros de fazê-lo. O capital, considerado em sua característica genérica e essencial de valor que se valoriza, "*necessariamente se repele de si mesmo*" enquanto capital determinado, individual, pois cada um destes capitais pretende cumpri-la por si e para si somente, repelindo-se dos demais e repelindo-os na medida em que eles têm idêntica pretensão.

E assim, "*O singular opera aqui somente como parte de um poder social, como átomo da massa, e é nesta forma que a concorrência faz valer o caráter social da*

produção e do consumo. O lado da concorrência, momentaneamente o mais fraco, é simultaneamente aquele no qual o singular opera independentemente da massa de seus concorrentes e, com frequência, diretamente contra eles, e justo através disto se faz sensível a dependência um do outro, enquanto o lado mais forte sempre mais ou menos se defronta à contraparte como unidade fechada"(5). Marx distingue neste texto "dois lados" da relação entre a universalidade e a singularidade do capital: "o lado da concorrência" entre os múltiplos capitais, "no qual o singular opera independentemente da massa de seus concorrentes e, com frequência, diretamente contra eles", no qual portanto, cada capital singular aparece como indivíduo autônomo e em oposição aos demais; e o lado da universalidade presente enquanto determinação comum a todo capital, que se manifesta na "massa" de capitais singulares como "poder social" por eles exercido.

À primeira vista, cada um dos dois "lados" se "defronta à contra-parte como unidade fechada", ou seja, eles parecem não ter relação um com o outro, ficando o lado do universal como uma generalidade abstrata e o da concorrência, como a aparência de mero conflito entre indivíduos autônomos e livres, que é a figura sob a qual ela costuma ser superficialmente considerada. No entanto, justamente a concorrência estabelece a relação entre os dois "lados", porque através dela "se faz sensível a dependência um do outro" dos vários capitais, a dependência que se institui no quadro da independência exterior deles, pois esta é expressão da auto-repulsão própria à "essência do capital" na repulsão recíproca entre os capitais singulares; em outras palavras, a autonomização e conflito dos capitais singulares expressa a cisão interna do capital global.

O "lado da concorrência", assim, não é apenas a luta de indivíduos independentes, mas é presidido pelo movimento interno do capital global, que é o "lado" universal. E este, por sua vez, não é mera generalidade abstrata: a "massa" da qual o capital singular é um "átomo" não é a soma de indivíduos diversos, e sim a "massa...de concorrentes", apresentando o capital singular já determinado pela concorrência, pelo universal que se repele de si mesmo. Se a concorrência, por um lado, exprime esta auto-

repulsão própria à "*essência do capital*", por outro também as disposições constitutivas do capital precisam da concorrência como forma necessária de manifestação, para que se faça "*valer o caráter social da produção e do consumo*" numa sociedade de livres possuidores de mercadorias.

Mas de que forma age o "*poder social*" da concorrência e por que ela é a forma necessária de sua atuação? De acordo com Marx, "*Conceitualmente a concorrência não é senão a natureza interna do capital, sua determinação essencial, que aparece e é realizada como ação recíproca dos muitos capitais uns sobre os outros, a tendência interna enquanto necessidade externa. O capital existe e só pode existir enquanto muitos capitais e sua auto-determinação aparece, por isso, como ação recíproca dos mesmos uns sobre os outros*"⁽⁶⁾. Este texto retoma em parte o que já foi dito sobre o capital adotar a forma de existência de "*muitos capitais*", de modo que a auto-repulsão característica da sua "*natureza interna*" aparece como repulsão dos capitais singulares uns dos outros.

Acrescenta-se a isto agora, porém, que a repulsão dos "*muitos capitais*" é simultaneamente uma "*ação recíproca*" exercida por eles, através da qual eles se impõem a conformidade à "*determinação essencial*" do capital pela delimitação do espaço de cada um no mercado e pelo conflito permanente para a redistribuição deste espaço entre eles. Aquele que não cumprir a "*determinação essencial*" - que não adequar sua própria taxa de valorização à média do capital social total, por exemplo - perderá espaço para os demais e poderá ser até excluído do mercado, eventualidade que tira o sono dos capitalistas individuais e os obriga a pelo menos acompanhar os padrões médios de eficiência ou, como é de fato o caso na luta pela ampliação do espaço de cada um, a tentar superá-los e obter um ganho extraordinário.

Deste modo, a "*dependência um do outro*" dos capitais singulares, referida no texto anterior, não é a complementaridade das vendas e compras, mas a imposição um ao outro da "*determinação essencial*" do capital através do conflito entre os capitais pela exclusão mútua das oportunidades de auto-valorização. Porque cada um quer realizar por si

esta "*tendência interna*" constitutiva do capital, luta para impedir que os outros façam e os obriga, assim, a fazê-lo da mesma maneira. Daí que a "*tendência interna*" se afirme através da dimensão negativa da concorrência, assumindo o aspecto de uma "*necessidade externa*" para cada capital singular, isto é, imposta de fora pelos demais como requisito de sobrevivência e de poder, e não diretamente pela "*natureza interna*" de capital comum a todos. As determinações universais do capital, assim, que têm sempre este caráter de "*tendência*", se realizam só através da concorrência entre os singulares, ao mesmo tempo em que emergem de sua "*interioridade essencial*" à existência com a figura inversa à da "*auto-determinação*", a saber, como "*necessidade externa*" para cada capital singular, contingência.

Por isso que, recordando de novo mais um trecho do primeiro texto citado, "*a esfera da concorrência ...considerada em cada caso, é dominada pelo acaso; onde a lei interna...que se impõe nestes acasos e os regula, não é visível até que estes acasos sejam reunidos em grandes massas*". Ou seja, "*em cada caso*" ou para cada capital singular a "*lei interna*" se apresenta como pressão exercida pelos demais, "*externa*" na medida em que eles aparecem uns para os outros como independentes, "*dominada pelo acaso*" porque nesta sua independência eles parecem escapar a qualquer controle recíproco, não revelando nenhuma regularidade mais marcante que indicasse a presença de uma lei. Esta só "*é visível*" como "*o que se impõe...e regula*" os acasos quando eles são "*reunidos em grandes massas*", de modo que o acaso não deixa de aparecer como tal para cada indivíduo e de assim atuar, realizando a "*lei interna*". O acaso não se subordina à lei anulando-se, mas como meio para sua realização.

Daí que "*A concorrência em geral, esta locomotiva essencial da economia burguesa, não estabelece suas leis, mas é seu executor. 'Illimited competition' não é, por isso, o pressuposto para a verdade das leis econômicas, mas a consequência - a forma de aparecimento na qual sua necessidade se realiza. ...A concorrência não explica, então,*

estas leis, e sim ela as permite ver, não as produzindo, porém"⁽⁷⁾. A concorrência é "locomotiva" por "executar" as leis, que se estabelecem, entretanto, no nível do capital "em geral" pela sua relação com o trabalho assalariado; a auto-negação do capital aí presente, ao invés de se manifestar enquanto contradição explícita, enquanto oposição com o trabalho vivo, aparece como oposição entre os "*muitos capitais*". A necessidade da "*lei interna*", da tendência imanente, "*se realiza*" através desta oposição, se afirma mediante a negação e o conflito dos capitais singulares e sua eventual eliminação recíproca.

A formulação de Marx se assemelha aqui à famosa "astúcia da razão" hegeliana, segundo a qual o "espírito universal" se utiliza da luta dos singulares para se efetivar e preservar apesar de sua mútua destruição e justamente por causa dela⁽⁸⁾. Em Marx, a afirmação do universal pela negação competitiva entre os múltiplos capitais é mais um aspecto da "subjetividade" do capital, que se repele de si, engendrando a multiplicidade e o conflito externo como expressão do próprio conflito interno, para resolvê-lo momentaneamente e repô-lo em seguida de modo mais complexo. Desta "subjetividade" são inconscientes os sujeitos imediatos da economia, pois, como dizia a seqüência do trecho citado do primeiro texto, "*a lei interna...permanece invisível e incompreensível aos agentes singulares da produção*" que vêem o acaso só como mero acaso e não como "*forma de aparecimento na qual a necessidade se realiza*", agora conforme o texto citado à nota 6. Por isso, seu agir consciente leva apenas indiretamente à realização das "*tendências internas*", na medida em que a universalidade subjetiva" do capital deles se serve como condição 'sine qua non' de sua efetivação⁽⁹⁾.

Por outro lado, a "*necessidade externa*" com que eles se impõem estas tendências, faz que na concorrência se recuperem e realizem todas as disposições constitutivas do capital industrial já apresentadas nos Livros I e II de "O Capital". Se lá, porém, elas eram consideradas de modo "formal" - unidas exteriormente como esferas autônomas de circulação e produção imediata, cujas características não se determinavam

mutuamente - agora, voltando ainda ao primeiro texto, "*o processo de produção efetivo, enquanto unidade do processo de produção imediata e do processo de circulação, produz novas configurações*" resultantes da imbricação dos dois processos, para compor uma unidade interna de ambos que implique um "*processo efetivo*" e não mais tendencial. A concorrência o faz porque realiza e condensa, na repulsão e negação dos "*muitos capitais*" uns dos outros, os vários momentos em que a auto-negação do capital se desenvolveu, pois ela mesma é uma forma mais rica e plena do desenvolvimento desta última, é a forma em que a "*tendência interna*" à auto-determinação e auto-negação do capital "em geral" se efetiva como "*necessidade externa*" de mútua determinação e negação dos singulares⁽¹⁰⁾.

Assim, considerando-se como tendência a dimensão positiva do progressivo domínio do capital sobre as condições de sua constituição e reprodução, "*A concorrência é, em geral, a maneira pela qual o capital impõe seu modo de produção*"⁽¹¹⁾. Além disso, levando em conta que as "*tendências internas*" também resultam da auto-negação essencial ao capital, ao se manifestarem na concorrência elas tornam efetiva a crise potencial inerente ao capitalismo, pelo mesmo meio da coerção recíproca dos capitais singulares. Chegamos ao ponto, com isso, em que a crise deveria poder ser explicada como uma consequência absolutamente necessária da estrutura do capitalismo e, simetricamente, que este sistema deveria ser descrito como o que conduz necessariamente à crise.

Mas a dificuldade aqui consiste em que, retomando um último aspecto do primeiro texto citado, nas "*novas configurações*" assumidas pelo "*processo de produção efetivo...mais e mais a nervura do nexo interno se perde*", devido à autonomização das relações de produção e dos momentos básicos do capital uns face aos outros. Se isto corresponde justamente à forma da concorrência, ao mesmo tempo torna muito complexa a definição precisa do estatuto modal da crise, isto é, da necessidade de sua efetivação. A tarefa do presente capítulo será, então, examinar os desdobramentos que as determinações da crise no nível do capital "em geral" adquirem, agora na esfera da concorrência -

principalmente a tendência à queda da taxa de lucro e à sobre-acumulação cíclica de capital - e depois discutir preliminarmente problemas intrínsecos à formulação de Marx no que diz respeito ao estatuto modal da crise, mesmo nesta etapa avançada da apresentação categorial. Somente a partir daí será possível, por fim, uma avaliação mais rigorosa do que acredito ser o fundamento do projeto marxiano de crítica ao capitalismo e à economia política, objetivo desta tese.

25-

Para a descrição do "processo global da produção capitalista" e da maneira com que se impõem suas determinações inerentes, é de importância central que o excedente econômico se apresente neste momento sob a forma de lucro, pois é nela que o cálculo da valorização do capital pode revelar os movimentos e tendências desta última. Se até agora, porém, especialmente tomando as categorias da circulação como ponto-de-partida, o lucro podia ser definido como mera expressão em dinheiro da mais-valia, a consideração de que a produção capitalista é perpassada pela concorrência torna mais complexa a relação entre mais-valia e lucro e, com isso, também a definição dele. Esta tarefa exige a introdução de alguns conceitos novos, que serão o objeto de estudo do presente item da tese.

Em primeiro lugar, Marx define como "preço de custo" a soma dos valores (expressos em dinheiro) do capital constante e do variável empregados na produção de uma mercadoria, isto é, o capital total utilizado para tanto. Em função disto, *"Como derivado... do capital total adiantado, a mais-valia adquire a forma transfigurada do lucro. ... O lucro, tal como o temos imediatamente diante de nós, é o mesmo que a mais-valia, portanto, só que numa forma mistificada que surge necessariamente do modo de produção capitalista. Porque na formação aparente do preço de custo não se pode reconhecer nenhuma diferença entre capital constante e variável, a origem da alteração de valor que*

ocorre durante o processo de produção deve se transferir da parte variável do capital para o capital total. Porque num pólo o preço da força de trabalho aparece na forma transfigurada de salário, no pólo contraposto a mais-valia aparece na forma transfigurada de lucro"(12).

Se o excedente for visto *"como derivado"* apenas do trabalho vivo incorporado ao capital - o que corresponde à realidade fundamental do capitalismo segundo Marx - ele permanece enquanto mais-valia. Mas a própria mais-valia existe, porque a força de trabalho opera sob condições impostas pelo capital (no caso, por um tempo que excede ao necessário) e passa a fazer parte deste como capital variável, entrando na composição do capital tanto quanto o capital constante. Daí que, não se percebendo *"na formação aparente do preço de custo...nenhuma diferença entre capital constante e variável"*, pois ambos são partes componentes do *"capital total adiantado"*, C+V, possa se *"transferir"* a explicação da origem do excedente *"da parte variável do capital para o capital total"*. vendo o excedente *"como derivado"* deste último. As condições para a criação de mais-valia revestem-na simultaneamente da forma de lucro, justamente *"porque...o preço da força de trabalho aparece na forma transfigurada de salário"*, porque o capital fez dela uma parte de si.

Mas o trabalho vivo continua sendo a única fonte de valor, de modo que considerar a mais-valia *"como derivado... do capital total adiantado"* significa ocultar-lhe a origem verdadeira. Isto ocorre, por sua vez, devido à pretensão do capital em constituir uma totalidade de que faça parte a força de trabalho, tornando-se "sujeito" de sua autovalorização: ele pretende ser, enquanto capital total, fonte de valor e de mais-valia que, como resultado dele, assume a forma de lucro. Por este processo "fetichizante" é que o lucro aparece como *"forma transfigurada da mais-valia"* e, além disso, como *"forma mistificada que surge necessariamente do modo de produção capitalista"*, das condições de inclusão da força de trabalho no capital. A "mistificação" é uma "necessidade", pois,

repetindo, as próprias condições para a criação da mais-valia revestem-na também da forma de lucro.

Cabe perguntar, então, como se determina de fato o lucro? De acordo com a formulação marxiana, "*Da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro é que se deve deduzir a transformação da mais-valia em lucro, e não o contrário*"⁽¹³⁾. A taxa de mais-valia, já mencionada no item 16 desta tese, é a proporção entre o tempo de trabalho excedente e o necessário, correspondentes à mais-valia e ao capital variável que a produziu. A taxa de lucro, por outro lado, é a proporção entre a mais-valia e o capital total empregado em sua produção e depende essencialmente de dois fatores: da taxa de mais-valia, pois é esta que determina, dada a magnitude da força de trabalho empregada, quanto de excedente será produzido; e da proporção entre o capital variável e o constante que compõem o valor do capital total - composição chamada de "orgânica" por Marx quando a relação de valor reflete a relação técnica entre a força de trabalho e os meios de produção utilizados⁽¹⁴⁾ - já que, dado o capital variável, o volume de capital constante a ser somado a ele para compor o capital total dependerá da proporção entre as duas partes.

Assim, conforme varie a composição orgânica de distintos capitais singulares, uma mesma taxa de mais-valia pode corresponder a diversas taxas de lucro; igualmente, a taxa de lucro de distintos capitais pode ser a mesma, mas expressar diversas taxas de mais-valia em função de diferenças nas suas composições orgânicas ou até da proporção entre as taxas de mais-valia e de lucro. Dizer, porém, que a "*transformação da mais-valia em lucro*" deve ser "*deduzida*" da "*transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro*", implica apontar uma diferença entre lucro e mais-valia, ou seja, afirmar que o mesmo lucro pode expressar diferentes mais-valias e vice-versa, o que é bem mais problemático que afirmá-lo a respeito das respectivas taxas. Como Marx propõe a resposta para esta dificuldade?

Aqui intervém a concorrência dos capitais investidos em distintos ramos da produção social e que possuem composições orgânicas diferentes devido aos diferentes requisitos técnicos próprios à especificidade do produto de cada ramo. Mesmo supondo que a taxa de mais-valia em todos é idêntica, a diversidade na composição orgânica fará com que cada um possua distinta taxa de lucro; e, assim, fará com que os capitais dos ramos menos lucrativos emigrem para os de maior taxa de lucro, aumentando aí a oferta de produto e fazendo a taxa de lucro cair, ao mesmo tempo em que sobe nos ramos abandonados, por causa da diminuição da oferta. A tendência deste movimento é a nivelção da taxa de lucro, de modo que por uma taxa média geral diferentes volumes de lucro são atribuídos a cada capital singular conforme sua magnitude, isto é, a soma do seu capital constante e do variável, pois é a ela que se refere a taxa de lucro. Desta maneira, ao preço de custo de cada capital se adiciona uma massa de lucro específica, determinada pela taxa geral de lucro multiplicada pela grandeza do capital total em questão, definindo o que Marx chama de "preço de produção".

A "*transformação da mais-valia em lucro*", assim "*deduzida*" da "*transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro*", isto é, da taxa média de lucro, é simultaneamente a determinação dos preços de produção, diferentes dos valores na medida em que não são iguais ao preço de custo acrescido da mais-valia, e sim do lucro, calculado a partir da taxa média dos diversos ramos. A discrepância daí resultante entre o lucro e a mais-valia dos capitais singulares tem algumas implicações significativas que importa mencionar. Primeiramente "*...se os lucros forem iguais, enquanto porcentagem sobre um capital durante um ano, por exemplo, de modo que capitais de mesma magnitude em um mesmo período de tempo rendam lucros iguais, então os preços das mercadorias devem ser diferentes de seus valores*"⁽¹⁵⁾. A diferença entre os valores e os preços de produção leva a uma complexa questão, conhecida na literatura marxista como o "problema da

transformação", para o qual foram propostas várias soluções, mas que, para alguns autores, permanece insolúvel.

Evidentemente, considerar os múltiplos e intrincados aspectos envolvidos em todo este problema foge dos objetivos estritos desta tese, bastando aqui registrar que, como ele envolve a "transformação" da mais-valia em lucro e, por conseguinte, da taxa de mais-valia em taxa de lucro, ele tem uma importância básica para a formulação marxiana do conceito de "crise", como se verá na continuação do presente capítulo.

Uma segunda implicação concerne à distribuição das massas de lucro entre os distintos capitais singulares: *"Desta maneira, necessariamente domina a tendência a fazer dos preços de produção meras formas transvertidas do valor ou a converter os lucros em meras partes da mais-valia, que não são distribuídas, porém, pela proporção à mais-valia que é produzida em cada esfera de produção específica, e sim pela proporção à massa do capital empregado em cada esfera da produção, de modo que a massa de capital de igual grandeza, seja qual for sua composição, correspondem quotas (partes alíquotas) de igual grandeza de totalidade da mais-valia produzida pelo capital social global"*(16). A massa de lucro atribuída aos capitais singulares não corresponde *"à mais-valia que é produzida em cada esfera de produção"* a que pertencem estes capitais, mas se distribui conforme *"a massa de capital empregado"* nestas esferas. Não importa mais só a magnitude de capital variável produtor de mais-valia, e sim a do capital total, de modo que mesmo sendo baixo volume do capital variável empregado num certo ramo, se ele for compensado por um volume alto de capital constante, será atribuída a ele uma massa de lucro igual à de outro capital com *"igual grandeza"* e diferente composição orgânica.

Mas, com isso, assumem uma nova figura os princípios fundamentais de distribuição *"da mais-valia produzida pelo capital social global"*, pois *"A mais-valia, na forma do lucro, não se refere mais à parte de capital investida em trabalho, do qual ela se*

origina, mas ao capital total. A taxa de lucro torna-se regulada por leis próprias que permitem e até condicionam uma alteração da mesma sob uma taxa de mais-valia constante. Tudo isso oculta mais e mais a verdadeira natureza da mais-valia e, daí, o mecanismo efetivo do capital. Mais ainda, isto ocorre através da transformação do lucro em lucro médio e dos valores em preços de produção, nas médias reguladoras dos preços de mercado. Surge aqui um complicado processo social intermediário, o processo de compensação dos capitais, que separa os preços médios relativos das mercadorias de seus valores e os lucros médios nas diversas esferas da produção (abstraindo totalmente dos investimentos individuais de capital em cada esfera de produção específica) da exploração efetiva do trabalho pelos capitais específicos. Não só parece assim, mas aqui de fato o preço médio das mercadorias é diferente de seu valor, isto é, do trabalho nelas realizado, e o lucro médio de um capital específico, diferente da mais-valia que este capital extraiu dos trabalhadores empregados por ele. O valor das mercadorias aparece imediatamente só ainda na influência da força produtiva variante do trabalho sobre baixas e altas dos preços de produção, sobre seu movimento, e não sobre seus limites últimos. O lucro aparece só ainda determinado acessoriamente pela exploração imediata do trabalho, na medida em que esta permite ao capitalista realizar um lucro discrepante do lucro médio sob preços de mercado reguladores dados, aparentemente independentes desta exploração. Os próprios lucros médios normais parecem imanentes ao capital, independentes da exploração"⁽¹⁷⁾.

A partir deste texto, é possível entender melhor porque Marx afirma ser o lucro a "forma mistificada" ou "transfigurada" da mais-valia. Esta se "oculta" no lucro, porque ele se refere ao capital total e não só à sua parte variável, isto é, não só ao trabalho vivo; daí que o assim "ocultado" seja a "verdadeira natureza da mais-valia", pois "o lucro aparece apenas... determinado acessoriamente pela exploração direta do trabalho", já que depende diretamente da distribuição do excedente global pela taxa de lucro média, aplicada ao conjunto de cada capital singular. Assim, a "exploração efetiva do trabalho pelos

capitais específicos" se torna invisível para os agentes econômicos. Por um lado, isto faz com que se obscureça "*o mecanismo efetivo do capital*", que se perca sua definição de valor que se valoriza através da apropriação e acumulação de mais-valia; por outro, complementarmente, "*os próprios lucros...parecem inerentes ao capital, independentes da exploração*", como se fosse o capital que os produz.

Conforme visto antes, este movimento de "transfiguração" ocultadora é "necessariamente" determinado pelas condições fundamentais da produção capitalista, de acordo com Marx, fazendo que a mais-valia não possa existir sem ao mesmo tempo se disfarçar. A "subjetividade" característica do capital leva ao "fetiche" pelo qual parece ser o capital total, e não trabalho vivo, a fonte do lucro. Mas embora o "fetiche" do capital pareça uma mera ilusão, ele se baseia de fato no movimento real da nivelção da taxa de lucro dos diversos ramos através da concorrência. Por isso, "*A concorrência, para impor as leis imanes do capital a ele [mesmo] enquanto necessidade externa, aparentemente as inverte todas. As transtorna*"⁽¹⁸⁾. A própria "*necessidade externa*" de cada capital singular coagindo os demais é o inverso das "*leis imanes*"; por ela, a "*lei imane*" ao capital de explorar trabalho vivo se faz valer através da possibilidade do capitalista obter um lucro extra, acima da média, principalmente introduzindo inovações que terão de ser também utilizadas por seus rivais como uma "*necessidade externa*", de modo a realizar inclusive a "*lei imane*" do aumento de produtividade e da negação do trabalho vivo pelo morto.

Sem dúvida, a concorrência real não se limita a este papel quase passivo de realizador neutro das determinações internas e de mecanismo para "*transfigurar*", "*ocultar*" ou "*inverter*" tais determinações. Ela o faz de modo específico e também criador de configurações próprias. Mas não esqueçamos que toda esta formulação do Livro III de "O Capital" se baseia na hipótese restritiva da "*illimited competition*"⁽¹⁹⁾, adotada por Marx com duas finalidades principais: primeiro, aceitar aparentemente o ponto-de-vista conforme o qual do mercado se definiriam as demais instâncias econômicas, para depois criticar a "superficialidade" desta apreensão que desconsideraria a verdadeira natureza da mais-valia

e, daí, o mecanismo efetivo do capital"; segundo, estabelecer "o processo social intermediário...de compensação dos capitais" que tende para uma taxa média de lucro, com a qual o capital apresenta uma nova forma de calcular e medir a magnitude de sua valorização.

De fato, parece-me que o interesse central de Marx neste ponto é o de revelar como o capital constitui uma forma de auto-mensuração que é, ela mesma, resultado de seu "fetichismo": *"Como o capitalista só pode explorar o trabalho através do adiantamento do capital constante, como ele só pode valorizar o capital constante através do desembolso do variável, estes todos coincidem para ele proporcionalmente na representação, e isto ainda mais na medida em que o grau efetivo de seu ganho não é determinado pela relação com o capital variável, mas para com o capital total, não pela taxa de mais-valia, mas pela taxa de lucro, que, como veremos, pode permanecer a mesma e, no entanto, expressar diversas taxas de mais-valia"*(20). Por um lado, o capital constante não é apenas acionado pelo variável mas também é condição para que este possa agir, de forma que ambos *"coincidem...na representação"* do capitalista como fatores de produção; por outro, o capital constante também é um custo para ele, devendo ser descontado para medir *"o grau efetivo do seu ganho"*, que é o que conta imediatamente para ele.

A mensuração resultante de tal "fetichismo" não é algo ilusório ou arbitrário, entretanto, pois além de se estabelecer a partir do movimento real da "subjetividade" do capital, constitui uma nova medida para a auto-valorização do capital social global e para os capitais singulares nos seus ramos específicos: a taxa de lucro, que não substitui a medida anterior - a taxa de mais-valia - enquanto modo de avaliar o grau de exploração da força de trabalho; ela se apresenta neste momento como uma medida diferente, mas também se baseia na taxa de mais-valia e reflete de maneira mais complexa determinações fundamentais da produção capitalista, tais como variações na produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que o faz no quadro da concorrência, pela qual estas determinações tendem a se tornar efetivas.

Neste sentido, a taxa de lucro enquanto forma de medida se reveste de uma importância especial no contexto da elaboração de uma teoria das crises, em que elas se explicam pelo conflito das medidas que refletem diferentes aspectos ou momentos constitutivos do capital em oposição uns aos outros e no seu processo de efetivação. É ao desenvolvimento deste conflito, portanto, que incumbe voltar a atenção a partir de agora, analisando como nele influem as tendências do "processo global da produção capitalista" e como dele resulta a crise enquanto efetividade determinada pela necessidade intrínseca do capital.

Seção II: A queda tendencial da taxa de lucro.

26-

Se nas primeiras duas seções do Livro III de "O Capital" a relação entre a taxa de mais-valia e a taxa média de lucro é descrita através de exercícios de combinação matemática das diversas alternativas de variação isolada ou conjunta em seus fatores determinantes, na terceira seção não se trata mais apenas de evidenciar a diferença entre as duas taxas, e sim de buscar sua ligação íntima nas disposições constitutivas do capital. De fato, a taxa de lucro é obtida do produto da taxa de mais-valia pela composição orgânica, variáveis que dependem igualmente da forma especificamente capitalista em se dá o aumento da produtividade do trabalho. Nesta fase da apresentação do "processo global da produção capitalista" deve-se retomar, assim, as determinações próprias da esfera da produção imediata que se referem ao aumento da produtividade e fundamentam a relação essencial entre aquelas variáveis componentes da taxa média de lucro.

Ou seja, *"Mostrou-se como uma lei do modo de produção capitalista que, com seu desenvolvimento, ocorre uma diminuição relativa do capital variável em proporção ao constante e, com isso, em proporção ao capital total posto em movimento. ...Esta progressiva diminuição relativa do capital variável em proporção ao constante e, daí, ao capital total é idêntica à progressivamente mais alta composição orgânica do*

capital social em sua média"⁽²¹⁾. Como já foi visto no item 16 acima, *"esta progressiva diminuição relativa do capital variável em proporção ao constante"* expressa a disposição à negação do trabalho vivo pelo morto, o aspecto "vampiresco" do "fetichismo" do capital e sua relação contraditória com a força de trabalho. Agora, além disso, pode-se ver que tal disposição se traduz na *"progressivamente mais alta composição orgânica do capital social"*, na proporção decrescente do capital variável face ao constante *"e, daí, ao capital total"*.

Mais ainda, pode-se ver, agora que se definiu também a taxa de lucro enquanto relação entre o excedente e este *"capital total"*, que *"...na mesma proporção em que o capital enquanto capital ocupa um espaço maior no processo de produção, proporcionalmente ao trabalho imediato, tanto mais cresce o valor excedente relativo - a força criadora de valor do capital - tanto mais cai a taxa de lucro"*⁽²²⁾. A tendência à queda da taxa média de lucro - um dos mais famosos e controvertidos enunciados de Marx - deriva, portanto, da tendência do *"capital enquanto capital ocupar um espaço maior no processo de produção, proporcionalmente ao trabalho abstrato"*. Ou, dito de outro modo, resulta da tendência ao aumento progressivo da composição técnica do capital - massa de meios de produção utilizados em relação à massa de trabalho vivo - que deve-se refletir na composição de valor entre capital constante e capital variável.

Deixando de lado neste item as questões sobre o caráter de "tendência" atribuído por Marx a todos estes movimentos, é possível tratar já de um dos pontos que provocaram a controvérsia a que se acabou de aludir. Baseando-se no exemplo numérico com que Marx inicia a apresentação da queda tendencial da taxa de lucro no capítulo 13 do Livro III de "O Capital", objetou-se que o teorema marxiano só pode ser demonstrado supondo-se inalterada a taxa de mais-valia, para isolar o efeito do aumento da composição orgânica sobre a taxa de lucro - uma suposição, realmente, muito restritiva e contestável. Com o provável crescimento da taxa de mais-valia, entretanto, poderia ser anulado o da composição orgânica e até se elevar - ao invés de reduzir - a taxa de lucro, desde que o

aumento na magnitude do excedente, provocado pela maior taxa de mais-valia, igualasse ou superasse o aumento da magnitude do capital constante em relação ao do capital variável. Neste caso, a alteração simultânea e indeterminada das duas variáveis impediria a verificação de qualquer tendência, isto é, o predomínio do efeito de uma sobre a outra como pretende Marx⁽²³⁾.

O exemplo numérico inicial do capítulo 13, porém, pode ser considerado um simples artifício didático para facilitar o entendimento do problema, e nunca sua versão final ou a expressão de um postulado rígido ao qual Marx tivesse necessariamente de se apegar. Pois ele mesmo, mais adiante, remove a restrição de constância da taxa de mais-valia em várias passagens, como esta: *"A queda tendencial da taxa de lucro é ligada a uma alta tendencial da taxa de mais-valia; portanto, do grau de exploração do trabalho. ...A taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna mais improdutivo, mas porque ele se torna mais produtivo. Ambas, a alta da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro, são apenas formas específicas nas quais se expressa de modo capitalista a produtividade crescente do trabalho"*⁽²⁴⁾. Assim, antes de mais nada, ao contrário da objeção acima formulada, Marx não se sente obrigado a fixar a taxa de mais-valia para demonstrar seu teorema, e inclusive propõe que ela cresce ao mesmo tempo em que cai a taxa de lucro.

De que forma se explica, então, que o aumento da taxa de mais-valia não anule ou supere a elevação da composição orgânica do capital? A questão é bastante complicada. Marx, no entanto, pensou resolver a dificuldade ao definir o nexos entre as duas variáveis através do *"modo capitalista"* em que cresce a produtividade do trabalho, ou seja, resultante da *"força criadora de valor do capital"* - do *"capital enquanto capital"*, conforme dizia o texto citado à nota 22 acima. Trata-se aqui evidentemente da taxa de mais-valia relativa, porque a absoluta não se determina pela produtividade crescente e não se relaciona ao aumento da composição orgânica. Neste caso, o impulso permanente do capital à adoção de inovações técnicas no processo de trabalho leva ao aumento da produtividade que, por um lado, ao atingir o setor onde são produzidos os meios de vida, reduz o valor

unitário destes e, conseqüentemente, também o tempo necessário para reproduzir o valor da força de trabalho, elevando a taxa de mais-valia; por outro lado, o aumento da produtividade é obtido com emprego de maior volume de meios de produção em relação ao trabalho vivo - que é justamente o "*modo capitalista*" de tornar o trabalho mais produtivo - elevando a composição orgânica do capital.

A partir daí, a explicação de Marx para a taxa de mais-valia crescer menos que a composição orgânica é a seguinte: "*A lei da taxa decrescente de lucro, na qual se expressa uma taxa de mais-valia igual ou mesmo crescente, significa, em outras palavras: um quantum determinado qualquer de capital médio social, por exemplo tomando um capital de 100, apresenta uma parte cada vez maior do mesmo em meios de trabalho e uma parte cada vez menor em trabalho vivo. Portanto, como a massa total do trabalho vivo acrescentado aos meios de produção cai em relação ao valor destes meios de produção, assim também cai o trabalho não-pago e a parte de valor na qual ele se apresenta, em relação ao valor do capital total adiantado. Ou: uma parte aliquota cada vez menor do capital total investido se converte em trabalho vivo, e este capital total suga, daí, em proporção à sua magnitude, cada vez menos mais-trabalho, apesar de que possa crescer simultaneamente a proporção da parte não-paga do trabalho empregado para com a parte paga do mesmo*"⁽²⁵⁾.

O raciocínio de Marx, portanto, é de que a base para a apropriação de mais trabalho não-pago - a massa de força de trabalho adquirida pela parte variável do capital - diminui proporcionalmente ao capital total, isto é, vai-se encurtando relativa e gradativamente, mesmo com o crescimento da taxa de mais-valia. A ampliação da parte não-paga do trabalho mediante o estreitamento da parte paga se dá sobre uma base cada vez menor em proporção ao capital total, fazendo com que ela não possa aumentar tanto quanto esta proporção, que é a composição orgânica. O que não quer dizer, é claro, que ocorra um declínio absoluto desta base, ou seja, do capital variável; ao contrário, com o aumento do capital total utilizado é preciso empregar um contingente maior de trabalhadores para

colocá-lo em operação, o que aumenta o capital variável apesar da diminuição no valor da força de trabalho⁽²⁶⁾.

Neste caso, a elevação da composição técnica do capital - da massa de meios de produção em relação à de trabalho vivo - não deve ser compensada por uma alteração no valor das duas partes do capital que reduza o valor do capital constante mais do que o valor do capital variável, porque senão a composição técnica crescente não se expressaria numa composição orgânica crescente. Marx está consciente disso, quando assim reformula o argumento anterior: *"Com exceção de casos singulares (por exemplo, quando a força produtiva do trabalho barateia igualmente todos elementos do capital constante bem como do variável), a taxa de lucro cairá, apesar da elevação da taxa de mais-valia: primeiro, porque mesmo uma maior parte não-paga da soma total diminuída do trabalho novo acrescentado é menor do que era uma alíquota mais baixa da parte não-paga da soma total maior; e segundo, porque a composição de capital mais elevada nas mercadorias singulares se expressa em que a parte de valor da mesma, na qual se apresenta em geral trabalho novo acrescentado, cai em relação à parte de valor que se apresenta em matéria-prima, matéria-auxiliar e desgaste de capital fixo"*⁽²⁷⁾.

Se o aumento da produtividade em geral for neutra, reduzindo em igual medida o valor dos meios de produção e dos meios de vida do trabalhador e mantendo a mesma proporção de antes entre eles, a composição orgânica se eleva tanto quanto o faz a composição técnica do capital. Se a produtividade maior baratear mais os meios de vida que os meios de produção, apesar de poder diminuir também o valor destes últimos, a elevação da composição técnica será inclusive potenciada num crescimento ainda maior do capital constante em relação ao variável, isto é, da composição orgânica. Finalmente, supondo inclusive que o progresso técnico não seja redutor de custos de mão-de-obra, mas que reduza, ao contrário, mais o valor dos meios de produção que o dos meios de vida, a composição orgânica só não se elevará no caso de tal redução ser tanto ou mais intensa que a elevação da composição técnica, anulando ou superando o efeito desta última; se a

redução do valor dos meios de produção em relação aos meios de vida não for tão forte quanto a elevação da composição técnica, esta se refletirá na elevação da composição orgânica, embora de modo atenuado.

Nestas três situações, que abrangem a maioria dos casos, a composição orgânica cresce mais que a taxa de mais-valia relativa, levando à queda da taxa média de lucro. Trata-se, em última análise, de que a base para a obtenção do excedente não cresça tanto quanto o capital total, ou seja, de que o capital variável aumente em menor proporção que o capital constante. E Marx completa: *"Mas as mesmas leis da produção e acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente mais rápida que a da parte variável do capital, investida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem para o capital da sociedade, portanto, uma massa de lucro absoluta crescente e uma taxa de lucro decrescente"*(28). As "leis" a que ele se refere são as de que o aumento da produtividade do trabalho dentro do "modo capitalista" refletem a disposição constitutiva do capital à subordinação do trabalho vivo, ao "vampirismo" e "fetichismo" que lhe são inerentes.

É sintomático, então, que *"as mesmas leis da produção e acumulação"* de capital produzam efeitos opostos, fazendo aumentar *"o valor do capital constante em progressão crescente mais rápida que a da parte variável do capital"*, fazendo a composição orgânica crescer mais intensamente que a taxa de mais-valia e, com isso, a taxa média de lucro cair simultaneamente à elevação da taxa de mais-valia. Embora a demonstração da queda tendencial da taxa de lucro por Marx, aproximadamente reconstituída acima, não seja isenta de problemas em alguns de seus detalhes formais, importa destacar como conclusão que o movimento em sentido inverso da taxa de lucro e da taxa de mais-valia seja determinado para ele por um mesmo fundamento, uma mesma *"lei da produção e acumulação"*.

No item anterior, vimos que as duas taxas são formas diferentes do capital medir sua valorização - portanto, sua auto-constituição. Uma vez, porém, que neste

processo o capital simultaneamente determina movimentos inversos para as duas formas de medida, elas não são simplesmente diferentes, mas opostas, na acepção rigorosa de expressões mutuamente negativas de um mesmo fundamento contraditório. Medida pela taxa de mais-valia, a valorização do capital é crescente, enquanto que, ao mesmo tempo, medida pela taxa de lucro, ela é decrescente. É justamente esta oposição entre as duas medidas que define a desmedida, isto é, a incapacidade do próprio capital em avaliar univocamente seu processo de constituição, reprodução e acumulação, ou ainda a perda de referência do capital a si mesmo na determinação de seu devir, em sua auto-determinação⁽²⁹⁾.

A desmedida expressa, assim, a contradição imanente ao capital em sua pretensão a rebaixar o trabalho vivo a momento do todo por ele formado e impedir que o trabalho forme também uma totalidade por seu lado, como foi visto no item 17 desta tese: conforme um dos lados desta relação, o capital mede sua valorização pela taxa de lucro, como se ele fosse, enquanto capital total, o criador de valor; conforme o outro lado, porém, sua pretensão se choca com a realidade de que apenas o trabalho vivo o é, e a medida da valorização pela taxa de mais-valia entra em oposição com a taxa de lucro. Diferentemente do resultado do item 14, contudo, que somente esboçava o problema da desmedida através do aumento da composição orgânica e conseqüente diminuição relativa da quantidade de trabalho vivo empregado, aqui o problema ganha conteúdo, porque esta tendência se expressa na oposição de duas medidas para a auto-valorização: combinando-se à elevação da composição orgânica, a taxa de mais-valia relativa crescente se expressa numa taxa de lucro decrescente.

Se esta taxa de lucro é uma forma "fetichizada" de auto-mensuração, entretanto, ela não deixa de ser por isso real, de acordo com a conclusão do item 24 acima. O "fetiche" se define aqui, desta maneira, como contradição no próprio processo de auto-mensuração, pois as duas formas pelas quais o capital a alcança configuram, em sua oposição, como uma ilusão real a capacidade dele sempre conseguir se avaliar e determinar.

Por outro lado, a perda de referência resultante da mensuração "fetichizada" só se resolve repondo-se constantemente na queda da taxa de lucro - o capital só resgata a referência oculta da taxa de mais-valia enquanto taxa de lucro que declina e expressa a primeira de modo invertido - o que aponta para um limite surgindo progressivamente em seu horizonte: quanto mais se valoriza sob um ponto-de-vista, mais se desvaloriza sob o outro. Que haja um limite último para a valorização e que o processo pelo qual ele se determina seja uma "lei" e uma "tendência" predominante e inexorável, será o tema das indagações e investigações a seguir. *"Mostrar-se á em seguida por que esta baixa não se manifesta de forma absoluta, e sim como uma tendência à queda progressiva"*(30).

27-

Uma das fontes principais de mal-entendidos sobre a forma com que se realizam as tendências imanentes ao capital é o fato de Marx freqüentemente se referir a elas como "leis", o que é justamente o caso da queda da taxa de lucro ora em questão. Para avaliar o significado deste termo no contexto da teoria marxiana em geral e, mais especificamente, no de uma teoria das crises, é preciso deixar de lado a noção comum de "lei" como enunciado de uma relação constante e não-contraditória entre fenômenos, pois é uma tal noção que cria a expectativa de que a taxa de lucro deve estar continuamente caindo na realidade. Conforme visto no item anterior, porém, *"as mesmas leis da produção e acumulação"* levam a pressões opostas sobre a taxa de lucro, resultantes do aumento da composição orgânica do capital simultânea ao da taxa de mais-valia. E sobre eles diz Marx: *"Ambos movimentos não só marcham lado a lado, mas se condicionam reciprocamente; são manifestações em que a mesma lei se expressa"*(31).

Os dois determinantes da taxa de lucro *"se condicionam reciprocamente"* por serem *"manifestações em que a mesma lei se expressa"*, por terem um fundamento comum que se apresenta em movimentos opostos, ou seja, na oposição de seus momentos. Daí a crítica de Marx: *"Estes dois momentos incluídos no processo de acumulação [massa*

de mais-valia crescente e valor do capital também crescente - JG] *não devem, porém, ser considerados na calma justaposição em que Ricardo os trata; eles contêm uma contradição, que se manifesta em tendências e fenômenos contraditórios. Os agentes em conflito atuam simultaneamente uns contra os outros*"⁽³²⁾. A objeção a Ricardo aqui tem um sentido eminentemente metodológico, porque ele veria os momentos opostos como uma "calma justaposição" correspondente ao *marchar lado a lado*" do texto anterior, enquanto para Marx "eles contêm uma contradição"; isto é, o fundamento destes movimentos, apreendidos em sua oposição e não mera diferença, apresenta-se como uma determinação única e, portanto, contraditória.

A tendência ao aumento da composição orgânica e à queda da taxa de lucro é concebida por Marx, assim, como "...esta lei, quero dizer, esta conexão interna e necessária entre dois [termos] aparentemente contraditórios"⁽³³⁾. De modo geral, esta é a forma das "leis" enunciadas por Marx em seu estudo do capitalismo, forma na qual a necessidade lógica característica da lei advém da própria contradição em que são postos seus termos. Ao invés de um nexa não-contraditório entre fenômenos ou entre estes e sua causa, a relação é "lei" exatamente quando seus termos se apresentam como os aspectos contraditórios de um fundamento comum, definidos como o contrário um do outro. Sua contradição é "aparente" se tomada como um movimento casualmente inverso de fatores "justapostos", indiferentes, exteriores um ao outro; esta "aparência" revela algo real, porém, se vista enquanto expressão da contradição intrínseca ao fundamento destes fatores. Daí que eles se definam como "momentos" determinados por uma relação contraditória, como resultado da atividade desta última por contraposição à "calma" da "justaposição" passiva, morta e improdutiva - incapaz de criar.

É justamente este conceito marxiano de "lei" que permite entender também porque ela se apresenta como "tendência", quando se estende das variáveis estruturais da taxa de lucro - composição orgânica e taxa de mais-valia -àquelas que se opõem à manifestação da queda desta taxa, a saber, as chamadas "causas contra-atuantes", no

capítulo 14 do Livro III de "O Capital". De fato, aí escreve Marx: "...as mesmas causas que produzem a tendência à queda da taxa de lucro moderam também a efetivação (*Verwirklichung*) desta tendência"⁽³⁴⁾. A queda real da taxa de lucro, resultado da "efetivação desta tendência", é "moderada" por um conjunto de condições enumeradas por Marx no referido capítulo: o aumento da exploração extensiva (prolongamento do dia de trabalho) e intensiva do trabalho na grande indústria; a diminuição do valor do capital constante, com a produtividade maior no setor que produz meios de produção; a formação do "exército industrial de reserva" pelos setores que dispensam mão-de-obra, a ser aproveitada pelos de composição orgânica mais baixa e, portanto, maior taxa de lucro; etc...

Marx explica com algum detalhe como estas forças agem sobre a taxa de mais-valia ou sobre a composição orgânica no sentido inverso ao que leva à queda da taxa de lucro. Antes de mais nada, contudo, importa registrar que para ele tais forças advêm das "mesmas causas que produzem a tendência à queda da taxa de lucro", uma vez que também são expressão da necessidade inerente ao capital em geral de elevar continuamente a produtividade do trabalho para obter mais-valia relativa. Novamente aqui o fundamento aparece como "contradição que se manifesta em tendências e fenômenos contraditórios", conforme o texto citado à nota 32, assinalando o caráter complexo da "lei". Por isso, referindo-se a uma destas forças - o aumento da taxa de mais-valia pela maior extensão e intensidade do trabalho diário - Marx diz: "Ele não anula (*aufhebt*) a lei geral. Mas faz que ela atue mais como tendência, isto é, como uma lei cuja execução absoluta é detida, retardada e atenuada através de condições contra-atuantes"⁽³⁵⁾.

Este é o sentido principal de "tendência" para Marx: uma "lei geral...cuja execução absoluta é detida, retardada e atenuada através de condições" determinadas pela mesma relação fundamental que determina aquela lei; cuja necessidade não implica sua "execução absoluta", ou seja, que seus efeitos sempre estejam manifestos, que a taxa de lucro esteja sempre baixando na realidade, mas uma lei, por outro lado, que é apenas "atenuada" e não "anulada", apenas "retardada", mas não para sempre, isto é, "detida" só

temporariamente. *"E assim mostrou-se em geral que as mesmas causas que produzem a queda da taxa geral de lucro provocam efeitos contrários que inibem, prolongam e paralisam esta queda. Elas não anulam a lei, mas enfraquecem sua operação. Sem isso, seria inconcebível não a queda da taxa geral de lucro, mas, ao contrário, a relativa lentidão desta queda. Assim, a lei atua só como tendência, cuja atuação se manifesta concludentemente apenas sob certas condições e no decorrer de longos períodos"*(36). À "lei geral" é atribuído o caráter de "tendência" porque nem sempre consegue impor a queda efetiva da taxa de lucro, e também porque, simultaneamente, predomina ao cabo e "no decorrer de longos períodos".

Visivelmente, Marx faz a distinção entre as variáveis essenciais da "lei geral" - a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia - que se combinam contraditoriamente para fazer a taxa de lucro cair, e as variáveis complementares ou secundárias que contra-atuam a esta queda; pois se não as distinguísse, não poderia assegurar o domínio da "lei geral", não poderia falar de nenhuma "tendência". Em última análise, a distinção se baseia nas determinações constitutivas do capital, que apontam para a necessária negação do trabalho vivo pelo morto, expressando-se na necessidade da composição orgânica aumentar: este movimento pode ser considerado essencial por se ligar diretamente àquela determinação constitutiva, enquanto que as condições contra-atuantes decorrem do impulso geral ao aumento da produtividade, que é apenas o meio para a realização final da negação do trabalho vivo pelo morto; ou seja, elas se ligam a esta finalidade básica somente através do meio de sua realização, somente de forma indireta e, por isso, mais distante da "essência".

É preciso fazer a ressalva, entretanto, de que a enumeração das causas contra-atuantes por Marx coloca no mesmo plano condições que não têm vínculo com as alterações da produtividade, como a elevação da taxa de mais-valia absoluta ou o comércio exterior, e a condição estritamente relacionada a tais alterações, a saber, a diminuição no valor dos elementos do capital constante. Diferentemente das demais, assim, esta última

possui uma importância especial: o aumento da produtividade em geral, ao atingir o setor que produz meios de produção, baixa o valor unitário deles e, conseqüentemente, diminui o ritmo com que aumenta o valor total do capital constante utilizado; a composição orgânica não tem de crescer necessariamente, então - pelo menos não na proporção em que o faria se ficasse inalterado o valor unitário dos meios de produção. Portanto, se a redução do valor destes últimos for tão acentuada a ponto de fazer a composição orgânica subir menos que a taxa de mais-valia, a taxa de lucro não cai e a realização da tendência é "*detida*".

Marx prevê esta possibilidade: "*A taxa de lucro poderia inclusive subir, se à elevação da taxa de mais-valia fosse ligada uma diminuição significativa do valor dos elementos do capital constante, e especificamente do fixo. Mas na realidade a taxa de lucro, como foi visto, cai com o tempo*"⁽³⁷⁾. Para ele, por isso, a diminuição do valor dos elementos do capital constante é uma das causas que podem apenas "*retardar e atenuar*" a manifestação do efeito da "lei geral", pois esta acaba por predominar e a taxa de lucro "*cai com o tempo*". Tal conclusão se deve, provavelmente, ao fato de que a redução do valor unitário dos meios de produção se liga diretamente à tendência contínua a aumentar a produtividade, o que é simplesmente um meio para a realização da necessária e constitutiva negação do trabalho vivo pelo morto; ela é, então, só indiretamente ligada à determinação essencial do capital, ficando mais distante dela do que a "lei geral", embora esta só produza seus efeitos através do aumento geral da produtividade.

Apresentam-se invertidas, assim, a ordem sistêmica do que é mais próximo e do que é mais distante da "essência" do capital, e a ordem de como esta essência se exterioriza pela mediação das condições de sua efetivação, isto é, a ordem da passagem da determinação essencial à existência. O essencial não se realiza em primeiro lugar, diretamente e através de processos dos quais os agentes econômicos têm consciência, mas como uma finalidade alcançada pelo sistema em conjunto mediante condições complexas e contraditórias que envolvem o aumento da produtividade do trabalho sob a égide do capital.

A complexidade da forma de realização da tendência imanente ao capital a subsumir a si o trabalho vivo já aparece na determinação da composição orgânica. O inegável aumento da composição **técnica** é associado à produção de mais-valia relativa como expressão desta tendência constitutiva do capital; o que não significa que a proporção crescente do volume de capital constante em relação ao volume do variável se expresse com a mesma intensidade na proporção entre seus valores. O próprio Marx o admite: "*...o valor do capital constante não cresce na mesma proporção que seu volume material. ...Em suma, o mesmo desenvolvimento que eleva a massa do capital constante em relação ao variável diminui, devido à elevada força produtiva do trabalho, o valor de seus elementos e impede, daí, que o valor do capital constante, embora sempre crescente, cresça na mesma proporção que seu volume material, isto é, o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho. Em casos singulares, a massa dos elementos do capital constante pode até crescer enquanto seu valor permanece igual ou inclusive cai*"⁽³⁸⁾.

Como foi visto no item anterior, a composição orgânica só reflete (em valor) a mesma proporção entre os volumes de capital constante e variável expressa na composição técnica, se uma alteração dos valores corresponder exatamente à alteração entre os mencionados volumes. Mas se a maior produtividade atingir o setor que produz os elementos do capital constante com mais intensidade do que atinge o dos meios de vida do trabalhador, a composição orgânica não se eleva tanto. Talvez nem se eleve o suficiente para compensar o aumento da taxa de mais-valia, pois "*para reduzir o valor da força de trabalho, a elevação da força produtiva deve atingir ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, ou seja, que pertencem ao círculo dos meios de vida costumeiros ou que podem substituí-los. ...Ao contrário, nos ramos de produção que não fornecem meios de vida necessários nem meios de produção para sua fabricação, a força produtiva elevada deixa intacto o valor da força de trabalho*"⁽³⁹⁾. Neste caso, a taxa de lucro pode não cair efetivamente.

Recapitulando: o aumento da massa de capital constante não é geralmente acompanhado por um aumento proporcional do valor desta massa, de modo que a composição técnica crescente - tendência inegável da produção capitalista - não se reflete necessariamente com a mesma intensidade na composição orgânica; além disso, se a produtividade crescente em geral reduzir mais o valor unitário dos meios de produção que o dos meios de vida, o crescimento da composição orgânica pode ser menos intenso que o da taxa de mais-valia, não se expressando numa taxa de lucro declinante. Assim, todo o raciocínio de Marx para demonstrar o predomínio da tendência à queda da taxa de lucro, apresentado neste item e no precedente, depende da suposição de que as forças em questão se combinem em proporções adequadas e perfaçam movimentos determinados num e noutro sentido. Só com uma tal combinação destas variáveis é que pode surgir a contradição de medidas que resulta na desmedida do capital, na perda de referência que coloca em risco sua auto-valorização e lhe impõe limites intransponíveis.

O problema é que a determinação imediata destas variáveis se dá não em função da finalidade sistemicamente estabelecida de realizar a tendência à negação do trabalho vivo pelo morto, mas através das necessidades impostas quotidianamente pela concorrência aos capitalistas singulares. Como já foi examinado, cada um deles é obrigado a adotar inovações técnicas para obter lucros extraordinários por produzir abaixo dos custos sociais médios⁽⁴⁰⁾; mas quando uma grande parte deles o faz, a nova técnica se generaliza e desaparecem os lucros extraordinários, incentivando mais uma vez a busca por novos métodos e, assim, a repetição contínua do processo, conforme uma dialética de universalização e particularização⁽⁴¹⁾. Porém, *"Esta elevação da mais-valia ocorre para ele, pertença ou não a sua mercadoria ao círculo dos meios de vida necessários e, assim, entre (ou não) determinadamente no valor geral da força de trabalho. Prescindindo desta última circunstância, existe para cada capitalista singular, então, o motivo para baratear a mercadoria através da elevada força produtiva do trabalho"*⁽⁴²⁾.

Ou ainda, de acordo com texto já citado anteriormente: *"Quando um capitalista singular barateia, por exemplo, camisas, através do aumento da força produtiva do trabalho, não lhe ocorre necessariamente de modo algum a finalidade de reduzir o valor da força de trabalho e, daí, 'pro tanto' o tempo de trabalho necessário, mas ele só contribui finalmente para este resultado, na medida em que ele contribui para a elevação da taxa geral de mais-valia. As tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de aparecimento"*(43). Os motivos imediatos para o aumento da produtividade do trabalho, portanto, são indiferentes quanto ao setor da economia onde ocorre este aumento; são indiferentes, em si mesmos, à finalidade geral do sistema de baratear mais os meios de vida e obter mais-valia relativa em escala crescente, realizando a propensão inerente e essencial do capital a subsumir realmente o trabalho vivo.

Considerando apenas os modos com que se manifestam as determinações constitutivas do capital através das leis da concorrência, não é possível afirmar como uma necessidade absoluta que a diminuição do valor dos elementos do capital constante não seja mais intensa que a diminuição do valor da força de trabalho a ponto de reverter a queda da taxa de lucro deduzida daquela propensão essencial do capitalismo. A prioridade sistêmica da "essência" sobre as condições de sua realização não aparece, assim, simplesmente invertida na ordem do que se realiza imediatamente e o que se realiza como resultado final: no movimento desta inversão instala-se uma indiferença entre as duas esferas, de modo que na da "essência" não estão contidas todas as condições para sua exteriorização, isto é, que ela não implica absolutamente por si mesma a sua realização. Desta maneira, a complexa combinação das variáveis que levam a isso não é um resultado garantido apenas pelo caráter essencial da negação do trabalho vivo pelo morto.

Justamente o texto citado acima dizia que *"as tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de aparecimento"*; diferenciadas não só analiticamente, digo eu, mas principalmente porque na série de mediações que levam das primeiras às segundas o elo pode se perder, fazendo as

"tendências gerais" não "aparecerem". Em que sentido, daí, as tendências seriam "necessárias"? Marx afirma que "...a partir da essência do modo de produção capitalista, demonstra-se como uma *necessidade óbvia* que, em seu progresso, a taxa média geral de mais-valia deve se expressar em uma taxa geral de lucro decrescente"⁽⁴⁴⁾. Qual o estatuto, então, da *necessidade óbvia*" decorrente da "essência" do capitalismo? Se tal "essência" não implica, só por ser essência, as condições de seu "aparecimento", nem estas condições por si mesmas conduzem inevitavelmente ao predomínio final da "essência", o que pode significar "necessidade" neste contexto?

O uso do termo "*lei de tendência*" por Marx pode levar justamente à conclusão errônea de que a tendência se impõe ferreamente por ser "lei", como uma necessidade "absoluta", isto é, que exclui a possibilidade de que se realize o oposto dela - no caso, a constância ou elevação da taxa de lucro. Ao enumerar as "causas contra-atuantes" à lei, no entanto, o próprio Marx reconhece que esta possibilidade é inegável e que ela se afirma na realidade contra a queda da taxa de lucro, pelo menos temporariamente, atribuindo por isso à "lei" o caráter de "tendência". Se não o faz de modo "absoluto", porém, a ocorrência da queda da taxa de lucro é, para Marx, de qualquer maneira, uma "necessidade", por acabar predominando sobre condições contrárias; ela seria, portanto, uma necessidade "relativa", isto é, que admite sempre a possibilidade de seu oposto e que depende de condições externas para se realizar, subordinando a si as condições favoráveis ou desfavoráveis como "contingências"⁽⁴⁵⁾. Daí seu caráter de "tendência" - necessária mas não absoluta, predominando e afirmando-se sobre as contingências sem, contudo, anulá-las.

Assim, seria determinado o estatuto da "necessidade" próprio às disposições constitutivas do capital, especialmente no que se refere àquelas pelas quais seu desenvolvimento acabaria por estabelecer limites intransponíveis ao movimento progressivo de expansão e acumulação, questão que havia ficado pendente no fim do capítulo 2 desta tese.

O problema é mais complexo, entretanto, porque a diminuição do valor do capital constante resulta das *"mesmas causas que produzem a queda da taxa geral de lucro"*, nas palavras de Marx citadas à nota 36 acima, de modo que não pode ser atribuído a ela o estatuto de simples contingência. De fato, uma vez que esta diminuição é determinada pela tendência imanente ao capital de aumentar a produtividade em geral, ela também se reveste do caráter de necessidade relativa, no sentido de que sua ocorrência realiza uma propensão básica do capital, e não uma mera circunstância acidental. Como ela não é algo contingente, desta maneira, não pode nunca ser completamente subordinada à necessidade própria à *"lei de tendência"*. E esta, por sua vez, ao não poder fazê-lo, nunca poderá passar de uma necessidade relativa a uma necessidade absoluta, em nenhum momento do futuro poderá excluir a possibilidade de realização de seu oposto: mesmo que a taxa de lucro caia, será sempre possível que ela torne a subir depois, pelo barateamento dos elementos do capital constante, impedindo que se alcance um limite final para a valorização do capital em geral.

Além disso, se na *"lei de tendência"* se expressa de modo mais completo a determinação essencial da negação do trabalho vivo pelo morto, sua exteriorização depende de condições contra-atuantes que não são apenas contingentes em relação àquela "essência", não podendo se subordinar simplesmente a ela. Por isso, o fato da queda tendencial da taxa de lucro manifestar diretamente a "essência" do modo de produção capitalista não implica que ela predomine, no processo de sua realização, sobre as condições desta realização; não implica que ela realize a baixa efetiva da taxa de lucro. Não se pode dizer, portanto, que a queda da taxa de lucro seja mais necessária que a de suas "causas-contra-atuantes", pelo menos no que diz respeito à realização das duas tendências; resta somente que na primeira a determinação essencial se expressa mais direta e completamente que na segunda, caracterizando um predomínio sistêmico, mas não obrigatoriamente temporal. A necessidade da queda da taxa de lucro, assim, não só não é absoluta, como também sequer relativamente

pode ser mais do que a expressão de uma prioridade na ordem das determinações constitutivas do capital, que não garante nenhum resultado final e definitivo.

Tais conclusões, evidentemente, não são apresentadas por Marx, e sim fruto do desenvolvimento e da combinação dos vários momentos de seu texto sinuoso, complexo e, às vezes, ambíguo. Ele próprio se mantém fiel à idéia de que, mesmo enquanto necessidade relativa, a prioridade sistêmica deve se refletir no predomínio da tendência no tempo. Diante das dificuldades da demonstração deste teorema, porém, é impossível afirmar que a taxa de lucro caia a um ponto no qual se inviabiliza a continuidade do processo de valorização, ou seja, que o capital alcance o limite intransponível para o movimento de acumulação. Assim, a definição de "crise" como a fixação de um tal limite pelo próprio capital, com o conseqüente colapso ou paralisia crônica do modo de produção por ele constituído, é sem dúvida errônea e insuficiente, exigindo maior desenvolvimento e complexificação.

Seção III: A sobre-acumulação periódica

28-

A perda de referência do processo de auto-valorização, que chega a um impasse na forma da queda tendencial da taxa média de lucro, adquire um novo significado com o "desdobramento das contradições internas da lei" de tendência, título e tema do capítulo 15 do Livro III de "O Capital". O que se "desdobra" aqui é justamente a oposição entre valorização e desvalorização, momentos simultaneamente presentes na "lei" que em seguida se apresentam separados no tempo, como fases distintas do processo de acumulação, ou seja, fases distintas da relação entre processo de produção e de valorização, já que é por esta relação que aquele primeiro processo se define.

Assim, é no horizonte dela que se trava agora o conflito, manifesto pela perda de referência mútua entre valorização e produção, ou ainda pela dificuldade recorrente

da valorização servir de medida para a produção. Aparece, com isso, a "sobre-produção" enquanto forma básica de expressão da desmedida neste ponto da apresentação categorial: "*(A estupidez da impossibilidade da sobre-produção; em outras palavras, a afirmação da identidade imediata do processo de produção e do processo de valorização do capital)... A sobre-produção acontece [findet statt] em relação à valorização, 'not else'*"⁽⁴⁶⁾. Neste texto crítico da Economia Política, Marx nega a "*identidade imediata*" entre produção e valorização como base para se afirmar a "*impossibilidade da sobre-produção*"; pois para ele os dois processos são mediados um pelo outro e, por isso, apresentam-se numa relação estabelecida a partir de sua diferença, numa unidade que sempre pode ocultar-se na autonomização e incompatibilidade de seus momentos, donde a possibilidade da sobre-produção.

Mais especificamente: "*Mesmo sob o pressuposto mais extremo estabelecido, a sobre-produção absoluta não é uma sobre-produção absoluta em geral, não é uma sobre-produção absoluta de meios de produção. Ela é uma sobre-produção de meios de produção só na medida em que eles funcionam como capital*"⁽⁴⁷⁾. Não se trata, portanto, simplesmente do excesso de meios de produção enquanto mero excesso de mercadorias que seus produtores não conseguem vender aos capitalistas industriais em geral, e sim de meios de produção enquanto capital, ou seja, na medida em que eles devem se associar a um certo volume de força de trabalho sob um dado nível de produtividade explorada mediante uma taxa de valorização positiva. Daí a definição mais precisa e abrangente proposta por Marx: "*Sobre-produção de capital, não de mercadorias singulares - embora a sobre-produção de capital sempre implique sobre-produção de mercadorias - nada significa senão sobre-acumulação de capital*"⁽⁴⁸⁾. Acumulação excessiva, no sentido de que a produção de meios de produção ultrapassou as necessidades da valorização do capital.

Ou também, de acordo com uma formulação ainda mais clara, a sobre-acumulação significa que "*...são produzidos periodicamente demasiados meios de trabalho e de vida para que eles sejam postos em funcionamento como meio de exploração dos*

trabalhadores a uma certa taxa de lucro"(49). O elemento-chave para caracterizar a sobreprodução, para avaliar e decidir quando a produção é excessiva em relação à valorização, desta forma, é a taxa de lucro. Mesmo supondo um ritmo constante de acumulação, um crescimento contínuo na produção de meios de produção, o seu excesso ocorreria devido a variações da taxa de lucro, justamente pela elevação da composição orgânica do capital que, como foi visto no item 26 acima, acompanha a acumulação. Neste caso, esta elevação faria com que novos investimentos resultassem numa taxa de lucro menor, até o ponto em que não fosse mais interessante para o sistema seguir se ampliando, porque os ganhos obtidos pelo emprego de mais capital não compensariam os custos deste investimento, tornando-o supérfluo ou excessivo em relação à taxa de lucro reduzida.

Outro motivo apresentado por Marx para a queda da taxa de lucro é o progressivo esgotamento do "exército industrial de reserva" de mão-de-obra disponível: *"Tão logo o capital tivesse crescido a uma proporção da população trabalhadora em que nem se pudesse estender o tempo absoluto de trabalho que esta população fornece, nem pudesse se ampliar a mais-valia relativa, ...em que o capital aumentado produzisse apenas tanta massa de mais-valia, ou até menos, que antes de seu crescimento, então ocorreria uma sobre-produção absoluta de capital; isto é, o capital aumentado $C + \Delta C$ não produziria mais lucro, ou até menos lucro, do que o capital C antes de seu aumento de ΔC . Em ambos casos, ocorreria também uma queda forte e súbita na taxa geral de lucro, mas desta vez não por uma alteração da composição orgânica do capital, devida ao desenvolvimento da força produtiva, e sim por uma subida no valor monetário do capital variável (por causa dos salários elevados) e pela redução correspondente a ela na proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário"*(50).

Tal raciocínio parte, evidentemente, do pressuposto de que a tecnologia e a produtividade do trabalho permanecem inalteradas durante um certo período de tempo, de modo que a expansão econômica faria crescer o capital variável junto com o constante, levando ao emprego de um número maior de trabalhadores, que antes se encontravam

disponíveis no chamado "exército de reserva" do capital. O progressivo esgotamento desta reserva tornaria, então, cada vez mais estreito o raio de manobra dentro do qual o capital consegue manter, através de demissões e contratação de novos trabalhadores, o nível dos salários num ponto baixo o suficiente para sustentar uma dada taxa de lucro; como conseqüência, ocorreria *"uma subida no valor monetário do capital variável (por causa dos salários elevados)"* e daí a *"redução...na proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário"*, isto é, na taxa de exploração ou mais-valia. Por isso, *"o capital aumentado $C + \Delta C$ não produziria mais lucro... do que o capital C antes do seu aumento de ΔC "*, tornando-se excessivo e levando a uma crise marcada por uma taxa geral de lucro baixa demais, nula ou inclusive negativa.

Mas *"A destruição principal e de caráter mais agudo ocorre em relação ao capital na medida em que ele possui a qualidade de valor, em relação aos valores de capital. ...Uma parte das mercadorias encontradas no mercado só consegue cumprir seu processo de circulação e de reprodução com enorme contração de seus preços, ou seja, mediante desvalorização do capital que ela representa. Do mesmo modo, os elementos do capital fixo são mais ou menos desvalorizados. Acrescenta-se a isso que determinadas proporções de preço pressupostas condicionam o processo de reprodução, levando-o então à imobilidade e confusão através da queda geral de preço. Esta perturbação e imobilidade paralisa a função do dinheiro enquanto meio de pagamento, dada simultaneamente com o desenvolvimento do capital e referente àquelas proporções de preço pressupostas, interrompendo em cem lugares a cadeia de obrigações de pagamento em prazos determinados, sendo ainda agudizada com o colapso daí resultante do sistema de crédito desenvolvido simultaneamente ao capital, e conduzindo assim a violentas e agudas crises, súbitas desvalorizações violentas e imobilização e perturbação efetiva do processo de reprodução e, com isso, à redução efetiva da reprodução"*(51).

É de se notar, antes de mais nada, como neste texto convergem formas de crise anteriormente descritas em momentos mais abstratos da apresentação categorial(52).

Em primeiro lugar, destaca-se dificuldade de vender o capital-mercadoria, que *"só consegue cumprir seu processo de circulação...com enorme contração de seus preços"*, isto é, com preços abaixo do valor devido à redução da taxa de lucro, o que atinge não só as mercadorias em geral como as que constituem os elementos do capital fixo. Isto desorganiza as vendas e compras entre os capitalistas e, daí, *"paralisa a função do dinheiro enquanto meio de pagamento...interrompendo em cem lugares a cadeia de obrigações de pagamento em prazos determinados"*. Assim, chega-se à *"imobilização e paralisação efetiva do processo de reprodução"* do capital da sociedade, que depende das proporções corretas no intercâmbio de valores e quantidades de mercadorias entre os vários ramos da produção, conforme examinado no capítulo 3 desta tese. A crise se determina, então, pela *"redução efetiva da reprodução"*, pela sua *"imobilidade e confusão"*.

Mas o contexto no qual se sintetizam estas formas anteriores da definição de "crise" é o da desvalorização de capital, sendo a baixa da taxa de lucro, característica da sobre-acumulação, que se apresenta agora como o fundamento dos problemas na reprodução do capital social e, então, de suas formas de aparecimento na circulação de mercadorias e de dinheiro. A *"enorme contração de preços"* significa que cai no mercado o valor do capital-mercadorias e *"do mesmo modo, os elementos do capital fixo"* a um ponto que Marx fala de *"destruição"* de capital como equivalente desta desvalorização; é o momento em que a reprodução ampliada bem-sucedida leva a *"uma queda forte e súbita na taxa geral de lucro"*, perde a valorização como referência, inviabilizando a continuidade não só da ampliação como também da produção em si mesma, isto é, inclusive da reprodução simples, pois reduziu a taxa "geral" de lucro do capital social como um todo, embora os distintos setores sejam atingidos com diferente intensidade.

A desvalorização contraria, desta maneira, a necessidade de contínua auto-valorização do capital existente, de sua reprodução ampliada ou acumulação. *"A contradição, expressa muito genericamente, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas,*

abstraindo do valor e da mais-valia nele incluída, e também abstraindo das relações sociais nas quais se realiza a produção capitalista; enquanto que, por outro lado, ela tem como objetivo a conservação do valor do capital existente e sua valorização na mais elevada medida (isto é, crescimento sempre acelerado deste valor). Seu caráter específico é dirigido ao valor do capital existente como meio para a maior valorização possível deste valor. Os métodos pelos quais ela atinge isso incluem: redução da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já produzidas"(53).

A "contradição" descrita por Marx aqui se dá mais uma vez na oposição entre meios e fins do capital, só que neste caso ela se restringe a uma situação específica: na reprodução normal não há contradição, porque a acumulação enquanto finalidade coincide com a conservação do valor do capital existente enquanto meio para que este valor cresça; mas na crise a acumulação leva à desvalorização do capital existente, a finalidade e o meio entram em oposição - a acumulação "*tem como objetivo a conservação do valor do capital existente*" ao mesmo tempo em que tem o "*valor do capital existente como meio para a maior valorização possível deste valor*" - de modo que é a conservação do capital existente enquanto "*objetivo*" que se coloca em oposição a si própria enquanto "*meio*", permitindo que Marx enxergue aí uma "contradição". Como a acumulação é criação de valor novo a partir do valor do capital existente, estão contidos nela os dois momentos que se opõem na sobre-acumulação: o conservar para criar e o criar para conservar, reciprocamente mediados na acumulação(54), tornam-se impossíveis quando ela é excessiva; a criação de valor novo leva à desvalorização do capital antigo e tem nesta o meio para continuar ocorrendo.

Entende-se, assim, porque Marx conclui o texto anterior dizendo ser preciso o "*desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já produzidas*". Mesmo enquanto finalidade, a conservação do capital existente é limitada quantitativamente (o limite corresponde ao valor determinado do capital) e não pode sempre ser mantida face à "*tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas*" que

impele o capital a crescer sem limites, conforme visto no item 15 acima. A destruição da base existente para a acumulação torna-se necessária em certos momentos para que a valorização possa se manter como finalidade básica do capital.

Ou seja, *"...mostra-se que...todas as condições da riqueza, que as maiores condições para a reprodução da riqueza, isto é, o rico desenvolvimento do indivíduo social - que o desenvolvimento das forças produtivas conduzido pelo próprio capital em seu desenvolvimento histórico - chega a um certo ponto que nega e supera [aufhebt] a auto-valorização do capital, em vez de pô-la"*(55). A "eliminação violenta de capital" torna-se "condição de sua própria auto-conservação", numa inversão completa dos termos da relação constitutiva da acumulação.

"Assim, o desenvolvimento mais elevado do poder produtivo junto com a máxima expansão da riqueza existente coincidirão com a depreciação de capital, degradação do trabalhador e a exaustão mais forçada de seus poderes vitais. Estas contradições levam a explosões, cataclismas, crises, nas quais, através da suspensão momentânea de trabalho e aniquilação de uma grande porção de capital, este é violentamente reduzido ao ponto a partir do qual não pode prosseguir [até aqui em inglês no original - JG] Estas contradições, é claro, levam a explosões, crises, em que a suspensão [Aufhebung] de todo o trabalho e a eliminação de grande parte do capital faz com que ele violentamente retorne ao ponto em que [a partir daqui, novamente em inglês no original - JG] ele é capacitado a empregar plenamente seus poderes produtivos sem cometer suicídio"(56). Deste modo, a desvalorização violenta do capital existente não conduz a um colapso definitivo da acumulação, mas *"faz com que ele...retorne ao ponto em que é capacitado a empregar plenamente seus poderes produtivos"*, retomando a acumulação.

Isto ocorre porque *"A imobilização da produção deixaria inoperante uma parte da classe trabalhadora e, por isso, colocaria a parte empregada em relações nas quais ela teria de deixar ocorrer a baixa de salário, até abaixo da média; uma operação que tem para o capital exatamente o mesmo efeito do que se, com salário médio, a mais-*

valia absoluta ou relativa tivesse sido elevada. ...A queda dos preços e a luta da concorrência, por outro lado, instigariam cada capitalista a reduzir o valor individual de seu produto total abaixo do valor geral, através do emprego de novas máquinas, novos métodos de trabalho aperfeiçoados, novas combinações; ou seja, aumentar a força produtiva de um dado quantum de trabalho, reduzir a proporção entre o capital variável e o constante e, com isso, liberar trabalhadores; em suma, criar uma sobre-população artificial. Além disso, a própria desvalorização dos elementos do capital constante seria um elemento que implicaria a elevação da taxa de lucro. A massa do capital constante empregado cresceria face à do variável, mas o valor dessa massa poderia cair. A imobilização desencadeada da produção teria preparado uma posterior ampliação da produção - dentro dos limites capitalistas⁽⁵⁷⁾.

Este texto expõe as condições pelas quais a "imobilização da produção" na crise reverte a situação que levou à queda da taxa de lucro. Em primeiro lugar, a ociosidade de parte do capital constante também deixaria ociosa parte do capital variável, despedindo-se trabalhadores que voltariam a aumentar o "exército industrial de reserva"; com isso, o capital se veria novamente em posição de forçar os trabalhadores empregados a "deixar ocorrer uma baixa de salário", o que levaria a taxa de mais-valia a subir e, conseqüentemente, também a taxa de lucro. Isto poderia ter um efeito meramente temporário se não fosse acompanhado, em segundo lugar, por investimento dos capitalistas em "novas máquinas, novos métodos de trabalho aperfeiçoados, novas combinações" que aumentam a produtividade do trabalho e permitem tanto "liberar trabalhadores" e "criar uma sobre-população artificial" quanto reduzir o valor dos meios de vida, elevando a taxa de mais-valia relativa de modo mais perene.

Por outro lado, "a própria desvalorização dos elementos do capital constante seria um elemento que implicaria a elevação da taxa de lucro", com o que Marx se refere provavelmente à "desvalorização" do capital existente ocorrida na crise propriamente dita, bem como à que resulta do emprego de "novas máquinas e novos

métodos" que deixam obsoleta a base material antiga e poupam custos referentes à parte circulante do capital constante. Marx cuidadosamente nega que o novo investimento possa diminuir a composição orgânica do capital, por reduzir o valor do capital constante mais do que o do capital variável, e diz que baixa a *"proporção entre o capital variável e o constante"*. Mas em seguida deixa ambíguo o resultado final da alteração da composição orgânica, ao afirmar que *"a massa do capital constante cresceria face à do variável, mas o valor desta massa poderia cair"*: a composição técnica, relativa às massas das duas partes do capital, aumenta, mas isto pode não se refletir no valor, isto é, na composição orgânica. É possível, portanto, que também devido a uma diminuição da composição orgânica o lucro volte a se elevar depois da crise⁽⁵⁸⁾.

E, de qualquer maneira, o importante é que a taxa de lucro volta a subir, viabilizando a retomada da acumulação, ou seja, revertendo a situação em que *"C + ΔC não produziria mais lucro...do que o capital C antes de seu aumento de ΔC"*, como dizia o texto citado à nota 50 acima. Na medida em que esta retomada ocorre, porém, com a obsolescência de parte do capital antigo - que se torna antiquado - o processo não é harmonioso, pois o capital novo ΔC deve desalojar parcialmente o capital C anterior: *"Na realidade (Wirklichkeit), a coisa se apresentaria de tal modo que uma parte do capital ficaria total ou parcialmente inoperante (porque ele deveria antes desalojar de sua posição o capital já em funcionamento, para se valorizar em geral) e a outra parte se valorizaria a uma taxa de lucro mais baixa pela pressão do capital empregado ou meio empregado. Com isso, seria indiferente que uma parte do capital adicional entrasse no lugar do antigo ou que este, assim, tomasse lugar no adicional. Teríamos sempre de um lado a antiga soma de capital e, de outro, a adicional"*⁽⁵⁹⁾.

A *"indiferença"* aqui diz respeito ao volume de meios de produção obsoletos que ficam nas mãos dos capitalistas já estabelecidos e o volume dos meios de produção novos e aperfeiçoados que estes capitalistas adotam e empregam, em contraposição ao capital novo nas mãos dos capitalistas que se estabelecem a partir da crise. *"A qual parte*

específica toca esta inoperância decide a luta da concorrência"⁽⁶⁰⁾ Assim, a concorrência reaparece neste momento da apresentação categorial, para explicar o modo com que se torna efetiva (a 'Wirklichkeit' sublinhada no texto transcrito imediatamente acima) a tendência imanente a repartir os prejuízos entre os capitalistas e, com isso, substituir a antiga tecnologia por uma mais produtiva, para em seguida generalizar as inovações e conduzir à superação da crise. A busca pelos capitalistas singulares de técnicas que permitam a cada um obter uma taxa de lucro maior que a média, reduzida na crise, é o que os leva em conjunto e no final do processo a uma taxa geral de lucro mais alta e ao termo da crise.

Desta forma, *"Os meios de trabalho são, em sua maior parte, constantemente revolucionados pelo progresso da indústria. Eles não são substituídos, portanto, em sua forma original, mas pela sua forma revolucionada. Por um lado, a massa de capital fixo, instalada em uma forma natural determinada e que dentro desta deve durar uma determinada vida útil média, compõe uma base [Grund] para a introdução somente gradual de novas máquinas etc., e daí um obstáculo contra a rápida introdução geral dos meios de trabalho aperfeiçoados. Por outro lado, a luta da concorrência, especificamente em revoluções decisivas, obriga a substituir os antigos meios de trabalho antes do fim natural de sua vida. São principalmente catástrofes, crises, que impõem tal renovação prematura da instalação fabril em grande escala social"*⁽⁶¹⁾. Embora haja resistência em substituir a *"massa de capital fixo instalada em uma forma natural determinada"* por *"meios de trabalho aperfeiçoados"* antes do fim *"da vida útil média"* da primeira, as crises *"impõem tal renovação prematura"* como o único meio de retomar a acumulação e através da *"luta da concorrência"*.

Um primeiro aspecto que deve ser destacado é que todo este raciocínio de Marx indica a ocorrência de repetições periódicas ou cíclicas da ordem de tais acontecimentos: *"A superficialidade da Economia Política se mostra, entre outras coisas, em que ela faz da expansão e contração do crédito, mero sintoma dos períodos alternados do ciclo industrial, a causa deste último. Exatamente como os corpos celestes, uma vez*

lançados em um determinado movimento, o repetem sempre, assim a produção social, tão logo é lançada naquele movimento de expansão e contração alternadas. Efeitos se tornam, por sua vez, causas, e as peripécias do processo total, que reproduz constantemente suas próprias condições, adotam a forma da periodicidade"(62).

De fato, uma vez superadas as circunstâncias que levaram à baixa da taxa de lucro, é de se esperar que elas voltem a agir no momento seguinte, em que a taxa tornou a se elevar, porque elas não correspondem à atuação fortuita de fatores externos ao capital industrial, e sim à efetivação de tendências imanentes a este último. Pois, conforme dizia o final do texto citado à nota 57 acima, *"a imobilização...da produção teria preparado uma posterior ampliação da produção - dentro dos limites capitalistas"*; ou seja, como a recuperação econômica se dá dentro do contexto social capitalista, nela reaparece a contradição constitutiva deste sistema e todas as suas conseqüências, que não são eliminadas com a crise. Assim, mesmo no momento de expansão a contradição persiste, a crise existe virtualmente como simétrico das condições de expansão dentro destas últimas, e vice-versa no momento de ocorrência de crise. Cada um tem em si o seu outro e não pode evitar de vivenciá-lo.

Se uma crise é o termo de um percurso de expansão, é o fim para o qual este foi o meio, inversamente a crise se mostra a seguir como um meio para produzir as condições de sua própria superação, para que uma nova etapa de expansão surja enquanto fim ou resultado; e assim, por princípio, sucessivamente. Por isso *"efeitos se tornam, por sua vez, causas"*, perdendo a rigidez da determinação de cada um como efeito ou causa, fim ou meio, numa nova dialética em que o capital se vê condenado ao "tormento de Sísifo" da repetição, de modo que seu *"processo total...reproduz constantemente suas próprias condições"* e adota *"a forma de periodicidade"*. Cada novo momento deste ciclo é vivido como se fosse o anterior: cada nova crise parece repetir o mesmo caminho da expansão anterior, até porque nelas se reproduz a contradição essencial que as impede de se libertarem uma da outra.

Evidentemente, contudo, o novo não é mera repetição do passado, e aqui se apresenta um segundo aspecto a ser destacado no raciocínio de Marx: *"A produção capitalista aspira constantemente a superar estas barreiras imanentes, mas só as supera através de meios que opõem a ela estas barreiras de novo e numa medida mais forte"*(63). As *"barreiras imanentes"* não são apenas repostas, mas *"numa medida mais forte"*. Ou ainda, *"estas catástrofes regularmente recorrentes levam à sua repetição em uma escala mais alta, e finalmente à sua derrocada violenta"*(64).

Já do ponto-de-vista puramente quantitativo, os ciclos se distinguiriam porque os processos de valorização e desvalorização se dão *"em uma escala mais alta"*, pois cada ciclo tem o anterior como patamar a partir do qual ele se desenvolve, levando Marx a prever que a cada expansão se produz mais valor e em cada crise a desvalorização também é maior, até ocorrer a *"derrocada violenta"* de todo o sistema. Embora esta conclusão de que há uma tendência que se afirma gradativamente através dos ciclos seja contestada por alguns autores marxistas, é inegável que Marx pensava assim, apontando o colapso como o resultado final de toda uma seqüência de períodos de produção; considerações mais conclusivas sobre este assunto, porém, serão feitas somente mais adiante, no fim da presente tese.

Também do ponto-de-vista qualitativo os ciclos se distinguem, em função da base material ou do tipo de tecnologia que se altera de um para outro, pelo efeito da concorrência inter-capitalista e pela necessidade constante do sistema reduzir seus custos em geral, e em especial o da força de trabalho. Justamente, conforme visto no texto da nota 61 acima, os meios de produção *"não são substituídos...em sua forma original, mas pela forma revolucionada"*, sendo possível associar a duração dos ciclos à reposição periódica do capital fixo e, assim, obter parâmetros para a determinação cronológica das fases da produção capitalista(65). Levando em conta as alterações tecnológicas da base material, alguns autores descrevem também ciclos mais longos, compostos por vários ciclos menores caracterizados porque entre um e outro ocorreria uma mudança mais profunda da tecnologia

para superar crises de estagnação prolongada⁽⁶⁶⁾. Apesar de interessante por sua capacidade explicativa da história do capitalismo, esta teoria das "ondas longas" não encontra fundamento decisivo nos textos de Marx e padece de problemas ainda maiores que a teoria dos ciclos em geral, como veremos no próximo item.

De qualquer modo, o importante na idéia dos ciclos econômicos é que a valorização e a desvalorização se apresentam não mais apenas enquanto momentos simultaneamente determinados da contraposição das tendências opostas da "lei" da queda da taxa de lucro, mas como fases distintas e alternadas no tempo; e, com isso, a crise adquire um significado mais complexo: *"Estas influências diferentes se fazem valer ou justapostas [nebeneinander] no espaço ou sucessivamente [nacheinander] no tempo; periodicamente o conflito dos agentes antagônicos se alivia em crises. As crises são sempre soluções violentas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio rompido"*⁽⁶⁷⁾. Além de termo de uma fase de expansão, a crise se define agora também como o meio para preparar as condições de uma nova expansão, como *"solução...das contradições"* - e não simplesmente como forma de manifestação delas - que *"restabelecem momentaneamente o equilíbrio rompido"* - ao invés apenas de expor um desequilíbrio.

Esta mudança de sentido traz consigo, no entanto, o risco de se passar a ver a crise como uma etapa apenas provisória e construtiva do desenvolvimento capitalista, funcional e domesticada. Daí talvez a ênfase de Marx em que a ampliação da escala da produção a cada ciclo tornaria as crises mais profundas até um colapso futuro do sistema, a fim de evitar a interpretação otimista da crise como crise de crescimento. Uma apreensão rigorosa do ciclo, porém, já impede o perigo de tal otimismo, na medida em que tanto a crise quanto a expansão devem ser consideradas como meio uma para a outra, pois *"efeitos se tornam, por sua vez, causas"*, sem o que não pode ser pensada a própria periodicidade. Ambas são fases momentâneas, momentos de um processo. Mas entender rigorosamente tal relação implica mais uma vez abordar o problema com o recurso das categorias modais,

analisando como os dois momentos são necessariamente determinados um pelo outro. Desta questão tratarão os itens a seguir, encerrando o presente capítulo.

29-

De acordo com o conteúdo enriquecido do conceito de uma crise cíclica, o que se trata de explicar é mais do que o predomínio de uma tendência sobre outra (contratendência) - do impulso à acumulação e valorização sobre as forças que levam à desvalorização do capital, nas etapas de expansão, ou destas forças sobre aquele impulso, nos momentos de crise propriamente dita. As dificuldades inerentes à explicação deste tipo de predomínio simples já foram indicadas antes. Agora, porém, numa primeira aproximação do problema, deve-se explicar a alternância das etapas do ciclo, ou seja, a alternância entre o predomínio de uma tendência e o da tendência oposta: uma delas tem de ficar latente para que a outra se manifeste, e depois tem de se manifestar, fazendo a outra passar à mera latência.

De que maneira ocorre este processo? A retomada expansão a partir da crise é assim descrita por Marx: *"Como este conflito seria então novamente compensado e se estabeleceriam de novo as relações correspondentes ao movimento 'sadio' da produção capitalista? O modo da compensação já está contido na própria declaração do conflito de cuja compensação se trata"*(68). Da mesma forma que os determinantes da crise estão presentes como contradições na fase expansiva do ciclo, na crise também *"já está contida"* a solução das contradições que viabilizaria uma nova fase de acumulação, o *"modo da compensação...do conflito"* expresso pela desvalorização do capital. Neste sentido, na medida em que cada um dos momentos opostos que se sucedem - *"movimento sadio"* e crise - estaria *"já contido"* nas condições básicas do momento anterior, um se deduziria do outro necessariamente e não como simples possibilidade; em outras palavras, dada uma certa fase do ciclo, a passagem à fase seguinte não seria apenas possível, mas necessária, enquanto desenvolvimento de potencialidades *"já contidas"* na fase precedente.

Numa maior aproximação do problema, então, trata-se de explicar mais do que a mera alternância das fases inversas do ciclo: para tanto, é preciso entender a própria passagem de uma fase à outra, isto é, por que uma cede lugar à seguinte num determinado momento, ou ainda, como cada uma determina a outra que lhe sucede e é também determinada pela outra que lhe antecedeu. Neste ponto é que adquire relevância o fato de cada uma estar "*contida*" na outra, de que sua determinação recíproca e sucessiva é necessária e não somente possível, pois se fosse somente possível, também o seria que uma não seguisse à outra, e não haveria obrigatoriamente um ciclo econômico tal como proposto por Marx.

Por outro lado, pois que esta concepção de ciclo se baseia justamente na inclusão das determinações essenciais de cada momento nas de seu oposto, na co-pertinência necessária dos opostos, é que ela corresponde do modo mais adequado à natureza contraditória do capital, é ela que constitui a forma de movimento que mais fielmente expressa tal contradição; de qualquer maneira, muito melhor do que as concepções anteriormente examinadas de puro predomínio de uma tendência sobre a outra, como nas teorias de colapso ou de eternização do sistema. Na concepção cíclica, cada momento não pretende se absolutizar, negando ao oposto a possibilidade de existir, como ocorre no limite com as teorias de tendência final; os dois momentos não só admitem a possibilidade um do outro, mas até exigem a existência de seu outro como uma necessidade, pois cada um é determinado por seu oposto, tem nele o meio para sua determinação própria.

Cada um exclui seu outro, sem dúvida, como um pretendo todo que o reduza a simples meio para se constituir em totalidade, mas simultaneamente pretende incluir seu outro como meio para ele mesmo formar o todo; sua relação corresponde, assim, à forma da contradição em si, que caracteriza o próprio capital, conforme estudado no capítulo 2 desta tese. Do desenvolvimento desta contradição constitutiva do capital resulta a relação em si contraditória dos dois momentos do ciclo: por um lado, eles se excluem reciprocamente, no sentido de que cada um predomina a seu tempo sobre o outro e o mantém só latente,

abrangendo-o para compor uma totalidade; por outro lado, eles se incluem um no outro, de modo que na fase de valorização se preparam as condições de desvalorização e vice-versa, aspecto pelo qual ocorre o fim do predomínio de um sobre outro e sua alternância.

Já que a passagem de uma fase do ciclo para outra deve ser, portanto, necessária, em função da definição mesma de ciclo, é o estatuto de tal necessidade que cabe examinar. E para isso é preciso considerar o conteúdo dos argumentos apresentados por Marx como explicação da passagem da expansão para a crise e da passagem inversa, e verificar se de acordo com tais argumentos cada uma das fases contém realmente as determinações essenciais da outra e até que ponto as contém. Só assim se pode avaliar em que medida elas são mutuamente condicionadas, ou seja, se a passagem para uma fase posterior ocorre precisamente a partir das condições da que lhe antecede ou se estas também permitiriam um resultado diferente que, mesmo previsível, não seria a única possibilidade e, por isso, não seria obrigatório.

Um primeiro argumento a ser mencionado é o de que, sob condições capitalistas, recorrentemente a produção cresce mais rápido do que a capacidade de consumo social, levando a dificuldades em vender as mercadorias existentes, e, assim, à queda de seus preços e desvalorização do capital. De fato, Marx algumas vezes expõe este tipo de raciocínio em seus escritos, inclusive no capítulo 15 do Livro III de "O Capital": *"Como a finalidade do capital não é a satisfação das necessidades, mas a produção de lucro, e como ele só alcança esta finalidade através de métodos que dispõem a massa da produção conforme a escala da produção, não o contrário, então deve sempre surgir uma discrepância entre as dimensões limitadas do consumo sobre bases capitalistas e uma produção que continuamente tende a superar sua barreira imanente"*(69). Se *"as dimensões limitadas do consumo"* constituem uma *"barreira imanente"* ao capitalismo, por outro lado sua *"produção...continuamente tende a superar"* tal barreira, de modo que ela não chega a inviabilizar definitivamente o sistema nem o conduz ao colapso, como pretende um grupo de autores de tradição marxista.

Além disso, em nenhum dos trechos em que apresenta esta idéia de "*discrepância*" entre produção e consumo, Marx tenta desenvolver com rigor qualquer explicação para uma periodicidade possível ou necessária na relação entre estes dois aspectos da produção capitalista. Se "*deve sempre surgir uma discrepância*" entre eles, fica difícil caracterizá-la como cíclica; e se ela "*continuamente tende a superar-se*", do mesmo modo dificilmente sua superação poderia adotar a forma de um ciclo. Daí o problema em se deduzir uma explicação da periodicidade das crises a partir deste tipo de argumento, sendo por isso, aliás, que ele geralmente é fundamento de concepções de colapso ou paralisia crônica do sistema, e raramente o é dos ciclos, pelo menos considerado isoladamente. Como há, por outro lado, vários textos em que Marx condena esta crítica sub-consumista ao capitalismo, é preciso relativizar a importância dos seus próprios escritos sobre o tema, até porque eles não constituem o aspecto mais fértil, instigante e original da crítica especificamente marxiana ao "modo de produção" presidido pelo capital⁽⁷⁰⁾.

Um segundo argumento, exposto no item anterior desta tese, se refere às alterações da composição orgânica⁽⁷¹⁾. Ela cresceria com a acumulação, levando à queda da taxa de lucro até o ponto em que se tornasse inviável continuar operando no mesmo nível tecnológico; a desvalorização do capital existente imporia, então, uma mudança completa no tipo de tecnologia que reduziria a composição orgânica, elevaria novamente a taxa de lucro e viabilizaria a acumulação. Para que houvesse tal oscilação da composição orgânica, porém, o efeito desta última tem de ser considerado isoladamente de qualquer outro fator atuante sobre a taxa de lucro. Neste caso, ao se analisar o aumento da composição orgânica durante a fase expansiva do ciclo, é possível fazer as mesmas objeções e reparos feitos em relação à queda tendencial da taxa de lucro: a elevação acentuada na composição técnica do capital não se reflete necessariamente na mesma proporção - e às vezes sequer se reflete de modo algum - num aumento da composição de valor das partes componentes do capital social total.

Por outro lado, analisando a redução da composição orgânica conseqüente à crise de desvalorização do capital existente e à revolução na tecnologia e formas de organização do trabalho, para que tal redução se verifique é preciso que diminua o valor dos elementos do capital constante mais do que os do variável. Mas, do mesmo modo que a mudança tecnológica não se orienta obrigatoriamente pela necessidade de poupar mão-de-obra, ela não se destina por princípio a poupar capital constante - caso, aliás, possível, embora não freqüente sob condições capitalistas, de acordo com Marx. E se se pensar que a mudança radical em questão tem por finalidade a obtenção de maior taxa de mais-valia relativa, é bom lembrar que isso também não faz parte dos objetivos imediatos que levam os capitalistas a buscarem e adotarem inovações. Finalmente, um aumento do valor do capital variável em relação ao do capital constante, ou da massa de mais-valia, devido à contratação de mais trabalhadores, levaria a um aumento de salários que diminuiria a taxa de mais-valia e poderia anular o efeito da redução da composição orgânica sobre a taxa de lucro. Estritamente por este último ponto-de-vista, a crise não implica necessariamente a retomada das condições para uma fase expansiva.

A saída para tal impasse seria assumir que as mudanças na composição técnica do capital têm por objetivo básico enfrentar situações adversas em relação à disponibilidade de força de trabalho. E, com isso, chega-se ao terceiro argumento da literatura marxista, conforme o qual a acumulação leva ao esgotamento do "exército industrial de reserva" de mão-de-obra, ao conseqüente aumento dos salários e redução das taxas de mais-valia e lucro - até a crise. A desvalorização do capital existente e a revolução tecnológica viriam como resposta a isto, para recompor a reserva de trabalhadores, baixar salários e aumentar as taxas de mais-valia e lucro. E os ciclos seriam explicados, desta maneira, pelo movimento periódico de esgotamento e recomposição do "exército industrial de reserva", como causa da elevação e redução posterior dos salários, razão da redução e elevação respectiva dos lucros⁽⁷²⁾.

O pressuposto deste raciocínio só pode ser que a composição do capital permaneça constante: *"Suponhamos que, junto com as demais condições constantes, a composição do capital permanece inalterada, isto é, uma determinada massa de meios de produção ou capital constante requer sempre a mesma massa de força de trabalho para ser colocada em movimento, então evidentemente a demanda de trabalho e do fundo de subsistência dos trabalhadores cresce proporcionalmente ao capital, e tanto mais rápido quanto mais rápido crescer o capital"*(73). Ou seja, o crescimento da *"demanda de trabalho"*, que diminui progressivamente a reserva de trabalhadores e eleva os salários, é exatamente proporcional ao crescimento do capital - à acumulação - apenas se *"a composição técnica do capital permanece inalterada"*; pois, de outro modo, o aumento gradativo desta composição faria que o número de trabalhadores novos empregados não fosse tão grande quanto o aumento da massa de meios de produção - ele cresceria, mas não tanto quanto o capital social, não proporcionalmente ao ritmo da acumulação.

Assim, *"A vinculação dos preços de produção ao valor das mercadorias deveria sempre corresponder à experiência de que, 'prima facie' e abstraindo dos movimentos oscilatórios dos preços de mercado, quando o salário sobe, a taxa de lucro cai, e inversamente. Mas viu-se que a taxa de lucro pode ser determinada pelos movimentos no valor do capital constante, independentemente dos movimentos do salário; de modo que salário e taxa de lucro podem se mover na mesma direção, ao invés de na contrária, podem subir e cair juntos"*(74). Mais do que um problema de proporção, inclusive, a alteração contínua da composição orgânica - e não simplesmente da técnica - pode modificar de maneira significativa os resultados alcançados pelo terceiro argumento em questão. Se a composição de valor aumentar junto com a composição técnica, o crescimento da demanda de trabalho apenas não será tão intenso quanto a acumulação de capital; mas se a composição orgânica não aumentar, devido à queda no valor dos elementos do capital constante, a taxa de lucro pode cair ou ficar inalterada, mesmo que pressionada por um aumento dos salários decorrente do esgotamento do "exército industrial de reserva". Por

isso "salário e taxa de lucro podem se mover na mesma direção, ao invés de na contrária, podem subir e cair juntos", anulando a regra de que "quando o salário sobe, o lucro cai, e inversamente", anulando o raciocínio deste terceiro argumento.

Daí ser essencial a suposição da constância da composição orgânica do capital para se pensar um ciclo baseado nos movimentos da demanda de trabalho. Mais do que suposto teórico, porém, Marx concebe tal constância como uma possibilidade real: "O crescimento do capital, portanto acumulação de capital, implica diminuição da taxa de lucro só na medida em que com este crescimento irrompem as modificações consideradas acima na proporção entre as partes componentes orgânicas do capital. Entretanto, apesar das revoluções [Umwälzungen] constantes e diárias do modo de produção, ora uma ora outra parte maior ou menor do capital global continua a se acumular por um certo espaço de tempo sobre a base de uma proporção média dada daquelas partes componentes, de modo que com seu crescimento não se dá nenhuma alteração orgânica, portanto também não se dão as causas da queda da taxa de lucro"⁽⁷⁵⁾.

Distinguem-se aqui dois padrões de acumulação de capital: aquele em que o capital cresce em volume global "sobre a base de uma proporção média dada daquelas suas partes componentes", capital variável e constante, "de modo que com seu crescimento não se dá nenhuma alteração orgânica" de sua composição; e, por outro lado, um padrão em que as "revoluções...do modo de produção" implicam uma mudança tecnológica e uma reorganização das relações sociais (ainda capitalistas) que modificam de fato a composição orgânica e anulam ou reverterem o efeito do crescimento da demanda de trabalho sobre a taxa de lucro. O primeiro caso vale apenas "por um certo espaço de tempo", que é justamente quando "a demanda de trabalho...cresce proporcionalmente ao capital", como diz o texto da nota 73, isto é, quando a taxa de lucro diminuiria puramente como resultado do aumento de salários, pois a composição do capital permanece inalterada na prática. O segundo caso ocorreria, então, como uma mudança radical do tipo de tecnologia que aumentaria a

composição orgânica, levando à demissão de trabalhadores e queda dos salários, no contexto de uma crise e de desvalorização do capital existente.

Parece assim resolvido o impasse que impedia a configuração do ciclo econômico, através de uma proposição que combina o argumento das alterações da taxa de lucro conseqüentes a variações da composição orgânica e o que as atribui a oscilações dos salários decorrente de maior ou menor demanda de trabalho. No entanto, pode-se fazer reparos também a esta versão. Em primeiro lugar, é importante não esquecer que para Marx o determinante imediato das inovações é a concorrência inter-capitalista e a necessidade de cada um obter lucros extraordinários, produzindo suas mercadorias com um valor individual mais baixo que o médio; enquanto que, na última versão apresentada, o sentido das inovações é essencialmente a redução dos salários via demissão dos trabalhadores, ou seja, a adoção de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra. Este até pode ser o resultado final do processo segundo Marx, mas geralmente não é o motivo consciente e imediato do capitalista singular.

Por isso, em segundo lugar, deve-se reconhecer que a relação entre a demanda de trabalho e a composição orgânica do capital pode variar conforme as condições do ramo de produção em que atuam os capitalistas: *"Considerando o capital social global, o movimento de sua acumulação provoca ora alterações periódicas, ora seus momentos se distribuem simultaneamente sobre as diferentes esferas da produção. Em algumas esferas ocorre alteração na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta, devido à mera centralização; em outras, o crescimento absoluto do capital é ligado à redução absoluta de sua parte componente variável, ou da força de trabalho absorvida por ele; em outras, o capital continua a crescer ora sobre sua dada base técnica, e atrai força de trabalho excedente em relação a seu crescimento, ora irrompe uma alteração orgânica e se contrai a parte variável"*(76).

Os três casos distintos aqui descritos por Marx evidenciam que os capitalistas investem no crescimento de seu poder individual dentro de sua esfera determinada da

produção - a chamada "*centralização*" do capital em poucas mãos, no primeiro caso - ou também no aumento do volume de seus capitais próprios, o que conduz à acumulação de capital dentro de sua esfera, sem considerar imediatamente a elevação da composição orgânica, que pode ocorrer - no segundo caso - ou não - no terceiro - com crescimento do capital "*sobre sua dada base técnica*". Desta maneira, enquanto nas esferas do terceiro caso o aumento da massa de capital implica maior demanda de trabalho e previsível futura redução dos salários, nas do segundo este efeito seria atenuado e talvez anulado pelo crescimento das composições técnica e orgânica.

Mas o importante em tudo isso é que as alterações da composição de capital são "*ora...periódicas, ora seus momentos se distribuem simultaneamente sobre as diferentes esferas da produção*" que compõem a produção global. Ou seja, embora possa haver periodicidade entre os momentos de constância da composição orgânica e os de seu crescimento, conforme requer a última versão exposta da teoria dos ciclos, também é possível que estes dois momentos se apresentem ao mesmo tempo na produção como um todo, distinguindo-se entre suas esferas coexistentes. Nestas circunstâncias, a situação em uma esfera pode compensar a de outra: aquela em que se eleva a composição técnica libera trabalhadores para aquela em que a composição se mantém constante, que "*atrai força de trabalho excedente*" da primeira, de modo que o aumento de salários nesta é simultâneo à diminuição dos salários na outra, e o efeito geral sobre a economia em sua totalidade pode ser que os salários não subam a ponto de levar a uma queda da taxa de lucro. Portanto, não é possível assegurar que o todo atravessa necessariamente fases cíclicas decorrentes de movimentos que atingiriam seus ramos componentes ao mesmo tempo e com igual intensidade.

Mesmo que haja periodicidade nas esferas determinadas, a combinação de seus diferentes ritmos pode resultar na ausência de periodicidade para o conjunto da economia. E mesmo que da combinação resulte um movimento periódico, é incerto que ele obedeça a um ritmo regular, necessário e uniforme. Marx chega inclusive a prever uma

regularidade que suprime o ciclo, ao invés de reproduzi-lo: *"Com o crescimento do capital global, também cresce realmente sua parte componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. As pausas intermediárias, em que a acumulação opera como mera ampliação da produção sobre bases técnicas dadas, encurtam-se. Não só é exigida uma acumulação do capital global acelerada em progressão crescente, para absorver um número de trabalhadores adicional de uma dada grandeza, como inclusive, devido à contínua metamorfose do capital antigo, para empregar os já em funcionamento"*(77).

Se a acumulação nas esferas em que a composição técnica permanece constante não for suficientemente intensa para empregar o *"número de trabalhadores adicional"* que seu crescimento demanda e também para absorver os que são liberados pelas esferas em que ocorre a *"contínua metamorfose do capital antigo"*, então o *"exército industrial de reserva"* global aumentará; não porque o capital social não se acumula, mas porque com sua acumulação a parte variável do capital cresce proporcionalmente menos que sua parte constante, o que equivale a um aumento da composição orgânica. A combinação dos diferentes ritmos das várias esferas da produção, assim, leva ao predomínio da tendência geral a este aumento que, por sua vez, atinge gradativamente todas as esferas e encurta *"as pausas intermediárias em que a acumulação opera como mera ampliação da produção sobre bases técnicas dadas"*, imediatamente nas esferas singulares e conseqüentemente na economia em seu conjunto.

Por isso, Marx completa: *"Até agora a duração periódica de tais ciclos é de 10 ou 11 anos, mas não há motivo algum para se considerar este número como constante. Ao contrário, das leis da produção capitalista, tal como nós a desenvolvemos, deve-se concluir que ele é variável e que o período dos ciclos gradativamente se reduz"*(78). O encurtamento dos ciclos até sua futura supressão seria efeito do predomínio gradativo da tendência ao aumento da composição orgânica e, deste modo, corresponde provavelmente à idéia de que as *"catástrofes regularmente recorrentes levam à sua repetição em uma escala*

mais alta e, finalmente, a sua derrocada violenta", conforme dizia o texto dos "Grundrisse" citado à nota 64 acima. A "derrocada" viria, então, porque a composição orgânica teria aumentado tanto que a taxa de lucro não poderia mais ser elevada por meio de nenhuma revolução tecnológica.

30-

Cabe agora, então, tecer algumas considerações finais sobre todo este problema da sobre-acumulação cíclica. Os três argumentos examinados no item anterior para explicar a periodicidade desta forma mais acabada de crise se mostraram insuficientes como evidência de que a valorização e a desvalorização do capital se sucedem ciclicamente, e mais ainda de que este ciclo seja de alguma forma regular e uniforme. De acordo principalmente com os dois últimos argumentos, cada fase do ciclo contém os elementos de sua negação, que acabariam por se manifestar com o desenvolvimento das condições determinantes da fase considerada; e como sua negação seria idêntica já à fase oposta, a transição de uma para a outra - a passagem da valorização à desvalorização e a passagem inversa - estaria contida em cada fase, sendo seu resultado necessário. Deste raciocínio e da expectativa de que o desenvolvimento das condições específicas de ambas fases ocorre num espaço de tempo aproximadamente uniforme, deduz-se a necessidade - e não a simples possibilidade - do movimento cíclico e de sua regularidade.

O problema é que uma fase não é apenas negação da outra: embora o seja também, para si mesma ela se define como algo positivo, com características próprias e singulares. Portanto, a auto-negação de uma delas não é idêntica à posição da outra e, com isso, apesar de ser inerente e necessária às condições de cada fase, não implica necessariamente a transição à fase posterior no que ela tem de positivo. Não é simplesmente porque a valorização se reduz a um mínimo que se tem a desvalorização do capital existente enquanto fenômeno que pode se caracterizar por perda de valor pelo capital constante, resultando em sua ociosidade ou "destruição" física, ou por desemprego de trabalhadores ou

redução de salários e queda no nível de consumo social, ou por alguns ou todos estes elementos combinados; bem como não é só devido a uma tal crise que inovações tecnológicas específicas e reorganização das relações de trabalho virão criar as bases para um novo período de acumulação em escala mais alta que no período precedente.

Assim, para explicar a passagem de um momento para o seguinte como algo necessário, não se pode supor a identidade entre a negação de um e a determinação do outro, que nunca é imediata: mais do que a referência negativa ao outro, deve haver em ambos também a referência positiva, no sentido de que as condições de cada um têm de estar contidas nas do momento anterior e conter, por sua vez, as do posterior. É tal inclusão que faz a sucessão entre as fases do ciclo não se limitar a uma mera possibilidade - um acaso determinado por fatores completamente exteriores aos que constituem essencialmente a fase considerada, como se a desvalorização fosse simples casualidade que interrompe a valorização "normal", ou como se esta última o fosse enquanto termo de uma crise de desvalorização permanente. Se uma inclui as condições da outra, a sucessão é necessária, até porque tanto a valorização quanto a desvalorização são igualmente determinadas pelas disposições constitutivas do capital em geral.

Por outro lado, entretanto, a necessidade da realização de cada momento não pode ser absoluta, justamente porque sempre as condições de um deveriam conter as do outro, e conter não como mera possibilidade da ocorrência de seu contrário, mas como algo que também necessariamente terá de ocorrer em seguida: os dois momentos opostos são igualmente necessários e reciprocamente determinados, de modo que a necessidade de um implica a do outro; isto é, ao invés de absoluta, a necessidade deles é relativa, define-se pela relação de uma para com a outra. O que isto significa, porém, para a explicação da passagem de uma fase para a seguinte e da sua regularidade?

Em primeiro lugar, mesmo aceitando-se a idéia de que a auto-negação de um dos momentos seja idêntica à determinação do outro, nenhum argumento analisado prova que esta auto-negação imanente leva, de modo inevitável e apenas por si própria, ao termo

do momento considerado, muito menos que ela define o espaço de tempo em que o fim seria alcançado. Junto com as tendências que expressam tal auto-negação, como o aumento da composição orgânica ou o esgotamento do "exército industrial de reserva", desenvolvem-se também as contra-tendências que atenuam as primeiras, de modo que sua necessidade não é absoluta e elas não podem ser perfeitamente previstas. A desvalorização do capital existente nas crises, por seu turno, também implica necessária, mas não absolutamente, a ocorrência de uma redução do valor dos elementos do capital constante e uma recomposição da reserva de trabalhadores, até porque estes dois fatores podem se opor e se anular, como vimos acima.

Em segundo lugar, levando-se em conta que a negação de um momento não é imediatamente determinante do momento seguinte em sua particularidade positiva, os argumentos mencionados também não conseguem demonstrar que as condições de cada fase decorrem uma da outra de modo absolutamente necessário. Por que? Lembrando o texto citado à nota 67, no fim do item 28, as *"influências diferentes se fazem valer ou justapostas no espaço ou sucessivamente no tempo"*. É preciso que a vigência destas *"influências causadoras da valorização e da desvalorização seja tanto sucessiva quanto justaposta no espaço"*, no sentido de que em cada etapa da sucessão estejam presentes simultaneamente os determinantes da outra, que explicam a transição daquela para esta. Mas também é preciso que o aspecto temporal da sucessão predomine sobre o aspecto "espacial" da presença simultânea, pois o ciclo é caracterizado pela sucessão. Assim, A inclusão das condições de um momento nas do outro significa que as que incluem subordinam as incluídas, realizando-se e mantendo estas últimas em latência, até que seu desenvolvimento enfraqueça seu domínio e o inverta, tornando latente o que vinha sendo efetivo e efetivo, o antes apenas latente.

Mas se ambos momentos são igualmente necessários, por que deveria ocorrer tal inversão? Se para Marx eles se *"fazem valer"*, isto é, se realizam efetivamente, *"ou justapostos no espaço ou sucessivamente no tempo"*, por que a dimensão da temporalidade

deveria prevalecer sobre a da espacialidade" na determinação do efetivo? Como foi visto em vários textos citados nesta tese, Marx enfatiza freqüentemente a ocorrência simultânea de efeitos opostos da mesma "lei", de modo que não se pode responder às questões propostas com o argumento de que uma contradição só manifesta um de seus momentos de cada vez, sob pena de aparecer abertamente enquanto contradição. Esta resposta nega o pensamento de Marx, e talvez por isso ele não tenha solucionado o problema, deixando de pé a alternativa entre a sucessão e a simultaneidade, ou melhor, a ambas como uma possibilidade.

Desta maneira, a presença necessária das condições de uma fase nas da outra não implica a necessidade absoluta de que elas se sucedam, muito menos de que isto ocorra em intervalos de tempo regulares⁽⁷⁹⁾. A necessidade da sucessão depende - é relativa - do modo com que se combinam tendências e contra-tendências "*justapostas no espaço*", fazendo da periodicidade algo imprevisível quanto ao conteúdo e à duração de suas fases. Neste caso porém, o ciclo não é a única forma, nem a mais acabada, de manifestação das tendências contraditórias do capital. E as crises, portanto, podem não ser apenas fases de um ciclo, podem não ter o caráter de mero momento de reestruturação das condições para uma nova etapa de acumulação; em suma, podem não desempenhar um papel funcional e positivo no processo de produção capitalista, e sim somente assinalar o aspecto negativo básico do capital.

O que também não quer dizer, por outro lado, que os ciclos necessariamente vão-se encurtando até sua supressão, com a vitória final da tendência à acumulação permanente ou da tendência à paralisia e estagnação definitiva da acumulação, pois as condições que caracterizam a indeterminação do ciclo justamente impedem que se preveja seu prolongamento ou encurtamento regular, ou ainda o predomínio gradativo da fase expansiva - perenizando a acumulação - ou o predomínio gradativo da fase de desvalorização do capital - estagnando a acumulação. Embora uma destas tendências pudesse se "*fazer valer*" ao longo de alguns ciclos menores, nada garante que ela se afirme sempre, que o movimento do sistema se dirija a um fim determinado por ela, pois a

tendência oposta também atua com a mesma necessidade e poderia anular ou inverter a determinação da primeira sobre os ciclos mais curtos, o que talvez explique os fenômenos observados que deram origem à teoria das "ondas longas"⁽⁸⁰⁾.

Uma crise pode cumprir a função saneadora de restabelecer as condições para a retomada da acumulação, ou também, até mesmo cumprindo tal função, pode extrapolar este papel positivo e criar condições piores que as anteriores. O que se configura, desta maneira, é uma certa indeterminação quanto à forma geral do movimento que o capital assume necessariamente, embora também necessariamente ele deva sempre se pôr em algum tipo de movimento. Avaliar até que ponto e em que profundidade isto atinge e compromete o projeto marxiano de crítica do capitalismo, requer uma reflexão especial, desenvolvida como conclusão da presente tese, mediante considerações sobre as diferentes temporalidades em que o sistema se apresenta e a modalidade de cada uma, especialmente das diretamente referidas à crise.

Notas do capítulo 4:

- 1)- Cf. "...o processo de produção capitalista, considerado no todo, é unidade do processo de produção e de circulação. Neste terceiro Livro não se pode tratar de enfileirar reflexões gerais sobre esta unidade. É muito mais válido encontrar e apresentar as formas concretas que surgem do **processo de movimento do capital, considerado como um todo**. Em seu movimento efetivo os capitais se defrontam em formas concretas para as quais tanto a figura do capital no processo de produção imediata quanto sua figura no processo de circulação aparecem somente como momentos específicos". [K, III, 33. (C, III 1, 23)]
- 2)- K, III, 836; (C, III 2, 278).
- 3)- Grundrisse, 323-324.
- 4)- Grundrisse, 323 nota e 324 nota, respectivamente. Sobre esta passagem da auto-repulsão "*essencial*" ao capital enquanto tal para a *repulsão dos capitais uns dos outros*", referida à identidade qualitativa e à diferença de suas magnitudes, um outro texto diz: "*Os capitais têm magnitudes diversas. Mas a magnitude de cada capital singular é igual a si mesma; assim, na medida em que é considerada apenas sua propriedade de capital, 'any' [qualquer] magnitude. Mas consideremos dois capitais na diferença um do outro, então surge uma relação das determinações qualitativas através da diferença de suas magnitudes. Esta se torna, ela própria, qualidade diferenciadora dos mesmos. Este é um ponto-de-vista essencial, pelo qual a magnitude [é] somente 'one single instance' [um exemplo simples] de como a consideração do capital enquanto tal se diferencia da consideração do capital em relação a outro capital, ou, da consideração do capital em sua realidade*". [Grundrisse, 576, nota]. A magnitude de um capital, referido a si mesmo, é indiferente à qualidade de ser "*capital enquanto tal*", mas constitui a "*determinação qualitativa através da diferença de suas magnitudes*", "*qualidade diferenciadora*" conforme a qual capitais singulares se relacionam "*em sua realidade*", que é a multiplicidade de capitais e a concorrência. O fundamental aqui nesta relação entre qualidade e quantidade é "*a consideração do capital enquanto tal*" no primeiro caso e a "*consideração do capital em relação a um outro capital*", no segundo caso, apresentando o duplo aspecto da propriedade comum a todo o capital e da sua existência necessariamente singular, sobre o qual se baseia a análise do conflito essencial que aparece enquanto concorrência.
- 5)- K, III, 203-204; (C, III 1, 149).
- 6)- Grundrisse, 317. Cf. também: "*A livre concorrência é a relação do capital a si mesmo como um outro capital, isto é, o comportamento real do capital enquanto capital... a concorrência não é senão que os muitos capitais impõem uns aos outros e a si próprios as determinações imanentes do capital*". [Grundrisse, 543-545, resp.].
- 7)- Grundrisse, 450.
- 8)- É interessante transcrever aqui a passagem da Introdução às "Lições sobre a Filosofia da História Universal" de Hegel que trata deste tema: "*O interesse particular da paixão é, assim, inseparável da realização do universal; pois é do particular e determinado e de sua negação que resulta o universal. É o particular que luta um com o outro e do qual uma parte sucumbirá. Não é a idéia universal que se entrega à oposição e luta, ao perigo; ela se mantém intocada e ileso no fundo [Hintergrund]. Deve-se chamar de **astúcia da razão** que ela faça as paixões agirem por ela, pelo que aquilo que ela põe em existência sofre perda e dano. Pois isto é a manifestação, da qual uma parte é nula e outra, afirmativa. O particular é geralmente demasiado pequeno face ao universal, os indivíduos são sacrificados e abandonados. A idéia não paga de si tributo pela existência (Dasein) e transitoriedade, mas através das paixões dos indivíduos". [HEGEL - "Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte", Suhrkamp, Frankfurt, 1970, Werke 12, 49]. Definindo a "paixão", que desempenha tão importante papel na relação entre particular e universal, diz Hegel algumas páginas antes no mesmo texto: "*e ao chamarmos um interesse de paixão, na medida que a individualidade inteira se coloca em um objeto com descuido por todos outros interesses e fins que também se tenha e possa ter, com toda a fibra do querer nela existente, nesta finalidade concentre todas suas necessidades e forças, então devemos dizer que, em geral, nada de grande no mundo foi cumprido sem paixão*". [idem, ibidem, 37-38]. Daí que, "*Este**

conteúdo particular é tão uno com a vontade dos homens, que ele compõe a inteira determinidade da mesma e é inseparável dela; através dele, ela é o que é". (idem, ibidem, 38). Não é aqui o lugar adequado para discutir as diferenças nas concepções de história de Hegel e Marx; meu objetivo é de apenas assinalar a semelhança na relação entre o particular e o universal em ambos, uma vez que o "espírito universal" para um e o "capital" para o outro se constituem como "sujeitos", totalidades formadas por indivíduos determinados através de seu conflito e oposição. Sem dúvida, também é diferente o destino reservado por Hegel ao "espírito universal", que se afirma e realiza progressivamente no mundo, e por Marx ao "capital" que, como "sujeito formal", verá frustradas por si mesmo suas pretensões de realização positiva e eternização.

- 9)- Como exemplo desta diferença entre o agir consciente dos sujeitos econômicos e o resultado sistêmico de sua ação, encontra-se já no Livro I de "O Capital" o seguinte texto (já citado na nota 60 do capítulo 2 desta tese): *"Quando um capitalista singular barateia, por exemplo, camisas, através do aumento da força produtiva do trabalho, não lhe ocorre necessariamente de modo algum a finalidade de reduzir o valor da força de trabalho e, daí, 'pro tanto' o tempo de trabalho necessário, mas ele só contribui para este resultado, finalmente, na medida em que ele contribui para a elevação da taxa geral de mais-valia. As tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de aparecimento".* [K, I, 335, (C, I 1, 252-252)]. O fato do interesse individual do capitalista ser a "forma de aparecimento" das "tendências gerais e necessárias do capital", ser realização das leis internas que ele não vê e que se impõem apesar de sua não-percepção e até devido a ela, retoma a estrutura da "subjetividade" e da "astúcia da razão" do capital, examinadas na nota anterior. É exatamente sobre este ponto que toma corpo a crítica de Lange, que começou a ser exposta detalhadamente na nota 49 do capítulo 2 da presente tese; nesta nota, dizia-se que Lange identifica a auto-relação do capital com a noção moderna de "sujeito", ao que se deve acrescentar agora que ele avança neste sentido, afirmando que tal movimento de auto-relação *"tem a propriedade de submeter as intenções dos sujeitos concretos, sua 'subjetividade', por vezes (através de) coação massiva. Devido a esta propriedade, Marx acreditava que o capital devia ser concebido como um 'sujeito automático' se desdobrando às custas da subjetividade de sujeitos concretos, um sujeito que só se poderia afirmar enquanto os indivíduos concretos não pudessem fazer valer sua subjetividade".* [Lange, op. cit., 14-15]. Mais adiante, ele diz que para Marx *"o capital devia ser entendido como um sujeito aparente supra-individual, que se mantém e se desdobra numa auto-relação às custas da subjetividade dos indivíduos"* [idem, 15]. Em função disso, Lange explica depois que *"o que é realmente criticado na construção do fetichismo é este tornar-se dependente" das "ações dos particulares de processos não-controláveis por eles (tais como as formações de preço de mercado na produção de mercadorias)"* [idem, 28]. Através destas formulações precisas, Lange relaciona a "subjetividade" e auto-determinação do capital a seu "fetichismo", à sua forma específica de exercer poder sobre os agentes econômicos, preparando uma posterior crítica a Marx, que será examinada nas conclusões desta tese.
- 10)- Cf. *"Todos os momentos do capital que aparecem envolvidos nele, se é considerado conforme seu conceito universal, adquirem uma realidade autônoma e também somente se mostram na medida em que ele aparece realmente, enquanto muitos capitais. A organização viva interna, que se realiza [stattfindet], assim, dentro e através da concorrência, somente então se desenvolve em uma mais ampla".* (Grundrisse, 419). Sobre isto diz Berger, em "Krise und Kapitalismus bei Marx": *"As determinações de forma que se produzem a partir da relação do capital consigo mesmo são, por seu turno, pressupostos da análise do comportamento dos capitais singulares e dos resultados de suas ações. Só através disso os capitais singulares são postos de fato (realiter) sob as condições do capital, só este movimento põe as leis gerais até agora desenvolvidas, só então se trata em sentido verdadeiro de capital 'efetivo'"* (319).
- 11)- Grundrisse, 617.
- 12)- K, III, 46; (C, III 1, 29-30).
- 13)- K, III, 53; (C, III 1, 34).
- 14)- Cf. *"Nós chamamos a composição de valor do capital, na medida em que ela é determinada pela sua composição técnica e a reflete, de composição orgânica do capital"* [K, III, 155, C, III 1, 113)]. O conceito de "composição orgânica do capital" já havia sido implicitamente apresentado, embora não definido precisamente, no item 17 desta tese.

15)- Theorien II, 187. (Teorias, II, 622). O tradicional "problema da transformação" de valores a preços foi proposto inicialmente por um dos primeiros críticos mais sérios de Marx, Böhm-Bawerk, já em 1896, com a publicação de "Para a conclusão do sistema marxiano", e depois, em caminhos mais próximos da temática e metodologia de Marx, por Tugan-Baranovsky ("Fundamentos teóricos do Marxismo", 1905) e por von Bortkiewicz ("Para a correção da construção teórica fundamental de Marx no terceiro volume do 'Capital'", 1907). A polêmica sobre a "transformação" recebeu depois várias contribuições, formando uma história já razoavelmente longa e que é, por isso, impossível de reproduzir em poucas linhas. O eixo do problema, de qualquer modo, vem de uma observação do próprio Marx: *"Através do desenvolvimento agora dado, introduz-se uma modificação com referência à determinação do preço de custo das mercadorias. Originalmente foi aceito que o preço de custo de uma mercadoria fosse igual ao valor das mercadorias consumidas em sua produção. O preço de produção de uma mercadoria para o comprador dela, porém, é seu preço de custo e pode entrar, com isso, na formação de preço de uma outra mercadoria enquanto preço de custo. Como o preço de produção pode se desviar do valor da mercadoria, também o preço de custo de uma mercadoria, na qual é incluído este preço de produção de outra mercadoria, pode ficar acima ou abaixo da parte de seu valor total, formado pelo valor dos meios de produção nela introduzido. É preciso lembrar-se deste significado modificado do preço de custo e, daí, lembrar-se que, quando o preço de custo da mercadoria em uma esfera de produção específica é equiparado ao valor dos meios de produção consumidos em sua produção, é sempre possível um erro. Para nossa presente investigação, não é necessário entrar mais detalhadamente neste ponto"*. [K, III, 174; (C, III 1, 128)]. Em outras palavras, as mercadorias que constituem o capital constante e o variável na produção de outra mercadoria são compradas pelo preço de produção e não por seu valor, já que também elas são produzidas em condições capitalistas; o método de "transformação" também deve ser estendido a elas, de acordo com a sugestão do próprio Marx. Este método, porém, pressupõe a taxa média de lucro para converter valor em preço de produção, taxa que é justamente o que se quer alcançar: não se pode obter o preço de produção das mercadorias que compõem o capital adiantado antes de obter a taxa média de lucro, pois é através desta que aquele preço é calculado. Assim, é preciso obter simultaneamente os preços de produção do conjunto de mercadorias e a taxa média de lucro, o que implica formular um sistema de equações em que se determinem ao mesmo tempo estes dois grupos de variáveis (taxa média de lucro e preços de produção). Além dos problemas de formalização matemática nisso envolvidos, resta saber como continuaria válida a proposição marxiana de que os preços são determinados pelos valores: calculada a partir de valores do capital, a taxa de lucro expressa ainda a relação entre quantidades de trabalho, de modo que, se os preços se desviam dos valores, tal desvio é efeito da redistribuição do valor global do capital da sociedade pela concorrência; mas calculada a partir dos preços de produção do capital adiantado, a taxa de lucro é diferente da anterior, não correspondendo à mais-valia global que, portanto, não seria meramente redistribuída; neste caso, a força de trabalho não seria a única criadora de excedente? Estas questões são bastante sérias e importantes para ameaçarem a consistência da teoria econômica de Marx desde seus fundamentos, levando a diversas propostas de solução, algumas das quais de grande rigor lógico e matemático. É impossível aqui apresentar estas soluções e desenvolver mais o "problema da transformação", no entanto, até porque ele escapa do objetivo central desta tese, de resgatar o conceito de "crise" e avaliar seu potencial na crítica do capitalismo. Para aprofundar-se no tema da "transformação", o leitor pode consultar o excelente resumo feito por Claudio Napoleoni, em "Lições sobre o Capítulo VI^o (inédito) de Marx". Uma apresentação mais detalhada e ampla do problema, por outro lado, pode ser encontrada no vol. III da tese de doutorado de Mário L. Possas, "Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio", defendida em 1983 na UNICAMP. Além de discutir o problema, Possas propõe uma solução muito interessante que implica a redefinição do estatuto do valor-trabalho já no nível do Livro I de "O Capital", quando a força de trabalho é subordinada ao capital e a distribuição do trabalho social deixa de se regular pelas quantidades de trabalho contidas nas mercadorias, devendo levar em conta as magnitudes de capital em cada ramo de produção. Assim, no Livro III a distribuição do valor social e da mais-valia são feitas pela concorrência inter-capitalista, cujo princípio de equivalência não seria mais a mera igualdade das quantidades de trabalho contidas nas mercadorias, e sim de seus "preços de reprodução" que Possas distingue enquanto construção analítica diferente dos "preços de produção" de Marx e confundidos com estes (cf. 66-72 do vol. III da referida tese). A partir deste novo princípio de distribuição presidido pelo capital, é possível redefinir o conceito de trabalho socialmente necessário e de trabalho abstrato, para daí redefinir também o de valor, ainda como "substância social, mas subordinado à norma de intercâmbio capitalista" (op. cit., 72), de modo que os valores passaria a coincidir sempre com os preços de

reprodução. O "problema da transformação" se apresenta, então, como o estabelecimento da simetria ou correspondência biunívoca entre o sistema de preços de reprodução e o de valores, mantendo-se o valor enquanto categoria essencial para entender a natureza do capitalismo e as leis de movimento daí resultantes. Este me parece justamente um dos resultados mais importantes da solução proposta por Possas, que procura atender os vários requisitos metodológicos e formais do problema, sem abrir mão de conceitos básicos da teoria marxiana, e principalmente da idéia de que a natureza do capital é necessariamente dinâmica. Com isso, bem a propósito, ele mostra ser infundado o "desespero" de alguns autores que, por não conseguirem sair dos impasses da "transformação", desistem de postulados e teoremas essenciais na crítica do capitalismo, buscando abrigo no campo neo-ricardiano.

16)- K, III, 183; (C, III 1, 135). Cf. também, sobre isto, "*Os diversos capitalistas se comportam aqui, na medida que se considera o lucro, como meros acionistas de uma Sociedade Anônima na qual as partes do lucro são distribuídas percentualmente e, daí, só se diferenciam para os diversos capitalistas conforme a grandeza do capital aplicado por cada um no empreendimento total, conforme sua divisão proporcional no empreendimento total, conforme o número de suas ações. Assim, enquanto a parte deste preço das mercadorias repõe a parte de valor do capital gasto na produção das mercadorias, e com o qual, portanto, estes valores de capital gastos devem ser recomprados, enquanto esta parte - o preço de custo - se guia totalmente pelo investimento dentro da esfera da produção retrospectiva, a outra parte componente do valor das mercadorias, o lucro acrescentado a este preço de custo, não se guia pela massa de lucro produzida por este capital determinado nesta esfera de produção determinada durante um tempo dado, mas pela massa de lucro que corresponde em média a cada capital investido como parte alíquota do capital total social empregado na produção total durante um dado espaço de tempo*". [K, III, 168; (C III 1, 124)].

17)- K, III, 836-837. Outro trecho extraordinariamente rico sobre esta "inversão" é o seguinte: "*A taxa de lucro é diferente desde o início da taxa de mais-valia, o que aparece imediatamente apenas como outra forma de cálculo: o que, do mesmo modo, desde o início, porém, obscurece e mistifica completamente a origem efetiva da mais-valia, porque somente a taxa de lucro interessa na prática ao capitalista e porque a taxa de lucro pode subir ou cair sob uma taxa de mais-valia constante, e vice-versa. Uma grande diferença existia apenas entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro, e não entre a própria mais-valia e o lucro. Como na taxa de lucro a mais-valia é calculada sobre o capital total e se relaciona a ele enquanto sua medida, a própria mais-valia aparece enquanto originada do capital total e, de fato, igualmente de todas suas partes, de modo que a diferença orgânica entre capital constante e variável é perdida no conceito de lucro; por isso, com efeito, nesta sua figura transformada de lucro, a própria mais-valia renega sua origem, perdeu seu caráter, tornou-se irreconhecível. No entanto, até aqui a diferença entre lucro e mais-valia relacionava-se a uma modificação qualitativa, uma mudança de forma, enquanto a grande diferença efetiva neste primeiro nível da transformação existe ainda apenas entre taxa de lucro e taxa de mais-valia, e ainda não entre lucro e mais-valia.*

"Outra coisa ocorre tão logo se estabelece uma taxa de lucro geral e, através da mesma, um lucro médio correspondente às magnitudes dadas de capital adiantado nas diversas esferas de produção.

"Agora é apenas um acaso se a mais-valia efetiva produzida em uma esfera de produção específica, portanto, lucro, coincide com o lucro contido no preço de venda da mercadoria. Em regra, lucro e mais-valia, e não simplesmente suas taxas, são magnitudes efetivamente diferentes. Sob um dado grau de exploração do trabalho, a massa de mais-valia criada em uma esfera de produção específica é mais importante para o lucro médio total do capital social, daí para a classe capitalista em geral, do que diretamente para o capitalista dentro de cada ramo de produção específico. Para este, apenas na medida que o quantum de mais-valia criado em seu ramo intervém, contribuindo para a regulação do lucro médio. Mas este é um processo que acontece às suas costas, que ele não vê, não entende, e que, de fato, não o interessa. A grande diferença efetiva entre lucro e mais-valia - não só entre taxa de lucro e taxa de mais-valia - nas esferas de produção específicas esconde completamente a verdadeira natureza e a origem do lucro, não só para o capitalista que tem aqui um particular interesse de se iludir, mas também para o trabalhador. Com a transformação dos valores em preços de produção, o fundamento da própria determinação de valor se oculta. Finalmente: se pela simples transformação de mais-valia em lucro, a parte de valor das mercadorias que compõe o preço se defronta à outra parte de valor enquanto preço de custo da mercadoria, de modo que aqui já desaparece o conceito de valor para o capitalista, pois ele não tem diante de si o trabalho total que custa a produção da mercadoria, mas só a parte do trabalho total que ele pagou na forma de meios de produção, vivos ou mortos, e para

ele então o lucro aparece como algo que permanece fora do valor imanente da mercadoria - assim, esta representação agora se confirma completamente, consolida-se, ossifica-se, na medida que o lucro acrescentado ao preço de custo não se determina de fato, quando se considera a esfera de produção específica, através dos limites da formação de valor que ocorre nela mesma, mas se estabelece, ao contrário, de modo totalmente exterior". [K, III, 176-178; (C, III 1, 130)]. E mais,

"O capitalista singular (ou também a totalidade dos capitalistas em cada esfera de produção específica), cuja visão é limitada, acredita legitimamente que seu lucro não provém somente do trabalho empregado por ele ou em seu ramo. Isto é inteiramente certo para seu lucro médio. Tanto quanto este lucro é mediado pela exploração total do trabalho pelo capital total, isto é, por todos os seus companheiros capitalistas, este nexo é para ele um mistério completo, e tanto mais que mesmo os teóricos burgueses, os economistas políticos, até agora não o descobriram. ...Como o trabalho vivo deveria ser fonte exclusiva de lucro, pois a diminuição do montante de trabalho necessário para a produção não só parece não atingir o lucro, mas até, sob certas condições, aparece enquanto fonte mais próxima para o aumento do lucro, pelo menos para o capitalista singular?" [K, III, 179-180; (C, III 1, 132)].

- 18)- Grundrisse, 647. Cf. ainda "O que a concorrência não mostra, porém, é a determinação de valor que domina o movimento da produção; são os valores que estão por trás dos preços de produção e que os determinam em última instância. A concorrência mostra, ao contrário: 1º Os lucros médios, que são independentes da composição orgânica do capital nas diversas esferas de produção e, daí, também da massa de trabalho vivo apropriado por um capital dado em uma esfera de exploração dada; 2º subidas e quedas dos preços de produção devido à mudança no nível do salário - um fenômeno que contradiz completamente, à primeira vista, a relação de valor das mercadorias; 3º oscilações dos preços de mercado, que reduzem o preço médio de mercado das mercadorias em um dado período de tempo não ao valor de mercado, mas a um preço de produção de mercado muito diferente, discrepante deste valor de mercado. Todos estes fenômenos parecem contradizer tanto a determinação do valor pelo tempo de trabalho quanto a natureza da mais-valia, consistente de mais-trabalho não-pago. Assim, na concorrência tudo aparece invertido. A figura pronta das relações econômicas, tal como elas se mostram na superfície, em sua existência real, e daí também nas representações pelas quais os portadores e agentes destas relações procuram se esclarecer sobre elas, são muito diferente, e de fato invertidas, opostas à sua interna, essencial mas oculta figura nuclear (Kerngestalt) e a seu correspondente conceito". [K, III, 219; C, III 1, 159-160)].
- 19)- Que o objeto de Marx não é o estudo da concorrência tal como ocorre nas formações econômicas reais e sim conforme seu conceito econômico genérico, com vistas a estabelecer o modo de aparecimento das determinações internas do capitalismo, deixa bem claro o seguinte texto: "Na apresentação da coisa (Versachlichung) das relações de produção e de sua autonomização face aos agentes da produção, não entramos na maneira como as conexões - através do mercado mundial, suas conjunturas, o movimento dos preços de mercado, os períodos de crédito, os ciclos da indústria e do comércio, a oscilação de prosperidade e crise - aparecem a eles enquanto leis naturais e superiores que os dominam involuntariamente e que se fazem valer a eles enquanto necessidade cega. Não, porque o movimento efetivo da concorrência está fora de nosso plano e nós temos de apresentar somente a organização interna do modo de produção capitalista, por assim dizer em sua média ideal". [K, III, 839; (C, III 2, 280)].
- 20)- K, III, 52; (C, III 1, 33-34).
- 21)- K, III, 222; (C, III 1, 163-164).
- 22)- Grundrisse, 633.
- 23)- Os dois autores mais importantes que formularam esta objeção são Sweezy, em "Teoria do desenvolvimento capitalista" de 1942 e Joan Robinson em "Um ensaio sobre a economia marxiana" de 1949. Joan Robinson afirma repetidamente que "a teoria de Marx repousa na suposição de uma taxa de exploração constante" e que, daí, derivar a queda da taxa de lucro da elevação da composição orgânica do capital é uma mera "tautologia". O problema para ela é que assumir uma taxa de mais-valia constante, ao mesmo tempo levando em conta um certo aumento da produtividade, levaria à conclusão de que os salários reais sobem (pelo aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, devido ao barateamento dos meios de vida com o crescimento da produtividade), o que é, relativamente ao restante

da teoria de Marx, uma "drástica inconsistência" e uma "espantosa contradição" (op. cit., 35-42). Sweezy é um leitor mais atento de Marx, mas se apega ao exemplo inicial do capítulo 13 do Livro II de "O Capital" para dizer que a hipótese básica de Marx é a constância da taxa de mais-valia, o que, como ele nota, está em contradição com a tendência à negação do trabalho vivo pelo morto, enunciada no Livro I. Ele também observa, como Joan Robinson, que a constância da taxa de mais-valia leva à conclusão errônea da subida dos salários reais, para finalmente abandonar a restrição por ele imputada a Marx e declarar que o aumento da taxa de mais-valia pode "sobre-compensar" a elevação da composição orgânica. Sem se preocupar com a magnitude destes movimentos contrapostos, porém, ele afirma em seguida que ambos crescem "pari passu", com o que o resultado final sobre a taxa de lucro é "indeterminado" (op. cit., 96-108). A crítica a estes dois autores foi empreendida por Rosdolsky (op. cit., 440-454), que os repreende corretamente pela atribuição errônea a Marx da hipótese da taxa de mais-valia permanecer constante, e que demonstra serem infundadas, daí, as acusações de contradição e erro metodológico dirigidas a Marx por Sweezy e principalmente Joan Robinson. Por outro lado, parece-me pouco convincente a explicação dada por Rosdolsky (449-453) para a dificuldade de que o aumento da taxa de mais-valia deve ser sempre menor que o da composição orgânica, pois ele somente repete argumentos de Marx, sem tentar analisá-los e, conseqüentemente, sem perceber os problemas que estes argumentos apresentam.

24)- K, III, 250; (C, III 1, 182).

25)- K, III, 225-226; (C, III 1, 166).

26)- Marx afirma: "A proporcional diminuição do capital variável e aumento do constante, **apesar de ambas partes crescerem absolutamente**, é, como já foi dito, só uma outra expressão para a produtividade aumentada do trabalho". [K, III, 226; (C III 1, 166)]; e assim, "A proporção se altera não porque caia a massa de trabalho vivo, mas porque sobre a massa do trabalho já objetivado posto em movimento por ele. A diminuição é relativa, não absoluta, e de fato não tem nada a ver com a grandeza absoluta do trabalho e mais-trabalho posto em movimento. A queda da taxa de lucro resulta não de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição apenas relativa da parte componente variável do capital total, de sua diminuição comparada com a parte componente constante". [K, III, 227; (C, III 1, 167)]; e, por fim, "Para que a parte componente variável do capital total não só permaneça absolutamente a mesma, mas cresça absolutamente, apesar de cair sua percentagem enquanto parte do capital total, o capital total tem de crescer em proporção mais forte do que cai a percentagem do capital variável. Ele tem de crescer tanto que, em sua nova composição, ele não só precise da antiga parte variável de capital, mas precise dela para a compra de ainda mais força de trabalho. Se cair a parte variável de um capital = 100, de 40 para 20, então o capital total tem de se elevar a mais de 200, para poder empregar um capital variável maior do que 40". [K, III, 232-233; (C, III 1, 170)].

27)- K, III, 236-237; (C, III 1, 173).

28)- K, III, 229; (C, III 1, 168). Todo o raciocínio de Marx que acabou de ser exposto se apoia provavelmente na idéia de que da relação entre a taxa de lucro e a de mais-valia se obtém a seguinte expressão e seu corolários: " $l' : m' = v : C$; a taxa de lucro se relaciona com a taxa de mais-valia como o capital variável com o capital total. Segue-se desta proporção que l' , a taxa de lucro, é sempre menor do que m' , a taxa de mais-valia, porque v , o capital variável, é sempre menor do que C , a soma de $v + c$, do capital variável e do constante; excetuando o único caso, praticamente impossível, em que $v = C$, em que não fosse adiantado pelo capitalista nenhum capital constante, nenhum meio de produção, mas só salário". [K, III, 60; (C, III 1, 39-40)]; situação que se desenvolve depois "Viu-se na 1ª seção deste livro que a taxa de lucro expressa a taxa de mais-valia sempre mais baixa do que ela é. Viu-se agora que mesmo uma taxa de mais-valia crescente tem a tendência de se expressar em uma taxa de lucro decrescente. A taxa de lucro só seria igual à taxa de mais-valia se $c = 0$, isto é, se o capital total fosse investido em salário. Assim, uma taxa de lucro decrescente só expressa uma taxa de mais-valia decrescente se a relação entre o valor do capital constante e a quantidade (Menge) da força de trabalho por ele posto em movimento permanecer inalterada, ou se esta última subir em relação ao valor do capital constante". [K, III, 251; (C, III 1, 183)]. Esta argumentação de Marx, entretanto, não está livre de imprecisões e ambigüidades, como fica bem assinalado na tese de M. Possas a que já foi feita referência na nota 15 acima. Em resumo, o ponto discutido por ele tem por base a constatação de que Marx freqüentemente expõe a lei de tendência e a composição orgânica identificando o capital

variável e a massa total de trabalho vivo, porque toma o primeiro como "índice" do segundo. Esta identificação, de fato, pode ser facilmente verificada nos textos citados neste item, especialmente os da nota 26 acima. Porém, apresentar a composição orgânica enquanto proporção entre capital constante e capital variável (em termos de valor) é mais plausível e menos restritivo, pois demonstra-se que, mesmo que a produtividade cresça para os meios de produção na mesma proporção que para os meios de vida, basta que o crescimento da composição técnica do capital seja mais rápida que o dos salários - que os ganhos de produtividade não sejam integralmente repassados para os salários - para que a composição orgânica também cresça (cf. Possas, op. cit., 72, nota 157). Ao contrário, definir a composição orgânica pela proporção entre o valor dos meios de produção e a massa de trabalho vivo, supõe a hipótese restritiva de que a produtividade atinge mais os meios de vida que os de produção; isto é que haja uma orientação "poupadora de mão-de-obra" para o progresso técnico; ou então, que a produtividade barateie igualmente os dois tipos de produto, mas que a composição técnica cresça mais rapidamente. Por outro lado, Possas sugere que Marx tenha preferido apresentar a lei de tendência à queda da taxa de lucro usando a segunda definição de composição orgânica, que é mais difícil de ser demonstrada e menos plausível, porque apresentá-la através da primeira definição talvez deixasse realmente inconclusivo se o aumento dela predominaria sobre o aumento da taxa de mais-valia. Acredito ser esta uma explicação verossímil e pertinente para a oscilação incontestável no texto de Marx entre as duas definições de composição orgânica e da lei de tendência, conforme o capital variável ou a massa total de trabalho vivo ($v + m$), e levando em conta ora a taxa, ora a massa de mais-valia. Feitas estas ressalvas importantes, o autor diz: "*É possível concluir, portanto, que apesar das dificuldades colocadas pela redação tortuosa de um texto sem acabamento, a demonstração da lei em Marx é pelo menos consistente*". (Possas, op. cit., 68).

- 29)- Neste sentido, pode-se fazer uma analogia entre a oposição de medidas determinadas pelo mesmo fundamento e a análise das crises gerais feitas por Marx em outro contexto: "*Que processos autonomamente confrontantes formem uma unidade interna, significa também que sua unidade interna se movimenta em oposições externas. Se a autonomização externa dos dependentes internamente, porque reciprocamente complementares, avançar até um certo ponto, então a unidade se faz valer violentamente através de uma - crise*". [K, I, 127-128, (C I, 100)]. Guardadas as diferenças, a semelhança na forma dos processos é bastante elucidativa, até porque ela representa uma espécie de matriz de inteligibilidade para os vários fenômenos associados às crises. Sobre a distinção entre "diferença" e "oposição", cf. nota 31 do capítulo 1 desta tese.
- 30)- K, III, 223; (C, III 1, 164).
- 31)- K, III, 257; (C, III 1, 187).
- 32)- K, III, 259; (C, III 1, 188). A crítica metodológica de Marx a Ricardo aqui remete para a crítica também do modo de apresentação das categorias nos "Princípios de Economia Política e Tributação" e da concepção ricardiana de "lei" e causalidade. Os "dois momentos incluídos no processo de acumulação" são considerados por Ricardo em sua "calma justaposição" porque ele não vê que "eles contêm uma contradição", que ambos são manifestações opostas de um mesmo fundamento contraditório; Ricardo os trata como variáveis independentes que se "justapõem", que se combinam para produzir como resultado a queda da taxa de lucro, mas que têm uma origem independente um do outro, pois de outra forma teria de admitir um fundamento contraditório, ou seja, a contradição como fundamento de manifestações opostas. E sobre isto, diz Marx: "*Em Ricardo, a unilateralidade vem porque ele quer em geral demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas não contradizem a teoria do valor, em vez de, ao contrário, desenvolvê-las junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento deste fundamento mesmo*" [Theorien II, 146; (Teorias, II, 580-581)]. Para Marx, assim, o modo correto de apresentar as categorias não pode ser o de negar qualquer contradição entre elas e seu fundamento, como se elas fossem o desenvolvimento de uma única possibilidade lógica deste; ao contrário, é preciso apreender o fundamento na riqueza de seus aspectos diferentes e contraditórios, para que o desenvolvimento das categorias preserve esta riqueza e a recoloca nos momentos posteriores da apresentação. Esta crítica ao método ricardiano de apresentação repercute também na sua concepção de causalidade que, ao contrário da de Marx, seria linear, pois as "tendências e fenômenos contraditórios" não são entendidos como resultado de um mesmo fundamento que, por ser ele próprio contraditório, leva a formas de manifestação opostas. Sem poder admitir tal possibilidade, Ricardo apresenta os fatores presentes na sua lei de tendência como variáveis independentes

relacionados num mesmo plano, podendo qualquer um ser considerado fundamento dos outros, pois cada um pressupõe os outros e é simultaneamente pressuposto deles - ao mesmo tempo posto e pressuposto, fundamento e fundado. Por isso, diz Marx: "*Que a massa de lucro seja determinada por dois fatores, primeiro pela taxa de lucro e segundo pela massa de capital que é aplicada a esta taxa de lucro é apenas uma tautologia*" [Theorien, II, 233]. "Tautologia" porque também a taxa de lucro pode ser determinada pelos dois outros fatores, confundindo-se fundamento e fundado, de modo que o fundamento apresentado é simplesmente o próprio fundado posto de uma outra forma; assim, sempre é o mesmo que é dito de diferentes maneiras e realmente nada se explica. A ressonância hegeliana nesta crítica de Marx à "tautologia" de Ricardo fica evidente com a leitura da observação sobre o "fundamento formal" na "Ciência da Lógica" de Hegel, quando este critica as explicações tautológicas da física de Newton, em que se confundiriam o por e o pressupor, o fundamento e o fundado e, no fim das contas, a essência e a existência imediata (cf. "Wissenschaft der Logik", II, 98-102) Para Marx é de central importância criticar uma concepção "formal" do fundamento e da causalidade, a fim de ressaltar que a origem das tendências opostas e negativas do capitalismo é a contradição constitutiva de seu fundamento, o capital, ao mesmo tempo em que coloca este último na posição de causa de efeitos diferentes, opostos e aparentemente não relacionados, isto é, enquanto "sujeito" determinante dos movimentos básicos do modo de produção por ele presidido.

33)- K, III, 235; (C, III 1, 172).

34)- K, III, 246; (C, III 1, 180).

35)- K, III, 244; (C, III 1, 179).

36)- K, III, 249; (C, III 1, 181).

37)- K, III, 240; (C, III 1, 175). A relação entre a diminuição do valor dos meios de produção e a dos meios de vida determinantes do valor da força de trabalho é outro tema que divide os comentadores da "lei de tendência" marxiana. Como é impossível dar conta aqui de toda a controvérsia gerada sobre este ponto, mencionarei inicialmente a posição de Dobb em seu "Economia Política e Capitalismo" de 1937 enquanto exemplo emblemático da vertente que considera a suposta indeterminação de Marx sobre qual tendência predominaria como uma "*omissão deliberada*", para evitar "*um ponto-de-vista demasiado mecânico, descrevendo-o como se fosse baseado na previsão de que o lucro decresce segundo uma curva contínua, até alcançar um ponto no qual o sistema teria de parar bruscamente, como uma máquina à qual faltasse vapor*". Então, "*a verdadeira interpretação pareceria ser a de que Marx via a tendência e a contra-tendência como elementos em conflitos, do qual emerge o movimento geral do sistema; este conflito de forças acaba por encontrar um equilíbrio, causando um movimento uniforme, apenas 'por acidente' e conseqüentemente promovendo as agudas rupturas de equilíbrio, acompanhadas de flutuações, que nas circunstâncias concretas da economia capitalista tornam a forma de crises. Pode então alguém dizer algo mais preciso sobre as condições em que a tendência acabará provavelmente por impor-se às forças em sentido contrário?*" (op. cit., 86-87). Feita esta consideração, Dobb elaborava uma teoria de crise que tem por eixo o problema do declínio tendencial da taxa de lucro, no que foi criticado por Sweezy já em 1942 (op. cit.) e, mais recentemente, no contexto do debate deste último com Mário Cogoy em "Les Temps Modernes", 1974. A posição de Sweezy, que defende a total indeterminação sobre o domínio da tendência ou das contra-tendências, foi criticada por Rosdolsky (op. cit., 446-449) através da citação de uma passagem do volume III das "Teorias da Mais-Valia" que invoca razões para que a "lei de tendência" prevaleça sobre a redução do valor dos meios de produção. A crítica de Sweezy foi também empreendida neste ponto por Belluzzo, em seu "Valor e Capitalismo" de 1980, onde argumenta que Sweezy não consegue "*demonstrar que, a partir de um determinado ponto do processo de acumulação, os capitalistas passam a reduzir de forma progressiva e sistemática o valor do capital constante, ao mesmo tempo mantendo ou diminuindo em menor proporção o tempo de trabalho socialmente necessário na economia como um todo*" (op. cit., 104). O problema central desta polêmica, assim, é o das proporções entre os movimentos contrários da tendência e das condições contra-atuantes: o domínio da primeira é indubitável para Marx, porque ela se revestiria do caráter de necessidade enquanto as duas últimas seriam uma mera possibilidade. Mas a questão é mais complexa, pois, como observa ainda Belluzzo, "*As mudanças na composição orgânica do capital, ao contrário do que se supõe, usualmente não estão, senão em última instância, relacionadas com a necessidade de rebaixar continuamente os salários. ...O progresso técnico passa a fazer parte das virtudes do sujeito-capital e*

como tal só pode se exprimir enquanto arma de combate dos capitais individuais. Neste sentido, é indiferente para o capitalista introduzir uma inovação que diretamente lhe rebaixe os custos salariais ou reduza o input de matérias-primas ou mesmo substitua uma máquina menos eficiente por uma mais eficiente. O importante é que a introdução da inovação confira ao capital individual capacidade de reduzir o valor de seu produto abaixo de seu valor social. É inequívoco que a generalização das inovações tende a reduzir o tempo de trabalho abstrato e que só o faz substituindo de forma crescente trabalho vivo por trabalho objetivado nos meios de produção. Mas, ainda que isto seja consequência inevitável do processo e ao mesmo tempo sua razão mais profunda, sua razão imediata está dada pelo confronto entre as parcelas em que se fraciona o capital social". (op. cit., 108-109, grifos meus). É a partir desta distinção importante e fértil que desenvolvo minhas considerações sobre o estatuto modal da "lei de tendência" na seqüência do texto deste item.

38)- K, III, 245-246; (C, III 1, 179).

39)- K, I, 334; (C, I 1, 251).

40)- Cf. o raciocínio de Marx sobre a relação entre os valores singulares e o valor social das mercadorias enquanto móvel da concorrência inter-capitalista: "O valor individual desta mercadoria fica, então, abaixo de seu valor social, isto é, ela custa menos tempo de trabalho do que a grande massa do mesmo artigo produzido abaixo das condições médias sociais. ...O valor real de uma mercadoria, porém, não é seu (valor) individual, mas seu valor social, isto é, ele não é medido pelo tempo de trabalho que ele custa de fato no caso singular do produtor, mas pelo tempo de trabalho social requerido para sua produção. Assim, se o capitalista que emprega o novo método vender sua mercadoria por seu valor social de 1 shilling, então ele a vende por 3 pennys acima de seu valor individual e realiza, daí, uma mais-valia extra de 3 pennys". [K, I, 336; (C, I 1, 252)].

41)- Cf. "O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado se apropria, daí, de uma parte maior do dia de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo negócio. Ele faz singularmente o que o capital faz em geral na produção de mais-valia relativa. Mas, por outro lado, aquela mais-valia extra desaparece tão logo o novo modo de produção se generaliza e, com isso, desaparece a diferença entre o valor individual das mercadorias produzidas de maneira mais barata e seu valor social. A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho que se torna sensível ao capitalista com os novos métodos, em que ele tem de vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, impulsiona seu concorrente, como uma lei obrigatória da competição, à introdução dos novos modos de produção. A taxa geral de mais-valia só é atingida finalmente pelo processo todo, assim, se a elevação da força produtiva do trabalho alcançar ramos da produção, ou seja, barateia mercadorias, que entram no círculo dos meios de vida necessários, que consistem, então, em elementos do valor da força de trabalho". [K, I, 337-338; (C, I 1, 253)].

42)- K, I, 336; (C, I 1, 252).

43) K, I, 335; (C, I 1, 251-252). Este problema das decisões de investimento do capitalista singular relacionado com o tipo de progresso técnico, ou seja, da indiferença para ele em investir na redução dos custos de mão-de-obra ou no barateamento dos meios de produção, ganhou especial relevância com debate mais recente sobre o chamado "teorema de Okishio". Já num artigo publicado em 1961 - "Technical change and the rate of profit", na Kobe University Economic Review nº 7 - e depois noutro de 1977 - "Notes on technical progress and capitalist society", no Cambridge Journal of Economics, vol. 1, nº 1 - Okishio defende a idéia de que o critério do capitalista singular, ao escolher a nova técnica de produção, não é o de aumentar a produtividade do trabalho mediante o maior emprego de capital constante em relação ao variável, mas o de reduzir custos, de modo a jamais aceitar uma inovação que baixe a taxa de lucro pela elevação do custo de capital constante como pretenderia a "lei de tendência" de Marx (embora o próprio Marx até certo ponto o reconheça, ao dizer "Nenhum capitalista emprega voluntariamente um novo modo de produção, mesmo que ele seja mais produtivo ou por muito que aumente a taxa de mais-valia, se ele diminuir a taxa de lucro" [K, III, 275; (C, III 1, 198)]). De qualquer modo, com isso, vários autores encontraram a oportunidade de recuperar definitivamente a proposição marxiana, demonstrando que a taxa de lucro deve antes subir que cair. Até que um artigo de Anwar Shaikh publicado em 1978 - "Political Economy and capitalism: notes on Dobb's theory of crisis", no Cambridge Journal of Economics, vol 2, nº 2 - um comentário sobre o livro de Dobb mencionado na nota 37 acima, criticou as conclusões de Okishio retomando argumentos do próprio Marx, apresentados

nos textos citados nas notas 40 e 41 acima. Embora nenhum capitalista fosse adotar, de fato, uma inovação técnica que baixasse sua taxa de lucro num primeiro momento, ele pode empregar técnicas poupadoras de mão-de-obra, mesmo com aumento dos custos com capital constante, se elas proporcionarem a ele um lucro extraordinário em relação a seus concorrentes, o que é exatamente o móvel para a adoção de novas técnicas. Neste caso, se num segundo momento, quando seus concorrentes o imitarem na adoção da nova técnica, o preço de produção cai, então não só desaparece seu lucro extraordinário como também baixa a taxa geral de lucro, pelo aumento da composição orgânica do capital, justamente conforme a proposição de Marx. Na diferença entre estes dois momentos têm-se a diferença entre os móveis imediatos do capitalista singular para a adoção das inovações e a realização das tendências essenciais do sistema baseado no capital, de modo que o critério de Okishio não é invalidado no que diz respeito às decisões de investir, mas acaba não eliminando a "lei de tendência" marxiana enquanto resultado final. Para um bom comentário sobre estes pontos, cf. BRESSER PREREIRA - **Lucro, Acumulação e Crise**, São Paulo, Brasiliense, 1986, que também aponta as falhas nas críticas feitas a Shaikh por Steedman, Roemer e Von Parijs (op. cit., 64-79). Para a discussão metodológica empreendida pela presente tese, contudo, é fundamental perceber que a correta argumentação de Shaikh apresenta a realização da "lei de tendência" como uma mera possibilidade, verificada no caso da inovação técnica ser poupadora de mão-de-obra já no primeiro momento, em que há um lucro extraordinário para o capitalista que a adota, pois ela também poderia neste momento levar ao barateamento dos meios de produção, se o que interessa aí é a redução de custos em geral; assim, a realização da tendência não é necessária nem no segundo momento, pois depende da escolha de uma das alternativas, de uma possibilidade específica, já no primeiro momento, o que não está de modo algum garantido. Se for outra a alternativa escolhida pelo capitalista, talvez a taxa média de lucro não caia nem como resultado final, mesmo aceitando a correção do "teorema de Okishio" feita por Shaikh.

- 44)- K, III, 223; (C, III 1, 164).
- 45)- Sobre estas definições de "necessidade relativa" em sua relação com a "contingência", e da "necessidade absoluta" como a que elimina a possibilidade de seu oposto, ver a Introdução desta tese.
- 46)- Grundrisse, 326.
- 47)- K, III, 265-266; (C, III 1, 192).
- 48)- K, III, 261, grifo meu; (C, III 1, 189).
- 49)- K, III, 268; (C, III 1, 194).
- 50)- K, III, 262; (C, III 1, 190). A valorização enquanto condicionante e limite para a criação do valor em geral que inclui não só a mais-valia como também o valor da força de trabalho, é assim apresentada: "*O capital obriga o trabalhador para além do trabalho necessário, para o trabalho excedente. Só assim ele se valoriza e cria excedente de valor. Por outro lado, porém, ele só põe o trabalho necessário na medida em que ele é trabalho excedente e em que este realizável enquanto valor excedente. Ele põe, assim, o trabalho excedente como condição para o necessário e o valor excedente como limite para o trabalho objetivado, valor em geral (überhaupt). Tão logo ele não possa por o último, ele não põe o primeiro, e sobre sua base somente ela pode pô-la. Ele limita, portanto, trabalho e criação de valor e, de fato, pelo mesmo motivo, porque e na medida em que ele põe trabalho excedente e valor excedente. Ele põe, assim, conforme sua natureza, uma barreira para o trabalho e a criação de valor, que está em contradição com sua tendência a se ampliar desmedidamente (masslos)*". [Grundrisse, 324]. A "contradição" aqui mencionada por Marx é que a valorização seja simultaneamente uma necessidade manifesta como crescimento desmedido e um limite imposto ao processo de trabalho, de tal forma que a mão-de-obra e "o trabalho objetivado" nos meios de produção serão empregados apenas se o forem a uma taxa de valorização positiva; pois "tão logo ele", o capital, "não possa por o último", o trabalho excedente, "ele não pode por o primeiro", o valor em geral; ou seja, quando não é mais possível criar valor excedente, perde sentido a criação do "valor em geral" e o processo de trabalho. O ponto central aqui é a relação entre o tempo excedente e o necessário, ou entre mais-valia e o valor da força de trabalho, isto é, a taxa de exploração possível de um determinado montante de força de trabalho empregada. Assim, "*Sobre-produção de capital não significa nunca senão sobre-produção de meios de produção - meios de trabalho e de vida - que podem funcionar como capital, isto é que podem ser empregados para a exploração do trabalho em um dado grau de exploração, na medida em que a*

queda deste grau de exploração abaixo de um dado ponto provoca perturbação e paralisações no processo de produção capitalista, crises, destruição de capital". [K, III, 266, grifo meu; (C, III 1, 192)].

51)- K, III, 264-265; (C, III 1, 191-192).

52)- Esta convergência dos momentos mais abstratos nos mais concretos de apresentação da crise é intenção explícita de Marx, de acordo com seu projeto de apresentação sistemática das determinações da sociedade capitalista. Cf. sobre isto: *"As crises do mercado mundial devem ser apreendidas como a síntese e a compensação violenta de todas as contradições da economia burguesa. Os momentos singulares que se concentram, assim, nestas crises devem emergir e se desenvolver em cada esfera da economia burguesa, e quanto mais avançarmos nela, devem-se desenvolver novas determinações deste conflito por um lado, e, por outro, demonstrar-se as formas mais abstratas do mesmo como recorrentes e contidas nas mais concretas". [Theorien II, 510-511; Teorias, II, 945)].* Ele diz ainda que *"Todas as contradições da produção burguesa eclodem coletivamente nas crises gerais do mercado mundial; nas crises específicas (específicas conforme o conteúdo e a expansão), apenas de modo disperso, isolado, unilateral". [Theorien, II, 535; (Teorias, II, 968)].* Assim, a convergência de todas as formas da contradição básica do capital é própria apenas *"nas crises gerais do mercado mundial"*, às quais se contrapõem crises *"específicas (...conforme o conteúdo e a expansão)"*; Marx não descarta a existência de crises que não abrangem todo o mercado mundial, restringindo-se a algumas regiões - *"conforme ... a expansão"* - ou que talvez não impliquem todas as determinações que devem convergir numa crise geral, restringindo-se a alguns aspectos ou enfatizando-os em detrimento de outros - *"conforme...o conteúdo"*. Nestes casos específicos, porém, é preciso acrescentar elementos que conferem especificidade à crise, limitações regionais ou circunstâncias históricas de uma determinada economia, escapando ao estudo das determinações gerais das crises empreendido por Marx e que constitui o objeto da presente tese.

53)- K, III, 259; (C, III 1, 188).

54)- Cf. *"Para o valor que se firma [festhält] em si, coincide, assim, aumento com auto-conservação e ele se conserva apenas através de que ele constantemente ultrapassa [hinaustreibt] seu limite quantitativo, que contradiz sua generalidade interna... Enquanto riqueza, forma geral da riqueza, enquanto valor, que vige [gilt] como valor, ele é, portanto, o impulso constante de avançar sobre seu limite quantitativo; processo infinito. Sua própria vivacidade consiste exclusivamente nisto; ele se conserva apenas enquanto valor válido [geltender] por si diferenciado do valor-de-uso, na medida em que ele se multiplica constantemente através do próprio processo de troca". [Grundrisse, 936].* Esta mediação recíproca da conservação e aumento do valor do capital se desfaz com a sobre-acumulação: *"O meio - desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais - entra em conflito progressivo com a meta limitada da valorização do capital existente. Assim, se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial correspondente a ela, é simultaneamente a contradição constante entre esta sua tarefa histórica e as relações de produção social a ela correspondentes". [K, III, 260; (C, III 1, 189)].*

55)- Grundrisse, 635-636.

56)- Grundrisse, 636. Cf. também *"A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente do modo de produção capitalista para deter a queda da taxa de lucro e para acelerar a acumulação de valor de capital através da formação de capital novo, perturba as relações dadas em que se executam os processos de circulação e reprodução do capital, e é acompanhada, assim, por paralisações súbitas e crises do processo de produção". [K, III, 259-260; (C, III 1, 188)].*

57)- K, III, 265; (C, III 1, 192).

58)- Enquanto para explicar a irrupção da crise Marx apresenta razões baseadas tanto na elevação da composição orgânica quanto no esgotamento do exército industrial de reserva", para explicar a superação da crise ele praticamente só leva em conta a reversão desta última tendência, com a recomposição da "reserva" e queda dos salários. Além disso, no início do capítulo 15 ele retoma a idéia de que o consumo em geral nunca pode acompanhar o crescimento da produção capitalista, criticada em passagens do Livro II de "O Capital". Como a relação entre estes três determinantes da crise não é rigorosa e claramente estabelecida, abriu-se caminho para diferentes concepções das "causas" das crises cíclicas, privilegiando um dos determinantes ou tentando combinar dois dentre eles e até mesmo os três. Já em 1929, em seu "A lei da acumulação e do colapso do capital", Heinrik Grossmann apontava a

elevação da composição orgânica como causa não só de um futuro colapso mas também das crises periódicas, porque com o aumento do capital constante o sistema chegaria a um ponto em que a mais-valia obtida seria insuficiente para repor o valor do capital constante, depois de não ser suficiente também para manter o capital variável e o consumo dos capitalistas; mas a baixa da taxa de lucro daí também resultante forçaria a adoção de maquinária de novo tipo, permitindo a recomposição das condições da acumulação por mais um período, embora não como no período anterior, até que o agravamento tendencial do problema acabaria por levar a um colapso final. Em seu texto também clássico de 1937 (op. cit.), Dobb apresenta, por outro lado, uma tentativa de combinar a explicação pela elevação da composição orgânica com a baseada no esgotamento do "exército de reserva", descartando como Grossmann qualquer idéia sub-consumista: a alta dos salários e a queda da taxa de lucro, resultantes do esgotamento, forçariam os capitalistas a elevar a composição orgânica para poupar mão-de-obra e forçar os salários à baixa, o que depois permitiria a retomada da expansão; neste momento, a pressão para elevar a composição orgânica diminuiria, por não ser tão necessário poupar mão-de-obra, somando-se aos salários mais baixos para fazer subir a taxa de lucro. O problema desta idéia é principalmente que a inovação técnica seria sempre poupadora de mão-de-obra e que não se trata a crise como desvalorização do capital existente para recompor a taxa de lucro, desvalorização que atinge também o capital constante e pode retardar a alta da composição orgânica independentemente de qualquer pressão dos salários. Estas questões foram justamente colocadas no contexto do debate mais recente, dos anos 70 e 80, no qual diversos autores procuraram formular teorias do ciclo econômico a partir da tradição marxista. Sendo novamente impossível em poucas linhas mencionar e explicar todas as posições elaboradas neste debate, devo me contentar com a apresentação das que me parecem mais importantes. A primeira é a proposta por Shaikh num artigo de 1978, "An introduction to the History of crisis" in *U.S. Capitalism in Crisis*, em que ele critica as versões sub-consumistas e também a teoria de Dobb exposta acima, porque nela o esgotamento do "exército de reserva" precede logicamente a elevação da composição orgânica, enquanto que para Shaikh deve ser o contrário, retomando de certa forma a formulação de Grossmann: como o motivo da mecanização e mudança tecnológica é basicamente a concorrência inter-capitalista, não se pode afirmar que elas sejam induzidas apenas pela necessidade de contra-balançar o esgotamento do "exército de reserva", de modo que a elevação da composição orgânica não se determina por esta necessidade e, ao contrário, deve até inscrever em seu movimento a expansão e contração do emprego, que ocorrem a partir de cada patamar tecnológico. Uma proposta bem diferente é a que procura integrar também o sub-consumo como causa de alterações cíclicas do capitalismo, sendo influenciada claramente pela obra de Sweezy. Seu autor mais representativo é H. Sherman, que já num artigo de 1967, "Marx and the business cycle" in *Science and Society*, argumentava que o aumento da composição orgânica está associado à simultânea maior produção de mercadorias e à participação menor dos salários na renda global, inviabilizando a realização das mercadorias e assim provocando uma crise de sub-consumo; nesta, porém, os salários não caem tanto quanto os preços em geral, devido ao poder de resistência dos trabalhadores organizados, voltando a elevar sua participação na renda global e sua capacidade de consumo, de modo a superar-se momentaneamente a crise; o que é descartado na sua teoria é o esgotamento do "exército de reserva" como causa complementar do ciclo, até porque para Sherman o salário cai relativamente na expansão e sobe na crise, ao contrário do que diz Marx explicitamente no capítulo 15 do Livro III de "O Capital"! (o que é, de qualquer modo, um retrocesso em relação à teoria proposta em seu livro anterior, "**macrodynamic Economics**" de 1964, onde Sherman combinava sub-consumo com a tese do estreitamento do lucro devido ao crescimento da demanda de trabalho no pico da expansão, deixando de lado considerações especificamente marxistas e, com isso, referências à elevação da composição orgânica). Para contornar tal problema, foram elaboradas teorias em que os três fatores se complementam, como para Roger Alcala em seu artigo de 1978, "An introduction to Marxian crisis theory" in *U.S. Capitalism in crisis*, para quem o esgotamento do "exército de reserva" é o fator básico que determina uma queda da taxa de lucro devido ao aumento dos salários e, daí, que os capitalistas invistam em tecnologia poupadora de mão-de-obra e de salários, provocando elevação da composição orgânica que finalmente leva a crises de sub-consumo; nestas, então, são demitidos trabalhadores, o que inicialmente agrava o sub-consumo, mas que também repõe o "exército de reserva", fazendo cair os salários e diminuir a pressão para a adoção de tecnologia que eleva a composição orgânica, aumentando a taxa de lucro e viabilizando nova etapa de expansão. As dificuldades desta combinação da proposta de Dobb e Shaikh com a de Sherman, fez com que, enfim, autores como Weisskopf, em seu "Marxist perspectives on cyclical crisis" in *U.S. Capitalism in crisis*, e Gordon, em seu "Up and down the long Roller Coaster" in *idem*, ambos de 1978, atribuissem os ciclos

aos três fatores sem estabelecer claramente a ordem lógica e a relação de determinação deles, pois isto se alteraria conforme cada situação histórica concreta. A busca ou a rejeição de combinações dos três possíveis componentes mencionados por Marx para uma teoria dos ciclos se deve, de qualquer modo, ao desejo de alcançar uma formulação em que a periodicidade e alternância das fases cíclicas seja demonstrada como uma necessidade e não mera possibilidade. Assim, minha posição em relação a tais formulações corresponde mais precisamente ao tema do próximo item desta tese, onde voltarei a examinar as teorias aqui citadas.

59)- K, III, 262; (C, III 1, 190).

60)- O texto completo, que explica o modo com que opera a concorrência neste caso, diz: "A parte de ΔC que se encontrasse nas mãos dos antigos capitalistas em operação, eles deixariam ficar mais ou menos inoperante, para não desvalorizar seu próprio capital original e não restringir seu lugar dentro do campo da produção, ou eles o empregariam, mesmo com prejuízo momentâneo, para impingir a inoperância do capital adicional aos novos ingressantes e, em geral, a seus concorrentes. *"A parte de ΔC que se encontrasse em novas mãos buscaria assumir seu lugar às custas do antigo capital e o conseguiria na medida em que ele tornasse inoperante uma parte do antigo capital, obrigando- a ceder a ele o antigo lugar e até mesmo ocupar o lugar do capital adicional só parcial ou totalmente ocioso.*

"...A qual parte específica toca esta inoperância, decide a luta da concorrência. Enquanto tudo vai bem, a concorrência age, conforme se mostrou pela igualação da taxa geral de lucro, como uma irmandade prática da classe capitalista, de modo que ela divide os despojos comunitariamente em proporção à magnitude de quota com que cada um entrou. Mas tão logo não se trate mais da divisão do lucro, e sim da divisão do prejuízo, cada um busca tanto quanto possível diminuir seu quantum dele e enfiá-lo pela garganta do outro [capitalista - JG]. O prejuízo é inevitável para a classe. Mas o quanto [cada um] singularmente dele carrega, até que ponto (cada um) dele tem de participar, é uma questão de força e de astúcia, e a concorrência se torna então uma luta de irmãos rivais. A oposição entre o interesse de cada capitalista singular e o da classe capitalista se faz valer então, do mesmo modo como antes a identidade de seus interesses se impunha na prática através da concorrência" [K, III, 263; (C, III 1, 190-191)]. Como consequência desta "luta de irmãos rivais", ocorre a concentração de capital nas mãos de poucos capitalistas, que por suportarem melhor os prejuízos e adotarem inovações, acabam por ampliar sua faixa de mercado às custas dos que não puderam fazê-lo: *"Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização através da desapropriação dos capitalistas menores, através da expropriação dos últimos remanescente dos produtores diretos entre os quais haja ainda algo a expropriar" [K, III, 251; (C, III 1, 183)].* Cf. também *"Aliás, a massa de lucro cresce, mesmo com uma taxa menor, com a magnitude do capital investido. Isto condiciona simultaneamente a concentração do capital, contudo, pois agora as condições de produção impõem a aplicação maciça de capital. Condiciona, do mesmo modo, sua centralização, isto é, o engolimento (Verschlucken) dos pequenos capitalistas pelos grandes e a descapitalização dos primeiros. ...Esta separação entre as condições de trabalho aqui os produtores lá, que constitui o conceito de capital e se inicia com a acumulação original (Livro I, cap. 24) é que aparece então como processo contínuo na acumulação e concentração do capital e que aqui finalmente se expressa como centralização de capitais já existentes em poucas mãos e descapitalização (a partir daqui se modifica a expropriação) de muitos. Este processo levaria logo a produção capitalista ao colapso, se não operassem tendências contra-atuantes continuamente descentralizantes ao lado da força centrípeta" [K, III, 256; (C, III 1, 186)].* Esta nova "lei" tendencial do capitalismo, porém, não é essencial para os propósitos da presente tese e pode ser mencionada apenas em nota.

61)- K, II, 171; (C, II, 125).

62)- K, I, 662; (C, I 2, 201).

63)- K, III, 260; (C, III 1, 189).

64)- Grundrisse, 636.

65)- Cf., por exemplo, uma nota do editor alemão com um texto que segue o citado na nota 62 acima na edição francesa de 1872 de "O Capital", autorizada por Marx, e que não consta da alemã: *"Mas só a partir do momento em que a indústria mecânica fincou raízes tão profundas a ponto de exercer uma influência dominante sobre toda a produção nacional... só a partir deste momento é datado aquele ciclo sempre produzido de novo, cujas fases sucessivas abrangem anos e que sempre acabam em uma*

crise geral, que é o fim de um ciclo e o ponto-de-partida de um novo. Até agora a duração periódica de tais ciclos é de 10 ou 11 anos, mas não há motivo algum para considerar este número como constante. Ao contrário, das leis da produção capitalista, tal como nós a desenvolvemos, deve-se concluir que ele é variável e que o período dos ciclos gradativamente se reduz" [K, I, 662 nota do editor; (C, I 2, 201, nota)]. Cf. também um texto um pouco diferente: "Através deste ciclo de relações conectadas, que abrange uma seqüência de anos e ao qual o capital é preso pela sua parte fixa, produz-se uma base material para as crises periódicas, em que o negócio atravessa períodos sucessivos de abatimento, vivacidade média, sobre-produção, crise. Os períodos em que o capital é investido são, de fato, muito diversos e separados. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto-de-partida de um grande investimento novo. E assim também - considerando toda a sociedade - mais ou menos, uma nova base material para o próximo ciclo de rotações" [K, II, 185-186; (C, II, 136-137)]. No primeiro texto, Marx se refere a ciclos pontuados por crises que, conforme o segundo texto, "constituem sempre o ponto-de-partida de um grande investimento novo". Então, embora ele fale de "10 ou 11 anos" como prazo de reposição do capital fixo, ele admite que "não há motivo algum para considerar este número como constante".

66) - Lembrando do texto citado à nota 61 acima, Marx também considera períodos em que se "revolucionaria" completamente a tecnologia dos meios de produção, ao invés de simplesmente aperfeiçoá-los um pouco. Em função destes dois tipos de renovação do capital fixo, alguns autores têm distinguido os ciclos curtos, de aproximadamente 7 a 10 anos, de ciclos ou "ondas longas", de duração média de 50 anos. Embora estas "ondas longas" já tivessem sido tematizadas no início do século, recebendo o nome de seu principal formulador, Kondratiev (1935), foi na década de 70 que elas adquiriram grande importância na literatura marxista, como explicação da estagnação econômica da época. É novamente impossível esgotar em poucas linhas um tema tão interessante e amplo. Não posso deixar de mencionar, porém, em primeiro lugar os trabalhos de Ernest Mandel ("Late Capitalism" de 1978, "Long Waves of capitalist development" de 1980 e ainda o artigo "Explaining long waves of capitalist development" de 1984) em que ele faz uma crítica às teorias de "ondas longas" de autores como Schumpeter, Mensch e Forrester, nas quais as inovações constituem a base para explicar a passagem de uma fase depressiva para a de expansão e vice versa; mesmo reconhecendo a importância das inovações, Mandel argumenta que por si só elas não retiram o sistema da depressão, devendo esperar por condições econômicas que se conjuguem para elevar de novo a taxa de lucro. Assim, enquanto a passagem da expansão para a depressão ocorre para Mandel devido ao aumento da composição orgânica e conseqüente redução da taxa de lucro, a passagem inversa depende da combinação das condições contra-atuantes à lei de tendência, que eleva a taxa de lucro e viabiliza a adoção das inovações tecnológicas. Em segundo lugar, é preciso mencionar o trabalho de David Gordon ("Up and down the long Roller Coaster" de 1978, já citado na nota 58 deste capítulo, e "Stages of Accumulation and long economic cycles" de 1980), que explica os ciclos longos pela interação entre o processo de acumulação e o conjunto amplo de instituições sociais que acompanha a acumulação e que é concebido como seu suporte necessário, pois para acumular capital é preciso haver uma situação de relativa estabilidade dos conflitos de classe e, assim, de garantia de rentabilidade dos investimentos. Deste modo, Gordon atribui a periodicidade das fases de expansão e crise a efeitos das condições de acumulação sobre as estruturas sociais que apoiam, ou também à influência de mudanças nestas estruturas sobre as condições da acumulação, se as primeiras deixarem de ser um apoio para se converterem em obstáculo à acumulação. O interessante nesta concepção é que ela abandona explicações das "ondas longas" por fatores unicamente econômicos, para abarcar também elementos políticos, sociais e ideológicos em geral, devido justamente a suas críticas às teorias tradicionais, que seriam incapazes de justificar as alternâncias de longo prazo como sendo algo necessário e não meramente acidental (Cf., para um excelente comentário crítico da concepção das "estruturas sociais de acumulação", o artigo de Kotz, David - "Long Waves and social structures of accumulation: a critique and reinterpretation", in Review of Radical Political Economics, vol. 19, nº 4, de 1987). Voltarei a este tema em nota posterior, pois ele toca em importantes aspectos do problema das modalidades na explicação das crises.

67)- K, III, 259; (C, III 1, 188).

68)- K, III, 263; grifo meu; (C, III 1, 191).

69)- K, III, 267, grifo meu; (C, III 1, 193).

70)- A teoria sub-consumista tradicional remonta a Sismondi e Rodbertus, da primeira metade do séc. XIX e criticados por Marx nos tomos II e III de seu "Teorias sobre a Mais-valia" com argumentos retomados em passagens de "O Capital", como a seguinte, do Livro II: *"É uma pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de consumo solvente ou de consumidores solventes. Outros tipos de consumo além do solvente, o sistema capitalista não conhece, excetuando o 'sub forma pauperis' ou os do 'caloteiro'. Que mercadorias sejam invendíveis, não quer dizer que não se encontrem compradores capazes de pagar por elas, ou seja, consumidores... Se se quiser dar a esta tautologia, porém, a aparência de uma fundamentação mais profunda, dizendo que a classe trabalhadora recebe uma parte demasiado pequena de seu próprio produto e que o mal seria reparado, portanto, tão logo ela recebesse uma participação maior dele e conseqüentemente o salário crescesse, então deve-se apenas observar que as crises são sempre preparadas já por um período em que o salário em geral sobe e a classe trabalhadora de fato recebe uma participação maior na parte do produto anual destinada ao consumo. Esse período deveria - do ponto-de-vista destes cavaleiros do bom-senso sadio e 'simples' (!) - afastar, ao contrário, a crise. Assim, parece que a produção capitalista inclui condições independentes das boas ou más vontades, que permite só momentaneamente esta prosperidade relativa da classe trabalhadora, e realmente sempre apenas enquanto passáro agoureiro de uma crise."* [K, II, 409-410; (C, II, 303-304)]. Neste comentário de Marx aparece sua crítica à concepção sub-consumista de que *"a classe trabalhadora recebe uma parte demasiado pequena de seu próprio produto"*, derivada da divisão ricardiana do valor do produto em lucros e salários: se o trabalhador produziu o valor total, seria injusto ele receber só o equivalente ao salário, diziam os socialistas "utópicos" na esteira de Sismondi; e pior, como os capitalistas não podem consumir todo o seu lucro, se querem reinvestir parte dele, para quem seriam vendidas todas as mercadorias produzidas? Eis a origem das formulações sub-consumistas presentes inclusive no marxismo do séc. XX. É sintomático que o próprio Marx tenha feito a crítica citada acima no Livro II de "O Capital" e na mesma seção em que expõe seus famosos esquemas de reprodução do capital social, com os quais ele responde à questão sub-consumista, demonstrando a possibilidade de que a parte das mercadorias não-consumidas por trabalhadores e capitalistas se constitua de meios de produção, na exata proporção para que não haja discrepância entre produção e vendas na economia como um todo. É sintomático também, então, que a principal defensora da explicação sub-consumista das crises, Rosa Luxemburg, tenha tido de atacar (sem êxito) a consistência da construção dos esquemas de reprodução ampliada de Marx, conforme já foi mencionado na nota 43 do capítulo 3 desta tese. Posteriormente, no seu clássico de 1942, Sweezy (op.cit.) adota a divisão em setores dos esquemas de Marx e tenta, a partir deles, propor novamente o sub-consumo como causa fundamental das crises; seu engano foi que, para realizar seu projeto, ele concebe o setor de meios de consumo como o que preside o movimento da economia, atrelando a ele o setor de meios de produção, enquanto Marx enfatiza justamente o contrário, isto é, que o capitalismo não produz para consumo e sim para acumular e se expandir, sendo estratégica para isso a produção do setor de meios de produção e não de consumo. Cf., para um resumo eficiente destas teorias sub-consumistas, o texto já citado de Anwar Shaikh, "An introduction to the History of crisis theory". Neste artigo aliás, Shaikh observa corretamente que *"o estudo da história torna abundantemente claro que estes ciclos são acompanhados por um tremendo crescimento secular nas economias capitalistas atuais - um fato que está em agudo contraste com o capitalismo intrinsecamente estagnante implicado pela lógica sub-consumista. Invariavelmente, portanto, as teorias sub-consumistas têm tido de apelar a fatores 'exógenos' (i. e., externos), para explicar este grande contraste entre história e teoria."* [223-224], texto que corrobora a dificuldade observada por mim no corpo da tese, do sub-consumismo permitir uma explicação endógena do ciclo econômico, pois é uma teoria da estagnação inevitável. Examinando, porém, só esta dimensão do ciclo econômico - crise enquanto estagnação e não enquanto ciclo - os textos do Livro III que os autores marxistas defensores deste ponto-de-vista, como Rosa Luxemburg e Sweezy (acrescentando-se outros mais recentes como Sherman, Gordon e Weisskopf, citados na nota 58 acima), gostam de citar em apoio a suas idéias, são os seguintes: *"As condições da exploração imediata e as da sua realização não são idênticas. Elas não se separam somente conforme tempo e lugar, mas também conceitualmente. Uma são limitadas só pela força produtiva da sociedade, as outras, pela proporcionalidade dos diversos ramos da produção e pela força de consumo da sociedade. Esta última não é determinada porém, pela forma absoluta de produção nem pela força absoluta de consumo; e sim pela força de consumo sobre a base de relações de distribuição antagônicas, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo alterável só dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela é limitada pelo impulso de acumulação, o impulso ao aumento do capital e à produção de mais-valia*

em escala ampliada". [K, III, 254; (C, III 1, 185)]. "A contradição interna procura se compensar através da expansão do campo externo da produção. Mas quanto mais se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela cai em conflito com a base estreita a que se referem as condições de consumo. A partir desta base contraditória, não é de modo algum uma contradição que excesso (*übermass*) de capital seja ligado à crescente excesso (*übermass*) de população; pois embora, reunindo ambos, a massa de mais-valia produzida aumentasse, aumenta também com isso a contradição entre as condições nas quais ela se realiza." [K, III, 255; C, III, 185)]. Como se vê, realmente Marx fala das limitações do "consumo da grande massa da sociedade" sob o capitalismo e suas "relações de distribuição antagônicas". Mas tais limites valem só para um dos elementos que compõem as condições da "realização", a "força de consumo da sociedade"; há um outro elemento não afetado pelas "relações de distribuição" da renda entre capitalistas e trabalhadores, que é a "proporcionalidade dos diversos ramos da produção", remetendo para os esquemas de reprodução do capital social e o consumo produtivo dos meios de produção. Nisto, e não nas "terceiras pessoas" consiste a solução para o problema sub-consumista, isto é, num elemento independente do consumo final mas ainda endógeno ao sistema. Que os próprios autores ainda influenciados pela perspectiva do sub-consumismo reconheceram a relevância indubitável da "proporcionalidade dos diversos ramos da produção" na questão da realização do produto global, atesta um artigo recente de Simon Clarke, "Overaccumulation and Crisis" in *Science and Society*, 1991. Ele admite inscrever o sub-consumo como caso da desproporcionalidade entre os setores da produção social, a saber, da relação entre o capital variável e a mais-valia consumida pelos capitalistas dos dois setores e a produção do setor de meios de consumo.

- 71)- Este é, em linhas gerais, o ponto-de-vista de H. Grossmann e também, em certo sentido, de A. Shaikh comentados na nota 58 acima.
- 72)- A este argumento correspondem as explicações de crise de Dobb e, mais recentemente, de Alcala - comentados também na nota 58 acima - e ainda de R. Boddy e J. Crotty em seu artigo "Class conflict and marcopolicy: the political business cycle" in *Review of Radical Political Economics* de 1975, e de Rowthorn, "Mandel's Late Capitalism" in *New Left Review* de 1976.
- 73)- K, I, 641; (C, I 2, 187-188).
- 74)-K, III, 876; (C, III 1, 197).
- 75)- K, III, 273; (C, I 2, 199).
- 76)- K, I, 658-659, grifos meus. Em função destas diferenças a própria demanda de trabalho pode ser considerada não só relativamente à população trabalhadora global, como também setorialmente: "Quando, por exemplo, devido à conjuntura favorável, a acumulação em uma esfera determinada da produção é particularmente viva, os lucros aqui são maiores do que a média dos lucros, o capital excedente é impulsionado para ela, de modo que sobem naturalmente a demanda de trabalho e o salário. O salário mais alto atrai uma parte maior da população trabalhadora para a esfera mais favorável, até que ela esteja saturada e o salário, com o tempo, volte a cair a seu nível médio anterior e mesmo abaixo dele, caso a afluência tenha sido grande demais". [K, I, 668; (C, I 2, 205)]. Neste caso, os salários sobem e caem dentro de cada esfera da produção em relação às outras esferas, podendo resultar que a demanda global de trabalho, por efeito de uma compensação inter-setorial, permaneça constante ou não suba tão bruscamente a ponto de provocar uma alta acentuada dos salários em geral que exija investimentos simultâneos de todos os capitalistas para poupar mão-de-obra.
- 77)- K, I, 658; (C, I 2, 199).
- 78)- K, I, 662; (C, I 2, 201), nota do editor. Este texto foi citado antes, no corpo da nota 65 deste capítulo, na qual esta questão foi comentada preliminarmente. Para completar esta discussão, então, é interessante mencionar o parecer de Berger ("Krise und Kapitalismus bei Marx", 285-288): em primeiro lugar, é difícil encontrar um ritmo comum para a renovação do capital fixo, no qual todos os ramos ou pelo menos os principais a realizassem simultaneamente, definindo um tempo médio de rotação do capital fixo, devido à duração diversa de equipamentos variados e usados em condições concretas tão diferentes; em segundo lugar, nos casos em que a concorrência impõe a renovação do capital fixo antes do seu desgaste completo, então a crise que leva a tal situação é que é o pressuposto desta renovação conjunta do equipamento, que por si só não pode determinar e delimitar a crise no tempo, "Como base material real das crises periódicas, só pode ser entendido em sentido restrito que efeitos se tornam, por seu

turno, causas no decorrer do ciclo industrial". [op. cit., 288]. A reposição do capital fixo é que é "efeito" das crises, "tornando-se...causa" de sua duração apenas num "sentido restrito", com o que se deve abandonar qualquer rigidez sobre a passagem do tempo lógico para o cronológico "no decorrer do ciclo industrial".

- 79)- Alguns autores pressentiram que para viabilizar uma teoria do ciclo é decisivo mostrar que eles decorrem necessária e não possivelmente. Talvez o mais antigo é Grossmann, que justamente critica tanto os autores que explicam os ciclos através dos mecanismos de crédito ou do mercado mundial (Kautsky, Tugan-Baranovsky, Hilferding) quanto aqueles que se contentam apenas com demonstrações estatísticas dos ciclos (principalmente Kondratiev), porque só a partir dos movimentos do capital industrial se poderia mostrar "que a modificação de um fator dado produz necessariamente uma modificação de outro fator" (op. cit., 141); contando apenas com um tratamento estatístico de dados empíricos, "não se poderia provar a necessidade" dos ciclos, reduzindo a explicação deles à mera enumeração de fatores que bem poderiam ser completamente casuais (132-141). O problema é que os quatro elementos fornecidos por ele para determinar necessariamente a periodicidade e a amplitude do ciclo (idem, 142-148) são até certo ponto independentes, de modo que só com uma combinação precisa dos quatro seria possível explicar os pontos de transição de uma fase para outra, combinação que não é em si mesma necessária. De qualquer maneira, Grossmann aponta corretamente o problema: não conseguindo encontrar as razões para o movimento absolutamente necessário do ciclo, a maioria dos autores de fato se satisfaz com análises estatísticas apoiadas em teorizações frágeis ou incompletas, ou então decide abandonar a esfera do capital industrial e buscar a explicação para a necessidade das crises cíclicas nos mecanismos do crédito, como fez ainda recentemente o marxista japonês Makoto Itoh em seu interessante artigo "The formation of Marx's theory of crisis" in *Science and Society* de 1978. Realmente, toda a análise das várias explicações dadas por Marx para as crises, empreendida por Itoh, desde os Grundrisse até O Capital, passa pela sua preocupação de que "a teoria das crises em 'O Capital' foi desenvolvida para provar a inevitabilidade das crises cíclicas no nível de princípio básico", pois o que se deseja é "esclarecer a necessidade lógica das crises cíclicas" (op. cit., 129); não encontrando nas teorias sub-consumistas, de desproporcionalidade dos setores da produção social, das oscilações da composição orgânica ou do esgotamento e recomposição do "exército de reserva", a "necessidade lógica das crises cíclicas", Itoh se volta para a análise do crédito, como já outros o fizeram desde Tugan-Baranovsky. Mesmo dentro da teoria das "ondas longas", mencionada na nota 66 acima, os autores distinguem os ciclos decenais das "ondas" de 50 anos porque os primeiros seriam plenamente determinados por fatores "endógenos" aos capital industrial, enquanto que estas últimas teriam sua crise endogenamente determinada, mas para a recuperação deveriam intervir fatores até certo ponto casuais e externos. Tal é a posição de Weisskopf (op. cit., 242), para quem "uma crise econômica secular culmina numa situação de estagnação econômica e elevado desemprego, a menos ou até que eventos exógenos fortuitos ou mudanças estruturais deliberadas no sistema econômico consigam reviver a economia"; também é a posição de Mandel, explicitada no seu artigo de 1984 [122-137], que critica os trabalhos pioneiros sobre as "ondas longas" por terem pretendido explicá-las pelos mesmos motivos dos ciclos decenais, sendo estes inteiramente "endógenos" enquanto que as "ondas" também o são por fatores exógenos e contingentes, como a descoberta de novas matérias-primas etc.; finalmente, também, é a posição de Gordon, em seu artigo de 1978, e Kotz, em seu artigo de 1987, que vão ainda mais longe e, não conseguindo encontrar a necessidade dos ciclos de longa duração em fatores puramente econômicos, apelam para as instituições sociais e políticas como apoio para a estabilidade que garante o planejamento econômico e os lucros esperados. Neste último caso, não se abandona só o domínio do capital industrial, e sim o próprio campo das relações econômicas, para buscar a explicação para a necessidade das crises, o que também apresenta resultados duvidosos, conforme admite Kotz (op. cit., 27-34). O problema de todos estes autores é que eles ou procuram por uma necessidade absoluta do ciclo, como se a necessidade também não pudesse ser relativa ou condicional, ou então eles abrem mão completamente desta pretensão e apelam para fatores externos e fortuitos, até extra-econômicos. Neste sentido, a contribuição que me é possível dar ao esclarecimento desta questão consiste justamente em indicar a necessidade relativa da determinação do ciclo como alternativa mais correta e fértil para escapar do impasse entre uma explicação rígida através da necessidade absoluta e uma explicação excessivamente frouxa e frágil do ciclo como mera casualidade. Sem esta alternativa, pode-se cair inclusive na recusa definitiva da ocorrência de ciclos, em nome de que as crises têm de ser necessariamente determinadas resultado que a teoria das crises cíclicas não alcançou, tal como é o ponto de vista de Simon Clarke em seu artigo de

1991, onde se retoma a velha concepção sub-consumista de Sweezy em busca de uma rígida necessidade absoluta da crise.

- 80)- É interessante que os defensores das "ondas longas" que atribuem a recuperação e a revolução tecnológica e institucional da produção a fatores exógenos e casuais, por isso mesmo estão automaticamente abrindo mão de determinar a duração destas "ondas", que só poderá se regular se dependesse essencialmente de elementos endógenos ao sistema econômico capitalista. De fato, nenhum deles consegue explicar por que tais "ondas" deveriam durar aproximadamente 50 anos, apresentando sempre argumentos facilmente refutáveis, como os de Gordon por exemplo (op. cit., 29-31). Por outro lado, Grossmann, que buscava provar a necessidade dos seus ciclos de 35 anos através da alternância entre a vigência da queda tendencial da taxa de lucro e das suas contra-tendências acaba por afirmar que *"o mecanismo global caminha necessariamente a seu fim.. e a tendência ao colapso adquire predomínio e se impõe em sua validade absoluta como 'última crise'"* (op. cit., 95). Ora, se "necessariamente" o colapso se impõe "em sua validade absoluta", se a tendência a crise se absolutiza, que estatuto possui a necessidade da contra-tendências, sem a qual o ciclo não seria ele próprio necessário? A absolutização da tendência a crise só pode ocorrer se as contra-tendências forem apenas possíveis, caso em que o próprio ciclo seria apenas possível e a busca de Grossmann por provar sua necessidade, no mínimo, uma incoerência. O mesmo raciocínio se aplica, inversamente, se se quiser afirmar que os ciclos cedem lugar à supremacia de uma acumulação perene e sem atritos.

CONCLUSÕES

31-

Feita a reconstrução do conceito de "crise", através do longo percurso da apresentação das categorias em "O Capital", é possível definir o conteúdo mais pleno e acabado que ele recebe na teoria marxiana e, mediante sua relação com o conceito de "capital", estabelecer o modo com que suas determinações adquirem efetividade. Pois não se pode esquecer que, como diz Marx, "...a finalidade última desta obra é revelar a lei de movimento econômico da sociedade moderna... meu ponto-de-vista...apreende o desenvolvimento da formação social econômica como um processo histórico-natural..."⁽¹⁾ Conceber o capital enquanto relação social historicamente circunscrita, explicar seu "desenvolvimento...como um processo", implica expor sua história enquanto resultado da "lei de movimento" que é imanente a ele e pela qual se manifestam as determinações do seu conteúdo mais rico. Esta é, de fato, a "finalidade última" da apresentação categorial e a referência para se avaliar até que ponto Marx teve êxito em seu projeto de análise e crítica do capitalismo.

Ressurge, assim, o problema do nexos entre o desenvolvimento conceitual e o desenvolvimento efetivo do capital. Viu-se na Introdução desta tese (cf. item 2) que, embora o primeiro necessitasse em várias passagens do recurso a pressupostos históricos, a ordem de ambos é essencialmente distinta. Entretanto, a apresentação categorial não só leva ao conteúdo mais acabado dos conceitos de crise e de capital, mas também o faz por meio de um enriquecimento progressivo até o conteúdo mais "concreto" que reproduz a "subjetividade" do capital - sua capacidade de dominação das condições de sua própria realização e de subordinação das demais relações econômicas, para se constituir em totalidade. A apresentação, com isso, torna-se requisito indispensável para entender corretamente a "lei de movimento" do capital, isto é, seu desenvolvimento efetivo. Entender este último, por outro lado, é o objetivo final de uma apresentação das categorias do tipo

empreendido por Marx, que busca revelar como o conteúdo pleno é simultaneamente o mais capaz de se realizar.

O "*processo histórico-natural*" mencionado no texto citado acima não se refere, então, ao conjunto de condições históricas independentes da "*lei de movimento*" capitalista, mas àquelas condições essencialmente determinadas por esta "*lei*"; não interessa aqui a história "*tout court*", e sim a que resulta do desenvolvimento no tempo da força totalizante do capital. "*Se no sistema burguês completo cada relação econômica pressupõe a outra na forma econômica burguesa, e assim tudo o que é posto simultaneamente é pressuposto, tal é o caso de cada sistema orgânico. Este sistema orgânico mesmo, enquanto totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento para a totalidade consiste justamente [em] subordinar a si todos elementos da sociedade ou em criar a partir de si os órgãos que ainda lhe faltam. Assim, ele se converte historicamente em totalidade. O converter-se nesta totalidade compõe um movimento de seu processo, de seu desenvolvimento*"(2).

Adequadamente apreendido em suas múltiplas determinações pela apresentação categorial, o conceito de "capital" corresponde a um objeto caracterizado pela força de "*subordinar a si todos elementos da sociedade*" - que já existem, mas que recebem um novo sentido dado por ele - e de até "*criar a partir de si os órgãos que ainda lhe faltam*": tal objeto é, em primeiro lugar, uma força "*criadora*"; e que, em segundo lugar, cria "órgãos" por ser "*sistema orgânico*", mas "*órgãos que ainda lhe faltam*", pois ele é antes o processo de constituição de uma totalidade orgânica e articulada e que justamente enquanto totalidade tem a capacidade de "*criar a partir de si*", porque cria "órgãos" membros de um todo. E é "*assim [que] ele se converte historicamente em totalidade*": sua conversão nesta totalidade, o "*criar*" e recriar relações sociais enquanto "*órgãos*" é que define sua "*história*" neste sentido mais estrito e rigoroso.

Precisamente neste sentido, por exemplo, deve ser compreendida a famosa passagem histórica da "cooperação" à "manufatura" e à "grande indústria" (cf. item 16,

acima), que poderia ser erroneamente interpretada como uma digressão narrativa da Revolução Industrial na Inglaterra. Trata-se, antes, da demonstração de como as condições efetivas da "subsunção formal" do trabalho ao capital têm em si mesmas a capacidade de se desenvolver em condições efetivas da "subsunção real", porque levam ao domínio do próprio processo de trabalho pelo capital e à sua "fetichização" enquanto fator de produção. Esta passagem, portanto, está inserida na lógica da conversão histórica em totalidade, em que o capital "*subordina a si todos elementos da sociedade*".

Analogamente ocorre com a submissão pelo capital das relações econômicas anteriores e exteriores a ele, num processo que avança de modo mais ou menos paralelo ao domínio do capital sobre o processo de trabalho e ao conseqüente aperfeiçoamento das condições técnicas e institucionais que compõem a base material da acumulação capitalista. Sem dúvida, "*Na teoria pressupõe-se que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvem de maneira pura. Na realidade efetiva existe apenas a aproximação; mas esta aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido está o modo de produção capitalista e quanto mais estiver eliminado o seu entrelaçamento e sua contaminação com restos de situações econômicas anteriores*"⁽³⁾. O capital se "entrelaça" com "*restos de situações econômicas anteriores*", porque as rebaixa a momentos de seu próprio processo de valorização, as integra à consecução das finalidades dele e as destrói ou modifica radicalmente se elas eventualmente passarem de meios a obstáculos para tais finalidades.

Tanto o domínio das condições técnicas e sociais do trabalho e da valorização quanto a subordinação das "*situações econômicas anteriores*" pelo capital industrial são processos, justamente porque não se dão de modo imediato, mas através da mediação das várias formas que o capital adota efetivamente em seu movimento totalizante. E a seqüência destas formas define a "*história*" do capitalismo no sentido rigoroso indicado acima, de acordo com o ritmo ou o tempo inerente à efetivação das determinações fundamentais do capital. Nada mais injusto do que exigir que ele se imponha imediatamente ou que atrepele seu ritmo próprio de efetivação, engolindo as formas anteriores, numa ignorância de que seu

caráter processual implica a realização de suas tendências num tempo certo. O problema, então, é entender como se determina este tempo inerente ao movimento totalizante do capital e, além disso, que figuras adota essa temporalidade.

A impressão de que o capital poderia realizar imediatamente sua disposição a "*subordinar a si todos elementos da sociedade*" vem do aspecto contínuo apresentado à primeira vista pela acumulação, que parece prosseguir indefinidamente sem se fixar em ponto algum; esta ausência aparente de balizas na continuidade do decorrer da acumulação faz com que se obscureçam as demarcações do tempo deste processo e, assim, também a própria percepção do processo e do tempo que ele requer para se realizar. Donde a ilusão da imediatidade.

A acumulação se reveste desta aparência, de fato, devido à homogeneidade qualitativa do capital na forma-dinheiro, forma mais conveniente para expressar as alterações quantitativas que caracterizam a acumulação. Mas devemos lembrar, por outro lado, da "*contradição entre o limite quantitativo e a ilimitação qualitativa do dinheiro [que] impulsiona o entesourador [e o capitalista ainda mais - JG] sempre de volta à tarefa de Sísifo da acumulação*"⁽⁴⁾. Conforme visto no item 15 acima, toda quantidade de dinheiro é sempre limitada mas qualitativamente indistinta de qualquer outra, determinando uma dialética do finito e do infinito que faz a acumulação se retomar constantemente como a "*tarefa de Sísifo*". Além disso, porém, uma soma limitada de dinheiro é sempre o fim de uma etapa da acumulação e o início de outra, diferenciando-as e demarcando pontos -de-partida e de chegada como patamares no processo ao infinito. Deste modo, desaparece a ilusão da continuidade indistinta da acumulação de valor e surge em seu lugar uma primeira forma de temporalidade no movimento do capital, em que a infinitude linear é alcançada através da sucessão de pontos determinados, constantemente superados uns pelos outros em sua limitação.

Assim, a expansão contínua da acumulação, ao invés de se dar num espaço de tempo indefinido, homogêneo, implica antes um tempo puntiforme. Esta é a ordem

necessária da acumulação, que define a ordem pela qual o capital domina as bases materiais de sua valorização e integra os "*restos de situações econômicas anteriores*": o tempo destes processos é marcado, em primeiro lugar, pela seqüência de pontos em que quantidades específicas de valor acumulado determinam níveis gradativamente mais internos de transformação da realidade conforme as possibilidades, necessidades e objetivos do capital.

Mas em segundo lugar, a forma pontual do tempo constitui também a infinitude cíclica do movimento do capital, exatamente porque cada quantidade finita de valor acumulado é ponto-de-chegada de uma etapa e simultaneamente ponto-de-partida de uma outra, isto é, porque aí fim e início se apresentam num mesmo ponto. Por isso, embora o ciclo seja a forma geral da circulação, tanto da simples de mercadorias (M-D-M) quanto da do capital (D-M-D'), é este circuito do capital-dinheiro que expressa mais adequadamente a unidade entre movimento cíclico e progresso ao infinito: a forma-valor no início e no fim é o dinheiro, cuja homogeneidade qualitativa de expressão universal do valor identifica o ponto-de-partida e o de chegada e faz com que o ponto-de-chegada D' se torne ponto-de-partida para uma nova etapa da acumulação, configurando uma seqüência infinita de ciclos. O capital realiza este processo porque tem a capacidade de se reproduzir por si próprio, porque domina e interioriza os meios de sua valorização, não tendo mais limite e medida fora de si e, com isso, logrando a auto-mensuração que o leva à acumulação desmedida.

Por outro lado, a forma pontual do tempo resulta também da segunda acepção estudada da "desmedida", a da oposição de medidas da desvalorização, que é o fundamento das crises. Chegamos, então, ao problema da efetivação das determinações da crise, nosso interesse principal. A crise, decorrente da perda de referência do capital a si mesmo devido à sua natureza contraditória, é o negativo do movimento totalizante de acumulação e de reprodução do capital, é sua paralisação e, neste sentido, numa abordagem inicial, constitui o ponto em que o movimento se detém. Se este movimento for retomado depois, ainda assim a crise foi sua interrupção, foi um ponto-de-chegada que dá ao processo amplo a aparência puntiforme.

Descrivendo um pouco mais detalhadamente, vimos que (cf. itens 20 e 21 desta tese), considerando o capital singular, as diferentes formas de rotação e de transferência do valor das suas partes fixa e circulante requerem que ele se divida sincronicamente enquanto capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo, para que possíveis atrasos ou descompassos das fases de produção e de circulação não levem a excesso ou carência de capital em alguma de suas três formas, dificultando a continuidade das rotações. Estes descompassos entre as fases de produção e de circulação, portanto, não são meramente casuais, pois dependem de que o capital se divida nas proporções certas em cada uma de suas formas: se houver excesso de capital em uma de suas formas, haverá carência de capital em uma ou nas duas outras, de modo que a fase de circulação e a de produção terão ritmos distintos, nem todo o valor realizado ou produzido em uma delas será transferido para a outra, elas não ocorrerão simultaneamente nas mesmas proporções e o processo sofrerá retardamento e até paralisia⁽⁵⁾ Trata-se aqui da possível incapacidade do capital distribuir-se na medida de suas necessidades de rotação constante, de uma desmedida que interrompe seu movimento num ponto determinado.

De maneira semelhante, considerando a reprodução do capital social em geral, vimos (cf. itens 22 e 23, acima) que a medida do quanto pode ser vendido por um setor é estabelecido, grosso modo, pelas necessidades de consumo do outro setor. A desmedida, então, é a desproporcionalidade entre o que é produzido em um setor e o que é necessário para o consumo do outro. A produção de cada um deve se medir pelas necessidades do outro, mas pode não fazê-lo, pois eles decidem independentemente "ex ante" o volume de seu produto, conforme suas próprias capacidades de investimento. As duas medidas - as necessidades do outro e a capacidade própria de cada um - não são meramente diversas, mas opostas, porque é o capital social como "sujeito" totalizante que determina tanto a unidade interna das mútuas necessidades, quanto, por outro lado, a autonomização de cada setor face ao outro. Resultando desta contradição, a diferença das medidas se apresenta enquanto oposição e, assim, desmedida. O possível fracasso na auto-mensuração do capital social leva

à diminuição do montante das compras e vendas entre os setores e até à interrupção de seu fluxo.

Desta maneira, no que se refere à esfera da circulação do capital, este segundo sentido da desmedida confere à crise o significado de paralisação do movimento do capital, de demarcação de um ponto onde o processo potencialmente infinito e constante encontra seu limite. Mas este ordenamento simplesmente puntiforme do tempo é superado e englobado por uma forma mais complexa ao se considerar o todo da produção capitalista, do qual as esferas da produção imediata e da circulação do capital são momentos. Como foi visto no capítulo 4 desta tese, a desmedida do capital neste nível define a crise como queda tendencial da taxa média de lucro e como desvalorização periódica do capital existente: a desmedida dá à crise aqui o caráter de processo, de uma transformação sistemática que realiza a determinação auto-negadora do capital. Neste contexto, os pontos/limite passam a demarcar etapas num movimento negativo ou na passagem da expansão para a contração e vice-versa, e não mais meramente o termo de uma expansão.

A idéia de que a crise é um processo, e não apenas o limite pontual de um outro processo ao qual ela se opõe, é elaborada inicialmente pelo teorema da queda da taxa média de lucro. No começo deste item, o "*processo histórico-natural*" capitalista foi associado à realização da "*lei de movimento*" do capital, apreendida exclusivamente em função da determinação expansiva para a formação de uma totalidade; mas de acordo com a mesma "*lei*", como vimos no item 26, a expansão do capital depende da negação do trabalho vivo pelo morto, que permite o crescimento da produtividade do trabalho e, com isso, o crescimento da taxa de mais-valia relativa, mas que leva ao aumento da composição orgânica. Estes dois resultados se apresentam, então, como momentos complementares que se combinam para provocar a queda da taxa média de lucro, de tal modo que o capital total se valoriza cada vez menos em proporção ao aumento de seu volume, podendo alcançar até uma situação em que este aumento implique prejuízo, uma desvalorização absoluta.

Quanto mais o sistema procure evitar esta desvalorização relativa ou absoluta através da elevação da taxa de mais-valia, mais ele deverá aumentar a produtividade do trabalho; como isso leva igualmente ao aumento da composição orgânica, porém, a taxa média de lucro cairá ainda mais, configurando um círculo vicioso. A crise se define enquanto processo, assim, porque seus dois momentos constitutivos se complementam para delimitar as etapas sucessivas em que a desvalorização é cada vez maior. Portanto, este processo negativo também deriva de uma "*lei de movimento*" do capital que determina sua "*história*", mas a história de sua gradativa contração, de seu fracasso em se afirmar como totalidade que vincula a si o conjunto das relações sociais existentes. Considerado nesta forma ainda simples e imediata, entretanto, o enunciado da "*lei*" da queda da taxa média de lucro implica uma concepção de "*história*" caracterizada como movimento constante e linear de um sistema rumo a seu termo, a algum tipo de auto-destruição.

A simplicidade desta concepção linear da "*história*" da auto-negação do capitalismo é superada, contudo, através de uma mudança no enforque da relação entre valorização e desvalorização: "*Estas influências diferentes se fazem valer ou justapostas [nebeneinander] no espaço ou sucessivamente [nacheinander] no tempo; periodicamente o conflito dos agentes antagônicos se alivia em crises. As crises são sempre soluções violentas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio rompido*"⁽⁶⁾. Ao invés de levar em conta apenas a simultaneidade - ou "*justaposição*" - do aumento da taxa de mais-valia e da queda da taxa de lucro, é fundamental perceber que a oposição entre "*estas influências diferentes*" também se desdobra "*sucessivamente no tempo*" com as tendências e contra-tendências se manifestando umas depois das outras.

Conforme examinado nos itens 28 e 29 acima, a crise se caracteriza pela desvalorização do capital existente, quando a acumulação chega a um ponto no qual fatores como a elevação da composição orgânica ou o esgotamento do "exército industrial de reserva" reduzem a taxa de lucro ao nível em que ela só pode se recompor mediante a

ociosidade de parte do capital instalado. Quanto mais o sistema procurar impedir esta desvalorização através de investimento dentro dos mesmos padrões tecnológicos, mais ele a provoca, configurando novamente um processo no sentido negativo. Por outro lado, Marx prevê que isto acabará forçando a adoção de uma nova tecnologia, de modo a restabelecer a taxa de lucro e as condições de valorização do capital social, retomando-se o processo expansivo da acumulação.

Assim, este movimento de transição implica uma concepção mais ampla de "processo", que se refere não mais apenas aos períodos de expansão ou de contração do sistema, mas também à passagem cíclica de um para o outro: "*A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua súbita contração; esta última provoca novamente a primeira...*"⁽⁷⁾. Em cada processo de expansão e contração estão contidas as condições do outro, que se determinam como momentos da passagem posterior, configurando-a igualmente enquanto processo e definindo rigorosamente o ciclo enquanto unidade e desenvolvimento de momentos opostos e co-pertinentes.

Dáí não se segue, no entanto, que esta "*lei de movimento*" dê à história capitalista a forma de um ciclo puro, isto é, de uma sucessão de altos e baixos com a mesma amplitude. Ao contrário, vimos que Marx enfatiza o fato de que a retomada da acumulação se dá a partir da base mais ampla estabelecida depois da crise anterior, o que para ele potencia o efeito destrutivo das crises posteriores⁽⁸⁾. Ao invés de um simples círculo, portanto, descreve-se aí a figura de uma espiral em que o círculo tem seu ponto de inflexão precisamente na crise, que o leva a se alargar ou estreitar.

Nesta concepção de história ressurgem a idéia de tendência, resultante das "leis" inerentes à estrutura contraditória do capital. Só que não se trata mais de uma tendência que se realiza de forma linear e constante, como uma interpretação direta da proposição da queda da taxa média de lucro poderia sugerir, e sim de uma tendência manifesta através de uma série de ciclos econômicos. Neste caso, tanto os processos cíclicos de expansão e de crise, quanto inclusive os de passagem de uma destas fases para a outra, aparecem como os

momentos do processo mais longo da realização da tendência, de modo que ela se apresenta como a forma mais abrangente e complexa da processualidade característica do movimento do capital. Mediante tais momentos, além disso, o processo mais longo é pontuado em seu desenvolvimento: uma expansão, uma crise e a passagem de uma para a outra representam etapas da história específica do capitalismo; mesmo enquanto processo, elas estabelecem pontos de demarcação dentro do movimento rumo a um destino definido.

Não se pode falar, por isso, da história das crises de um lado e, de outro, da história do capitalismo, como se elas fossem independentes e como se esta última pudesse ser reconstituída através só do aspecto expansivo e totalizante do capital. Ao contrário, na medida em que a crise manifesta o aspecto auto-negador igualmente inscrito na constituição do capital, é ela que é fundamental para determinar a forma completa do processo de realização das disposições contraditórias do capital; é através das crises que se configura plenamente a história do capitalismo como movimento marcado por avanços, paralisações, retrocessos e revoluções profundas nas bases técnicas e institucionais ainda dentro deste modo de produção. Mais do que um fator complementar e secundário, portanto, a crise é essencial para definir a temporalidade típica do regime social presidido pelo capital. Resta saber, então, se em sua efetivação a crise é tão inevitável quanto parece ser o impulso totalizante que decorre da "subjetividade" do capital, ou seja, se além de essencial como elemento do conceito de "capital", ela o é também em relação à modalidade de sua realização; pois só assim será possível finalmente decidir sobre sua importância dentro da história determinada pelo capital.

32-

Conforme seu conceito o capital é necessariamente processual, é uma relação social contraditória em que inscreve a expansão contínua de seu domínio e simultaneamente a negação contínua desta disposição. Mas qual a forma de movimento assumida necessariamente por este processo de dupla face? Ou ainda, como tal processo define sua

história enquanto efetivação necessária de suas determinações opostas? A resposta a estas questões depende do modo com que as potencialidades inerentes à natureza do capital se realizam, depende do que foi apontado pela investigação sobre a passagem de potência a ato das determinações constitutivas do capital; remete-se, portanto, ao problema das modalidades, cuja estrutura geral foi apresentada já na Introdução (item 3) desta tese e que sempre esteve em vista ao longo da reconstituição do conceito de "crise" nos quatro capítulos que se seguiram. Assim, trata-se agora de recuperar os principais resultados desta reconstituição, para se chegar, no próximo item, a uma conclusão quanto às formas definitivas que a processualidade do capital confere à sua história.

Contra-pondo-se ao movimento da reprodução e acumulação, vimos no item anterior que a crise aparece inicialmente enquanto possível paralisação que pontua este movimento, configurando-o como uma seqüência de interrupções e retomadas a partir de escalas cada vez mais amplas. Nesta esfera da circulação das formas-valor do capital, a paralisação aparenta ser uma mera possibilidade, e expressões como "possibilidade formal" ou "simples" empregadas pelo próprio Marx podem levar à falsa inferência de que aqui não há qualquer necessidade na determinação da crise. No raciocínio de Marx, porém, sempre fica claro que a possibilidade da separação dos momentos da circulação é resultado da necessidade de que o processo passe por momentos opostos. Ou seja, estes últimos não estão numa diferença exterior, indiferentes um ao outro, mas são autonomizados pela unidade mais abrangente, que preside a divisão social do trabalho de agentes econômicos distintos e relacionados - distintos na relação e através dela.

Não só a unidade fluida da passagem de um momento para o outro é necessária, portanto, como também o é a autonomização deles, no sentido de que tanto a unidade quanto a autonomização são determinadas pelos objetivos da circulação: o vender para comprar, da circulação simples, retroativamente já subordinada ao movimento do capital; e o comprar para vender (mais caro), da circulação do capital. Na lógica da divisão do trabalho, é preciso comprar para depois vender ou vender para depois comprar, e é

também preciso que os dois atos se sucedam sem solução de continuidade a fim de que a finalidade sistêmica seja alcançada.

Assim como a separação dos momentos opostos e a sua unidade são igualmente necessárias, nenhuma pode excluir a outra e tornar-se absoluta. Ao contrário, as duas necessidades se condicionam mutuamente, pois, como vimos, "*a crise manifesta...a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados*"⁽⁹⁾. A crise não só reflete a separação dos dois momentos, mas evidencia que tal separação contraria a unidade necessária deles: se as duas fases "*fossem somente separadas, sem serem uma, então não seria possível nenhum estabelecimento violento de sua unidade, nenhuma crise. Se elas fossem apenas uma, sem serem separadas, então não seria possível nenhuma separação violenta, o que novamente é a crise*"⁽¹⁰⁾. A definição da crise depende de que unidade e separação sejam igualmente necessárias, bem como a continuidade da circulação do mesmo modo depende desta dupla necessidade; mais ainda, a crise e o movimento contínuo evidenciam que a unidade das fases só é necessária se também o for a de sua autonomização e vice-versa, pois se uma delas fosse apenas contingente, a outra poderia ser absoluta, negando-se o "*estabelecimento violento da unidade*" dos "*momentos reciprocamente autonomizados*". Neste sentido, as duas necessidades são relativas, por se definirem como necessidade através da relação com a outra.

Tal relação fica oculta, porém, na efetividade de uma das alternativas - crise ou movimento contínuo - pois então uma das alternativas necessárias predomina sobre a outra e realiza sua determinação como se ela fosse a única, absoluta, de modo que a outra aparece como mera possibilidade. Daí que os textos de Marx assinalam a presença destas duas modalidades na esfera da circulação, desde a simples de mercadorias⁽¹¹⁾, passando pelo circuito e rotação do capital singular, até a reprodução do capital social⁽¹²⁾.

Quando se verificam as medidas adequadas, compras e vendas se sucedem fluidamente, harmonizam-se os tempos de rotação das diversas partes do capital singular e se entrelaçam os setores em que se divide o capital social, permitindo sua reprodução em

escala ampliada: o poder de auto-mensuração do capital é a realização de uma necessidade que parece absoluta, fazendo as crises parecerem casuais. Por outro lado, quando não se verificam as medidas adequadas, não correspondem as vendas às compras, nem os tempos de rotação das partes do capital singular entre si, nem o consumo à produção dos setores do capital social, paralisando-se os vários movimentos: a incapacidade de auto-mensuração do capital é também a realização de uma necessidade que parece absoluta, de maneira que a continuidade dos processos de circulação é que parece agora mero acaso. Mas, para além destas aparências, a possibilidade da situação oposta à que está efetivamente ocorrendo não é uma contingência exterior, extra-sistêmica, e sim uma potência imanente à natureza do capital; neste sentido, é idêntica à necessidade, só que a uma necessidade relativa, determinada pela outra e determinante dela.

O ocultamento desta relação e do caráter de potência das possibilidades opostas, portanto, decorre do predomínio de uma destas últimas sobre a outra. Mas tal predomínio não pode ser explicado, por sua vez, pelo estudo da esfera da circulação em si mesma, independente das condições peculiares à esfera da produção, pois nela apenas se constata a observância ou não das medidas adequadas para a normalidade do movimento do capital. A explicação da capacidade ou incapacidade de auto-mensuração do capital enquanto potências igualmente necessárias, porém, só pode ser dada ao se considerar "o processo global da produção capitalista", como vimos no item 24 acima, em que se sintetizam as determinações da produção imediata e da circulação. Somente aí se retoma e define completamente a "subjetividade" do capital e suas contradições intrínsecas, fundamentos de sua medida e de sua desmedida.

Assim, é para este nível da apresentação que se deve agora voltar a atenção, com o que, por outro lado, a crise deixa de se caracterizar como mera paralisação pontual de um movimento, para se determinar enquanto processo. Este se define para Marx, inicialmente, porque os dois momentos básicos - taxa de mais-valia relativa e composição orgânica - aumentam complementarmente no sistema como um todo, resultando na queda da

taxa de lucro: de acordo com esta última medida, o capital se valoriza a taxas cada vez menores; e o aumento da capacidade de valorização medido pela taxa de mais-valia relativa implica o crescimento da composição orgânica, de modo a reduzir ainda mais a taxa de lucro. Tal oposição das medidas de valorização define a desmedida, isto é, a dificuldade crescente do capital estabelecer univocamente os parâmetros da auto-valorização que o constitui e, daí, em distribuir-se nas proporções adequadas para realizar sem problemas seus movimentos de circulação, singular ou socialmente considerados.

Entretanto, como foi visto no item 27 desta tese, o raciocínio do qual se deduz a inevitabilidade deste processo se baseia em pressupostos que não correspondem sempre à realidade. Em primeiro lugar, a tentativa de compensação da queda da taxa de lucro é levada a cabo através de investimentos dos capitalistas singulares que certamente produzem a elevação da composição técnica. Mas esta nem sempre se reflete com igual intensidade na composição de valor das partes variável e constante do capital; e se o aumento geral da produtividade reduzir o valor unitário dos meios de produção mais do que reduz o dos meios de vida do trabalhador, o aumento da composição orgânica do capital pode ser apenas igual ao da taxa de mais-valia, deixando inalterada a taxa de lucro, ou pode ser inclusive menor que o da taxa de mais-valia, fazendo a taxa de lucro crescer, ao invés de cair, como pretende a proposição de Marx.

O pressuposto de que a composição orgânica cresce mais do que a taxa de mais-valia implica que o aumento da produtividade privilegie a redução do valor dos meios de vida e não tanto a dos meios de produção; ou ainda, que o progresso técnico seja poupador dos custos da mão-de-obra. Mas se isto corresponde à determinação essencial do sistema - a negação do trabalho vivo pelo morto -, a forma com que esta determinação se realiza não garante que ela seja inevitavelmente o resultado final, pois para o capitalista singular é indiferente que seu investimento na elevação da produtividade leve a uma diminuição maior no valor dos elementos do capital constante ou nos do capital variável. Assim, no jogo entre a tendência à queda da taxa de lucro e a contra-tendência a uma

redução no valor dos meios de produção maior que a nos meios de vida, contrabalançando o efeito da primeira tendência, não se pode dizer previamente qual das duas prevalecerá sobre a outra.

Marx procurou demonstrar que a queda da taxa de lucro predomina a longo prazo, apesar de interrompida por movimentos contrários passageiros⁽¹³⁾, o que justamente a definiria como tendência. E ao chamá-la de "lei", deduzida das determinações mais íntimas da natureza do capital, atribui a ela o estatuto de necessidade; que não é absoluta, contudo, por ser tendência, que não vige sempre, que se alterna com momentos de vigência de seu oposto. E este, por seu turno, aparece sob o estatuto de possibilidade, conferindo à tendência o de uma necessidade relativa, pelo menos até que a tendência fosse forte o suficiente para impedir a vigência possível de elevações temporárias da taxa de lucro, quando a queda desta taxa seria uma necessidade absoluta. O capitalismo chegaria então a uma situação de desvalorização crônica do capital existente, contrária a sua natureza de auto-valorização e que o levaria a um colapso ou estagnação permanente.

Ocorre, porém, que "*Ambos movimentos não só marcham lado a lado mas se condicionam reciprocamente; são manifestações em que a mesma lei se expressa*"⁽¹⁴⁾. Ou seja, a redução do valor dos elementos do capital constante não é uma contra-tendência meramente possível, mas também expressão "*da mesma lei*"; embora não esteja tão diretamente ligado à essência do capital quanto está a tendência, não se pode atribuir a ela o estatuto de possibilidade definido enquanto contingência exterior, progressivamente absorvida pela necessidade da queda da taxa de lucro até ser neutralizada por esta última. A elevação da taxa de lucro é também algo potencial, determinado intrinsecamente pelo sistema, configurando-se enquanto necessidade relativa que não pode ser completamente absorvida por qualquer tendência contrária, até porque "*ambos movimentos...se condicionam reciprocamente*". O colapso inevitável do capitalismo, devido à queda da taxa de lucro, é, portanto, uma hipótese afastada pelo próprio modo com que Marx define as variáveis de seu sistema.

Mesmo que se pense na alternativa de uma seqüência cíclica de períodos de valorização e desvalorização, deve-se ter em mente que não pode ser previsto nenhum predomínio futuro de uma destas necessidades relativas opostas, pois isto faria dela uma necessidade absoluta. Não se pode predizer que a cada ciclo a desvalorização efetiva será maior que a valorização subsequente, uma vez que isto supõe que a necessidade da primeira tende a se absolutizar; pelo mesmo motivo não se pode predizer que, por outro lado, a cada ciclo a valorização efetiva será maior que a desvalorização posterior, que gradativamente as crises serão mais fracas e até elimináveis. O resultado final é indeterminado, tomando por base unicamente os elementos gerais da teoria marxiana. Não há movimento em direção a um fim pré-estabelecido, pois nenhuma tendência pode prevalecer sobre contra-tendências; embora Marx tenha tentado demonstrá-lo, a própria forma com que ele articulou os conceitos-chave aqui impede que tal demonstração seja cabal e indiscutível.

Mais ainda, como vimos nos itens 29 e 30 acima, a articulação dos seus conceitos-chave também impede a demonstração de que os próprios ciclos se formam pela alternância necessária de fases de expansão e fases de desvalorização do capital existente. Os determinantes do fim de uma fase não determinam completamente o início da outra. As condições de cada uma estão parcialmente incluídas na outra, de maneira que a sua sucessão não é um acaso, resultante simplesmente de fatores externos, e sim uma necessidade; mas justamente porque as duas fases são mutuamente determinadas, a necessidade de cada uma implica a da outra, que se apresentam enquanto necessidade relativa e não absoluta.

Isto significa que as condições da crise estão presentes na expansão e vice-versa, atuando também simultaneamente umas sobre as outras e impedindo que cada uma se faça valer de modo puro em qualquer período. Ao invés de uma sucessão de formas puras, portanto, tem-se um quadro no qual uma fase pode ser mais facilmente caracterizada como de expansão ou crise, ou inversamente, em que fica difícil distinguir os elementos de cada uma, dada a sua coexistência e confusão. O ciclo fica, assim, desfigurado, tornando-se difícil

prever a duração de cada etapa, e impossível determinar a passagem de uma para a outra como uma necessidade absoluta.

33-

A partir de tais resultados, contudo, não se pode negar a existência de ciclos e de tendências definidas pelo caráter processual das crises. Eles são possíveis, e não como simples acaso decorrente apenas de contingências externas ao sistema capitalista, mas também como realização de potencialidades imanentes do capital - portanto, necessárias. A ocorrência de um ciclo e a verificação de uma tendência ao longo de alguns ciclos ou num certo espaço de tempo se explicam necessariamente em função destas potencialidades; explicam-se, apenas, porém não são determinadas exclusivamente por estas últimas. A complexidade de tal formulação requer uma consideração mais detalhada do problema das modalidades subjacente ao raciocínio de Marx neste ponto.

Como foi visto no item 3 da presente tese, Marx pôde eventualmente empregar terminologia modal para analisar a realização das potencialidades contidas no capital, ainda que de forma incipiente e não-sistemática, porque concebeu o capital enquanto "sujeito" capaz de subjugar e presidir as demais relações econômicas e sociais em geral, compondo uma totalidade abrangente, resultado da efetivação da sua capacidade expansiva. Assim, ele define o capitalismo como uma efetividade, isto é, não apenas enquanto soma de condições reais, de relações sociais existentes, mas enquanto todo orgânico no qual as relações existem e interagem de certa maneira porque são determinadas pelo capital, que estabelece o papel de cada uma delas dentro do seu processo de auto-valorização e conforme este objetivo. A realidade efetiva das relações sociais se determina como manifestação deste poder do capital, de modo que, numa tal totalidade, nada reste que seja indiferente ou exterior a ele; o capital se apresenta como um incondicionado, cuja expansão não conhece limites transcendentos. Neste sentido, mais do que possível, seu impulso à

dominação e expansão é algo necessário, ou seja, que não poderia não ser ou ser de outro modo.

Esta concepção corresponderia à "necessidade absoluta" de Hegel⁽¹⁵⁾, se se tratasse aqui também de uma substância ativa, cujas determinações fundamentais ou interiores se exteriorizassem completa e inequivocamente a ponto de configurar uma unidade plena entre o interior essencial e o exterior existente, devido à identidade do conteúdo nos dois níveis - que seriam, assim, um só. Definida como este conteúdo ativo e determinante, a substância se apresenta justamente como "sujeito". O problema é que, de acordo com Marx, a substância criadora de valor é o trabalho; ao transformá-lo em mercadoria e rebaixá-lo a momento da totalidade composta pelo capital, este último captura esta substancialidade, fazendo-a sua e dando a ela (vale dizer, a si mesmo) o caráter ativo e determinante que constitui a "subjetividade". O capital, então, só é "sujeito" porque incorpora a substância-trabalho; ou, por outro lado, a substância não se torna "sujeito" mediante seu próprio desenvolvimento, mas por ser incorporada a um poder que lhe é estranho.

Como foi visto no item 17 acima, onde tais raciocínios foram apresentados, a constituição de uma tal "subjetividade" do capital é indissociável da negação do trabalho vivo pelo morto, numa contradição em que o sujeito-capital precisa simultaneamente afirmar e negar a substância-trabalho - afirmá-la enquanto momento, para que ele se determine como totalidade e sujeito abrangente na relação consigo mesmo; e negá-la enquanto possível todo do qual ele próprio seria rebaixado a momento. Desta maneira, embora a substância seja única, o caráter de atividade que a torna "sujeito" implica a configuração de duas relações opostas entre fundamento e fundado: conforme a primeira, digamos, positiva, a substância-trabalho é afirmada como momento do sujeito-capital, cujo conteúdo⁽¹⁶⁾ expansivo funda necessariamente a realização das determinações correspondentes a tal expansão, tanto na esfera da circulação quanto na da produção imediata; conforme a segunda, digamos, negativa, a substância-trabalho é negada enquanto totalidade oposta à do

capital, revelando que a "subjetividade" deste é meramente formal e decorrente de seu "fetichismo", e definindo um conteúdo no qual a substância se nega ao apresentar-se como "sujeito", inviabilizando a realização da "subjetividade" da auto-valorização e fundando necessariamente as determinações que frustram a expansão e conduzem a seu oposto - à paralisia e à desvalorização.

Embora a substância seja única, portanto, não é unívoca a realização das determinações que ela adquire enquanto "sujeito". Ao contrário, o processo de tornar-se "sujeito" define dois conteúdos opostos, constitui dois fundamentos igualmente necessários que se exteriorizam em realidades diferentes - auto-mensuração ou desmedida, auto-valorização ou desvalorização, expansão ou crise. Ambos são necessários, mas nenhum absolutamente necessário, porque não têm diante de si apenas possibilidades e contingências que podem ser absorvidas e redefinidas em função de uma necessidade abrangente; cada qual se defronta com um conteúdo necessário oposto, irreduzível em sua necessidade e limitador em sua oposição. Daí não se ter o correlato dos conceitos hegelianos de "efetividade" e "necessidade absoluta", definidos pela identidade entre o conteúdo do interior e do exterior, ou antes, pela unicidade do conteúdo do interior que se realiza efetiva e necessariamente.

Cindido em seu interior por sua contradição essencial, o capital jamais realiza definitivamente suas tendências expansivas, não chega a constituir permanentemente uma efetividade no sentido pleno⁽¹⁷⁾. Bem como, por outro lado, ele também nunca realiza definitivamente sua tendência à crise, na forma de um colapso inevitável ou de uma progressiva estagnação até um estado de desvalorização crônica e insuperável. Devido a esta sua cisão, o capital exterioriza necessariamente seu interior - cumprindo em parte a exigência da "efetividade" hegeliana - mas um interior cujo conteúdo é duplo e antagônico. Mais ainda, embora cada um de seus dois aspectos opostos seja necessário relativamente ao outro, vimos que sua realização depende também de condições que não estão inteiramente contidas no outro, até porque neste caso aquele que os contivesse seria o único de fato

necessário, rebaixando o outro a algo apenas possível, a um momento para a afirmação de sua necessidade absoluta, o que negaria o estatuto de necessidade que este outro também possui.

Enquanto exteriorização necessária do interior, a realização de cada um dos conteúdos encontra explicação no arcabouço geral do sistema, mas não explica por si só a realização alternativa do outro conteúdo. Assim, um ciclo se explica enquanto resultado necessário de uma articulação possível das disposições constitutivas do capital, não sendo uma necessidade absoluta, completamente autodeterminada e previsível. E o mesmo vale, caso se verifique existir uma tendência específica ao longo de um certo número de ciclos, pois o predomínio gradativo das condições de crise ou de expansão não pode ser deduzido como necessidade absoluta a partir do predomínio lógico de qualquer uma das disposições opostas da natureza contraditória do capital. Deste modo, o que ocorre, ocorre necessariamente, mas não numa ordem predeterminada. O modo com que se articulam as variáveis, a ordem que resulta desta articulação e, conseqüentemente, a forma com que elas se dispõem no tempo, ou melhor, com que elas definem sua temporalidade, não são de maneira alguma produto de uma necessidade absoluta.

Se o capital é necessariamente processual, conforme sua natureza, não é absolutamente necessária a forma determinada com que este processo se desenvolve no tempo; de sua natureza podem ser deduzidas formas diversas igualmente explicáveis. Esta indeterminação quanto à forma não decorre, porém, de que as formas de existência (exterior) não correspondem ao conteúdo essencial (interior), mas de que o próprio conteúdo é cindido em aspectos opostos, não sendo uno, como para Hegel. Abre-se espaço, daí, para a indeterminação e para o papel da contingência na decisão sobre as formas efetivas assumidas pelo movimento do capital, diferentemente da "necessidade absoluta" hegeliana, que subordina a si o contingente e o determina necessariamente enquanto contingente para a consecução dos fins maiores que ela se atribui.

As dificuldades encontradas pelo próprio Marx em estabelecer precisamente a forma de realização e o resultado das "leis" do capitalismo derivam justamente da complexidade do estatuto da necessidade relativa de que tais "leis" se revestem. Enquanto necessidade, elas se apresentam como "leis férreas", seja da expansão do capital, seja de sua crise inevitável; mas em sua relatividade, elas parecem adquirir o caráter de simples possibilidades ou de tendências de longo prazo. Em sua necessidade, elas parecem permitir a previsão de um destino para o capitalismo; mas em sua relatividade, elas implicam sempre contra-tendências que atenuam e postergam os efeitos delas ou que se alternam com estes últimos.

Leituras pouco atentas às formas complexas da apresentação categorial certamente optam sem grandes problemas por uma versão aparentemente "óbvia" do que Marx quis dizer. Mas justamente a variedade de versões produzidas pela tradição marxista e os debates acirrados entre elas indicam as ambigüidades que o próprio Marx não pôde evitar, e que uma leitura mais minuciosa e crítica acaba por descobrir. O que se descobre, afinal, é que a articulação dos conceitos da teoria de Marx resulta na indeterminação quanto à forma de movimento do capital, ao mesmo tempo em que demonstra cabalmente a natureza processual que ele possui enquanto relação social historicamente circunscrita.

É sintomático que os debates dos autores marxistas sobre o problema das crises e sobre o destino do capitalismo tenham produzido soluções tão díspares como a inevitabilidade do colapso ou a ênfase na capacidade de regeneração do sistema, concebendo-se a crise como juízo final, ou como etapa de crescimento, ou ainda como algo evitável. O que está em jogo é o estatuto modal da crise, isto é, se ela é mera possibilidade ou uma necessidade absoluta, numa ênfase sempre unilateral sobre um dos aspectos presentes no conceito de necessidade relativa. Para os adeptos das teses do colapso do capitalismo, sua inevitabilidade advém do seu caráter necessário, cujo estatuto modal reativo eles não apreendem e confundem com a necessidade absoluta, de modo que o difícil de explicar é a possibilidade do colapso ser adiado. Os que acreditam na inevitabilidade dos

ciclos, por outro lado, afirmam que uma fase leva necessariamente à outra e, portanto, que cada fase oposta é tão necessária quanto a outra, idéia que parece ser incompatível com o conceito estrito de "necessidade", fazendo que em suas explicações eles resvalam inconscientemente para argumentos baseados na mera possibilidade da ocorrência das fases e de sua sucessão⁽¹⁸⁾.

Destes impasses se originam as tentativas feitas por autores mais recentes, de buscar a inevitabilidade de crises cíclicas e de tendências no campo extra-sistêmico - nas variáveis da política econômica, para o curto prazo, e de transformações tecnológicas e institucionais mais lentas e profundas, para a longa duração⁽¹⁹⁾. Deve-se salientar, em primeiro lugar, a respeito desta atitude, que ela proporciona de fato explicações mais completas para o já ocorrido, até devido ao simples acréscimo de novos elementos aos puramente econômicos; e, mais importante, a consideração das transformações tecnológicas e institucionais e das variáveis da política econômica permite entender como se resolve a indeterminação mais profunda do sistema quanto à sua forma de movimento. Ou seja, se a oposição de tendências igualmente necessárias leva a uma tal indeterminação, ela é superada efetivamente através de grandes mudanças possíveis na orientação política ou no aparato tecnológico-institucional que serve de suporte e de condição mais geral para a acumulação. Mudanças deste tipo podem determinar o fim de uma etapa de predomínio de uma tendência e o início do predomínio da outra, configurando ciclos de curto e de longo prazo e, de qualquer maneira, decidindo pelo menos momentaneamente a forma de realização destas tendências no tempo.

Em segundo lugar, contudo, é preciso ter em mente que estas transformações adquirem o papel definidor apenas porque atuam sobre as condições imanentes e necessárias do sistema, isto é, que elas não possuem uma necessidade própria e externa ao sistema que funcionasse como uma intervenção "ex machina" para conferir a ele a necessidade absoluta que nenhuma de suas tendências pode jamais alcançar. As transformações em questão são internalizadas, reforçando uma tendência já manifesta ou se opondo a ela em favor da

passagem à tendência antagônica. O modo com que se processa tal internalização é ele próprio indefinido "a priori", impedindo qualquer prognóstico absolutamente certo quanto à forma de movimento resultante, embora as explicações do passado adquiram, "a posteriori", a aparência de certeza. Além disso, as condições próprias da etapa superada não são eliminadas, mas também se transformam e passam a existir de modo latente na etapa que lhes seguiu, até passarem eventualmente a prevalecer de novo no futuro.

Finalmente, mudanças políticas, tecnológicas e institucionais, apesar de terem relação com as condições do momento histórico em que se produzem, não são completamente determinadas por tais condições, não estão inteiramente contidas nelas, como inclusive os principais defensores de sua importância reconhecem⁽²⁰⁾. Daí não poderem atuar como contingências perfeitamente interiorizadas pela necessidade, como no conceito hegeliano de "necessidade absoluta". Por mais completo que seja, um conjunto de condições nunca é totalmente subordinado a uma tendência única, porque a necessidade tem sempre duas faces opostas, de acordo com a apreensão e descrição marxiana do capital. É este caráter relativo das necessidades antagônicas que constitui, assim, a principal objeção a qualquer tipo de determinismo econômico, objeção derivada do próprio modo com que Marx articula e formula os conceitos de sua teoria da sociedade capitalista, embora ele mesmo às vezes aparentemente não se dê conta disto, atribuindo a suas soluções a aparência de uma necessidade absoluta.

34-

Depois de haver investigado os limites da concepção marxiana da crise enquanto forma de manifestação da negatividade imanente ao capital, à presente tese resta o problema da relação desta forma de negatividade com o que se expressa no "fetichismo", pelo qual as determinações constitutivas do capital se realizam, assumindo uma aparência invertida para a consciência dos agentes econômicos⁽²¹⁾. A questão é se, e até que ponto, a crise pode atuar como negação da negação "fetichista" do capital; se, e até que ponto, a

crise pode desmascarar as aparências de que o capital se reveste e, com isso, permitir que os agentes individuais se tornem conscientes da realidade profunda que governa sua ação; enfim, se, e até que ponto, a crise pode ensejar uma crítica ao capitalismo. Para responder a esta questão em todos seus desdobramentos, porém, é preciso antes retomar alguns dos vários aspectos, examinados acima, sob os quais se apresenta a inversão "fetichista", e então entender como e por que se produz tal inversão.

Vimos ao longo da tese que a divisão do trabalho presidida pelo capital autonomiza os indivíduos a um ponto em que eles julgam se relacionar de modo simplesmente externo, através de contratos que preservam sua liberdade, ou seja, a um ponto em que eles julgam ser esta sua autonomia o primitivo e, sua relação, o fruto derivado de sua vontade livre. E, ainda por esta divisão do trabalho, eles crêem que seu relacionamento se dá basicamente através do mercado, onde todos são juridicamente iguais porque proprietários de mercadorias para vender e comprar⁽²²⁾, mesmo que tal mercadoria seja para alguns apenas a sua força de trabalho. A possibilidade de encontrar a força de trabalho como mercadoria é essencial para a formação do capital, de modo que a condição de proprietário e vendedor de sua mercadoria e o respectivo estatuto de agente livre e igual aos demais devem ser conferidos também ao assalariado, ao mesmo tempo em que a esfera do mercado e da circulação se torna momento necessário do processo global da produção e reprodução do capital.

Mas, concebendo-se que a relação entre os proprietários livres e iguais se dá basicamente através do mercado, esta instância parece ser não só independente como até determinante da produção, estabelecendo o quanto de cada mercadoria seu produtor deve produzir e também a proporção com que os recursos devem se alocar em cada ramo. Numa primeira inversão, a produção é que parece ser momento da circulação, e não o contrário. Com isso, por um lado, o aspecto da igualdade no mercado entre vendedores e compradores da força de trabalho oculta o da desigualdade entre estas duas classes sociais, desigualdade que é o fundamento da igualdade e o todo da relação na qual esta última é mero momento.

Por outro lado, o poder de auto-mensuração do capital, base verdadeira da sua capacidade de distribuir seu valor global em partes componentes e nos ramos da produção em que ele se divide, aparece como capacidade auto-reguladora do mercado, instância determinante de tal distribuição porque é nela que se defrontam e resolvem os interesses divergentes dos proprietários livres e iguais. Daí que a concorrência em geral entre os capitalistas e entre os trabalhadores no mercado de trabalho seja concebida como a forma adequada para a harmonização dos conflitos e para a determinação de preços "justos", a partir dos quais se perfaz a "melhor" distribuição possível dos recursos e produtos.

Desta maneira, porém, o nexos social entre proprietários autônomos e imediatamente privados só pode se estabelecer pela mediação de uma instância que lhes escape ao controle individual e que se impõe a eles como algo externo, a que eles estão submetidos para além suas consciências e vontades próprias. No mercado, são as qualidades naturais (valores-de-uso) das mercadorias ou do dinheiro que parecem comandar as relações sociais de compra e venda. E como também os meios de produção são adquiridos enquanto mercadorias, eles carregam seu valor para a esfera da produção imediata, onde se apresentam enquanto objetivação do capital face à força de trabalho e parecem criar valor por conta própria; por isso é decisiva a subsunção real do trabalho ao capital, cujos poderes organizadores da cooperação, manufatura e grande indústria conferem ao capital a aparência de criador autônomo de valor. Assim, também no nível da sua produção o valor se apresenta como relação social exterior a seus produtores diretos e dotada de um caráter natural peculiar, que se impõe a eles e os organiza⁽²³⁾.

A partir desta nova dimensão do "fetiche" - o capital também como criador de valor ao lado do trabalho - surge uma outra dimensão, que Marx expressou como "fórmula trinitária" do valor: "...*mesmo sob estes pressupostos* [que garantem correspondência entre valores e preços de produção e constância na divisão do valor em suas partes componentes - JG] *o movimento real necessariamente apareceria numa figura invertida: não como divisão de uma grandeza de valor já dada em três partes, que adotam formas de renda*

independentes umas das outras, mas, ao contrário, enquanto composição desta grandeza de valor a partir da soma dos elementos independentes e determinados por si, componentes dela - salário, lucro e renda da terra. Esta aparência [Schein] surgiria necessariamente, porque no movimento efetivo dos capitais singulares e de seus produtos-mercadoria não é o valor das mercadorias que se manifesta [erscheint] pressupondo sua divisão, mas, ao contrário, são as partes componentes em que ele se divide que funcionam como pressupostos do valor das mercadorias"(24).

Está em jogo aqui a relação entre a produção e a distribuição do valor entre as classes sociais que vão utilizar suas partes respectivas como renda. Embora o valor seja produzido realmente só pelo trabalho vivo, o "fetichismo" pelo qual também o capital parece criar valor por sua própria conta faz com que o capital se apresente enquanto fonte autônoma de valor - o mesmo ocorrendo com a terra, que na agricultura parece se conjugar ao trabalho na criação do valor dos produtos agrícolas. As três partes em que o valor apenas se divide e distribui como renda, portanto, configuram-se em três fontes autônomas de valor, regidas por leis próprias e somando-se para formar o valor final do produto. O resultado da divisão, a distribuição em três rendas - salário, lucro e renda fundiária - se inverte em pressuposto da produção de valor. E com esta inversão, produz-se uma aparência ilusória (Schein) a partir da forma necessária de manifestação ou aparecimento (Erscheinung) das leis internas da produção capitalista, em que as relações sociais se revestem de um caráter objetivo, natural, exterior aos homens.

Esta ligação entre aparência e aparecimento bem como esta inversão dos resultados em pressupostos semelhantemente articulam ainda um outro aspecto do "fetichismo", mais importante até do que a "fórmula trinitária" para os objetivos da presente reflexão: trata-se da "inversão da lei burguesa de apropriação", já examinada no item 13 acima. Aqui novamente é a reprodução do capital que leva à conversão do pressuposto - o princípio da troca de equivalentes para a compra e a venda da mercadoria força de trabalho - em um resultado oposto(25): o valor com o qual o capitalista compra a força de trabalho

para um ciclo de produção não é produzido originariamente pelo capital e sim pelo trabalho vivo do ciclo anterior, valor de que o capitalista se apropria integralmente porque é dele a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho que ele então comprou. Assim, ele não paga o trabalhador com um valor criado pelo capital, mas com um valor produzido pelo próprio trabalhador e do qual o capital se apropriou.

Daí Marx conclui: *"A relação de troca entre capitalista e trabalhador se torna, assim, apenas uma aparência [Schein] pertencente ao processo de circulação, simples forma que é alheia ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica. A constante compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista converte sempre uma parte do trabalho alheio já objetivado, de que ele se apropria incessantemente sem equivalente, em um quantum cada vez maior de trabalho alheio vivo"*(26). Em cada contrato de trabalho isoladamente firmado, o trabalhador é pago com um valor que pertence ao capital - a *"forma"* da troca de equivalentes é preservada. Mas com a continuidade do processo de produção e venda da mercadoria produzida, este princípio é negado, pois o *"equivalente"* com o qual é paga a força de trabalho foi criado antes pelo trabalho vivo e não pelo capital - tal é o *"conteúdo"* verdadeiro da relação, que se opõe à sua forma e é oculta por ela. E deste modo a *"forma"* é uma aparência ilusória que manifesta o *"conteúdo"* de maneira invertida *"e que apenas o mistifica"*.

Em outras palavras, o conteúdo da relação de compra e venda da força de trabalho nega de fato o princípio geral da troca de equivalentes, nega a condição de vendedor de mercadorias livre e igual ao comprador-capitalista que o trabalhador possui no mercado de trabalho. A liberdade e igualdade do trabalhador se reduz a uma mera forma, a uma aparência *"mistificadora"* se comparada ao conteúdo real da relação da força de trabalho com o capital. Por outro lado, no entanto, é este conteúdo mesmo que determina sua *"mistificação"*, pois ele precisa que a força de trabalho seja sempre uma mercadoria, para que haja uma compulsão meramente econômica do trabalhador e para que possa se extrair mais-valia de seu trabalho. O capital define as condições igualitárias do contrato para

negá-las, mas de tal maneira que esta negação seja encoberta e "*mistificada*", preservando os princípios universais da troca de equivalente em proveito dele próprio.

Como é a reprodução do capital que cinde o conteúdo e a forma, ela tem igualmente o poder de ocultar a cisão e apresenta o conteúdo "*mistificado*", isto é, idêntico à forma, de modo que a cisão e ruptura do princípio da troca de equivalentes no mercado de trabalho nunca se revelam aos agentes econômicos singulares enquanto o capital tiver o poder de se reproduzir fluidamente. E as outras formas do "fetichismo" também se mantêm enquanto o capital exerce seu poder totalizante, pois faz parte deste poder justamente a capacidade de ocultar-se, de manifestar seus pressupostos como resultados e seus resultados como pressupostos, de mascarar seu caráter social, apresentando-o como lei natural eterna.

Neste contexto, entende-se a famosa definição de Marx: "*...toda a ciência seria supérflua, se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente...*"⁽²⁷⁾. A tarefa que só a "*ciência*" pode realizar é o desmascaramento da "*essência das coisas*" por trás de sua "*forma de aparecimento*", criadora de aparências enganosas de igualdade e natureza onde "*essencialmente*" existe desigualdade historicamente determinada. A "*ciência*" é necessariamente crítica, porque pela crítica descobre as formas de inversão adotadas pelo capital, ocultas ao senso-comum e ao entendimento dos agentes econômicos, que supõem ser a "*forma de aparecimento*" idêntica a seu conteúdo.

Mas a própria reprodução normal depende de que a medida real da valorização - a taxa de mais-valia - e a medida "fetichizada" - a taxa média de lucro - não sejam aparentemente discrepantes. O poder totalizante do capital também dependem do "fetiche" pelo qual inclusive o capital constante deve ser considerado no preço de custo, base de cálculo do lucro. Quando a discrepância entre as duas medidas chaga a um ponto extremo, uma crise irrompe e se revela a oposição entre a medida "fetichizada" e a real. Abre-se o espaço, com isso, para a constatação das divergências entre as várias "*formas de aparecimento*" das relações sociais capitalistas. Expondo tais divergências, a crise permite

que os agentes econômicos deixem de continuar estritamente presos à aparência mistificadora do capital, permite que a crítica deixe de continuar como privilégio dos que analisam "cientificamente" o capitalismo.

A fim de avaliar, porém, até que ponto uma crise pode fazer os agentes econômicos desmascararem as formas de inversão das determinações constitutivas do capital, é preciso em detalhe o efeito que a crise, genericamente considerada, tem sobre os vários aspectos do "fetichismo", de acordo com a articulação antes apresentada. A crise permite, pelo menos por princípio, que se abale a confiança na perfeita capacidade alocadora do mercado: pelo lado dos capitalistas, porque a concorrência serve agora de instrumento para a distribuição dos prejuízos, explicitando o conflito entre os "irmãos rivais" (cf. item 28, especificamente a nota 60 do capítulo 4) através da falência de alguns e da centralização de capital em um número menor de mãos; pelo lado dos trabalhadores, porque há desemprego e queda dos salários dos que conservaram seus postos de trabalho. Mas quais dimensões do "fetichismo" são por isso desmistificadas? E em que medida a perda da confiança irrestrita no mercado leva à consciência da desigualdade social profunda que o instaura e nele se oculta?

Em primeiro lugar, se a crise não é um colapso abrupto e completo do sistema capitalista, colapso cuja inevitabilidade esta tese procurou refutar, então ainda numa crise ocorre reprodução de capital, por mais que este processo se reduza em volume social e se torne difícil. Tal reprodução continua a converter resultados em pressupostos, de modo a conservar a ilusão da "fórmula trinitária", de que o lucro é parte componente do valor, de que o capital cria valor por conta própria e, assim, de que os trabalhadores mantidos em seus empregos são pagos com um valor produzido pelo capital. Por si mesmo, a crise não faz com que nenhum deles perceba que está sendo pago com um valor produzido por ele próprio, porque para os que estão empregados a reprodução do capital continua. E o desemprego é visto como quebra ou não-renovação dos contratos, não abalando necessariamente a crença no poder formal do contrato, não revelando a cisão entre o

conteúdo e a forma da "inversão da lei burguesa de apropriação"; revela no máximo que o mercado pode não realizar bem sua função de empregador.

Em segundo lugar, mesmo que a crise reduza a confiança no mercado, os agentes econômicos ainda vêem o capital como fonte autônoma de criação de valor, como um fator de produção independente do trabalho e da terra, que na sua independência só podem se reunir na esfera no mercado. Permanece invertida a percepção da relação entre a produção e a circulação, de modo que a crise não é vista enquanto fenômeno imanente à produção capitalista, e sim enquanto ocorrência determinada no nível do mercado, isto é, da combinação fortuita de fatores autônomos. Daí que neste nível a crise apareça como mera possibilidade de que tal combinação não ocorra, exatamente conforme a crítica de Marx à teoria das crises de Stuart Mill, examinada no item 10 acima⁽²⁸⁾.

Mais grave, como persiste a ilusão da "fórmula trinitária", as relações sociais continuam a se apresentar sob a forma "fetichista" de relações entre coisas, enquanto basicamente natural, de modo que seu descompasso nas crises pode aparecer também enquanto resultado da simples atuação de forças naturais, exteriores a qualquer relação social, inclusive às do mercado⁽²⁹⁾. A crise pode ser atribuída a catástrofes que atingem a população ou a terra, sendo considerada como algo contingente. Ou, contingente, ela pode ser atribuída ainda à ação arbitrária de indivíduos ou à ingerência de instituições externas ao sistema econômico estrito, como estado. Neste último caso, ao invés de abalar a crença que os agentes têm no mercado, a crise até a reforça e acaba por mistificar ainda mais as disposições essenciais que a originaram. Dentro das condições históricas específicas de sua ocorrência, uma crise pode configurar suas próprias ilusões.

De qualquer forma, a crise não é vista como manifestação necessária da desmedida na auto-valorização do capital, determinada pelos impulsos opostos na esfera da produção, estabelecidos pela contradição básica na relação do capital com o trabalho assalariado; não se concebe que a crise esteja associada a uma desigualdade de classes sociais fundada por esta relação contraditória. Como permanece a perspectiva invertida de

que o mercado é a instância decisiva da combinação dos fatores independentes, não só a necessidade da crise se oculta e parece ser mera possibilidade, como também não necessariamente se revela a desigualdade de classes que aparece invertida na igualdade de princípio entre os agentes do mercado.

A relação social entre possuidores de mercadorias se apresenta restrita principalmente à esfera do mercado, de modo que, mesmo que a crise imponha o poder social através do desemprego forçado "*aproximadamente como a lei da gravidade a alguém cuja casa desabe na cabeça*"⁽³⁰⁾, contrariando a consciência que os trabalhadores têm de si enquanto indivíduos livres e autônomos, não se apaga por isso a dimensão da igualdade que repousa na crença no caráter formal do contrato. Por outro lado, o desemprego e a queda dos salários podem de fato levar os trabalhadores à percepção não só de sua liberdade restrita, como inclusive de uma contraposição entre seus interesses e os dos capitalistas. A percepção pelos trabalhadores desta contraposição na esfera do mercado - de que são vendedores diante de compradores da força de trabalho - pode inclusive se converter na consciência da desigualdade de classes na qual se funda tal contraposição; mas isto vai depender do grau de organização do movimento operário e do quanto nele avançou a crítica ao sistema capitalista, condições históricas específicas que não podem ser determinadas apenas pelo sistema, e de modo necessário e unívoco.

Em outras palavras, como na crise ainda são mantidos aspectos importantes da inversão "fetichista" das leis internas do capital, é apenas possível - embora seja realmente possível - que a crítica ao funcionamento imperfeito do mercado leve os trabalhadores à consciência crítica das contradições profundas do capitalismo. Também é possível que isto não ocorra, porém, já que na própria crise a "mistificação pode atuar, colocando a culpa do mau funcionamento do sistema em circunstâncias exteriores a ele ou nos riscos inerentes ao mercado, meras possibilidades que caracterizariam a contraposição de interesses entre compradores e vendedores da força de trabalho como algo fortuito e não essencial, ou seja,

não baseado em qualquer desigualdade social que destruísse completamente a aparência de igualdade e liberdade da sociedade burguesa.

Considerando apenas os elementos constitutivos do sistema, as tendências opostas de expansão e crise determinam aparências invertidas e ilusórias que só parcialmente podem ser dissolvidas. Daí que a consciência dos agentes econômicos esteja necessariamente presa a tais aparências, mas que também necessariamente possa delas se libertar nos momentos de crise, configurando necessidades opostas cujo predomínio uma sobre a outra é imprevisível dentro dos termos do sistema. A forma com que este último se articula impede um prognóstico certo quanto à realização exclusiva e excludente de qualquer de suas alternativas: os agentes em geral podem continuar inteiramente presos às aparências do "fetiche"; ou podem se libertar em parte, de modo que os capitalistas tenham consciência das limitações dos mecanismos econômicos existentes e consigam coesão suficiente para criar um aparato institucional que viabilize novamente as condições para a acumulação e a expansão, ou que os trabalhadores aprofundem sua crítica a ponto de enxergar as contradições profundas do sistema como um todo, lutando para superá-lo.

Mas nem através desta dimensão da consciência possível dos agentes, nem através da dimensão estritamente sistêmica em que as "leis" operam à revelia da consciência deles, é possível demonstrar como inevitável a eternização do capitalismo, ou como inevitável o seu colapso, ou ainda como inevitáveis e regulares suas transições e transformações. O que acontecer será a realização de uma necessidade imanente ao capital; mas com isso não está predeterminado o que vai acontecer e tampouco a forma assumida por sua realização no tempo. Não há como deduzir escatologias a partir da teoria marxiana da sociedade capitalista - não porque o capital não tenha seus fins e sua finitude necessariamente contida nele; também não porque ele não tenha a potência para realizar a ambos; mas porque, justamente ao tê-los, o capital é igualmente o processo de criação e destruição da totalidade de relações sociais, é o movimento de possibilidades opostas cuja

contradição igualmente se soluciona e repõe, é o "sujeito" que ao refletir sobre si igualmente se institui e se dissolve.

Notas da Conclusão:

- 1)- K, I, 15-16. (C, I 1, 13).
- 2)- Grundrisse, 189.
- 3)- K, III, 184. (C, III 1, 136-137). A "aproximação à realidade efetiva" cresce com o desenvolvimento do "modo de produção capitalista", portanto, tornando a realidade progressivamente próxima do "conceito de capital". Cf. "Em tal investigação geral é sempre pressuposto, em princípio, que as relações efetivas correspondam a seu conceito, ou, o que é o mesmo, as relações efetivas são apresentadas somente na medida em que elas expressam seu próprio tipo geral." [K, III, 152. (C, III 1, 111)]. Contudo, estes textos não devem levar à interpretação apressada de que aqui Marx endossa plenamente a concepção hegeliana de "verdade" - a adequação da realidade ao conceito, numa inversão da concepção tradicional - pois o que ocorre para ele é antes a adequação da realidade em geral às necessidades do capital efetivamente existente, apreendido corretamente por seu conceito; a força de adequar a realidade a suas determinações fundamentais não é do conceito, mas do objeto a que ele corresponde.
- 4)- K, I, 147. (C, I 1, 112-113); já citado à nota 53 do capítulo 2 acima.
- 5)- Cf. "Os economistas, nos quais em geral não se pode encontrar nada de claro sobre o mecanismo da rotação, passam por cima continuamente deste momento básico, de que somente uma parte do capital industrial pode estar sempre engajado de fato no processo de produção, caso a produção deva prosseguir ininterruptamente. Enquanto uma parte se acha no período de produção, uma outra parte deve se achar sempre no período de circulação. Ou, com outras palavras, uma parte pode funcionar como capital produtivo apenas sob a condição de que uma outra parte permaneça subtraída à produção propriamente dita, na forma de capital-mercadoria ou dinheiro." [K, II, 269. (C, II, 199)]; já citado à nota 21 do capítulo 3 acima.
- 6)- K, III, 259 (C, III 1, 188); já citado à nota 67 do capítulo 4 acima.
- 7)- K, I, 662.
- 8)- Cf. "...estas catástrofes regularmente recorrentes levam à sua repetição em uma escala mais alta, e finalmente à sua derrocada [overthrow] violenta." [Grundrisse, 636]; já citado à nota 64 do capítulo 4 acima. De acordo com a concepção de Marx, deste modo, bem como a da maioria dos autores que se alinharam à sua tradição teórica, embora uma crise possa dar lugar a um período subsequente de expansão, a disposição auto-negadora do capital não desaparece e não pode ser compreendida como um mero momento de um processo mais amplo de progresso; este é que, ao contrário, seria apenas um meio para que as crises fossem cada vez mais amplas e profundas, repondo-se, elas também, em escala ampliada, até o colapso ou estagnação crônica do sistema. Por outro lado, autores que até certo ponto também se inspiraram na tradição marxista defenderam a tese oposta, de que a reprodução ampliada, apesar das crises e por meio delas, prosseguiria seu curso, recursivamente perturbada, mas conseguindo incorporar estas perturbações a suas próprias finalidades. A crise é concebida como um "mal necessário" para que o sistema seja compelido a adotar maciçamente inovações e a colocar de lado o equipamento tecnicamente obsoleto que ainda poderia ser usado; ela é concebida, assim, como um meio para que o capital realize sua "missão civilizatória". A decisão entre estas versões antagônicas só será possível com a consideração final do problema das modalidades da efetivação das tendências opostas ao capital, feita no próximo item da conclusão desta tese.
- 9)- Theorien, II, 501. (Teorias, II, 936); parte do texto já citado à nota 89 do capítulo 1 acima.
- 10)- Theorien, II, 514. (Teorias, II, 948-949); parte do texto já citado à nota 93 do capítulo 1 acima.
- 11)- Cf. "A divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria e, com isso, faz necessária sua transformação em dinheiro. Ao mesmo tempo, faz casual [zufällig] que esta transformação tenha êxito." [K, I, 122. (C, I 1, 96)]; já citado à nota 91 do capítulo 1 acima.
- 12)- Cf. "Esta concrecência [Verwachsung] e entrelaçamento [Verschlingung] dos processos de reprodução ou circulação de diferentes capitais pela divisão do trabalho é necessária, por um lado, e casual, por outro, e assim já se amplia a determinação do conteúdo da crise" [Theorien, II, 511. (Teorias, II, 946)]; já citado à nota 39 do capítulo 3 acima.
- 13)- Cf. "E assim mostrou-se em geral que as mesmas causas que produzem a queda da taxa de lucro provocam efeitos contrários que inibem, prolongam e paralisam parcialmente esta queda. Elas não anulam a lei, mas enfraquecem sua operação. Sem isso, seria inconcebível, não a queda da taxa geral de lucro, mas, ao contrário, a lentidão relativa desta queda. Assim., a lei atua só como tendência, cuja

- atuação se manifesta concludentemente apenas sob certas condições e no decorrer de longos períodos.*" [K, III, 249. (C, III 1, 181)]; já citado à nota 36 do capítulo 4 acima.
- 14)- K, III, 257. (C, III 1, 187); já citado à nota 31 do capítulo 4 acima.
- 15)- Sobre o problema das modalidades em Hegel, cf. nota 20 da Introdução desta tese.
- 16)- O "conteúdo" como momento específico da relação entre fundamento e fundado já foi objeto da nota 46 do capítulo 2 acima. Seu conceito corresponde justamente à determinação, pela essência, de suas formas de existência, que já é um prenúncio da passagem da "substância" a "sujeito" capaz de se realizar em suas formas de manifestação: enquanto "sujeito" é que a substância se apresenta, assim, definitivamente como conteúdo. Este raciocínio de Marx se inspira claramente na "Doutrina da Essência" da "Ciência da Lógica" de Hegel, com a diferença de que para Marx a "subjetividade" da substância-trabalho contraditoriamente constituída pelo capital dá a ela dois conteúdos distintos, opostos conforme cada termo da contradição.
- 17)- É interessante citar aqui as conclusões da leitura de Marx por Theunissen: *"...a conformidade existente para o capital de seu conceito com sua realidade, nesta mesma ou em si, não é conformidade alguma. Com isso, Marx identifica o capital como o portador efetivo daquela contradição que para Hegel recaía no finito enquanto tal: que a correspondência de conceito e realidade ao mesmo tempo é uma não-correspondência. Só aparentemente o capital posto em sua totalidade é a substância consumada como sujeito, só aparentemente seu conteúdo encontrou a forma a ele adequada."*[THEUNISSEN, op. cit., p.328].
- 18)- Os autores a que me refiro aqui são os mencionados em notas dos capítulos anteriores. Já na polêmica clássica da época da IIa. Internacional, as posições em conflito implicitamente discutiam a possibilidade ou mera necessidade de um colapso econômico do capitalismo, com a tese sub-consumista de Rosa Luxemburg apontando para um colapso tão absolutamente necessário que seria inviável a reprodução do sistema se não fossem as exportações imperialistas de capital; ao que se contrapunham Tugan-Baranovsky, Hilferding e outros, apontando para a possibilidade da reprodução sem apelo a nenhum setor externo, de modo que a crise mesma aparecia para eles, sem que o dissessem, como mera possibilidade. Embora abandonando a tese sub-consumista, Grossmann explicita que se trata de demonstrar a inevitabilidade do colapso econômico do capitalismo (cf. a nota 58 e principalmente a nota 79 do capítulo 4 acima). Como a Depressão dos anos 30 substituiu a discussão do colapso pela dos ciclos, passou-se a buscar a necessidade das transições de uma fase para outra do ciclo, com autores que tentavam fazê-lo apoiando-se em apenas um fator explicativo - Sweezy (1942) com o subconsumo, Boddy e Crotty (1975) e ainda Rowthorn (1976), com os movimentos do "exército industrial de reserva", e Shaikh (1978) com os movimentos da composição orgânica - ou autores que se apoiavam na combinação de dois destes fatores - Dobb (1937), combinando os movimentos da composição orgânica com os do "exército de reserva", Sherman (1964), combinando subconsumo com os movimentos do "exército de reserva" e, mais tarde (1967) com os da composição orgânica - ou autores que combinavam os três fatores, seja numa ordem rígida - Alcala (1978) - ou numa ordem flexível, na qual a dominância de um dos fatores dependeria das condições históricas do ciclo especificamente considerado - Weisskopf e Gordon (1978). A passagem de explicações baseadas em um fator para outras baseadas na combinação de dois ou três revela justamente as dificuldades em se estabelecer a necessidade das transições cíclicas, bem como a posição mais recente de que mesmo combinados três fatores, é preciso estabelecer a necessidade das transições cíclicas de acordo com o momento histórico específico em que elas ocorrem. A reação a tais dificuldades se manifesta em obras como a de Rosdolsky (1968), que retoma a idéia de um colapso inevitável devido à queda da taxa de lucro, enquanto culminação de ciclos cada vez mais curtos, e mais recentemente, de Simon Clarke (1991), que afirma um colapso por insuficiência de mercado sem consideração aos ciclos, num retorno a Rosa Luxemburg, pela razão explícita de se buscar a necessidade da crise, que ele imagina só como necessidade "absoluta". Estes dois autores incorrem, porém, nos erros sobre o estatuto modal da crise da velha teoria do "Zusammenbruch", sem acrescentar nada de novo ao conceito de "crise". Há também a reação inversa de Itoh (1978 e 1981) que, não encontrando maneira de estabelecer a necessidade dos ciclos a partir de nenhum fator inerente ao capital industrial, procura explicitamente tal necessidade nos movimentos de expansão e contração do crédito, retornando à tese de Tugan-Baranovsky, em seu "As crises industriais na Inglaterra" de 1901. A origem evidente de todas estas teorias de colapso ou ciclo inevitável é que elas concebem a necessidade de crise inerente ao capital como sendo absoluta, de modo a não poderem explicar como igualmente necessária a realização do fenômeno oposto, seja a expansão e reprodução normal do sistema, seja a irregularidade dos ciclos. Não podendo explicar os fenômenos de expansão como necessários, tais autores conferem a

eles um caráter exterior e contingente às determinações sistêmicas, o que é uma versão errônea da definição de "capital" conforme Marx. Incurrem, portanto, no mesmo erro do que aqueles para quem a crise é que é uma mera possibilidade ou acaso motivado por circunstâncias exteriores. Destes problemas, finalmente, surge a preocupação entre certos autores alemães em reconstituir o conceito de "crise" a partir dos escritos de Marx, como é o caso de Berger (1975) e de Fahling ("Die logische Struktur der Krisentheorie bei Karl Marx", Minerva Publikation, Munique, 1975). Este último percebe a relevância de se considerar a passagem da crise 'in potentia' para 'in actu', mas não indica precisamente o momento em que o conceito de crise corresponde a algo necessário, ao passar da esfera da circulação para a da produção imediata; também Berger, depois de seguir pormenorizadamente a exposição de "O Capital", ao se propor como última questão à inevitabilidade das crises?", a elude, assinalando que as crises só podem ser necessárias no sentido de que "*todas as possibilidades de arranjo do seu conflito fundamental disponíveis ao sistema com vistas à sua meta de atingir uma estabilidade duradoura se mostram como meios 'contraditórios'*" [BERGER, op. cit. p.473]; com o que não é eliminada a possibilidade de uma estabilidade temporária convivendo com tal necessidade de crise. Permanecem, a despeito destes esforços, a dúvida sobre o estatuto modal da crise.

- 19)- Tais autores também já foram mencionados nas notas 66, 79 e 80 do capítulo 4 desta tese. O ponto-de-partida é que a crise dos anos 70 e 80 proporcionou uma perspectiva de longo prazo sobre os ciclos. O interessante é que aqui, na seqüência das teses que explicavam os ciclos como combinação historicamente específica dos três fatores apontados pela tradição, os autores acreditam ser possível explicar por elementos endógenos a transição da etapa de expansão para a de crise, mas não a transição da crise para uma nova expansão de longa duração (25 a 30 anos), que dependeria de fatores exógenos aos do sistema econômico, como o conjunto de instituições sociais e políticas de que dependeria a estabilidade asseguradora das condições propícias para a acumulação e investimento contínuo. Entre estes autores estão justamente Weisskopf e Gordon (1978), partidários da tese de que em cada momento histórico até o ciclo decenal é determinado por fatores diferentes, e Mandel (1978, 1980 e 1984). A discussão sobre os ciclos decenais, em curso entre a década de 30 e de 70 perdeu seu interesse para o das "ondas longas" nos anos 70 e 80, justamente por ser mais flexível quanto ao estatuto da necessidade.
- 20)- Trata-se aqui do importante artigo de Kotz (1987), já mencionado nas notas 66 e 79 do capítulo 4 acima. Vimos na nota anterior que Gordon, Weisskopf e Mandel já admitem que, embora a transição da fase expansiva para a crise possa ser explicada apenas pelo ciclo econômico, a transição de uma crise para uma nova etapa de expansão longa só pode se explicar através de mudanças institucionais e tecnológicas que são, em grande parte, contingentes e imprevisíveis. A crítica de Kotz a tais concepções das "ondas longas" pode ser resumida neste trecho: "*Em seu estágio atual de desenvolvimento, a abordagem das SSA [Social Structures of Accumulation - JG] ainda está insuficientemente trabalhada e deixa um número de importantes questões sem resposta. Uma é se há regras governando a estrutura das SSA. Isto é, além de dizer que uma SSA ajuda a acumulação e o faz por estabilizar os conflitos de classe e a competição, pode-se dizer algo mais sobre como atua uma SSA? Que tipo de instituições é um possível constituinte de uma SSA e que tipo não é? Há tendências nas sucessivas SSAs (tais como centralização do poder decisório crescente)? Ou ficamos com a conclusão vaga de que cada SSA é única? Mudando o foco para o outro lado da onda longa, há um padrão comum para o colapso de uma SSA que leva à fase de crise? Ou cada colapso é historicamente único, dentro da estrutura ampla...de contradições na totalidade da SSA de acumulação, iniciando a crise? Uma vez que ocorra a crise, podemos dizer algo de específico sobre a maneira na qual uma nova SSA emerge do caldeirão do conflito de classes? A criação de uma nova SSA requer uma coalizão de classe, com poder para realizar as mudanças institucionais necessárias? Ou uma SSA emerge mais fortuitamente a partir das pequenas vitórias de muitos grupos diferentes? Se este último for o caso, o que faz da SSA um todo integrado e atuante?...As questões anteriores sem resposta deixam a abordagem SSA em um estágio não-desenvolvido. É preciso um trabalho teórico e histórico adicional para encontrar as respostas. Até que tais respostas sejam alcançadas, a abordagem SSA não pode ser considerada uma teoria das ondas longas. De fato, dependendo do conteúdo das respostas, ela poderá nunca levar ao surgimento de uma teoria genuína. Se a conclusão for que não há regras governando a estrutura de SSAs, que não existem tendências nelas, que cada colapso é único, que novas SSAs emergem por acidente e que nexos sistemáticos não existem entre as dimensões nacionais e a internacional, então ficaremos com um modelo para estudar ondas longas específicas, mas não com uma teoria das ondas longas. Para qualificá-la como teoria, regularidades significativas no comportamento devem ser descobertas nos*

conceitos e definições da abordagem SSA, na relação entre ondas longas e SSAs." [KOTZ, op. cit., pp. 27-29].

- 21)- A caracterização do "fetichismo" enquanto resultado da negatividade do capital é clara neste texto, já citado na nota 18 do capítulo 4 acima: "A figura pronta das relações econômicas, tal como elas se mostram na superfície, em sua existência real, e daí também nas representações pelas quais os portadores e agentes destas relações procuram se esclarecer sobre elas, são muito diferentes, e de fato invertidas, opostas à sua interna, essencial, mas oculta figura nuclear [Kerngestalt] e a seu correspondente conceito." [K, III, 219.(C, III 1, 159-160)]. Ou seja, a inversão da "figura interna, essencial e nuclear" em sua "figura pronta...e nas representações" dos agentes econômicos resulta de sua oposição, isto é, de que "a figura nuclear e seu correspondente conceito" se apresenta em uma figura externa, oposta. O desenvolvimento da figura interna leva à sua própria oposição, à figura externa como negação determinada daquela, oposição que se expressa pelo movimento de inversão.
- 22)- Cf. "Na medida, então, que esta diversidade natural dos indivíduos e das mercadorias dos mesmos... forma o motivo para a integração destes indivíduos, para sua relação social como permutadores, na qual eles se *pressupõem e comprovam* [bewähren] como iguais, acrescenta-se à determinação da igualdade ainda a da liberdade." [Grundrisse, 155]; já citado na nota 33 do capítulo 2 acima.
- 23)- Cf. "A autonomização formal destas condições de trabalho face ao trabalho, a forma específica que esta autonomização possui face ao trabalho assalariado é, portanto, uma qualidade [Eigenschaft] inseparável delas enquanto coisas, enquanto condições materiais de produção, [é] um caráter necessariamente pertencente a elas, que cresce [eingewachsen] de modo imanente dentro delas enquanto elementos de produção. Através de um caráter social determinado por uma época determinada da história, é natural a elas, enquanto elementos do processo de produção, um caráter inato de coisa, por assim dizer, desde toda a eternidade." [K, III, 833. (C, III 2, 276-277)].
- 24)- K, III, 877. (C, III 2, 306); grifos meus.
- 25)- Na "fórmula trinitária" a reprodução atua do seguinte modo: "O segredo, pelo qual estes produtos da divisão do valor das mercadorias se aparecem [erscheinen] constantemente como os pressupostos da formação mesma de valor, é simplesmente o de que o modo de produção capitalista reproduz continuamente não só o produto material, como qualquer outro, mas também as relações sociais econômicas, as determinidades formais econômicas de sua constituição. Seu resultado aparece [erscheint], daí, constantemente, enquanto seu pressuposto, bem como seus pressupostos aparecem enquanto seus resultados. E é esta constante reprodução das mesmas relações que o capitalista singular antecipa como fato indubitável, evidente por si mesmo." [K, III, 879. (C, III 2, 307)].
- 26)- K, I, 609. (C, I 2, 166); já citado à nota 38 do capítulo 2 acima.
- 27)- K, III, 825. (C, III 2, 271).
- 28)- Cf. "Não são melhores, aliás, os economistas (como J. Stuart Mill, por exemplo) que querem explicar as crises a partir destas possibilidades simples de crise, contidas na metamorfose das mercadorias - como a separação de compra e venda. Estas determinações que explicam a possibilidade da crise, não explicam, além, sua efetividade, ainda não [explicam] por que as fases do processo entram em um conflito tal que só através de uma crise, através de um processo violento, sua unidade pode se fazer valer. Esta separação aparece na crise; é a forma elementar da mesma. **Explicar** a crise a partir desta sua forma elementar, significa explicar a existência da crise declarando seu ser-aí em sua forma mais abstrata, explicar, assim, a crise através da crise." [Theorien, II, 502. (Teorias, II, 937)].
- 29)- A "fórmula trinitária" completa o distanciamento entre as "leis internas" e a sua forma de realização pela concorrência, já exposta no item 27 desta tese, como fica claro no seguinte texto: "A venda ou não-venda das mercadorias por seus valores, portanto a determinação mesma do valor, é completamente indiferente para o capitalista singular. Ela já é desde o início algo que ocorre às suas costas, através do poder de relações independentes dele, pois não os valores, mas os preços de produção diferentes dos valores em cada esfera de produção é que formam os preços médios reguladores. A formação do valor enquanto tal interessa os capitalistas singulares e determina o capital em cada esfera de produção específica só na medida em que o quantum de trabalho diminuído ou aumentado, que é exigido com a subida ou queda da força produtiva do trabalho para a produção de mercadorias, capacita-o, num caso, a fazer um lucro extra sob os preços de mercado existentes, e, noutro caso, obriga-o a elevar o preço das mercadorias, porque corresponde a uma porção a mais de salário, de capital constante e, daí, de juros sobre o produto parcial. Ela só o interessa, na medida em que ela ergue ou reduz os custos de produção da mercadoria por ele mesmo, portanto só na medida em que ela o coloca numa posição excepcional. Ao contrário, salário, lucro e renda da terra aparecem para ele enquanto limites

reguladores não só do preço pelo qual ele pode realizar a parte do lucro correspondente a ele enquanto capitalista em funções, o ganho do empresário, mas também pela qual ele deve geralmente poder vender a mercadoria, caso seja possível a reprodução contínua. É completamente indiferente para ele se ele realiza pela venda o valor e a mais-valia contida na mercadoria, supondo apenas que ele obtenha do preço um lucro empresarial costumeiro ou maior, acima do preço de custo a ele individualmente dado por salário, juros e renda da terra. ...Se ele conseguir, por exemplo, comprimir o salário para baixo do valor da força de trabalho, portanto para baixo de seu nível normal, obter capital a uma taxa de juros baixa e pagar arrendamentos abaixo do nível normal da renda da terra, então é totalmente indiferente para ele se vende o produto abaixo de seu valor ou até abaixo do preço de produção geral, portanto se ele cede de graça uma parte da mais-valia contida na mercadoria. Isto vale inclusive para a parte constante do capital. Se um industrial puder comprar a matéria-prima abaixo do seu preço de produção, por exemplo, então isto o protege do prejuízo, mesmo se ele a revender abaixo do preço de produção na mercadoria pronta. Seu ganho empresarial pode permanecer o mesmo e até crescer, desde que permaneça igual ou cresça o excedente sobre o preço das mercadorias sobre os elementos do mesmo que devem ser pagos, substituídos por um equivalente." [K, III, 880-881. (C, III 2, 308-309); grifos meus]. Para além da inversão "fetichista" do pressuposto e do resultado, ressalta-se a "indiferença" do capitalista para com a lei do valor e as determinações essenciais do sistema, que ele sequer percebe diretamente. Reforça-se, com isso, o distanciamento entre o nível essencial e o da realização das "leis internas" que, por serem contraditórias, permitem que os capitalistas ajam de modo "completamente indiferente" a elas e que possam contrariá-las. O interessante, então, é que a inversão configura a "aparência da concorrência" como algo real e que não é mero simétrico da essência, mas "indiferente" a ela, isto é, distante e até certo ponto exterior. Daí que o capital não possa estabelecer uma totalidade absoluta, uma efetividade totalmente integrada pela necessidade absoluta, como

para o sistema de Hegel, pois ele ainda distancia a realidade interior da exterior.

30)- K, I, 89. (C, I 1, p73); já citado no final da nota 48 do capítulo 1 acima.

BIBLIOGRAFIA

- 01) AGLIETTA, M.- *Regulations et crises du capitalisme*, Paris, 1976.
- 02) ALCALY, R.- "An introduction to marxian crises theory", in *U.S. Capitalism in Crisis*, publ. Union for Radical Political Economics, Nova Iorque, 1978.
- 03) ALTHUSSER, L.- *Lire Le Capital*, Paris, Maspero, 1968
- 04) ARANTES, P.E. - *Hegel: a Ordem do Tempo*, São Paulo, Polis, 1981
- 05) BACKHAUS- "Zur Dialektik der Wertform", in *Beiträge zur Marxistischen Erkenntnistheorie*, Frankfurt, 1969.
- 06) BELLUZZO, L.G.M.- *Valor e Capitalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 07) BERGER, J.- *Krise und Kapitalismus bei Marx*, Europäische Varlagsanstalt, 1975.
- 08) BOCCARA, P.- *Études sur le capitalisme monopoliste d'Etat, sa crise et son issue*, Paris, Editions Sociales, 1973.
- 09) BODDY, R.;CROTTY, J.- "Class Conflict and macropolicy: the political business cycle", in *Review of Radical Political Economics*, Riverside (Cal.), 1975.
- 10) BÖHM-BAWERK, E.- *Karl Marx and the close of his system*, Sweezy (ed.), Nova Iorque, Augustus Kelley, 1949.
- 11) BREITENBÜRGER (org.) - *Marx und Marxismus heute*, Hamburgo, Hoffmann und Campe Verlag, 1974.
- 12) CASTORIADIS, C.- *Les carrefours du labirinthe*, Paris, Seuil, 1978
- 13) CLARCKE, S.- "Overaccumulation and Crisis", in *Science and Society*, Nova Iorque, 1991, vol.54, nº4, pp. 442-467.
- 14) COLLETTI, L. (org.) - *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*, ed. espanhol José Aricó, México, Siglo Veintiuno, 1978.
- 15) CUTLER, A.;HINDESS, B.;HIRST, P.;HUSSAIN, A - *Marx's Capital and capitalism today*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1977.
- 16) D'HONDT, J.- "L'histoire des sciences selon Marx et Engels", in *Science et Dialectique chez Hegel et Marx*, Paris, ed. Planty-Bonjour, CNRS, 1980, pp. 57=67.
- 17) DENIS, H.- *Logique hégélienne et systèmes économiques*, Paris, P.U.F., 1984.
- 19) DOBB, M.- *Political Economy and Capitalism*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1937.
- 20) DOBB, M.- *Theories of value and distribution since Adam Smith*, Cambridge, Cambridge University Press, 1973.

- 21) FAUSTO, R.- *Marx: Lógica e Política*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 22) FULDA, H.F.- "These zur Dialektik als Darstellungsmethode (i im 'Kapital' von Marx)", in *Hegel-Jahrbuch*, Köln, Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.
- 23) GIANNOTTI, J. A.- *Origens da dialética do trabalho*, São Paulo, DIFEL, 1966.
- 24) GIANNOTTI, J.A.- *Trabalho e Reflexão*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 25) GORDON, D.- "Stages of accumulation and Long Wave economic cycles", in *Process of the World System*, Hopkins & Wallerstein (org.), Beverly Hills, Sage Publ., 1980, pp. 9-45.
- 26) GORDON, D.- "Up and down the long roller coaster", in *U.S. Capitalism in Crisis*, publ. Union for Radical Political Economics, Nova Iorque, 1978.
- 27) GROSSMANN, H.- *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*, México, Siglo Veintiuno, 1979.
- 28) HABERMAS, J.- *Theorie und Praxis*, Frankfurt, Suhrkamp, 1974.
- 29) HARTMANN, K.- *Die Marxsche Theorie*, Berlim, de Gruyter, 1970.
- 30) HARVEY, D.- *The limits to capital*, Oxford, Basil Blackwell, 1982.
- 31) HEGEL, G.F.W.- *Enziklopädie der philosophischen Wissenschaften, I, II e III*, Frankfurt, Suhrkamp, 1986, vol.8, 9, e 10.
- 32) HEGEL, G.F.W.- *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, Frankfurt, Suhrkamp, 1986, vol. 12.
- 33) HEGEL, G.F.W.- *Wissenschaft der Logik, I e II*, Frankfurt, Suhrkamp, 1986, vol. 5 e 6.
- 34) HEIDTMANN, B.- "Abstraktion und Dialektik in Marx' Erkenntniskritik", in *Hegel-Jahrbuch*, Köln, Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.
- 35) ITOH, M.- "The formation of Marx' theory of crisis", in *Science and Society*, Nova Iorque, vol. XLII, nº 2, (Summer, 1978), pp.129-155.
- 36) KOCYBA, H.- *Widerspruch und Theoriestructur: zur Darstellungsmethodik in Marxschen 'Kapital'*, Frankfurt, Materialis Verlag, 1979.
- 37) KOSELLECK, R.- *Crítica y crisis del mundo burgues*, Madri, Rialp, 1965.
- 38) KOTZ, D.- "Long waves and Social Structures of Accumulation: a critique and reinterpretation", in *Review of Radical Political Economics*, Riverside (Cal.), 1987, vol. 19, nº 4, pp. 16-38.
- 39) KURZ, R.- *O Colapso da modernização*, trad.Karen Barbosa, São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- 40) KÜHNE, K.- *Ökonomie und Marxismus*, Berlim, Luchterhand, 1974, vol. II.

- 42) LANGE, E.M.- "Wertformanalyse, Geldkritik und Konstruktion des Festschismus bei Marx", in *Neue Hefte für Philosophie*, Göttingen, Vanderhorch und Ruprecht, 1978, n° 13, pp. 1-46.
- 43) LUXEMBURG, Rosa - *L'accumulation du capital*, trad. Irène Petit, Paris, Maspero, 1976.
- 44) MANDEL, E.- *Long waves of capitalist development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- 45) MANDEL, E.- "Explaining long waves of capitalist development", in *Long Waves in the World Economy*, Freeman (org.), Londres, Frances Printer Publ., 1984, pp.195-201.
- 46) MANDEL, E.- *Late Capitalism*, Londres, Verso, ed., 1978.
- 47) MARX, Karl- *Das Kapital*, Marx-Engels Werke, Berlim, Dietz Verlag, 1984.
- 48) MARX, Karl- *Das Kapital. erste Aufgabe*, Marx-Engels Studienausgabe, II, "Politischen Ökonomie", Frankfurt, 1966.
- 49) MARX, Karl- *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, Berlim, Dietz Verlag, 1974.
- 50) MARX, Karl- *Theorien über den Mehrwert*, Marx-Engels Werke, Dietz Verlag, 1967.
- 51) MARX, Karl- *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, Marx-Engels Werke, Berlim, Dietz Verlag, 1967.ts
- 52) MAZZUCHELLI, F.- *A contradição em processo*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 53) MORF, O.- *Das Verhältnis von Wirtschaftstheorie und Wirtschaftsgeschichte bei Karl Marx*, Berna, Franke Verlag, 1951.
- 54) MÜLLER, M. L.- "Exposição e método dialético no Capital", in *Boletim SEAF*, n° 2, Belo Horizonte, 1982.
- 55) NAPOLEONI, C., *Lições sobre o capítulo sexto* (inédito) de Marx, São Paulo, Livraria ed. Ciências Humanas, 1981.
- 56) OKISHIO, N.- "Technical change and the rate of profit", in *Kobe University Economic Review*, vol. 7, 1961, pp.85-99.
- 57) PEREIRA, L.C.Bresser - *Lucro, acumulação e crise*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 58) POSSAS, M.L.- *Dinâmica e ciclo econômico em Oligopólio*, UNICAMP, 1983.
- 59) REICHELDT, H.- *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*, Frankfurt, Europäische Varlagsanstalt, 1973.
- 60) RICARDO, D.- *Principles of Political Economy and Taxation*, ed. Sraffa, Cambridge, Cambridge University Press, 1951.

- 61) RIEDEL, M. - "Der Begriff der 'Bürgerlichen Gesellschaft' und das Problem seines geschichtlichen Ursprungs", in *Studien zu Hegels Rechtsphilosophie*, Frankfurt, Suhkamp, 1969.
- 62) ROBINSON, J.- *An essay on marxian economics*, Londres, Macmillan, 1964.
- 63) ROSDOLSKY, R.- *Génesis y estructura de 'El Capital' de Marx*, México, Siglo Veintiuno, 1978.
- 64) ROWTHORN,- "Mandel's Late Capitalism",in *New Left Review*, 1976.
- 65) RÖTTGERS, K.- *Kritik und Praxis. Zur Geschichte des Kritikbegriffs von Kant bis Marx*, Berlim, de Gruyter, 1975.
- 66) RUBIN, I.I.- *Ensayos sobre la teoria marxista del valor*, Córdoba, Cuadernos del Pasado y Presente, 1964.
- 67) SAYER, D.- *Marx's Method*, Sussex, Harvester Press, 1979.
- 68) SCHUMPETER, J.- *History of Economic Analysis*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1954.
- 69) SHAIKH, A.- "An introduction to the History of crisis theories", in *U.S. Capitalism in Crisis*, Union for Radical Political Economics, Nova Iorque, 1978.
- 70) SHAIKH, A.- "Political Economy and Capitalism: notes on Dobb's theory of crisis", in *Cambidge Journal of Economics*, 1978, vol. 2, n° 2.
- 72) SHERMAN, H.- "Marx and the business cycles", in *Science and Society*, Nova Iorque, 1991, vol. 31, n° 4, pp. 486-504.
- 73) SHERMAN, H.- *Macrodynamic Economics*, Nova Iorque, Appleton-Century-Crofts, 1964.
- 74) SMITH, Adam- *The Wealth of Nations*, Cannan edition, Nova Iorque, Modern Library, 1965.
- 75) STAMATIS, G.- *Die spezifischen kapitalistischen Produktionsmethoden und das tendenzielle Fall der Profitrate bei Karl Marx*, Berlim, Mehrwert Verlag, 1977.
- 76) SWEEZY, P.M.- *The theory of capitalist development*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1942.
- 77) THEUNISSEN, M.- "Krise der Macht. These zur Theorie des dialektischen Widerspruchs", in *Hegel-Jahrbuch*, Köln, Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.
- 78) UTZ, A.- *Die Marxistische Wirtschaftsphilosophie*, Bonn, Wesskirch Verlag, 1982.
- 79) VADEE, M.- "La conception de la theorie chez Marx", in *Science et Dialectique chez Hegel et Marx*, Paris, ed. Planty-Bonjour, CNRS, 1980, pp.41-56.
- 80) VUILLEMIN, J.- *Necessité ou Contingence*, Paris, Minuit, 1984.

- 81) WEISSKOPF, Th.- "Marxist perspectives on Cyclical Crisis", in *U.S. Capitalism in Crisis*, publ.Unio for Radical Political Economics, Nova Iorque, 1978.
- 82) WILDERMUTH, A.- *Marx und die Verwirklichung der Philosophie*, Haia, Martinun Nijhoff, 1970.